



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IHD

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – PPGPS

LUCAS BRITO

POLÍTICA SEXUAL DO BOLSONARISMO

Brasília – DF, outubro de 2020.

LUCAS BRITO

POLÍTICA SEXUAL DO BOLSONARISMO

Texto apresentado como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social – UnB.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima

Brasília – DF, outubro de 2020.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Brito de Lima, Lucas
BL933p POLÍTICA SEXUAL DO BOLSONARISMO / Lucas Brito de Lima;
orientador Carlos Alberto Ferreira Lima . -- Brasília,
2020.
245 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política
Social) -- Universidade de Brasília, 2020.

1. POLÍTICA SEXUAL. 2. BOLSONARISMO. 3. PSICOLOGIA
DE MASSAS. 4. PÂNICO MORAL-SEXUAL. 5. LGBTI+. I.
Alberto Ferreira Lima , Carlos , orient. II. Título.

COMISSÃO EXAMINADORA

Carlos Alberto Ferreira Lima

(Orientador/Membro Interno vinculado ao Programa) - SER/UnB/Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social/Université de Paris I – Sorbonne/Paris/França

Newton Narciso Gomes Junior

(Membro Interno vinculado ao Programa) - SER/UnB/Doutor em Política Social/Universidade de Brasília/UnB.

Ana Maria Ramos Estevão

(Membro Externa não vinculada ao Programa) - Doutora em Serviço Social/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/São Paulo.

Membro suplente

María Lucia Lopes da Silva

(Membro Interno vinculado ao Programa) - SER/UnB/Doutora em Política Social/Universidade de Brasília/UnB.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade pública brasileira, pela oportunidade de estudar de forma gratuita e com liberdade.

Agradeço à minha mãe Nazaré Brito, que é a minha maior inspiração para questionar as injustiças do mundo e acreditar no amor, e cujo apoio foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

Agradeço às minhas amigas Paloma Morato e Clarissa Araújo, que foram meus apoios e incentivos em todos os momentos do trabalho. E também às minhas amigas Mariana Pércia, Luisa D'Avola e Shuellen Peixoto, que, mesmo a distância, estiveram ao meu lado durante o processo de pesquisa e escrita.

Agradeço aos meus camaradas da Resistência/PSOL, nas figuras de Karine Afonseca, Toni Nego de Castro, Jorge Henrique e Caio Henrique Sousa, cujo companheirismo e a gentileza foram imprescindíveis. Também agradeço ao companheiro Lucas Marques, que, mesmo indiretamente, me indicou uma das principais ideias contidas neste trabalho. Pelas nossas conversas, meu agradecimento.

Agradeço aos meus colegas e amigos que conheci trabalhando no ANDES-SN, nas figuras da Luciana Luz, da Branca e do Osvaldo. Por todo o incentivo, confiança e carinho, meu sincero agradecimento.

Agradeço ao meu orientador, o professor Carlos Lima, que me deu o que eu mais precisava: liberdade para seguir com o trabalho. Sem isso, nada seria possível.

Agradeço, ainda, à professora Ana Maria Ramos Estevão e ao professor Newton Narciso Gomes Junior, que compuseram a banca examinadora deste trabalho e que, com toda a generosidade que lhes caracterizam, me ajudaram a ter orgulho e confiança. Meu muito obrigado.

Agradeço à professora Lúcia Lopes e à companheira Sabrina Fernandes, que compuseram a banca examinadora de qualificação do trabalho e que, com suas críticas e sugestões, ajudaram enormemente à feitura desta dissertação.

Por fim, agradeço aos que lutam por uma sociedade livre da exploração, da dominação e de todas as formas de opressão e repressão, é para eles este trabalho.

RESUMO

Questões sobre o comportamento sexual e a sexualidade em geral têm sido amplamente debatidas em processos eleitorais ao redor do mundo, especialmente a partir da crise econômica internacional aberta em 2007/2008, sendo uma característica de políticos e grupos de extrema direita. No Brasil, nas eleições de 2018, esse processo teve larga expressão, quando ocorreu importante disputa sobre o comportamento sexual e a organização da sexualidade e do gênero, envolvendo a utilização de *fake news* para a disseminação do pânico moral/sexual voltado contra a diversidade de gênero e de orientação sexual. Trata-se de uma pesquisa sobre os sentidos da política sexual de orientação conservadora defendida pelo então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro – e seus apoiadores – durante a campanha eleitoral de 2018, no Brasil - na qual Bolsonaro foi eleito -, nos marcos da psicologia de massas do fenômeno psicossocial e político do bolsonarismo. O então candidato Jair Bolsonaro e seus aliados desenvolveram uma campanha conservadora que mobilizou afetos e logrou engajamento político de apoiadores, além de conquistar votos. Por meio de um estudo sobre a importância de temas sexuais para o padrão da propaganda bolsonarista, procedeu-se à análise qualitativa das múltiplas determinações do sentido da disputa sexual do bolsonarismo, ambientada na situação política e econômica do país, prioritariamente no período que se estende entre os anos de 2014 e 2018. Constatou-se que a defesa de uma política sexual de tipo conservadora feita por políticos bolsonaristas está em consonância com interesses geopolíticos e econômicos das frações majoritárias da burguesia que apoiaram o golpe de Estado de 2016 – que destituiu a presidente eleita do Brasil Dilma Rousseff – e impulsionam uma agenda de contrarreformas no Estado brasileiro que tem retirado direitos conquistados pelas lutas da classe trabalhadora, visando novo padrão de exploração da força de trabalho no país, bem como o seu reposicionamento na divisão internacional dos Estados. Ainda, verificou-se que o sentido reacionário da política sexual defendida por Bolsonaro está em estreita relação com o curso autoritário sobre o regime político brasileiro ampliado a partir do golpe de 2016. Por fim, observou-se a importância da agitação de temas sexuais, bem como as expressões da repressão sexual na sociedade, em especial nas classes médias, para a conformação e mobilização da base de apoio de Jair Bolsonaro, configurada em um movimento de massas tratado por bolsonarismo. Portanto, considerou-se que, para a superação do curso reacionário sobre a política sexual aplicada no país, são necessárias estratégias que abordem a disputa sociossexual brasileira alicerçadas em um programa proletário para um regime sexual livre e saudável na sociedade, atrelado aos interesses também proletários de organização da produção e distribuição das riquezas, assim como das relações políticas na sociedade.

ABSTRACT

Sexual behavior matters and sexuality in general have been widely debated in electoral processes around the world, especially since the international economic crisis started in 2007/2008, being a characteristic of politicians and far-right groups. In Brazil, in the 2018 elections, this process was widely expressed, when an important dispute about sexual behavior and the organization of sexuality and gender occurred, involving the use of fake news in order to disseminate moral/sexual panic targeting gender diversity and sexual orientation. This is a research on the meanings of sexual policy of conservative orientation defended by the then presidential candidate Jair Bolsonaro – and his supporters – during the 2018 election campaign in Brazil - in which Bolsonaro was elected - in the landmarks of the mass psychology of the psychosocial and political phenomenon of bolsonarism. The then candidate Jair Bolsonaro and his allies developed a conservative campaign that mobilized affections and achieved political engagement of supporters, in addition to winning votes. Through a study on the importance of sexual themes on the bolsonarist propaganda standards, it was made a qualitative analysis of the multiple determinations of the meaning of the sexual dispute of bolsonarism, set in the political and economic situation of the country, primarily in the period that extends between the years 2014 and 2018. It was found that the defense of a sexual policy of a conservative type made by bolsonarists politicians is in line with geopolitical and economic interests of the majority fractions of the bourgeoisie group that supported the 2016 coup d'état – which deposed the elected president of Brazil Dilma Rousseff – and boosted an agenda of counter-reforms in the Brazilian state that has been taking away rights won by the struggles of the working class, aiming a new standard of exploitation of the labor force in the country, as well as its repositioning in the international division of states. Furthermore, it was found that the reactionary sense of sexual policy advocated by Bolsonaro is in close relation with the authoritarian course on the Brazilian political regime expanded since the 2016 coup. Finally, it was observed the importance of the agitation of sexual themes, as well as the expressions of sexual repression in society, especially in the middle classes, for the conformation and mobilization of Jair Bolsonaro support base, configured in a mass movement treated by bolsonarism. Therefore, it was considered that, in order to overcome the reactionary course on the sexual policy applied in the country, strategies are needed that address the Brazilian sociosexual dispute based on a proletarian program for a free and healthy sexual regime in society, tied to the proletarian interests of organizing the production and distribution of wealth, as well as the political relations in society.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
Capítulo I - Conquistas LGBTI+: entre a revolução socialista mundial e a reação sexual do capitalismo.....	14
1. A Revolta de <i>Stonewall</i> e o programa da libertação gay: entre a política sexual libertária e a política sexual neoliberal.....	17
1.1 - No surgimento do movimento de afirmação homossexual no Brasil: influências da Revolta de <i>Stonewall</i> e da viragem neoliberal.....	30
1.2 - Anos 1960 e 1970 e a etapa revolucionária iminente: o contexto para a clivagem do programa LGBTI+.....	37
1.3 - Libertação sexual, a revolução que não aconteceu.....	55
2. O que aconteceu com a libertação gay?.....	60
2.1 - As conquistas LGBTI+ e a política sexual neoliberal.....	61
2.2 - O curso reformista e o papel do Estado.....	73
2.3 - A armadilha da cidadania LGBTI+, o papel do mercado e a disputa da política sexual contemporânea.....	79
Capítulo II – Repressão sexual.....	88
1. Neoliberalismo e repressão sexual.....	90
1.1– Uma hipótese superada?	100
1.2 - Wilhelm Reich, a questão da ideologia e a função social da repressão sexual.....	108
1.2.1 - Ideologia, da matéria à matéria.....	110
1.2.2 O irracionalismo fascista.....	118
1.3 – Sobre o pensamento de Marcuse para uma sociedade não-repressiva.....	131
1.4 – Uma nota para a conclusão sobre a repressão sexual.....	138

Capítulo III – O pânico do bolsonarismo – crises, repressão e ressentimentos.....	140
1- Capitalismo em crise e a ofensiva burguesa sobre a vida.....	144
1.1 - Brasil, neoliberalismo e financeirização.....	149
1.2 - O Brasil de 2014 a 2018: crise, conflitos de classes sociais e aspectos sexuais/morais na ascensão do bolsonarismo.....	166
1.3 - Depois do golpe: ajuste fiscal e contrarreformas da ofensiva burguesa neoliberal....	175
2. O pânico do bolsonarismo.....	182
2.1 - O papel das classes médias na ascensão do bolsonarismo.....	183
2.2 - A misoginia e o pânico moral/sexual no golpe de 2016.....	190
2.3 – A estratégia do pânico moral/sexual e a ascensão do bolsonarismo.....	193
2.4 - O ressentimento do bolsonarismo.....	202
2.5 – Psicologia de massas do bolsonarismo.....	211
3 – A propaganda e a política sexual do bolsonarismo.....	217
Considerações finais.....	223
Referências bibliográficas.....	226

Introdução

A eleição de Jair Bolsonaro presidente da República, em 2018, foi uma surpresa.

Mas não um acidente histórico ou uma contingência, senão também a expressão de um tipo de mal-estar presente em nossa sociedade, desenfundado em período de crises por sucessivas derrotas políticas e sociais da classe trabalhadora.

A maioria da produção de livros, artigos e palestras buscam dar conta do fenômeno da eleição do “mito” a partir da compreensão da crise, em suas várias faces – política, econômica, social, cultural... -, pela intervenção da Operação Lava Jato, que impediu o primeiro colocado nas pesquisas de concorrer na disputa; pela repercussão da campanha da grande mídia contra os governos do PT em defesa da sua derrubada; ou pelas traições do próprio Partido dos Trabalhadores e seus governos, que se distanciaram das expectativas que os elegeram e, assim, incutiram frustrações e descrença nas massas¹.

Ainda figura no rol de explicações dessa vitória o papel da disseminação de *Fake News*, a utilização das redes sociais, caracterizando o pleito como a “*eleição dos eleitores indignados e ‘empoderados’ pelo telefone celular*”²

Para este trabalho, partimos da compreensão da eleição de Jair Bolsonaro e da ascensão do fenômeno de massas que se vê identificado com ele (bolsonarismo) como expressões de uma nova correlação de forças entre as classes sociais no Brasil.

As bases fundamentais para esta correlação de forças se encontram na ofensiva das frações dominantes burguesas, associadas ao capital internacional, que decidiram por romper a frente política que compunham com o PT, no governo de conciliação de classes, migrando para a estratégia do golpe, consumado pelo *impeachment* de 2016.

Essa ofensiva, além de política, fundamenta-se social e economicamente contra os direitos da classe trabalhadora brasileira, buscando remodelar os padrões da exploração do trabalho no país, reposicionando o Brasil na divisão internacional

¹ Ver Rosana Pinheiro-Machado (2019).

² Ver Moura e Corbellini, 2019, p. 30.

dos Estados, aprofundando o seu tipo de economia dependente e submissa aos interesses do imperialismo norte-americano em tempos de crise econômica, social e geopolítica no mundo.

Outro elemento que compõe o desenvolvimento dessa correlação de forças é a entrada em cena da pequena burguesia proprietária e da classe média assalariada como protagonistas da luta política no país, posicionando-se à extrema direita, ocupando as redes e as ruas entre 2015 e 2016, dando base de sustentação política ao golpe.

Ademais, no período de 2014 a 2018, o Brasil viveu uma profunda crise social, política e ideológica do proletariado. Uma crise de todas as dimensões da vida social, uma crise de hegemonia.

A eleição do “mito” é decorrente, portanto, de uma situação política reacionária no país, que articula diferentes aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais etc.. E, com esta pesquisa, incluímos aspectos sexuais da situação política brasileira na abordagem sobre o fenômeno do bolsonarismo.

É recorrente na trajetória política de Bolsonaro, seus filhos e aliados, a agitação e a propaganda sexual reacionária, moralista e repressiva. Essa foi fundamental para a ascensão do bolsonarismo antes da eleição, quando as suas declarações homofóbicas e machistas ganharam a mídia e fizeram Jair Bolsonaro famoso nacionalmente entre 2010 e 2014. Isso foi canalizado para a eleição. Como disse uma psicanalista recentemente: *“muita gente votou querendo governar a sexualidade dos outros”*³.

A mentira do *Kit gay* expressou pelo menos duas questões: a obsessão do bolsonarismo com temas da ordem sexual; e a audiência nas massas de questões da ordem sexual.

Com essas considerações na partida, esta pesquisa buscou compreender algumas contradições atuais no regime da sexualidade, para melhor abordar seu

³ Fala da psicanalista e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP), Paula Regina Peron, disponível em: <https://www.geledes.org.br/muita-gente-votou-querendo-governar-a-sexualidade-dos-outros-diz-psicanalista/>, acessado em 21 de outubro de 2020.

objeto de pesquisa: o sentido da política sexual de tipo conservadora nos marcos da psicologia de massas do bolsonarismo.

Ao longo dos últimos anos, no Brasil e em boa parte do Ocidente, houve várias conquistas sexuais, como a possibilidade do reconhecimento legal de casais homoafetivos e a adoção de leis de proteção contra a discriminação de pessoas LGBTI+. Frente a isso, seria a obsessão sexual do bolsonarismo uma reação a essas conquistas?

Não obstante aos avanços nos direitos sexuais das últimas décadas, os índices de violência contra mulheres e LGBTI+, em decorrência de crimes de ódio, seguem crescentes no Brasil.

Ao analisar mais detidamente tais conquistas inserindo-as em uma abordagem nos marcos histórico e político, percebemos que essas podem ser consideradas, também, como uma reação sexual do capitalismo, visto que se desenvolveram frente às demandas sexuais de meados do século XX, em coincidência com o período neoliberal e sem atender tais demandas, pelo contrário.

Apesar, então, de aparentemente uma reação às recentes conquistas, a política sexual do bolsonarismo, voltada para discutir o regime sexual contemporâneo a partir de perspectivas conservadoras, guarda certa similaridade com a política sexual neoliberal. As duas atuam para operar reações no campo da sexualidade, seja direta e abertamente, como fazem os conservadores; seja indireta e falsamente, como fazem os neoliberais.

Ademais, no capitalismo há uma contradição entre a falsa moral conservadora e os interesses do capital. Por exemplo, um dos empresários apoiadores de Bolsonaro, Edgard Corona, é dono da rede de academias *low cost* Smart Fit. Essa rede, entre as que mais cresceram nos últimos cinco anos, no Brasil, é conhecida por atrair pessoas LGBTI+, especialmente homens gays, como seus clientes, portanto, um dos muitos negócios da burguesia voltados ao *pink market*.

Da escolha do objeto

O presente trabalho foi desenvolvido por um assistente social, militante marxista, revolucionário, negro e gay que, ao longo de uma trajetória de militância, atuou junto ao Movimento Estudantil e por direitos LGBTI+.

Ainda no ensino médio e posteriormente na graduação, compôs movimentos LGBTI+ e estudantis que atuaram em campanhas políticas em defesa dos direitos sociais e políticas e, dessa forma, se enfrentaram com o crescimento dos setores conservadores. Ainda em 2013, participou ativamente da campanha em defesa dos direitos humanos ameaçados pelo discurso de ódio de parlamentares, como Marco Feliciano e o então deputado federal Jair Bolsonaro, sendo alvo direto de suas provocações homofóbicas por diversas vezes nos plenários da Câmara dos Deputados, durante legítimas manifestações políticas em defesa dos direitos LGBTI+ e demais direitos humanos.

Também participou ativamente das manifestações de junho de 2013, organizando protestos e divulgando as pautas do movimento. Nessa ocasião, destaca-se a luta desenvolvida contra o projeto de “*Cura Gay*” que tramitava no Congresso Nacional e que, por meio de muita pressão popular, foi derrotado politicamente.

No Movimento Estudantil, compôs a gestão do Centro Acadêmico de Serviço Social da UnB (CASESO) por dois mandatos e a Coordenação Regional da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Também foi representante estudantil no colegiado do Departamento do Serviço Social, no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), por três mandatos, e, no Conselho Universitário (CONSUNI), por um mandato.

A escolha do objeto da presente pesquisa ocorreu durante as eleições presidenciais de 2018. Nessa ocasião, este pesquisador integrou as campanhas eleitorais, em primeira volta, de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara; e, na segunda volta, da chapa Fernando Haddad e Manuela D’Ávila. Especialmente, atuou na campanha entre estudantes e moradores das periferias do norte do Distrito Federal, na cidade de Planaltina.

Ao longo da campanha, um elemento em particular chamou a atenção: após conseguir dialogar com a população potencialmente leitora sobre vários temas

programáticos, dentre eles economia, direitos sociais, direitos políticos e outros; um tema não programático em especial se impôs como uma barreira ao diálogo. Várias pessoas o interpelavam com a seguinte pergunta: “mas e o ‘Kit Gay’?”. Essa pergunta ocorreu logo na primeira pessoa abordada em campanha, o que causou surpresa pela confiança que pessoas expressavam em relação à falsa “informação” sobre a suposta distribuição de um *Kit Gay*. Foram muitos os que encerravam o diálogo nesse ponto.

Essa experiência prática, com desenvolvimento subjetivo, foi o estopim para o presente trabalho, motivando a pesquisar a importância, na eleição de Bolsonaro, da política sexual defendida por ele ao longo da sua carreira política e na campanha de 2018, para, assim, compreender como melhor defender os direitos sexuais e LGBTI+, atualmente ameaçados, bem como os articulando às demais demandas da classe trabalhadora por justiça social e emancipação humana substantiva.

Da estrutura do trabalho

Com isso, o trabalho, objetivando compreender a política sexual do bolsonarismo nas suas diferentes determinações, estruturou a presente dissertação da seguinte maneira:

No capítulo primeiro, intitulado ***Conquistas LGBTI+: entre a revolução socialista mundial e a reação sexual do capitalismo***, foi abordado o contexto político, econômico e social da contradição da política sexual neoliberal, na qual, apesar de expressar conquistas progressistas do ponto de vista sexual, padece de dois problemas fundamentais: uma cidadania LGBTI+ dependente das relações de mercado, portanto restrita a uma pequena parcela da sociedade; e, ao invés de representar liberdades sexuais, tem aplicado retrocessos na sexualidade.

No capítulo segundo, ***Repressão sexual*** discutimos o conceito teórico de repressão sexual, relacionando-o com demais elaborações teóricas marxianas acerca do trabalho, com vistas a compreender a relação entre repressão sexual e capitalismo/neoliberalismo para, assim, elucidar as funções sociais da repressão sexual na sociedade de classes.

Por fim, no capítulo terceiro, intitulado de ***O pânico do bolsonarismo – crises, repressão e ressentimentos*** este trabalho versou sobre o contexto da

ascensão do bolsonarismo ao longo do período de 2014 a 2018, no Brasil, buscando extrair as múltiplas determinações que propiciaram o desenvolvimento desse fenômeno de extrema direita, com foco em localizar os aspectos sexuais que compuseram esse processo.

Sobre a metodologia aplicada

A orientação metodológica para esta dissertação nos guiou na perspectiva crítica do método materialista dialético e histórico. Em primeiro lugar, tivemos como perspectiva analisar o objeto nos marcos de uma totalidade, compreendendo-o como uma esfera integrante nessa. Ou seja, não delimitar o objeto parcialmente, prejudicando a compreensão global da realidade na qual está inserido, perseguindo a compreensão das contradições envolvidas no movimento do objeto em questão.

Consideramos que o objeto em questão ainda está em pleno desenvolvimento na realidade concreta, sendo indeterminado por si só. Isso elevou a responsabilidade em encará-lo como um processo que pode se desenvolver em diferentes caminhos ou, até mesmo, não se desenvolver.

Ainda, adotamos a perspectiva materialista. Para isso, o objeto foi observado inserido em uma realidade material, com função social e não fruto de desejos, ideias. Ao mesmo tempo, negamos as pressões essencialistas, tendo em vista que o presente objeto se desenvolve propriamente entre estrutura e superestrutura.

Ademais, dado o fato de não haver distância temporal entre a pesquisa e o objeto, o compreendemos, enquanto política sexual de orientação conservadora, nos marcos da psicologia de massas autoritária do bolsonarismo, investigando as políticas sexuais de outros processos reacionários de repressão sexual, como o fascismo, com recorte em temas de orientação sexual, ao longo da história.

Para efeito de primeira aproximação com o objeto foi realizado levantamento e posterior estudo analítico de dados secundários, extraídos de pesquisas já realizadas junto a sujeitos do fenômeno chamado aqui por bolsonarismo. Para isso, foram pesquisadas entrevistas, pesquisas de intenção de voto e pesquisas acadêmicas que buscaram traçar o perfil dos eleitores e apoiadores de Bolsonaro. Também foram utilizadas pesquisas que traçaram perfis dos participantes nas manifestações ocorridas em 2015 e 2016, que reivindicaram o *impeachment* da ex-

presidente Dilma Rousseff; o fortalecimento da Operação Lava Jato; e que defenderam Intervenção Militar, etc..

Também foram analisadas produções científicas teóricas sobre a importância das concepções sexuais nos marcos das psicologias autoritárias, que fizeram o recorte de sexualidade e de gênero nas experiências autoritárias ao longo da história mais recente, sejam brasileiras ou de outros países.

Além dos dados secundários, o campo de pesquisa privilegiou as redes sociais e o ambiente digital em busca de dados primários, com a técnica de investigação qualitativa. O foco foi a coleta de dados relativos ao comportamento e iniciativas de impulsionadores do *impeachment* da ex-presidente Dilma nas redes sociais, bem como da campanha de Bolsonaro à presidência da república, sempre no recorte de temas sexuais, de gênero e orientação sexual. Sobretudo, foram estudadas figuras públicas que se tornaram parlamentares nas últimas eleições, buscando identificar as repercussões de postagens (áudios, vídeos, imagens e textos) relativas ao recorte próprio desta pesquisa, junto ao público, bem como sua interação. Foram priorizados os dados com predominância dos temas sexuais, de gênero e orientação sexual; considerando a repercussão.

Ainda foi realizado coleta de dados sobre Projetos de Lei - PL e Projetos de Lei Complementar -, que foram apresentados no Congresso Nacional com o recorte sexual, de gênero e orientação sexual, nesse mesmo período, entre 2015 e final de 2018. Dessa forma, este trabalho foi organizado metodologicamente por uma investigação quanti-qualitativa,

Por fim, foram coletados dados dos perfis públicos do Presidente da República, estudando suas publicações sobre a temática sexual, do período de 2014 e ao final do primeiro ano de mandato, em 2019. Eventualmente, também foram analisados dados de publicações e iniciativas políticas na carreira parlamentar de Jair Bolsonaro, ainda anteriores ao período de 2014, como fonte para referências.

A pesquisa, então, se voltou à análise dos dados coletados, realizando diálogo com a bibliografia levantada, comparando com as formulações teóricas, apreendidas de forma crítica pelo pesquisador.

POLÍTICA SEXUAL DO BOLSONARISMO

Capítulo I – Conquistas LGBTI+: entre a revolução socialista mundial e a reação sexual do capitalismo

Nos últimos 50 anos, o sexo esteve cada vez mais no centro do discurso. É presença recorrente em programas de televisão, no cinema, na *internet*. Em larga medida, é assim por responsabilidade do mercado. Nesse período, noções de gênero e orientação sexual foram ampliadas, especialmente no Norte ocidental. Apesar de globalmente a humanidade ainda estar muito dividida sobre o tema, a aceitação à homossexualidade cresceu em muitos países, sobretudo no Ocidente. Em alguns já há maior assimilação de diferentes identidades de gênero. E a visibilidade LGBTI+ alcançou patamares inéditos.

Há meio século, a homossexualidade era crime para 70% da humanidade. Desde então, houve importantes conquistas de direitos por LGBTI+. Organismos multilaterais da ordem capitalista, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), definiram uma série de regulamentações sexuais liberais, orientando países a adotarem políticas no sentido de uma cidadania LGBTI+. Nesse marco, ocorreram conquistas em diversos países, que, até os anos 1960, poderiam ser inimagináveis para alguns, por exemplo, a legalização do casamento homoafetivo e a instituição de leis para a proteção contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Contudo, nos últimos anos, no cenário político internacional, tem crescido um tipo de populismo moral-sexual de extrema direita, focado em propaganda conservadora, patriarcal e heteronormativa, misógina e LGBTIfóbica. O discurso de ódio contra orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes foi determinante, inclusive, para alguns resultados eleitorais. Por exemplo, nas eleições presidenciais de 2016, nos Estados Unidos, que são hoje ainda a maior economia mundial, Donald Trump foi eleito com esse tipo de discurso.

No Brasil, esse fenômeno é representado pelo bolsonarismo, que teve a sua principal figura Jair Bolsonaro eleito presidente, em 2018. Desde sua primeira eleição federal, em 1990, Bolsonaro já era identificado com posições polêmicas,

como a defesa da ditadura empresarial-militar, além de suas críticas à esquerda e ao comunismo. Mas, entre 2010 e 2014, ficou conhecido nacionalmente com a ajuda da repercussão de suas posições homofóbicas e misóginas, impulsionando um salto em sua carreira política como deputado federal, passando de 120 mil votos, em 2010, para 464 mil votos, em 2014 (TREVISAN, 2018, p. 441)⁴. Até o momento, três de seus filhos seguiram carreiras políticas com mandatos eletivos, onde reproduzem as mesmas características políticas do pai, defendendo pautas conservadoras morais e sexuais.

Considerando que esse fenômeno internacional – inclusive no Brasil - cresceu frente aos avanços sexuais e de gênero das últimas décadas, se tornou comum caracterizar esse movimento como uma reação. No que se referem às conquistas alcançadas pelas lutas LGBTI+, o populismo moral-sexual é evidentemente reacionário. Denunciam as pessoas LGBTI+ como inimigas públicas das nações, como ameaças à sociedade⁵. No momento atual, em que o mundo está marcado por crises e deterioração das condições de vida gerais da classe trabalhadora, em muitos casos, políticos de extrema direita têm utilizado as conquistas de direitos das últimas décadas para acusar as LGBTI+ de serem “privilegiadas”⁶.

Já as conquistas de direitos LGBTI+, entretanto, foram alcançadas em um período de retrocessos internacionais para a classe trabalhadora, representados pelo neoliberalismo, quando houve o declínio das experiências socialistas, consolidado com a restauração capitalista nos ex-Estados operários burocratizados, representando uma derrotada da revolução socialista mundial no século XX.

Da década de 1980 em diante, o capitalismo se tornou aparentemente compatível com a homossexualidade e gêneros variados. Especialmente nas duas primeiras décadas dos anos 2000, emergiu internacionalmente uma política sexual

⁴ Durante entrevista concedida em 2017, Jair Bolsonaro reconheceu que “*O kit gay foi uma catapulta na minha carreira política*”. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/jair-bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/>, acessado no dia 30 de setembro de 2020, às 11h.

⁵ O presidente Polonês reeleito Andrzej Duda declarou, durante a campanha eleitoral presidencial de 2020, que a defesa de direitos LGBTI+ seria parte de uma “ideologia pior que o comunismo”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/14/mundo/noticia/presidente-polaco-defesa-direitos-lgbt-ideologia-pior-comunismo-1920521>, acessado em 30 de setembro de 2020, às 11h.

⁶ Por exemplo, Jair Bolsonaro, em 2013, sobre o casamento homoafetivo opinou em entrevista que as pessoas LGBTI+ “*não querem igualdade, e sim privilégios*”. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-sobre-casamento-gay-nao-querem-igualdade-e-sim-privilegios,99ff52d635aae310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>, acessado em 30 de setembro de 2020, às 11h.

capitalista moderna, que assimila arranjos familiares homoafetivos e aceita formas dissidentes do binarismo de gênero. Isso ocorre principalmente no mercado, onde a visibilidade LGBTI+ alcançou patamares inéditos, ocupados especialmente por homens cisgêneros gays brancos, heteronormativos, de classe média e de países centrais do capitalismo. É assim na indústria fonográfica, no cinema e no mercado da moda, para citar alguns exemplos.

Contudo, o marco simbólico do levante por libertação sexual gay e lésbica, de junho de 1969, impulsionou um programa radical, de características anticapitalistas, que defendia que a libertação sexual deveria ser acompanhada de mudanças econômico-sociais no conjunto da sociedade, que rompessem com as desigualdades e injustiças sociais. E, associada à mobilização feminista, a luta LGBTI+ compôs, nos anos 1960 e 1970, um movimento internacional de contestação de ideologias opressoras e medidas sexualmente repressivas adotadas pelos Estados.

A política sexual do neoliberalismo se desenvolveu frente a essas demandas, sem ser, contudo, a concretização da chamada “revolução sexual”. Longe disso, a ordem sexual neoliberal apenas aplicou alguns recentes e ainda limitados avanços. Considerando que o termo reação é relativo, concernente às lutas simbolizadas pela Rebelião de *Stonewall* e pela segunda onda feminista – que estiveram, de certo modo, articuladas a lutas anticapitalistas -, a política sexual adotada no período após o final da década de 1970, sobretudo em países do Ocidente, pode ser considerada como uma reação sexual do capitalismo.

Ao invés de libertação, o neoliberalismo manteve altos níveis de repressão sexual. E para frear as demandas sexuais, a burguesia aplicou um programa de “reinvenção das necessidades”, com foco na atuação do mercado, ofuscando as estruturas repressivas por meio da reificação da sexualidade e do desejo, além da fetichização de identidades.

Desse modo, indicamos que a política sexual defendida pelo bolsonarismo, e a política sexual neoliberal – de onde se conquistou importantes direitos LGBTI+ - compõem o mesmo campo político de classe, o da burguesia. E estão igualmente submetidas às mesmas estratégias política de dominação. As lutas atuais de libertação sexual estão entre essas duas correntes internacionais.

Como forma de classificar e compreender essa disputa contemporânea da política sexual, este capítulo visa discorrer sobre o ambiente econômico, político e cultural em que nasceu o contemporâneo movimento LGBTI+. Com isso, abordar a contradição do neoliberalismo sexual para as demandas de libertação da sexualidade e do gênero, em que tal pretensa libertação é limitada pelos imperativos econômicos, onde se torna acessível apenas para parcelas da população LGBTI+ com melhores condições econômicas. Assim, buscamos abrir caminho para conhecermos elementos do conteúdo político da propaganda sexual do bolsonarismo para o Brasil, o que será abordado mais adiante nesta dissertação.

1. A Revolta de *Stonewall* e o programa da libertação gay: entre a política sexual libertária e a política sexual neoliberal

O contemporâneo movimento LGBTI+ surgiu entre as décadas de 1960 e 1970⁷. O fato mais marcante é a *Revolta de Stonewall*, como ficou conhecida uma onda de subversão frente a recorrentes investidas policiais contra pessoas LGBTI+⁸. O levante foi iniciado na noite de 28 de junho de 1969 em um bar localizado na periferia de Nova Iorque (EUA), chamado *Stonewall Inn*, no Greenwich Village. Os protagonistas da revolta foram jovens homossexuais, *drag queens* e mulheres trans; grande parte formada por negros, latinos, profissionais do sexo e pessoas que

⁷Contudo, já havia, na história, outros exemplos de ações políticas pró-homossexuais. Há um século antes da Revolta de *Stonewall* já ocorriam importantes lutas contra a criminalização da homossexualidade na Europa. Em 1869, por exemplo, foi publicada uma carta aberta do médico húngaro Karoly Maria Benkert aos legisladores da Prússia (que veio a dar origem à Alemanha), contra a criminalização da homossexualidade, presente no código penal, no parágrafo 175 (incorporado posteriormente ao código alemão). Essa luta se tornou uma referência na Europa e, após a revolução russa de 1917, teve forte peso no país socialista. Esse percurso, contudo, foi interrompido. Por um lado, pelo nazifascismo; por outro, pelo stalinismo. O nazismo, na Alemanha, marcando-os com um triângulo rosa, teria matado, em campos de concentração, entre 5 e 15 mil homossexuais. A “justificativa” legal foi o parágrafo 175. No fascismo italiano, pessoas homossexuais eram mantidas presas em ilhas e, em alguns casos, submetidas a diversas formas de violência física e psicológica. Já a antiga URSS foi pioneira mundial na descriminalização da homossexualidade, ainda em 1918, logo após a Revolução de Outubro. Contudo, já no processo de burocratização sob o comando de Josef Stalin, em 1934 a homossexualidade voltou a ser criminalizada na URSS, sendo alvo de campanhas políticas de desmoralização por parte do Estado operário burocratizado. Portanto, ao falarmos da origem do movimento LGBTI+ mundial sempre vale lembrar a forte repressão sofrida pelos homossexuais na primeira metade do século XX, que interrompeu um processo de organização política com tonalidades internacionais. O mais correto seria, ao nos dirigir à *Revolta de Stonewall*, dizer de um “ressurgimento” da luta homossexual e de identidade de gênero, marcado por uma inflexão internacional, que constituiu um movimento social. Ver mais sobre a organização política em favor da homossexualidade pré-*Stonewall* em: Hiro Okita (2007), Ken Setterington (2017) e Socialist Workers Party (1992).

⁸ A sigla atualmente engloba Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneras, Interssexuais. E o símbolo “+” representa as múltiplas possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero para além das já citadas diretamente na sigla. Nessa época, não se utilizava essa nomenclatura.

havam sido expulsas de casa por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Tudo começou com um revide espontâneo a uma batida policial no bar. Naquela noite, as pessoas LGBTI+ marginalizadas pela sociedade se insurgiram contra os abusos policiais. Logo o motim atraiu apoio, generalizando-se como uma luta política. A mobilização durou cerca de cinco (5) dias, com diferentes focos de protestos nas ruas próximas ao bar. Por isso o nome *Revolta de Stonewall*⁹.

Em 1969, 74% da população mundial viviam em países onde a homossexualidade era criminalizada¹⁰. Nos EUA, até o final dos anos 1960, apenas no estado de Illinois a homossexualidade era considerada legal, em todos os demais os “atos homossexuais” eram tidos como crime. Esse cenário nos EUA se manteve até 1972, quando outros estados passaram a descriminalizar a homossexualidade¹¹, como consequência das lutas LGBTI+¹². Ou seja, a onda de protestos iniciada na noite de 28 de junho de 1969 foi um levante contra um dos aspectos da ordem sexual majoritária até então, nos EUA, e também em todo o mundo: a repressão “legal” à homossexualidade.

Em seguida à onda de protestos, ainda em 1969, foi fundada, nos EUA, a *Gay Liberation Front* (Frente de Libertação Gay), uma pequena formação LGBTI+, tornando-se um saldo organizativo imediato para o movimento. E exatamente um ano após a rebelião, ocorreu também em Nova Iorque (EUA) a primeira parada do orgulho LGBTI+ do mundo (marcha por libertação gay¹³). A data escolhida foi 28 de junho, em referência ao motim do ano anterior.

⁹ Originalmente *Stonewall Riots*, esse levante também é conhecido, na tradução para o português, como Rebelião de *Stonewall*, motim de *Stonewall*, Levante de *Stonewall*, etc.

¹⁰ Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2019.pdf, acessado em 20 de agosto de 2020, às 21h.

¹¹ Ver mais em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48432563>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 20h30min.

¹² A sigla LGBTI+ é utilizada nesse trecho como uma analogia para representar aquilo que um dia foi chamado por movimento homossexual, lésbico, gay, homofílico, etc... A partir desse ponto, trabalhou-se, nesta dissertação, com essa sigla sempre que se teve como objetivo englobar o conjunto das diferentes expressões, na história, dos movimentos de libertação de pessoas não cisgêneras ou heterossexuais.

¹³ Originalmente, a manifestação tem o nome de *Christopher Street Gay Liberation Day*, uma manifestação política por libertação gay que se tornou mundialmente conhecida como Parada do Orgulho Gay. Seu nome original é uma referência ao ponto de concentração da marcha, iniciada na Christopher Street, rua onde é localizado o bar *Stonewall Inn*, no Greenwich Village. A marcha partiu dessa rua em direção ao Central Park, local de encerramento.

Contudo, há registros de outros levantes LGBTI+ nos EUA contra a violência policial anteriores à famosa rebelião de *Stonewall*¹⁴. Além disso, já havia, desde o início da década de 1950, formas diversas de organização LGBTI+ no país (D'EMILIO, 1998). E na Europa, desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pessoas homossexuais já se rearticulavam politicamente (BOZON, 2004; GREEN, 2003).

A América Latina, entre as décadas de 1950 e 1960, também já contava algum nível de articulação politizada entre pessoas LGBTI+, mesmo que ainda restrita a pequenos círculos de sociabilidade, enfrentando muita dificuldade de se desenvolver politicamente na esfera pública (GREEN, 2003). E na segunda metade da década de 1960, começaram a surgir agrupamentos de atividade política homossexual no subcontinente. Como exemplo, citamos o *El Grupo Nuestro Mundo*, fundado em um bairro operário de Buenos Aires, Argentina, meses após a revolta de junho de 1969, nos EUA¹⁵ (GREEN, 2003).

Esses fatos levaram a que James Green (2000, 2003) caracterizasse o ocorrido em junho de 1969 como um símbolo do surgimento de um novo movimento social, sem, contudo, ser o primeiro caso de ação política LGBTI+. Para Renan Quinalha¹⁶, a revolta de Stonewall compõe um “*mito fundador*” para o movimento gay e lésbico internacional, que influenciou a realização de manifestações políticas homossexuais em diferentes países do mundo, bem como a criação de organizações do movimento, até então lésbico e gay.

A originalidade da revolta de *Stonewall* foi a de ter projetado as lutas gay e lésbica internacionalmente no Ocidente – o que desde então se consolidou no cenário da luta política internacional. Ademais, *Stonewall* foi a expressão, na luta LGBTI+, de um processo internacional de mobilização social, cultural, sexual e política da classe trabalhadora, em diferentes países do mundo, o que abordaremos mais adiante neste mesmo capítulo.

¹⁴ Ver mais em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-mito-fundador-de-stonewall/>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 20h30min.

¹⁵ Segundo James Green (2003), não há registro de que essa organização tenha tido contato direto com informações sobre o ocorrido em Nova Iorque - o motim de *Stonewall* - ou estabelecido relações com ativistas norte-americanos.

¹⁶ Ver mais em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-mito-fundador-de-stonewall/>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 20h30min.

E o episódio da revolta de *Stonewall*, assim como as iniciativas LGBTI+ que o seguiram, não só internacionalizaram a luta política homossexual, como também provocaram uma mudança em relação a experiências anteriores de organização e mobilização LGBTI+ nos EUA. Até então, essas eram focadas em reformas que pretendiam a “*respeitabilidade, o ingresso em instituições de poder estabelecidas e a assimilação em uma concepção estendida de família*” (SEARS, 2019, p. 136). A novidade trazida pós-*Stonewall* foi resumida por Alan Sears (2019) em três pontos programáticos fundamentais:

enfaticava a visibilidade (centrada na importância de “sair do armário”), a militância (mobilização para confronto do poder) e o fim da regulamentação sexual e do monopólio do sistema familiar compulsório [através do qual o Estado passava a ser o único determinante do que são relacionamentos aceitáveis] (p. 136).

A Rebelião de *Stonewall* inaugurou um novo programa para a luta LGBTI+, um dos signos da constituição do movimento de libertação sexual gay e lésbica¹⁷. Segundo Sears (2019), uma das explicações para as características observadas no movimento por libertação homossexual - e também do programa por ele defendido, nas décadas de 1960 e 1970, nos EUA - se dá por meio da sua intensa relação com os demais movimentos sociais e organizações políticas da classe trabalhadora em dinâmica na época. O autor ainda afirma que a origem do movimento de libertação lésbica e gay teve forte referência revolucionária (SEARS, 2019) - tomando o termo “revolucionário” em sentido amplo. Acreditava-se que a libertação sexual só seria alcançada com uma transformação radical da sociedade (SEARS, 2019).

Como demonstração da radicalidade programática pós-revolta de *Stonewall*, temos alguns aspectos das ideias defendidas pela Frente de Libertação Gay (GLF, da sigla em inglês). Na primeira publicação do *ComeOut!* (saia do armário, tradução nossa), jornal da GLF, lançado em novembro de 1969, verifica-se uma perspectiva de questionamento e transformação gerais da sociedade. Por exemplo:

¹⁷ Por programa entendemos as tarefas políticas, estratégias e formas de organização escolhidas por quaisquer agrupamentos diante da realidade econômica, política ou social, que é observada a partir de uma visão de mundo adotada pelo agrupamento.

É melhor você acreditar que vamos fazer isso - que **vamos transformar a sociedade em geral** por meio da realização aberta de nossa própria consciência¹⁸ (tradução e grifos nossos).

Na apresentação da GLF, encontramos, ainda, uma síntese das pautas defendidas pelo grupo no seu surgimento: “*A recém-formação do grupo foi dedicada aos ideais sociais dos anos 60: paz, igualdade e justiça econômica*”¹⁹. Com isso, constatamos uma característica fundamental: a integração ao ambiente das lutas ocorridas na década de 1960. Como consequência, demonstra-se um engajamento programático em pautas não necessariamente sexuais, de questionamento da sociedade capitalista, evidente por meio da exigência de “*justiça econômica*”.

A exclusão de pessoas LGBTI+ de áreas da sociedade, como ocorre hoje no mercado de trabalho – sobretudo para pessoas trans²⁰ – é, desde a fundação do movimento gay e lésbico, um tema denunciado, e foi também abordada no programa da GLF. Todavia, ao invés de uma defesa da assimilação à sociedade capitalista, tal como ela era, o grupo fez uma crítica ao padrão de participação na sociedade por meio do mercado, presente no trecho abaixo, extraído, também, da publicação inaugural do jornal *ComeOut!*:

Não seremos gays burgueses em busca do estéril "sonho americano" da **ivy-covered cottage**²¹ e do bom emprego em corporações, mas também não toleraremos a exclusão de homossexuais de qualquer área da vida americana. (tradução e grifos nossos)²²

Quanto ao caráter anticapitalista do movimento surgido pós-*Stonewall*, trazemos o trecho de uma crítica publicada no mesmo jornal (*ComeOut!*), assinada

¹⁸ Do original em inglês: “*You´de better belive we are going to do so - that we are going to transform the society at large through the open realization of our own consciousness*”. Disponível em: <http://paganpressbooks.com/jpl/CO-COVER.HTM>, acessado em 8 de setembro de 2020, às 21h.

¹⁹ Disponível em: <http://www.angelfire.com/on2/qlf2000/index.html>, acessado em 8 de setembro de 2020, às 21h.

²⁰ No Brasil, cerca de 90% das pessoas trans estão no mercado informal da prostituição. Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/emprego-formal-ainda-e-excecao-entre-pessoas-trans.shtml>, acessado em 15 de setembro de 2020, às 13h.

²¹ Mantivemos a expressão original em inglês por não encontrarmos uma que fosse correspondente na língua portuguesa. *Ivy-covered cottage* remete a um tipo de construção de casas cobertas com vegetação de trepadeiras, tradicionalmente heras. Contudo, no texto, essa expressão representa um tipo particular do sonho americano com casas luxuosas. Acreditamos que uma expressão brasileira que se assemelharia ao espírito da *ivy-covered cottage* seria a família de *comercial de margarina*, ou seja: o sonho de uma vida “perfeita”.

²² Do original em inglês: “*We will not be gay bourgeoisie, searching for the sterile "American dream" of the ivy-covered cottage and the good corporation job, but neither will we tolerate the exclusion of homosexuals from any area of American Life*”. Disponível em: <http://paganpressbooks.com/jpl/CO-COVER.HTM>, acessado em 8 de setembro de 2020, às 21h.

por ativistas da Frente de Libertação Gay²³ contra um suposto apoio indireto que a GLF teria dado ao prefeito de Nova Iorque²⁴. Nesse trecho, é explícita a crítica ao sistema capitalista, o que sugere a sua ocorrência nas discussões do movimento.

A próxima eleição para prefeito em N.Y.C: ao nos colocar a questão, "o prefeito Lindsay merece o voto homossexual?", confundimos nossas prioridades. A verdadeira questão deveria ser: "Algum dos candidatos merece o apoio do povo? Mais explicitamente, a estrutura de poder que os políticos do capitalismo sustentam, merece mesmo existir?" Nós, homossexuais oprimidos, como revolucionários, devemos derrubar qualquer sistema que negue acesso igual aos recursos naturais do planeta e negue, em benefício de poucos privilegiados, que os avanços tecnológicos criados pelo ser humano sejam para todos. Devemos derrubar qualquer sistema que fomente a escravidão, a opressão e defenda a competição em vez da cooperação. (tradução nossa, grifos originais)²⁵

Esses exemplos demonstram evidente compromisso – de pelo menos parte da GLF - com a associação da luta por libertação sexual às demais reivindicações, para além da arena estritamente sexual, que questionassem o modelo econômico da sociedade capitalista em seu conjunto, contrapondo-se, de certo modo, à propriedade privada. E considerando que a GLF é produto direto da luta por libertação sexual, simbolizada pela Revolta de *Stonewall*, concordamos, então, com Sears (2019): a profundidade das reivindicações por emancipação sexual tendia a se enfrentar com o sistema capitalista, mesmo que difusamente. Segundo o autor,

A política de libertação gay frequentemente insistia, pelo menos de alguma forma rudimentar, que a liberdade sexual exigia uma transformação social mais ampla para eliminar o sistema de gênero e outras formas de desigualdade (SEIDMAN *apud* SEARS, 2019, p.137).

O programa de libertação sexual original da Revolta de *Stonewall*, com características anticapitalistas, é uma manifestação do processo de múltiplas contestações, sejam econômicas, políticas, sociais ou sexuais, ocorridas no período histórico do qual fizeram parte os anos 1960 e 1970. Esses anos foram atravessados por grandes conflitos abertos na luta de classes, o auge da *etapa mais*

²³ Ronald Ballard e Bob Fontanella assinaram a carta referida.

²⁴ Para a sua reeleição na disputa de 1969.

²⁵ Ronald Ballard e Bob Fontella, "Re: The Forthcoming Mayoral Election in N.Y.C." *Come Out!* 1,1 (1969): Do original em inglês: "*The forthcoming mayoral election in N.Y.C: in posing to ourselves the question, 'does Mayor Lindsay deserves the homosexual vote' We misplace our priorities. The real question should be, 'Do any of the candidates deserv suport of the people? More explicitly, does the power structure, wich the capitalism politicians maintain, deserves even exist?' We opressed homosexuals, as revolutionaries, must overthrow any system that denies equal acess to the natural resources of the planet and denies the thecnological advencements of Man for all the people in preference to the priveleged few. We must overthrow any system that breeds slavery and opressed and advocates competition instead of cooperation"* Disponível em: <http://paganpressbooks.com/jpl/CO04.HTM>, acessado em 8 de setembro de 2020, às 23h.

revolucionária dos últimos séculos (MORENO, 2003, P. 63). Mas, além de lutas, crises e situações revolucionárias, revoluções políticas ou econômico-sociais; nos anos que se seguiram, ocorreram reações e contrarrevoluções. Sendo assim, a evolução das lutas LGBTI+ também foram influenciadas pela evolução da situação política internacional. Bem como pelas mudanças econômicas e sociais, tecnológicas e culturais, que se desenvolveram após os anos 1970.

Frequentemente, aborda-se a origem das lutas por libertação sexual na década de 1960 no marco do surgimento dos chamados *novos movimentos sociais*²⁶, atrelando-a com os protestos feminista e antirracista. Ainda, é habitual – o que não retira sua fundamental importância - o enquadramento da luta por libertação gay, dos anos 1960, dentro do movimento de contracultura desse período²⁷. Também são comuns abordagens ainda mais amplas, que relacionam a revolta de *Stonewall* a esses elementos aqui já apresentados, e, também, aos ocorridos após o “*Maio Francês*”, com ênfase nas críticas culturais desenvolvidas no estopim e no rastro da mobilização operária-estudantil, que impactou a realidade política não só na França, mas como em muitos países do mundo²⁸. Ainda temos a derrota dos EUA no Vietnã (consagrada em 1975) e suas influências na política interna desse país, que também estão presentes em análises sobre o contexto do levante gay e lésbico de 1969²⁹.

Desse modo, é básica para o estudo do nascimento do movimento LGBTI+, mesmo que de forma breve, a apreensão do contexto da luta de classes em que o programa radical de libertação lésbica e gay surgiu, o que abordamos no próximo tópico deste trabalho. Antes, contudo, adiantaremos algumas questões e caracterizações que nortearam o nosso interesse com esta pesquisa.

A partir da década de 1980, ocorreu uma ofensiva burguesa sobre o papel do Estado na economia e os direitos trabalhistas, implicando em desemprego de longa duração, precarização das relações trabalhistas, etc. (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 133). O neoliberalismo trouxe privatizações, desregulamentações. Esse processo é compreendido nos marcos da restauração do capitalismo no Leste

²⁶ Ver Maria da Glória Gohn (1997).

²⁷ Ver Regina Facchini (2003).

²⁸ Ver Tariq Ali (2008).

²⁹ Ver Sears (2019).

Europeu, na China e na antiga União Soviética, ocorrida após a década de 1970, e consolidada nos anos 1990 (ALI, 2008; THERBORN, 2012). Contraditoriamente, nesse período foi quando pautas levantadas pelo movimento LGBTI+ alcançaram mais conquistas, destacando-se, inclusive, de ganhos obtidos pelos movimentos de mulheres e antirracista (SEARS, 2019). Sears (2019) aponta que nessa contradição revela-se um duplo conteúdo das *conquistas*, sendo, ao mesmo tempo, frutos das mobilizações do movimento e, também, da reestruturação do capitalismo, iniciada nos anos 1970.

A partir disso, acreditamos ser importante comparar o programa de libertação gay e lésbica pós-revolta de *Stonewall* com o programa implantado no período neoliberal. Para isso, contudo, partimos de outros trabalhos já desenvolvidos, que mostraram como a política sexual neoliberal impulsionou uma mercantilização das vivências LGBTI+, distorcendo o próprio sentido de “comunidade”, para essas identidades – e, em certa medida, também o moldando -, voltando-se contra o programa original de *Stonewall* (SEARS, 2019; FRASER, 2009).

Conquanto, para a compreensão dessa contradição entre conquistas LGBTI+ e neoliberalismo, esta pesquisa guarda demasiado interesse na relação entre a evolução do movimento lésbico e gay (e das lutas por libertação sexual) e o destino da revolução socialista mundial, que, nos anos 1960 e 1970, compunha a variável fundamental no desenvolvimento histórico, o mais importante fato do século XX. O neoliberalismo se desenvolveu com base em uma correlação de forças desfavorável para a classe trabalhadora, impulsionada pelos fatos que levaram ao fim da guerra fria e a restauração capitalista. Não temos a pretensão de abordar os elementos que determinaram a derrota das experiências socialistas do século XX. Conquanto, parece-nos ter destacado relevo o fato de o movimento LGBTI+ ter surgido no interim entre uma ascendência de lutas revolucionárias e o seu refluxo. O duplo caráter das conquistas LGBTI+ de que fala Sears (2019), advém deste encontro, entre revolução e reação.

O fim da U.R.S.S. e a restauração capitalista nos ex-Estados operários - embora burocratizados -, representaram uma derrota para a esquerda em todo o mundo, retirando muito da credibilidade da possível construção de uma sociedade não capitalista (THERBORN, 2012, p. 29). Esse fato foi compreendido por muitos

como um declínio da tradição iniciada na Revolução Russa de 1917³⁰. Esse processo impactou no desenvolvimento do movimento LGBTI+. Segundo Sears (2019) localiza, a influência dessa derrota implicou na marginalização do marxismo entre as elaborações teóricas e programáticas que o movimento gay e lésbico adotou a partir da década de 1980, passando a sofrer majoritariamente influências de posições pós-estruturalistas (p. 139). A partir do final dos anos 1970, o programa lésbico e gay foi perdendo suas características anticapitalistas iniciais (SEARS, 2019). A isso, queremos ressaltar a questão do programa de libertação sexual, outro aspecto que perdeu relevo entre as reivindicações LGBTI+, no curso de sua evolução.

Com o enquadramento acerca da derrota da revolução socialista no século XX, voltamos ao problema levantado por Sears (2019). Na política sexual neoliberal, ao invés de libertação sexual e de gênero, vemos a reafirmação das diferenças e a reacomodação de desigualdades entre pessoas oprimidas (FRASER, 2009, SEARS, 2019). As conquistas não foram para todas, tanto que LGBTI+ do Sul global alcançaram menos direitos que nos países do Norte. Lembramos que o país em que mais são assassinadas pessoas LGBTI+ é o Brasil³¹. Ademais, gays brancos alcançaram muito mais visibilidade cultural que pessoas trans, sobretudo negras.

A essa questão, buscamos ressaltar que a evolução da “revolução sexual”³², da qual fez parte o surgimento do movimento lésbico e gay, nos anos 1960-1970, esteve intimamente ligada ao desenvolvimento da revolução socialista mundial³³. A derrota simbolizada pela restauração capitalista nos ex-Estados operários lançou por terra as possibilidades, sobretudo socioeconômicas, para o desenvolvimento de uma revolução sexual. Isso ocorre na medida em que a repressão sexual é de origem econômico-social, constituída a partir do desenvolvimento da propriedade privada em sociedades patriarcais (REICH, 1985; ENGELS, 2009). Com esse referencial, supomos, desde aqui, uma fragilização estrutural para o programa levantado no pós-

³⁰ Ver mais em: Göran Therborn (2012), Valério Arcary (2003) e Tariq Ali (2008).

³¹ Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2019.pdf, acessado em 26 de setembro de 2020, às 12h.

³² Mais adiante, debateremos a caracterização de “revolução sexual”. Contudo, em especial nesse trecho, apanhamos o termo como uma alusão a um movimento não realizado. Em que pese não ter se concretizado, mesmo que de forma rudimentar, o movimento lésbico e gay surgiu com forte inspiração em uma dita “revolução sexual”.

³³ Ainda neste capítulo, trabalharemos este tema. Contudo, a abordagem teórica mais determinante para esta constatação será apresentada mais adiante, no capítulo dois.

revolta de Stonewall: como libertar as pessoas LGBTI+ das opressões das quais são vítimas sem que haja libertação sexual para essas e para toda a classe trabalhadora?

Presumimos que, associado a uma mercantilização LGBTI+, onde o movimento passou a atuar por “*transgressões desvinculadas de transformações*” (SEARS, 2019, p.148), uma das implicações da política sexual neoliberal foi a de operar uma reação contra as iniciativas políticas da classe trabalhadora por libertação sexual, desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970, geralmente tratadas por “*revolução sexual*”. Assim, vemos o sentido da mercantilização das identidades LGBTI+ apontadas por Sears (2019) como estratégia de ofuscamento dos altos níveis de repressão sexual ainda vigentes na sociedade.

Por esse ângulo, traçamos a hipótese de que as conquistas LGBTI+ - apesar de muito importantes para a melhora nas condições de vida de largas camadas da sociedade em todo o mundo – podem ser compreendidas, também, como táticas para a estratégia de uma reação do capitalismo, com vistas a derrotar a “*revolução sexual*” e, assim, perpetuar sua formação social, com destaque para os aspectos socioculturais, superestruturais.

Isso ocorre na medida em que as identidades LGBTI+ são reforçadas – e mercantilizadas – pelo neoliberalismo. O identitarismo, portanto, estaria sendo utilizado como estratégia do capitalismo para estigmatizar a questão sexual na sociedade, tratando-a por demandas indenitárias. Asad Haider (2019), com base em afirmações de Wendy Brown, traz um importante ponto acerca do indentitarismo, que poderá nos ajudar na questão:

(...) quando a linguagem dos direitos é usada para defender uma identidade de grupo concreta da lesão física ou verbal, esse grupo acaba definido pela vitimização e os indivíduos acabam reduzidos a seu pertencimento como vítimas. (2019, p. 141).

Além de serem estigmatizadas como vítimas, ao resumir aspectos da repressão sexual a um problema de incidência específica contra identidades, essas são tornadas as únicas vítimas. Ou seja, como se os problemas derivados da ordem sexual repressiva na sociedade estivessem concentrados em questões identitárias LGBTI+, quando, na verdade, são encontrados em toda a formação social capitalista: “*supressão sexual, rigidez biológica, moralismo e ascetismo não estão*

confinados a certas classes ou camadas da população. Encontram-se em toda parte” (REICH, 1985, p. 19).

O clássico debate de Marx com Bauer, contido em *Para a questão judaica*, acrescenta uma referência fundamental para esta discussão. Como afirma Sears (2019), a política sexual neoliberal adotou uma série de medidas para a cidadania de lésbicas e gays. Segundo argumenta Marx (2009), a emancipação política concedida aos indivíduos não lhes confere real emancipação humana, nem proteção, pois a emancipação política, antes de tudo, é a redução do ser humano à condição de cidadão, com “liberdades” políticas na sociedade capitalista, sendo mantidas todas as relações sociais dessa: *“o homem não foi, portanto, libertado da religião; recebeu a liberdade de religião. Não foi libertado da propriedade. Recebeu a liberdade de propriedade (...)”* (MARX, 2009, p. 70). A emancipação política não atinge a esfera das relações sociais de exploração capitalista: *“A revolução política dissolve a vida civil nas suas partes componentes, sem revolucionar e submeter à crítica essas mesmas partes componentes”* (MARX, 2009, p.70). Para haver emancipação humana, seria necessário superar a exploração do mercado, por meio de uma revolução econômico-social:

(...) só quando o homem reconheceu e organizou as suas *forces propres* [*forças próprias*] como forças sociais e, portanto, não separa mais de si a força social na figura de força *política* – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana (MARX, 2009, p.71-71).

Com esse arsenal teórico, temos que uma cidadania LGBTI+ não promove, em nenhuma medida, emancipação humana³⁴. E queremos sugerir, ainda, que as políticas neoliberais voltadas para pessoas LGBTI+, **em última instância**, contribuíram ao capitalismo para obscurecer as demandas de libertação sexual da classe trabalhadora, além de reposicionar diferenças entre as identidades LGBTI+ (SEARS, 2019). Aqui reside o que estamos chamando de reação sexual capitalista. Vejamos, nas décadas de 1960 e 1970, houve amplo processo de questionamentos culturais sobre a dominação masculina, o controle do Estado sobre os corpos, os papéis sociais e sexuais dos gêneros etc. (FRASER, 2009). Exigiu-se, em certa medida, liberdade sexual para todos.

³⁴ A argumentação acerca disso será trabalhada a seguir neste mesmo capítulo, com base no exame das conquistas LGBTI+ no marco da política sexual neoliberal. Sobre isso, ver mais: Sears (2019), Fraser (2009), Toitio (2019).

Como afirma Sears (2019), já na ofensiva burguesa neoliberal, a partir de 1980, o capitalismo lançou mão de um conjunto de políticas para a cidadania LGBTI+, com ênfase para o papel do mercado como regulador das identidades, hoje chamadas por essa sigla. A isso, ressaltamos que muito do conteúdo dessas conquistas reforçaram elementos da própria repressão sexual. Por exemplo, a conquista do casamento homoafetivo em vários países - embora um direito que deveria ser inquestionável - reafirma a instituição família, uma das responsáveis pela perpetuação da repressão sexual na sociedade (REICH, 1972, 1974, 1982 e 1985); e reforça também a monogamia, que é resultado histórico do desenvolvimento da propriedade privada (ENGELS, 2009). Conforme aponta Therborn (2006) “o casamento ainda representa, para a grande maioria da humanidade, o fim da juventude e o início da idade adulta” (p. 222). Ao invés de responder às demandas amplas de libertação sexual, as políticas sexuais neoliberais reforçaram identidades por meio do mercado (SEARS, 2019) e, em nossa opinião, o fizeram a fim de deslocar um problema “universal” – a repressão sexual – para questões tidas como específicas, “identitárias”³⁵.

Tampouco nos parece correto que exista uma universalidade que não compreenda as particularidades, também no debate sexual. Sobre isso, concordamos com Marx (2009), em seu debate com Bauer, que o problema da emancipação humana não está em uma pretensa dicotomia entre emancipação de uma identidade específica e emancipação universal, conforme argumentava Bauer ser o problema para a questão judaica: reivindicar a emancipação específica do judeu seria uma forma de reproduzi-la. Haider sintetiza a posição de Marx (2009): “(...) *nem o universalismo abstrato e aristocrático de Bauer e nem o particularismo de uma minoria poderia levar a uma verdadeira emancipação humana*” (2019, p. 140).

Não se trata de submeter as demandas diretamente vinculadas à questão LGBTI+ (proteção contra violência, descriminalização da homossexualidade, imposição do binarismo de gênero, negação do terceiro sexo, etc.) a uma universalidade que não compreenda as formas sociais concretas e, portanto, as

³⁵ O termo “universal” neste ponto foi utilizado para dar sentido à ideia de que o problema sexual é geral na sociedade. Utilizamos as aspas, contudo, pois consideramos que não há uma universalidade abstrata, portanto, apesar de ser um problema geral na sociedade, a repressão sexual se expressa de distintas formas a depender dos grupos sexuais, de gênero, nacionalidades etc.. Por exemplo, a repressão sexual dá-se de forma diferente entre homens e mulheres, entre heterossexuais e homossexuais.

desigualdades e opressões que ocorrem na sociedade. Contudo, vemos a separação entre o programa LGBTI+ e o programa de libertação sexual para todos como um dos problemas fundamentais ocorrido no período neoliberal. Supomos que seja essa uma das implicações da política sexual neoliberal e da mercantilização das identidades LGBTI+. O programa lésbico e gay, evoluído ao longo das últimas décadas para LGBTI+ (ou *queer*), além de seguir um curso reformista (SEARS, 2019), foi *dessexualizado*³⁶.

Para argumentar a respeito dessas questões aqui adiantadas, consideramos criticamente trabalhos que já analisaram alguns aspectos das mais importantes conquistas LGBTI+ nas últimas décadas, com fins em evidenciar parte do seu conteúdo. Isso será abordado ao final deste capítulo. E, para compreender a relação entre repressão sexual e capitalismo, trouxemos algumas formulações teóricas não tão bem presentes em análises mais recentes sobre o tema. Isso foi abordado no capítulo dois desta pesquisa. Nele, nos apoiamos nas *teorias da revolução sexual* para fundamentar a nossa análise sobre a relação entre sexo e capitalismo³⁷. Desse modo, tivemos o objetivo de tecer algumas caracterizações acerca do conteúdo de classe da política sexual neoliberal.

Esse percurso se justifica, pois a política sexual contemporânea está em processo de disputa. Conforme apontam Arruzza, Bhattacharya e Fraser (ARRUZZA *et al*, 2019, p. 67), há duas tendências aparentemente opostas nessa disputa: “*liberalismo sexual*” e “*reacionarismo sexual*”. Consideramos que a política sexual defendida por Jair Bolsonaro (sem partido) nas eleições presidenciais brasileiras, em 2018, pode ser enquadrada no “campo” do chamado “reacionarismo sexual”. Aqui, então, se encontra a razão do nosso interesse em compreender o conteúdo de classe da política sexual neoliberal. É corrente na atualidade uma compreensão de que a política sexual neoliberal e o conservadorismo representam dois polos opostos ideologicamente, contudo, como apontam as autoras:

Por um lado, o autoritarismo sexual que encontramos hoje é tudo menos arcaico. Embora apresentadas como ordens divinas atemporais ou costumes antigos, as proibições que busca estabelecer são, na verdade, “neotradicionais”: respostas reativas ao desenvolvimento capitalista, tão modernas quanto aquelas a que se opõem. De modo similar, os direitos sexuais prometidos pelas oponentes liberais são concebidos em termos que

³⁶ Ver Marcuse (1975). Tal afirmação será melhor demonstrada ao final deste capítulo e, especialmente argumentada no capítulo seguinte, quando abordaremos teorias da revolução sexual.

³⁷ Tomamos a liberdade de chamar assim as teorias defendidas por Wilhelm Reich (1972, 1974, 1982 e 1985) e Herbert Marcuse (1975).

pressupõem as formas capitalistas da modernidade; longe de permitir a real libertação, são normatizadoras, estatistas e consumistas.

Com foco em compreender a relação entre essas duas “correntes” (*liberalismo sexual* e *reacionarismo sexual*), fizemos uma abordagem acerca do conteúdo dessas, o que veremos mais adiante. E no próximo capítulo, com base em teorias da revolução sexual, contidas em trabalhos de Wilhelm Reich (1972, 1974, 1982 e 1985) e Herbert Marcuse (1975), buscamos alcançar o conteúdo de classe da repressão sexual e, assim, melhor fundamentar nossas caracterizações acerca da política sexual neoliberal e, por conseguinte, sua relação com o “reacionarismo sexual”, compreendendo a política sexual defendida pelo bolsonarismo no Brasil.

Antes disso, contudo, faremos uma breve exposição sobre o surgimento do movimento LGBTI+ no Brasil, ocorrido ao final dos anos de 1970. Relacionaremos a história do nascimento do movimento LGBTI+ brasileiro, com o início do processo internacional de organização política de lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas transgêneras, intersexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais diversas da heterocisnormatividade³⁸.

1.1 - No surgimento do movimento de afirmação homossexual no Brasil: influências da Revolta de *Stonewall* e da viragem neoliberal

Nos anos 1970, o impacto do ocorrido na Revolta de *Stonewall* influenciou a formação de agrupamentos e jornais de conteúdo LGBTI+³⁹ em várias partes do mundo, centralmente no Ocidente, incluindo países da América Latina (GREEN, 2000; GRENN, 2003). Conforme conta João Silvério Trevisan (2018), essa influência foi central para a formação do jornal *Lampião da Esquina*, a publicação mais importante para o movimento LGBTI+ no Brasil, no final da década de 1970. O autor relata a influência direta da experiência norte-americana na concepção do *Lampião*:

³⁸ Normas de gênero e orientação sexual referenciadas na heterossexualidade e na cisgeneridade.

³⁹ E não só. No Brasil, temos alguns exemplos de jornais, dois deles mais famosos: o Snob e o Lampião da Esquina. Esses dois jornais, que circularam na década de 1970 e 1980, versaram sobre diversos assuntos, sob uma linha editorial em favor das ditas minorias. Portanto, foram abordados temas feministas, anti-racistas, em favor dos povos indígenas e do meio ambiente, dentre outros. Eles compunham a chamada *imprensa nanica*, composta por jornais independentes organizados, em grande parte, sob o regime ditatorial aberto em 1964 no Brasil. Sobre isso, ver mais em: SIMÕES JR., Almerindo Cardoso. E havia um lampião na esquina: Memória(s), identidade(s) e discurso(s) homossexual(ais) no Brasil do fim da ditadura – 1978/1980. 2006. 184f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ.

Foi nesse contexto de ebulição que, em finais de 1977, alguns intelectuais, jornalistas e artistas homossexuais de São Paulo e Rio de Janeiro reuniram-se no apartamento do pintor Darcy Penteado, a propósito de uma antologia de literatura gúei latino-americana, organizada por Winston Leyland, fundador da Gay Sunshine Press, em São Francisco, na Califórnia. Eu era um deles. Nesse encontro, surgiu a ideia de se formar um coletivo para a criação de um jornal feito por e com o ponto de vista de homossexuais, que discutisse os mais diversos temas e fosse vendido mensalmente nas bancas de todo o país. Aumentado de alguns novos componentes, o grupo se cotizou e o projeto floresceu, com uma periclitante infraestrutura financeira. Em abril de 1978, aparecia então o número zero do jornal *Lampião (...)*. (TREVISAN, 2018, p. 316-317, grifo original).

A projeção internacional da luta gay e lésbica⁴⁰ dos EUA foi fundamental para a evolução da luta da diversidade de orientação sexual e de gênero na América Latina. Essa influência se manifestou nos aspectos programáticos reivindicados pelo nascente movimento LGBTI+ latino-americano, a saber, ação direta, a defesa da saída do armário⁴¹, e o questionamento da política sexual conservadora de orientação heterocisnormativa⁴², relacionado-a a críticas mais gerais à economia e aos regimes políticos (GREEN, 2000; GRENN, 2003).

De acordo com James Green (2000, 2003), no Brasil, o nascente movimento LGBTI+, no final da década de 1970, foi impulsionado em um ambiente de lutas econômicas e políticas da classe operária, estudantis, feministas, antirracistas, etc.. João Silvério Trevisan (2018) também afirma esse aspecto. Para o autor, o *Movimento de Libertação Homossexual* brasileiro tem no seu surgimento a marca de ser uma tentativa de dialogar com outras lutas contemporâneas a ele, como as feministas, antirracistas e ecológicas (TREVISAN, 2018).

Conquanto, se comparado à trajetória gay e lésbica, nos EUA; no Brasil houve uma especificidade, a luta contra o regime político. Para James Green (2000), a censura e a repressão moral/sexual da ditadura empresarial-militar no país, que

⁴⁰ Como era conhecida a luta LGBTI+ no período do seu surgimento.

⁴¹ Essa expressão diz respeito ao ato de se assumir LGBTI+, especialmente para lésbicas, gays e bissexuais cisgêneros, considerando que o processo de transição para pessoas trans ocorre de forma distinta. Sair do armário significa, no cotidiano, se assumir publicamente. Esse ato foi e ainda é largamente utilizado de forma política, como uma atitude de autoafirmação perante a repressão na sociedade. Após *Stonewall*, o encorajamento pela saída do armário (*come out*, no inglês) se tornou umas das principais formas de resistência, além de ser um ponto de partida para a organização de pessoas LGBTI+ Pode-se compreender as próprias paradas do orgulho como formas de sair do armário coletiva e politicamente.

⁴² Termo utilizado para definir situações em que orientações sexuais e identidades de gênero diversas são alvos de repressão, de múltiplas formas. Dizer que algo ou alguém é heterocisnormativo significa que esse compreende como naturais apenas a heterossexualidade e a cisgeneridade, condenando toda a diversidade de orientação sexual e gênero ao local do antinatural, portanto passível de sofrer violências.

vigorou entre 1964 e 1985, foram responsáveis por impor obstáculos ao desenvolvimento de atividades políticas LGBTI+. Com isso, o surgimento do movimento homossexual⁴³ brasileiro na esfera política só foi ocorrer cerca de uma década após a revolta de *Stonewall*. Quanto a isso,

As notícias do surgimento do movimento de libertação gay em 69, após a rebelião de Stonewall em Nova York, chegaram à América Latina no começo dos anos 70, e incentivaram a formação de grupos na Argentina, México e Porto Rico. Contudo, a repressão militar no Brasil impossibilitou a formação de um movimento gay e lésbico no país. A publicação informal de *O Snob* e os seus imitadores pararam de circular porque seus editores temiam ser confundidos com grupos clandestinos de esquerda sendo brutalmente reprimidos naquele momento. A censura moralista do governo militar limitava referências à homossexualidade na imprensa. Embora algumas publicações alternativas produzissem matérias ocasionais referentes ao “gay power” nos Estados Unidos, a formação de um movimento político no Brasil parecia impossível. (GREEN, 2003, p.281)

A partir de abordagens históricas sobre o período de vigência da ditadura civil-militar (1964-1985), e à luz do trabalho da Comissão Nacional da Verdade⁴⁴, sabemos que a ditadura perseguiu, de forma física e ideológica, militantes de esquerda, organizações políticas contrárias ao regime e difundiu propaganda anti-esquerda e anti-comunista. Mas, além disso, chamamos atenção para trabalhos que expuseram como esse regime também perseguiu diretamente pessoas LGBTI+, utilizando-se do seu aparato repressor, com prisões, detenções, torturas e censuras moral e sexual. Como afirmam Green (2000, 2003) e Quinalha (2017), no regime da ditadura empresarial-militar no Brasil, é possível observar uma dimensão específica de repressão moral e sexual, implantada pelos aparatos do Estado. De acordo com Quinalha (2017),

(...) durante a ditadura civil-militar, de forma mais intensa do que em outros períodos da nossa história, o autoritarismo de Estado também se valeu de uma ideologia da intolerância materializada na perseguição e tentativa de controle de grupos sociais tidos como uma ameaça ou perigo social. A criação da figura de um “inimigo interno” valeu-se de contornos não apenas políticos de acordo com a Doutrina da Segurança Nacional, mas também morais, ao associar a homossexualidade a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude. (2017, p. 25).

A retórica da moralidade pública e dos bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964. A defesa das tradições, a proteção da família, o cultivo dos valores

⁴³ Termo reivindicado pelo movimento quando do seu surgimento no país.

⁴⁴ Em dezembro de 2014, foi entregue à Presidência da República, a versão final do Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Nele, é possível constatar muitos dos crimes cometidos pelo regime da ditadura, o que inclui prisões arbitrárias, torturas e perseguições. O mesmo está disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>, acessado em 8 de setembro de 2020.

religiosos cristãos foram todos, a um só tempo, motes que animaram uma verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente (2017, p. 25-26).

As lutas internacionais, centralmente as norte-americanas, por libertação lésbica e gay; e as lutas da classe trabalhadora brasileira contra a ditadura empresarial-militar, compõem o contexto do primeiro desenvolvimento das mobilizações e organizações por libertação sexual e de gênero no Brasil, que, além de se referenciar no movimento gay e lésbico norte-americano – e também de outros países do centro do capitalismo e da América Latina (TREVISAN, 2018) -, em parte, incorporaram a agenda das lutas locais da classe trabalhadora contra a ditadura⁴⁵.

A resistência à ditadura e aos padrões cisheteronormativos foram se avolumando, até confluírem para a formação do primeiro agrupamento de ativistas gays e lésbicas⁴⁶ brasileiro, em 1978, o *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*. O movimento LGBTI+ no Brasil é produto, também, das mobilizações contra a ditadura civil-militar, em especial no período de avanço das lutas operárias e estudantis, no final da década de 1970. Segundo conta o autor:

Já em 1974, a ditadura militar enfrentava problemas sérios, entre outros, a crise econômica e o crescimento da oposição nas eleições. Nessa época, novas formas de resistência surgiram. Estudantes reativaram os organismos de autogestão nas universidades e mobilizaram-se contra a ditadura. O movimento operário se reorganizou, mobilizando uma onda de greves. Muitas mulheres que tinham participado na oposição clandestina contra os militares começaram a criticar publicamente o sexismo da esquerda, levantando ideais feministas. O movimento negro unificado emergiu, desafiando a ideologia predominante de que o Brasil era uma democracia racial. (GREEN, 2000, p. 282)

Segundo afirma Trevisan (2018), a “*onda de liberacionismo homossexual*” chegou ao Brasil com atraso. Green (2000, 2003) também aponta para essa

⁴⁵ Lembramos que uma das primeiras ações do movimento LGBTI+ no Brasil, até então de afirmação homossexual, foi o apoio ativo ao movimento de greves operárias contrárias à ditadura, em 1980. Esse, inclusive, se conformou como um ponto de crise no nascente movimento. Em maio de 1980, o Grupo Somos se dividiu em torno de uma polêmica sobre se incluía ou não, com certa centralidade, o apoio às lutas operárias em curso no país, materializando-se na polêmica sobre se participaria de uma manifestação operária pelo dia do trabalhador. Essa disputa programática se revelou estratégica para o movimento, dividindo o primeiro agrupamento homossexual brasileiro, o que contribuiu para o encerramento do grupo.

⁴⁶ Segundo Green (2003), no grupo Somos predominava a participação de homens gays, com a presença pequena e não regular de mulheres lésbicas. Já na sua gênese, é possível perceber uma dificuldade de organização unitária de todo o movimento. Lembramos que não há espaços que sejam livres totalmente de opressões. No movimento LGBTI+ há também machismo e demais ideologias opressoras.

situação, não só em relação aos EUA, mas também a países latino-americanos, como Argentina e México. Sobre isso, ressaltamos que a experiência brasileira, por ter sido iniciada em finais da década de 1970, já se desenvolveu em um contexto distinto das imediatas lutas pós-revolta de *Stonewall*. A dinâmica internacional do capitalismo, adotada ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, já era marcada pelo neoliberalismo. Lembramos que, em 1973, um golpe de Estado já teria iniciado o *pinochetismo no Chile* (THERBORN, 2012, p. 24), um laboratório internacional para a aplicação do neoliberalismo, patrocinado por Margaret Thatcher e Ronald Reagan⁴⁷ (FRASER, 2009, p. 22).

Conforme aponta Sears (2019, p. 139), a partir do final da década de 1970, como parte das implicações já do início do neoliberalismo, houve uma guinada pós-moderna no movimento lésbico e gay, nos EUA e no Canadá, onde o marxismo passou à marginalidade do ponto de vista da sua influência para as elaborações teóricas, políticas, e para o seu programa. No Brasil, o programa do movimento homossexual, em sua origem, foi alvo de fortes disputas. A experiência de surgimento e dissolução do *Grupo Somos* é central para a análise das controvérsias programáticas da origem da organização homossexual no país. Nela, identificamos algumas das “consequências” do atraso do desenvolvimento do movimento. Como apresentado acima, o primeiro grupo homossexual do país foi fundado em 1978. E encerrado em 1980 (GREEN, 2000). A viragem programática da qual versa Sears (2019), em que o movimento passou a não mais atrelar o programa de libertação sexual e de gênero com a necessidade de mudanças radicais da sociedade, é umas das responsáveis pela dissolução do grupo Somos, dois anos após a sua fundação.

Logo no surgimento da organização, se desenvolveu uma controvérsia programática em torno da discussão se o grupo deveria ou não se alinhar a outros movimentos sociais e iniciativas políticas da esquerda, ou se deveria manter uma atuação à parte (GREEN, 2000). A controvérsia convergiu para uma polêmica quanto à participação do grupo Somos (e outros) na manifestação do 1º de maio, de 1980, em São Bernardo do Campo, em São Paulo (SP). Esse debate foi feito no I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, em abril de 1980, no qual a principal organização era o Somos (GREEN, 2000; TREVISAN, 2018).

⁴⁷ Respectivamente, a primeira-ministra britânica e o presidente americano da época.

Segundo relata James Green (2000), essa discussão dividiu o agrupamento homossexual e gerou polêmicas na redação do jornal *Lampião da Esquina*:

(...) a questão de participar no 1º de maio de 1980 dividiu o Somos e provocou polemicas no jornal *Lampião*. Aqueles que participaram na passeata argumentaram que a luta pelos direitos de gays e lésbicas e o movimento contra a ditadura militar estavam interrelacionados. Sem democracia, os objetivos das organizações gays e lésbicas dificilmente seriam alcançados. Os oponentes da participação do Somos no 1º de maio organizaram um piquenique no zoológico naquele dia, e se separaram do grupo algumas semanas depois, argumentando que a classe trabalhadora e os dirigentes sindicais eram homofóbicos e que Somos era controlado pela esquerda. Em vez de participar na política no dia internacional do trabalhador, eles insistiram que gays e lésbicas deveriam aproveitar esta festa com seus amigos como os milhares de trabalhadores que não protestaram contra a política da ditadura militar naquele dia (GREEN, 2000, p. 275).

Por outro lado, Trevisan (2018) narra o ocorrido da seguinte maneira:

Durante esse primeiro I Encontro Nacional, o momento crucial e mais revelador das divergências foi a votação em torno de uma moção que pretendia obrigar todo o movimento homossexual a participar da comemoração do Primeiro de Maio, Dia dos Trabalhadores, num estádio de futebol da cidade operária de São Bernardo, perto de São Paulo. O grupo insuflado e inspirado pelos trotskistas propunha uma participação compulsória e irrestrita. O grupo adversário ponderava que um número tão pequeno de homossexuais não tinha direito de representar o movimento e, muito menos, a vaga comunidade homossexual brasileira em si: propunha, como contrapartida, que não houvesse participação obrigatória dos grupos e sim uma decisão particular ou individual (TREVISAN, 2018, p. 329-330).

Ambos os autores, Green (2003) e Trevisan (2018), relatam que uma das principais discussões iniciais do grupo foi a da relação da luta LGBTI+ com as demais lutas contra o capitalismo. Segundo relata Green (2000),

Estudantes gays reclamavam que a esquerda brasileira era homofóbica. Defensores de Fidel Castro e da revolução cubana argumentavam que a luta por direitos específicos, contra o sexismo, racismo e homofobia, iria dividir a esquerda. Eles argumentavam que o povo devia se unir na luta geral contra a ditadura (GREEN, 2000, p. 274).

Há ampla documentação a respeito de concepções stalinistas que julgavam a homossexualidade como um tipo de degeneração burguesa presente no movimento operário ao longo do século XX⁴⁸. Segundo conta James Green (2003):

Herbert Daniel, um líder revolucionário brasileiro da Vanguarda Popular Revolucionária, organização ligada à guerrilha no final de 1960 e início de 1970, relatou mais tarde o repressivo clima interno de sua organização que tornava impossível a revelação de seus desejos sexuais. Os partidos comunistas pró-soviéticos ou pró-chineses, com sua ênfase na construção de uma base na classe operária ou campesina, e a nova onda de

⁴⁸ Ver James Green (2003); Sherry Wolf (2009), Hiro Okita (2003) e Cinzia Arruzza (2019).

organizações revolucionárias inspiradas pela Revolução Cubana, compartilhavam o ponto de vista comum de que a homossexualidade não poderia existir dentro da verdadeira classe trabalhadora e entre revolucionários da classe média.

O rechaço contra concepções de que as pautas homossexuais deveriam ser tratadas só após a tomada do poder foi um ponto de convergência entre o grupo Somos. Tanto Trevisan (2018), quanto Green (2000, 2003) apresentam críticas à LGBTIfobia stalinista e defendem que a atuação política por libertação homossexual não é a responsável por “dividir a classe”, papel cumprido pelas opressões. Contudo, com diferentes conclusões, Green (2000) e Trevisan (2018) expressam as divergências táticas (e programáticas) que contribuíram para a divisão do nascente movimento LGBTI+ brasileiro.

Segundo relata Green (2000), um setor do movimento perfilou um caminho independente e contrário às concepções stalinistas, ao mesmo tempo em que formulou um programa radical para o movimento homossexual, com conteúdo coletivista e que questionasse o conjunto da sociedade capitalista, em defesa de uma aliança de classe com os trabalhadores que, naquele momento, estavam em luta contra a ditadura.

Já Trevisan (2018) expressa um setor no movimento que, em rota de colisão com o stalinismo, havia generalizado suas críticas para toda a esquerda organizada e defendia que o movimento homossexual deveria trilhar seu caminho à parte das influências de partidos políticos da esquerda ou demais organizações da classe trabalhadora:

A preocupação em contestar o messianismo das lideranças surgia, portanto, a partir da preocupação de que cada um de nós devia ser dono do seu próprio nariz (e corpo). Daí advinha também a proposta de independência, autonomia e não alinhamento a programas partidários (...) (TREVISAN, 2018, p. 325).

Frente a essa controvérsia programática, observamos elementos já apontados por Sears (2019), acerca de um curso reformista no movimento pós-*Stonewall*, no período neoliberal. A negação de um programa que buscasse compreender as opressões contra LGBTI+ no marco da totalidade do capitalismo é uma das questões na base das polêmicas desenvolvidas no grupo. Uma expressão já da virada individualista para a qual Sears (2019) chama atenção.

O nascimento da luta pela afirmação homossexual no Brasil esteve integrado como as mobilizações antirracistas e feministas internacionais. E em que pese as diferentes concepções presentes no movimento em sua origem, pode-se compreender, a partir de afirmações e documentações contidas em literatura especializada⁴⁹, que a origem do movimento social homossexual no Brasil é parte das lutas contra o regime da ditadura empresarial-militar, que vigorava enquanto o movimento adotou suas primeiras ações políticas. O movimento LGBTI+ brasileiro é uma vitória da revolução política democrática que derrotou a ditadura.

A isso, adicionamos que na origem do Movimento Homossexual Brasileiro, estiveram presentes, além dos ideais que impulsionaram a revolta de *Stonewall*, em 1969; também elementos da viragem neoliberal do final dos anos 1970. O atraso de uma década para o início da organização política homossexual no país, apontado por Green (2000, 2003) e Trevisan (2018), teve, como uma de suas implicações, a coincidência de uma dupla influência programática, tanto das tendências à generalização da crítica política do programa de libertação sexual original da Rebelião de *Stonewall*, quanto do sentido já reformista adotado pelo movimento LGBTI+ no período neoliberal.

Esse aspecto da formação do movimento no Brasil evidencia a importância dos ocorridos nas décadas de 1960 e 1970. Nesse período, coexistiram tendências contraditórias do ponto de vista da relação de forças entre as classes sociais, até que fosse consolidada a reação capitalista. Ocorreram revoluções e guerras revolucionárias, crescimento econômico e mudanças socioculturais. Ao mesmo tempo, contrarrevoluções e reações, crise econômica e reforço de formas distintas de opressão.

Para a melhor abordagem dessa questão, passaremos agora a uma breve análise do contexto dos anos de 1960 e 1970, desde um apanhado internacional das lutas da classe trabalhadora desse período. O fazemos com vistas a uma compreensão mais global sobre o desenvolvimento das lutas radicais por libertação sexual, das quais o surgimento do movimento LGBTI+ é seu integrante.

⁴⁹ James Green (2000, 2003), Renan Quinalha (2017) e João Silvério Trevisan (2018).

1.2 - Anos 1960 e 1970 e a etapa revolucionária iminente: o contexto para a clivagem do programa LGBTI+

Nascido simbolicamente em 1969, o contemporâneo movimento LGBTI+ internacional tem mais ou menos a mesma idade das profundas transformações políticas, econômicas, culturais, tecnológicas, geopolíticas e sexuais que ajudaram a separar o século XX do século XXI. Nas duas primeiras décadas da segunda metade do século passado, com destaque para os *perturbados anos 70* (HOBBSAWM, 1995, p. 253), ocorreu um encontro entre características ligadas ao passado e muitos dos aspectos contemporâneos. Um encontro entre o ontem e o hoje.

Nos anos 1960 viviam-se tempos inéditos de expansão econômica. E logo depois houve uma crise que até hoje não foi superada, aberta na década seguinte, de onde emergiu o neoliberalismo. Depois que o Exército Vermelho derrotou as forças alemãs nazistas de Hitler e ganhou a Guerra, em 1945, sucederam-se revoluções em todos os continentes, *iminentes e generalizadas* (MORENO, 2003, p. 63). Algumas expropriaram a burguesia, outras não. A última a cumprir esse feito foi a vietnamita, em 1975. Após esse período, o capitalismo retomou posições geopolíticas e socioeconômicas, “triunfando” como o único sistema social vigente no mundo.

Na mídia e no campo das artes, é comum o foco cultural em abordagens acerca desse período. Não sem sentido. Em 1969, foi quando ocorreu o famoso Festival de Woodstock, nos EUA, um símbolo para o movimento de contracultura dos países do Ocidente. Foi também nesse ano que o mercado da moda recebeu o “terninho” de Yves Saint Laurent, criado para vestir mulheres com trajes típicos da masculinidade. É o mesmo ano do lançamento do disco *Mutantes*, de Os Mutantes, compondo o movimento da Tropicália, que, como parte da sua geração, se colocava em posição crítica aos padrões socioculturais da época. 1969 é também o ano de lançamento do filme *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro*, dirigido por Glauber Rocha, líder do Cinema Novo, o movimento cinematográfico brasileiro marcado pela crítica às desigualdades sociais⁵⁰.

⁵⁰ Glauber Rocha conquistou o prêmio de Melhor Diretor no Festival de Cannes por esse trabalho.

Os anos 1960 e 1970 foram assim atravessados pela *irreverência* (THERBORN, 2012). Segundo Tariq Ali (2008), “*Eles marcaram o clímax de uma revolta contra a autoridade e da tradição que a Revolução Russa iniciara*” (p. 22). Grosso modo, nesse período o mundo estava dividido entre capitalistas e comunistas. Após a Segunda Guerra Mundial, um terço da humanidade vivia em países em que tinham sido constituídos governos operários e a burguesia havia sido expropriada (HOBSBAWM, 1995, p. 15). Independentemente do papel que tenha cumprido para processos revolucionários nesse período, a União Soviética representava um “*poder estatal do anticapitalismo*”, inspirando a confiança de que era possível a existência de outro sistema social que não o capitalista (THERBORN, 2012, p.43).

Segundo afirma Therborn (2012), após a Segunda Guerra Mundial, ideias de centro-esquerda foram majoritárias em todo o mundo⁵¹ (p. 33). Em 1949, na China, no maior país, consolidou-se uma *guerra revolucionária* que acabou levada a expropriar a burguesia e instaurar um Estado operário, embora burocratizado (MORENO, 2003, p.64). Durante a década de 1950, o crescimento econômico da U.R.S.S. foi maior que o de qualquer país capitalista do Ocidente. (HOBSBAWM, 1995, p. 255). O que serviu como base material para a influência internacional de ideias socialistas. A classe trabalhadora, no pós-1945, contava com uma importante vantagem numérica, em especial do operariado. O emprego na indústria atingiu o seu auge na década de 1960 (HOBSBAWM, 1995, p. 262; THERBORN, 2012, p.24), e, segundo o autor, o peso político da classe operário atingiu o seu cume na década de 1970 (THERBORN, 2012, p. 24).

Movimentos sindicais nos países mais desenvolvidos alcançaram seus níveis mais altos de filiação em meados dos anos 1970. Na Europa Ocidental e na Oceania, a social-democracia avançava tanto entre os eleitores quanto em seu programa de reformas. Na Suécia de 1968 a 1976 e na França entre 1978 e 1981, os sociais-democratas apresentaram seus planos mais radicais e concretos para a mudança social. (THERBORN, 2012, p. 98)

Em que pese o termo guerra fria, esse intervalo na história não foi caracterizado por estabilidades, pelo contrário. Hobsbawm (1995, p. 224) chamou de Terceira Guerra Mundial o período sem as batalhas mundiais, mas caracterizado pela tensão da disputa entre as duas superpotências (EUA e U.R.S.S.). Tariq Ali

⁵¹ O que se manteve até a década de 1980, quando o autor defende que houve o início do pós-modernismo (THERBORN, 2012, p. 32).

(2008), que é britânico-paquistanês, lançou atenção para o fato de que, no continente asiático, em especial após a vitória da Revolução Chinesa, em 1949, ocorreu o que chamou de “*surto de guerras acirradas*”, com especial ênfase para a Guerra da Coreia, que contou com a intervenção direta dos EUA, com a estratégia de impedir o avanço do *Outubro Chinês*⁵² e, assim, abortar possíveis revoluções comunistas no continente (ALI, 2008, p. 76). Portanto, apesar da caracterização de “Guerra Fria”, houve importantes conflitos bélicos nesse período, além da luta política e ideológica, com contornos de esquerda *versus* direita, que marcou a segunda metade do século XX (THERBORN, 2012).

Nos anos 1960, em especial no final da década, após o “Maio Francês”, em 1968, foi aberta uma *vaga revolucionária* (ARCARY, 2003). A primeira a marcar toda uma geração, de todos os continentes, um movimento global (ALI, 2008, p. 22). Contudo, apesar de toda a sua irreverência e potencial, houve poucas conquistas. Segundo o autor:

Os anos 1960 (1967 a 1975) tiveram poucas vitórias políticas; o triunfo vietnamita contra o poderio do Império Norte-Americano e a derrubada de ditaduras no Paquistão e em Portugal marcaram o ponto alto do movimento. A eles, deve-se acrescentar os ganhos obtidos pelas mulheres e pelos homossexuais na América do Norte e na Europa ocidental (ALI, 2008, p. 22).

Já na década de 1970, segundo Ali (2008), “*a maré começava a recuar*” (p. 23). Therborn (2012, p.29) afirma que os anos 1960 teriam *faltado ao encontro*. O levante internacional foi, posteriormente, substituído por uma série de derrotas, não só políticas, como econômicas, sociais e sexuais. Os anos que se seguiram após 1960 foram marcados pelo fim da “guerra fria” e a restauração capitalista na China, na Europa oriental e, por fim, a dissolução da experiência soviética. Primeiro em 1989, simbolizada com o fim do muro de Berlim; e depois, em 1991, com o fim da U.R.S.S., uma derrota da esquerda se consolidou:

A implosão do comunismo nos anos 1990 foi uma virada negativa de proporções épicas, tanto para os não comunistas quanto para a esquerda comunista: a possibilidade de construir uma sociedade não capitalista perdeu muito de sua credibilidade (THERBORN, 2012, p. 29).

Ocorre que esse processo, que teve seu marco histórico definitivo no final dos anos 1980 e início da década de 1990, foi precedido por um conjunto de levantes

⁵² Em referência à Revolução Chinesa, de 1949.

internacionais em ascendência, neste ínterim entre 1960 e 1970. Uma contradição. Por isso dissemos de um encontro entre o ontem e o hoje.

Nos EUA, a década de 1960 foi marcada por uma radicalização do movimento negro, quando surgiu a palavra de ordem “*Black Power*”⁵³. É desse período também a derrota dos Estados Unidos, a maior potência econômica e militar da época, na Guerra do Vietnã. Em meados dos anos 1960, ocorreram grandes protestos nos EUA contra essa guerra, como, por exemplo, a ocupação da Universidade da Califórnia, em Berkeley, no ano de 1964⁵⁴. Em 1969, uma insurreição derrubou o regime político ditatorial no Paquistão. São também desse período os movimentos de libertação em África. Além, obviamente, do levante LGBTI+, iniciado nos EUA, em 1969.

Essas lutas compuseram o que Nahuel Moreno (2003) chamou de *etapa revolucionária iminente* (p.36). Uma etapa da luta entre as classes sociais fundamentais (proletariado e burguesia)⁵⁵, sendo determinada por uma correlação de forças mais favorável ao proletariado⁵⁶, se expressado em diversas partes do mundo, compreendendo China, Vietnã, Cuba, Irã, Angola; além de Portugal, Hungria e Polônia (MORENO, 2003, p. 36)⁵⁷. Segundo o autor (2003),

Inicia-se com a derrota do exército nazista em Stalingrado e abre um período de revoluções triunfantes que se estende até o presente. A primeira delas é a iugoslava, passa por sua máxima expressão na chinesa e teve sua última vitória (no sentido de que se expropria a burguesia e se constrói

⁵³ Sobre a controvérsia programática que essa palavra de ordem representou no movimento negro e na política norte-americana, ver mais em: SHAWKI, Ahmed. *Libertação negra e o socialismo*. Traduzido por Paula Maffei e Patrícia Mafra. São Paulo: Sundermann, 2017.

⁵⁴ Ver mais em Tariq Ali (2008).

⁵⁵ Segundo o autor, o conceito de etapa da luta de classes responde ao seguinte: “*as etapas são períodos prolongados de tempo em que a relação de forças entre as classes em luta se mantém constante.*” (MORENO, 2003, p. 35).

⁵⁶ Quanto a isso, chamamos atenção para um aspecto da caracterização do autor (2003). Para Moreno, em uma mesma etapa da luta de classes internacional é possível conviverem diferentes situações políticas nacionais/regionais. Por exemplo, durante a chamada por ele de *etapa revolucionária iminente* “*muitos países atravessaram situações contra-revolucionárias (Indonésia, o Cone Sul Latino-americano, a URSS, etc.)*.” (2003, p. 37).

⁵⁷ Segundo o autor (MORENO, 2003), a “*etapa revolucionária iminente*” se diferencia da etapa revolucionária aberta com a Revolução Russa, em 1917, que teria se estendido até a derrota da revolução alemã, em 1923. A diferença da etapa aberta em 1943 ocorre porque, enquanto a Revolução Russa teria tido impacto direto apenas em países da Europa e do Oriente, a “*etapa revolucionária iminente*” teria impactado diversos países do mundo, podendo se expressar em qualquer um deles.

um Estado Operário), até agora, no Vietnã, em 1974. (MORENO, 2003, p. 36)⁵⁸

A maioria das revoluções que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970 foi do tipo “*parecida com fevereiro*”⁵⁹ (MORENO, 2003, p.73). Ou seja, revoluções socialistas que alcançaram conquistas político-democráticas, mas não expropriaram a burguesia. Como exemplo, temos a Revolução dos Cravos, em Portugal, de 1974; e a revolução iraniana, em 1979 (MORENO, 2003, p. 74).

(...) os Fevereiroiros das últimas décadas. Embora muito desiguais entre si, uns mais radicalizados, outros mais fracos, estagnaram sem exceção na estação da derrubada de ditaduras. (ARCARY, 2003, p. 97).

Essa característica se consolidou nas revoluções após a década de 1970⁶⁰, onde “*nenhuma delas radicalizou no sentido de uma revolução econômico-social que fosse além da propriedade privada e do mercado*” (ARCARY, 2003, p. 97). Com isso, apontamos que a derrota da esquerda, consolidada na década de 1990, já vinha sendo gestada antes. Uma das características que indicamos como exemplo disso é, justamente, que a última revolução que tenha expropriado a burguesia ocorreu em 1975, no Vietnã. Dessa forma, vemos a restauração capitalista, consolidada na década de 1990, como um estágio a mais do declínio da revolução socialista mundial iniciado logo após o clímax das lutas anticapitalistas nas décadas de 1960 e 1970. Essa contradição, então, seria parte das influências exercidas sobre os movimentos desse período, onde está incluída a luta LGBTI+, expressando o auge e o declínio da etapa revolucionária.

O contexto desses acontecimentos, sobretudo nos países do Norte global, foi de forte crescimento econômico. Após 1945, o mundo viu um salto de qualidade em sua globalização (HOBBSAWM, 1995), o que estava diretamente vinculado com a longa onda expansionista da economia, a *Era de Ouro*. Houve uma grande expansão do comércio e da produção industrial. A troca de manufaturas, por exemplo, multiplicou-se por mais de dez em vinte anos, após 1953 (HOBBSAWM,

⁵⁸ Originalmente, o texto escrito por Moreno, que é citado nesse trecho da dissertação, fora publicado em 1984. Desde então, a afirmação “até agora”, utilizada pelo autor ao se referir às revoluções sociais, segue, infelizmente, acertada. Até o momento, a revolução no Vietnã, consolidada em 1975, foi a última a expropriar a burguesia.

⁵⁹ Uma alusão à revolução política de fevereiro, parte da Revolução Russa, de 1917. Nessa revolução, o resultado foi a derrubada do regime político czarista e a constituição de um regime político democrático-burguês (MORENO, 2003, p. 52).

⁶⁰ Nicarágua e Irã (1979), Brasil e Argentina na primeira metade da década de 1980; Haiti, Filipinas, Indonésia e Zaire, nos anos 1990 (ARCARY, 2003, p. 97).

1995, p. 264). Bens e serviços foram produzidos e comercializados em massa, transformando o padrão de consumo em quase todo o mundo, mesmo que de forma desigual. É desse período o *boom* da produção e da comercialização de carros e caminhões, televisões, a ampla difusão do rádio, a produção do plástico, o salto tecnológico na produção agrícola e petroquímica etc.(HOBSBAWM, 1995, p. 259).

Esse salto tecnológico foi importante, também, para a mudança cultural que estava se desenvolvendo em torno das questões sexuais, principalmente nos países do Norte global. São das décadas de 1960 e 1970 grandes avanços na indústria química e farmacêutica, que serviram à “revolução sexual”, conforme aponta Hobsbawm:

(...) pois a revolução sexual no Ocidente, nas décadas de 1960 e 1970, se tornou possível em função dos antibióticos — desconhecidos antes da Segunda Guerra Mundial — Que pareceram eliminar os grandes riscos da promiscuidade, tomando as doenças venéreas facilmente curáveis, e da pílula anticoncepcional, cuja disponibilidade se ampliou na década de 1960. [O risco, no campo sexual, ia retomar na década de 1980, com a AIDS]. (1995, p. 265).

Muito embora o período de crescimento econômico tenha pertencido especialmente aos países capitalistas centrais; e as riquezas produzidas não terem sido apropriadas pela maioria da população do globo, os *anos dourados* constituíram-se um fenômeno mundial (HOBSBAWM, 1995, p. 256).

O mundo industrial, claro, se expandia por toda parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no "Terceiro Mundo". No velho Ocidente, houve impressionantes exemplos de revolução industrial, como a Espanha e a Finlândia. No mundo do "socialismo realmente existente", países predominantemente agrários como a Bulgária e a Romênia ganharam expressivos setores industriais. No Terceiro Mundo, o fato mais espetacular dos chamados "países em recente industrialização" (NICS em inglês) ocorreu depois da Era de Ouro, mas por toda parte diminuiu acentuadamente o número de países dependentes da agricultura, pelo menos para financiar suas importações do resto do mundo (HOBSBAWM, 1995, p. 256).

E grande parte do *boom* econômico pode ser medida como uma internacionalização de tendências já observadas em período anterior (HOBSBAWM, 1995, p. 259). Exemplo disso é o modelo fordista, que já era utilizado nos EUA desde o início do século XX, e, na Europa, após a Primeira Guerra Mundial – 1914-1918. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, esse modelo passou a ser adotado em indústrias do mundo todo – enquanto que era aprofundado nos EUA. São centrais nesse período de crescimento econômico, portanto, o modelo de produção

em massa de Henry Ford (Fordismo); e a adoção da “economia mista” (HOBSBAWM, 1995, p. 264), onde, com base nas teorias de John Maynard Keynes (Keynesianismo), a produção e a reprodução capitalistas contaram com a intervenção direta dos Estados nacionais, cumprindo um papel planejador e regulador.

A adoção do Keynesianismo, de onde se ressalta o papel cumprido pelo Estado na economia, foi fundamental para a evolução do crescimento econômico. Como demonstrou Hobsbawm (1995), os principais casos de sucesso econômico no pós-guerra se deram por meio de processos de industrialização mediados pelo Estado, com esse cumprindo o papel de planejar e administrar a modernização econômica: *França e Espanha na Europa a Japão, Cingapura e Coreia do Sul* (p. 264).

Ademais, uma das características da reconfiguração do papel do Estado capitalista, com a adoção de políticas Keynesianas, foi a sua implicação para a política social. Após a Segunda Guerra Mundial, houve grande expansão das políticas sociais nos países do Norte global. Da Europa ocidental, tornou-se muito conhecido o *Welfare State*⁶¹, que atingiu o seu auge nos anos 1960, e no final da década começou a retroceder, principalmente pelo retorno do desemprego estrutural (HOBSBAWM, 1995, p. 254; BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 103). Segundo afirmam as autoras, as ideias Keynesianas para o papel do Estado se apresentavam com as perspectivas de:

1. Gerar emprego dos fatores de produção via produção de serviços públicos, além da produção privada; 2. Aumentar a renda e promover maior igualdade, por meio da instituição de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 86).

Esses aspetos garantiram uma elevação das condições de consumo da classe trabalhadora, resultando na ampliação do mercado consumidor, elemento fundamental para dar vazão ao grande crescimento na produção industrial do período expansionista do capitalismo. Conforme sintetizam Behring e Boschetti (2008, p. 87), “*O que havia de novo em Ford era sua perspectiva de combinar produção em massa com consumo de massas (...)*”. Como atesta o autor:

⁶¹ Nem todas as aplicações do paradigma das políticas keynesianas podem ser consideradas *WelfareState*. A depender do país de aplicação e do período, há distintos conceitos. Ver mais em Behring e Boschetti (2008).

Na década de 1930, mesmo nos ricos EUA, cerca de um terço dos gastos domésticos ainda se destinava à comida, mas no início da década de 1980 esse índice era de apenas 13%. O resto ficava disponível para outras despesas. A Era de Ouro democratizou o mercado. (HOBBSAWM, 1995, p. 264).

Por um lado, a adoção das políticas sociais nesse período do pós-Segunda Guerra Mundial só foi possível a partir do fortalecimento da classe trabalhadora. Houve melhoras significativas nas condições de vida do proletariado (BEHRING e BOSCHETTI, 2008). Contudo, essa reconfiguração do Estado capitalista, e a adoção das políticas Keynesianas para a questão social, estiveram submetidas a interesses estratégicos da burguesia. Além da formação de um mercado consumidor proporcional ao grande volume da produção, os capitalistas estiveram orientados para impedir o avanço da revolução socialista mundial, em curso naquele período, “*a necessidade de fazer um contraponto civilizado ao ainda recente Estado socialista*” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 114). Hobsbawm (1995), sobre isso, defendeu:

Os keynesianos afirmavam, corretamente, que a demanda a ser gerada pela renda de trabalhadores com pleno emprego teria o mais estimulante efeito nas economias em recessão. Apesar disso, o motivo pelo qual esse meio de aumentar a demanda recebeu tão urgente prioridade - o governo britânico empenhou-se nele mesmo antes do fim da Segunda Guerra Mundial - foi que se acreditava que o desemprego em massa era política e socialmente explosivo, como de fato mostrara ser durante a Depressão. (p. 100).

Para que fossem adotadas as políticas sociais do ora chamado *Welfare State*, a social-democracia, que passou a administrar o Estado burguês em muitos países europeus do Ocidente, no pós-guerra, teve de abandonar qualquer perspectiva que ainda guardava de socialização da economia e assumir um programa de reformas do capitalismo (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 89). Uma das condições para a adoção de legislações que estruturaram o *Welfare State* se deu por meio de pactos de colaboração de classes entre a social-democracia e a direita europeias. Isso foi combinado a um apassivamento da classe trabalhadora europeia em certo período, que passou, em alguma medida, a compreender ser possível um Estado com justiça social no capitalismo (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 92). Compreensão endossada por meio do consumo de massas, outro fator que agregou para a desarticulação da classe trabalhadora. Assim, a adoção dos modelos de Estado social, pontual e limitada, serviu como uma forma do capitalismo mimetizar o estado operário no Norte global, atingindo um dos objetivos da burguesia nesse período: impedir o avanço do comunismo.

Ainda sobre as medidas de Estado social, Alan Sears (2019) chama a atenção para o fato de que a lógica do Estado de bem-estar social nos países do Norte global se baseava, em grande parte, na divisão sexual do trabalho e na família de características patriarcais (monogâmicas, heterossexuais e com poder concentrado no homem patriarca), reforçando as relações sociais de opressão de gênero e de orientação sexual. Segundo o autor:

Estado de bem-estar social ampliado foi um modo particular de regulamentação moral, que buscava conformar as práticas reprodutivas da população por meio de benefícios e programas que ofereciam uma sensação de segurança e pertencimento a alguns setores da classe operária (SEARS, 2019, p. 142).

O objetivo do Estado de bem-estar social ampliado era reproduzir a forma da família heterossexual com base em uma divisão do trabalho definida por gênero e raça (WILSON, 1977; URSEL, 1989, apud SEARS, 2019, p. 142)⁶².

Já ao final dos anos 1960, a economia dava sinais de estagnação (HOBSBAWM, 1995). Ernest Mandel (1982) foi um dos primeiros economistas marxistas a chamar atenção para o fato de que o modelo de produção capitalista dos *Anos Dourados* estava se esgotando. O que logo se confirmou com a crise econômica aberta na década de 1970. Uma das chaves de explicação estava em características da subfase do capitalismo, denominada por Mandel (1982) como *capitalismo tardio*, na qual o modelo de produção buscava incessantemente o emprego de novas tecnologias de automação e mecanização, que aumentam a produtividade ao mesmo tempo em que diminuem a quantidade necessária de emprego da força de trabalho na produção. Ocorre que só é possível extrair mais-valor e valor da força de trabalho. Portanto, nessa lógica em que a massa da mais-valor diminui enquanto sua taxa expressa pela produtividade aumenta, em dinâmica (automação) constitui-se “*o limite interior absoluto do modo de produção capitalista*” (MANDEL, 1982, p. 145).

Mandel (1982), então, identificou os sinais de esgotamento da longa onda expansionista do capital já na década de 1960. Nesse período, o emprego de tecnologias para aumentar a produtividade, reduzindo o uso da força de trabalho, implicou no aumento da composição orgânica do capital, e fez ressurgir o desemprego estrutural. Esses serviram de elementos básicos para o declínio dos

⁶² Não foi possível utilizar diretamente os textos originais citados por Sears (2019), pois não contam com publicação em português e não consegui encontrá-los em versão digital na internet.

Anos Dourados. Em meados da década de 1970, na *Segunda Guerra Fria*⁶³ (HOBBSAWM, 1995, p. 241), a alta dos preços de petróleo em 1973-1974 foi um dos primeiros sinais mais nítidos da nova onda de estagnação que havia se formado. Segundo sintetizam Behring e Boschetti (2008), a partir do estudo de Mandel (1982),

O que ocorreu em 1974-1975, na verdade, foi uma crise clássica de superprodução, se observadas as tendências de longo prazo fundadas na lei do valor. O já presente agravamento do problema do desemprego (não nas proporções atuais) pela introdução de técnicas capital-intensivas e poupadoras de mão-de-obra, a alta dos preços de matérias-primas importantes, a queda do volume do comércio mundial, e um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, advindo do ainda recente período de pleno emprego no capitalismo central (...) (p. 116).

A crise, nessa perspectiva de análise, tem a função objetiva de constituir como o meio pelo qual a lei do valor se expressa e se impõe. Ela é a consolidação de dificuldades crescentes de realização de mais-valia socialmente produzida, o que gera superprodução, associada à superacumulação (p. 117).

Os sinais de esgotamento econômico da *Era de Ouro* foram respondidos com uma situação revolucionária internacional, iniciada em 1968 (ARCARY, 2003). Nessa situação política, inaugurada com o levante operário-estudantil de 1968, na França, estão incluídas as lutas antirracistas, nos EUA; as mobilizações contrárias à guerra imperialista no Vietnã – que também viveu uma inflexão com a Ofensiva do Tet, no mesmo ano -; a nova onda feminista; e os questionamentos contraculturais por maior liberdade sexual, chamados comumente por “revolução sexual”⁶⁴. Portanto, também a Revolta de Stonewall foi parte dessa situação política da luta de classes internacional.

O “*Maio Francês*”, em 1968, foi iniciado com uma série de lutas estudantis, que logo contagiou a classe operária. A onda de protestos influenciou mobilizações em vários países no mundo, abrindo uma *vaga revolucionária internacional* (ARCARY, 2003, p. 97). Na base desses protestos estão os primeiros sinais de estagnação econômica, visível pelo já presente desemprego estrutural, que ameaçava o futuro da juventude, já sem possibilidades de ter as mesmas condições de vida e trabalho que tiveram seus pais (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 90).

⁶³ Quando houve um acirramento dos conflitos entre as duas superpotências, EUA e U.R.S.S..

⁶⁴ A crítica ao conceito de “revolução sexual” foi trabalhado mais à frente neste trabalho.

Além disso, outro aspecto importante foi a luta, com forte traço geracional, contra padrões rígidos da ordem sexual e moral francesa. Tanto que a faísca imediata para os protestos se deu na Universidade Paris Nanterre, onde foi iniciado um protesto contra a proibição de que rapazes pudessem visitar os dormitórios femininos. Esse aspecto sexual da luta estudantil se faz perceber em várias das palavras de ordem levantadas no período:

São inúmeras as frases pintadas nos muros que remetem à liberdade sexual – *gozar sem entraves; mais faço amor, mais tenho vontade de fazer a revolução; mais faço a revolução, mais quero fazer amor; também se faz amor na Ciência Política, não somente nas praias e bosques* (TIBLE, 2018, p. 12).

Tariq Ali (2008, p. 288) aponta, ainda, que nas vésperas do ano de 1968, na França, havia ocorrido um largo processo de expansão das universidades, sem, contudo, estar acompanhado de garantias de estruturas nas instituições de ensino superiores que fossem capazes de comportar o crescente número de estudantes. Esse fato teria sido a base material para a revolta estudantil - ao menos na sua aparência. Agregam-se os impactos relacionados com a resistência vietnamita à guerra imperialista dos EUA, as lutas da negritude americana por direitos civis⁶⁵, bem como as lutas em curso nos países sul-americanos contra as ditaduras militares instaladas em diversos deles – como no caso brasileiro -, além da mobilização revolucionária que era travada no continente africano, em seu processo de descolonização (ALI, 2008). Imerso nesse contexto, primeiramente estudantes, e depois a classe operária francesa, se levantaram em manifestações, greves, ocupações de universidades e fábricas. O autor conta:

Assim como o sucesso vietnamita inspirara os estudantes, agora o triunfo dos estudantes inspirava os operários. A França caiu numa solução pré-revolucionária sem que os trabalhadores que a tornaram possível percebessem que suas ações haviam começado a questionar quem governava a França. O levante varreu o país todo. Dez milhões de trabalhadores entraram em greve. Foi a maior greve geral da história do capitalismo e a escala dos acontecimentos foi muito maior que o levante de 1905, na Rússia czarista. Os envolvidos não eram mais somente estudantes e operários. (ALI, 2008, p. 293)

Especificamente sobre os impactos da resistência vietnamita nos EUA – berço simbólico do surgimento do movimento de libertação gay-, Tariq Ali afirma que:

⁶⁵ Vale ressaltar que um dos dirigentes negros dos EUA fora assassinado justamente em 1968, em abril, um mês antes do levante francês.

A incessante ofensiva vietnamita criara uma grande crise nos Estados Unidos. A derrota iminente numa guerra travada a vários milhares de quilômetros de distância dividira o Partido Democrata. Na convenção daquele ano em Chicago, os delegados foram cercados por manifestantes contrários à guerra, boa parte deles inspirados pela SDS e por várias coalizões antibélicas. (2008, p. 309)⁶⁶.

Como já mencionamos, na década de 1960, nos EUA, as lutas antirracistas por direitos civis – que já vinham em forte ascensão desde a década anterior - alcançaram grandes conquistas. Nesse período, foram vitoriosas as campanhas *Civil Right Act*, de 1964, que tornou ilegal a segregação racial no país; e a *Voting Right Act*, de 1965, que garantiu o direito ao voto para as “minorias” raciais, proibindo a discriminação racial no sufrágio eleitoral (HAIDER, 2019, p.42). E, do ponto de vista programático estratégico, Asad Haider (2019) conta como o partido Panteras Negras trilhou um percurso que, de uma lado incorporou o princípio da auto-organização dos negros, compreendendo que a opressão ao povo negro é de base racial; e de outro, negou uma luta racial que estivesse separada de uma crítica ao capitalismo. Assim, os Panteras Negras defenderam que a verdadeira libertação do povo negro passaria, necessariamente, pela conquista do poder, do contrário apenas criaria “(...) uma situação em que o policial branco é substituído pelo policial negro. Para os Panteras isso não era libertação” (HAIDER, 2019, p. 44).

É também nesse enquadramento social e político que se desenvolveu uma série de mobilizações feministas, iniciada nos Estados Unidos, mas com forte característica internacional, e que logo se espalhou pelo mundo ocidental, ficando conhecida como “segunda onda feminista”. Conforme descreve Nancy Fraser (2009), as lutas feministas nesse período foram marcadas por um programa centrado em temas como a sexualidade; a violência sexual e os estupros conjugais no âmbito da família; direitos iguais no mercado de trabalho entre homens e mulheres; direitos reprodutivos; desigualdades entre homens e mulheres no cotidiano e na esfera legal. Esse processo compõe a disputa sociossexual ocorrida nos anos de 1960 e 1970, que debateram, na esfera pública, moral sexual e os padrões de comportamento de gênero e sexualidade.

⁶⁶ A referência que o autor faz à SDS, diz respeito a **Estudantes para uma Sociedade Democrática**, uma organização nacional de estudantes fundada em 1962, nos EUA, que teve grande destaque na luta contra a guerra imperialista dos EUA no Vietnã. Ver mais em: <https://revistacult.uol.com.br/home/1968-a-rebeliao-estudantil-nos-estados-unidos/>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 19 horas.

Portanto, a política sexual libertária desenvolvida, nos anos de 1960 e 1970, pelo movimento LGBTI+, e seu caráter anticapitalista, estiveram contextualizados em uma etapa avançada da luta de classes, onde a questão do poder esteve colocada em vários países e o questionamento ao capitalismo ocupou lugar destacado em mobilizações da classe trabalhadora, com importante participação das lutas feministas e antirracistas. Sobre esse contexto, temos o relato de Tariq Ali:

As ideias, como tudo naquela época, começaram a atravessar as fronteiras e, num momento em que todos os valores tradicionais da sociedade burguesa estavam sendo questionados pela nova geração, seria muito estranho não mencionar as questões ligadas à sexualidade e aos gêneros. (2008, p. 327).

Após a morte de Stalin, em 1953, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, Nikita Krushev expôs muitos dos crimes cometidos por Stalin contra adversários de toda a Europa oriental e de seu próprio partido – o que, até então, eram críticas feitas apenas por grupos trotskistas, que, em sua maioria, eram muito pequenos. Isso abalou o prestígio soviético entre a esquerda mundial. No Ocidente, partidos comunistas perderam camadas importantes de militantes e simpatizantes (ALI, 2008, p. 85).

E, em seguida, nos anos 1960, o desempenho econômico na parte capitalista do mundo ganhou a dianteira, ultrapassando as taxas de crescimento da U.R.S.S. (HOBBSAWM, 1995, p. 255). Já nesse momento, o modelo de produção industrial soviético, baseado em tecnologias antigas (ferro, aço...), era marcado por certo declínio tecnológico, o que foi confirmado na década de 1980, período em que houve estagnação da sua economia (THERBORN, 2012, p. 20). Ressaltamos, ainda, que, já em 1970, foi iniciado o processo de restauração capitalista na China, realizando acordos de colaboração com o capitalismo norte-americano, representando um importante impacto para a geopolítica global e a evolução da revolução socialista mundial. Esses elementos contribuíram para a implosão da União Soviética na década de 1990.

Hobsbawm (1995), ao defender que durante a “Guerra Fria” não havia de fato uma ameaça de nova guerra mundial nuclear, argumentou que, em parte, isso ocorreu porque a revolução mundial já não mais constava do programa da União Soviética (HOBBSAWM, 1995, p. 221). Segundo defendeu o historiador, as duas potências (EUA e U.R.S.S.) aceitaram a divisão geopolítica construída no fim da

Segunda Guerra Mundial, “*em um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência*” (HOBSBAWM, 1995, p. 223). Aqui reside um dos pontos argumentados como central para a compreensão da derrota representada pelo declínio das experiências socialistas do século XX.

Como bem apontou Mandel (1982), o capitalismo tardio, enquanto subfase do imperialismo, mantém uma característica fundamental: sua tendência a uma expansão para além dos limites dos Estados nacionais. Para Mandel (1982), isso é explicado, pois o capitalismo se orienta pela busca do superlucro, assim explica a expansão geográfica desse sistema. Com o aumento permanente da composição orgânica do capital, com quedas na taxa de lucro e demanda por matérias-primas nos países industrializados centrais, capitais sobrantes são estimulados a buscar oportunidades em países periféricos, onde o maquinário e a força de trabalho são mais baratos. Assim, o capital alcança o superlucro no centro do capitalismo. Segundo Behring (2015) acerca desse processo,

Seu impacto sobre a hierarquia na economia-mundo, a partir da ideia do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, engendra relações assimétricas de subordinação, imperialismo e belicismo (p. 42).

Dessa forma, tem-se que uma coexistência “pacífica” e equilibrada entre capitalismo e Estados operários, tal como apontado por Hobsbawm (1995) na “guerra fria”, compôs uma situação de excepcionalidade, mas não só pelas tendências expansionistas do capitalismo em sua fase imperialista. Também o socialismo só é possível se no marco mundial, fruto de uma revolução permanente. Segundo Trotsky asseverou,

Em lugar de pôr fim à revolução, a conquista do poder pelo proletariado apenas a inaugura. A construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classes em escala nacional e internacional. Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. É nisso que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e parlamentarismo (2010, p.314).

Deixando de ser concebidas como um projeto mundial, as experiências socialistas do século XX passaram a retroceder (MORENO, 2003). E com elas, também retrocederam as condições para a emancipação humana, o que implica diretamente sobre a libertação sexual. Assim, verificamos que além do caráter

revolucionário, os aspectos reformistas presentes no desenvolvimento do programa de libertação sexual, ao final da década de 1970, podem ser compreendidos nos marcos do contexto aqui abordado, especialmente pelas características do refluxo da revolução socialista mundial.

Para fazermos uma analogia, recorremos a Reich (1982), quando esse versou sobre a *Revolução Sexual Soviética* iniciada após a Revolução de Outubro, de 1917, na Rússia. Segundo afirmou o autor, a tomada do poder e a mudança nas relações econômico-sociais constituíram uma condição para a revolução sexual, mesmo que isso não bastasse⁶⁷. Considerando essa concepção, o declínio das transformações nas relações econômico-sociais não capitalistas no século XX - culminando na derrota dos Estados operários burocratizados -, confirmou uma das afirmações do “Maio Francês”, mesmo que pelo seu aspecto negativo: “*A emancipação do homem será total ou não será.*”⁶⁸.

Como anunciado antes neste trabalho, o programa da libertação sexual, simbolizado em *Stonewall*, foi substituído por conquistas com duplo caráter, contendo elementos da reação capitalista iniciada no final da década de 1970 (SEARS, 2019). O contexto em que se desenvolveu a luta por libertação sexual internacional, com vimos acima, foi marcado por contradições fundamentais, tanto econômicas, quanto políticas. Sem as condições concretas para se desenvolver, o programa de libertação sexual de *Stonewall* tornou-se inexecutável. Elemento que contribuiu para que a “revolução sexual” retrocedesse.

O duplo caráter presente nas conquistas LGBTI+, como afirma SEARS (2019), nos parece ser espelhado na clivagem do programa de libertação sexual, na medida em que esse passou a se distanciar de perspectivas anticapitalistas. E, além do declínio dos Estados operários, também a concepção moralista sobre a sexualidade, adotada pelo stalinismo na década de 1930, contribuiu para essa clivagem programática, onde, ao mesmo tempo, reivindicou-se libertação LGBTI+, mas nos marcos do capitalismo, e sem libertação sexual.

⁶⁷ Ver mais em Wilhelm Reich (1982).

⁶⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0.,MUL463636-15530.00-CONHECA+DAS+FRASES+MAIS+MARCANTES+DE+MAIO+DE.html>, acessado em 27 de setembro de 2020, às 12h.

Para argumentar sobre esse aspecto, partimos da concepção apontada Trotsky (2009), sobre as tarefas culturais de libertação das mulheres pós-revolução soviética. Para autor (2009), a família patriarcal não poderia ser simplesmente abolida, teria de ser substituída. Ou seja, para se colocar abaixo as ideologias relacionadas às reminiscências do patriarcado, é necessário substituir suas “funções” sociais na sociedade, nesse caso, o papel desempenhado pela família – majoritariamente, pelas mulheres. Assim, Trotsky (2009) defendeu a coletivização dos trabalhos domésticos, condição para a libertação das mulheres russas da época.

Indicamos que situação análoga ocorre com a libertação sexual. Segundo afirmou Reich (1982), uma das condições para a libertação sexual consiste no que chamou de *"Política da vida particular"* (p. 126), quando o Estado se ocuparia, também, de propiciar condições concretas para que a população pudesse, dentre outras questões, fazer sexo, de modo saudável e seguro. Disso, tem-se a proposta defendida pela *Sexpol*⁶⁹, na década de 1930, por construções de espaços destinados a encontros sexuais juvenis, que deveriam ser mantidos pelo Estado. Considerado que o capitalismo depende de altos níveis de repressão sexual (REICH, 1974, 1982 e 1985; MARCUSE, 1975), para que o Estado passasse a garantir tais condições, não poderia estar submetido à estratégia da dominação de classe, como ocorre no capitalismo. Entretanto, a repressão sexual não é uma exclusividade do Estado capitalista.

Como dissemos anteriormente, a União Soviética foi pioneira na descriminalização da homossexualidade, ainda em 1918. Fato que impulsionou mobilizações em toda a Europa pró-homossexualidade (REICH, 1982, p. 138). Contudo, em 1934, a homossexualidade voltou a ser criminalizada nas fronteiras soviéticas, com a imprensa denunciando a homossexualidade como uma “degeneração da burguesia fascista” (DSPA, 1982). Em 1936, ocorre outro retrocesso na Revolução Sexual Soviética, o fim do aborto legal. Segundo relata Reich (1982),

⁶⁹ Associação Alemã para uma Política Sexual Proletária (Sexpol), ligada ao Partido Comunista Alemão, foi fundada em 1931 por Wilhelm Reich, e era destinada a promover entre o operariado e a juventude, debates sobre sexualidade e política a partir de uma perspectiva da libertação sexual associada à revolução socialista mundial.

(...) em janeiro de 1934 em Moscou, Leningrado, Cracóvia e Odessa verificaram-se prisões em massa de homossexuais. Essas prisões eram justificadas como tendo base política. Entre os presos encontravam-se muitos artistas, atores, músicos, que foram condenados por "orgias homossexuais" administrativamente a diversos anos de prisão ou exílio (p. 138).

Por ocasião das prisões em massa, criou-se uma situação de pânico entre os homossexuais na União Soviética. Consta que no exército verificaram-se numerosos suicídios (p. 139).

Com isso, a repressão sexual e a perseguição contra LGBTI+ compuseram um tipo de moralidade que passou a ser defendida pela III Internacional Comunista, se expressando nos governos operários, por exemplo, da China e em Cuba (QUINALHA, 2019, p. 270). Como afirma o autor,

A tarefa da revolução social, assim, não passava pela revolução sexual. Forjar uma sociedade socialista, e o novo homem, demandava o combate à moral burguesa com seu hedonismo e individualismo característicos. Para isso, era preciso cultivar subjetividades capazes de controlar as paixões, devotas ao projeto político, aderentes a uma rigidez normativa e com os objetivos pessoais subsumidos aos propósitos da revolução. Reforçavam-se, portanto, um "ethos de masculinidade revolucionária", a sexualidade heteronormativa e as uniões monogâmicas (QUINALHA, 2019, p. 27).

Com isso, é possível compreender a contradição de que as mobilizações, comumente tratadas por "revolução sexual" das décadas de 1960-1970, ocorreram, majoritariamente, nos países do Norte global capitalista. Tanto a "segunda onda feminista", quanto a Revolta de *Stonewall* se desenvolveram a partir dos EUA. Esses processos não se deram na "parte comunista" do mundo dividido na "guerra fria". E não porque nos Estados operários se gozasse de liberdade sexual. Pelo contrário, como vimos.

As experiências socialistas no pós-Segunda Guerra Mundial não foram pontos de apoio para o desenvolvimento da "revolução sexual" dos anos 1960-1970. Desse modo, sua ocorrência ter sido centralmente nos países ocidentais do Norte, diz mais sobre a repressão sexual dos Estados operários que propriamente acerca de uma pretensa maior liberdade sexual nos países capitalistas. Além de estarem alijadas das condições concretas para uma revolução sexual, as pautas de libertação gay e lésbica, nas décadas de 1960-1970, não contaram com o apoio dos Estados operários.

Assim compreendemos as múltiplas determinações da clivagem programática LGBTI+ apontada por Sears (2019). O movimento de libertação gay e lésbica surgiu

com características anticapitalistas, sendo parte do clímax das lutas revolucionárias do século XX. Mas, antes da reação capitalista apontada por Sears (2019), no final da década de 1970, a revolução socialista já havia iniciado o seu declínio. Isso limitou as condições para o desenvolvimento de conquistas realmente libertárias para a sexualidade. A derrota da “revolução sexual” e os limites da libertação LGBTI+ estiveram atrelados aos limites das condições políticas e econômico-sociais impostas pelo declínio da *etapa revolucionária iminente* e pela restauração capitalista. Ademais, também contribuíram as noções moralistas e repressivas acerca da sexualidade, majoritárias nos Estados operários.

Pela importância da discussão sexual para este trabalho, destacamos uma breve abordagem sobre os acontecimentos que compõem a chamada “revolução sexual”. Essa ocupou a próxima parte. Passemos a ela.

1.3- Libertação sexual, a revolução que não aconteceu

A luta política homossexual e de diversidade de gênero não pode ser separada da história da sexualidade. Tanto que as mudanças sexuais dos últimos cinquenta anos estão vinculadas às conquistas LGBTI+. Contudo, os conflitos sexuais da sociedade não se resumem às questões de opressões contra LGBTI+ e mulheres. Por exemplo, na União Soviética, após 1934, a masturbação foi alvo de castigos no Exército Vermelho, independente da orientação sexual dos seus praticantes (REICH, 1982, p 138).

Assim, como vimos anteriormente, a Revolta de *Stonewall*, de certa forma, foi uma expressão da luta sexual do século XX. Nesse período, houve relevante interesse sobre a regulação sexual da sociedade, tanto por programas conservadores, quanto de críticas à esquerda. Do espectro conservador, temos as leis que criminalizavam a homossexualidade para 70% da humanidade, no final da década de 1960. Já o levante de *Stonewall* é parte disso como uma crítica de esquerda à sociedade.

A libertação gay surgiu no contexto da nova esquerda das décadas de 1960 e 1970, que tendia a rejeitar mudanças conduzidas por meio de instituições estabelecidas. O utopismo sexual do movimento identificava o sexual como um elemento crucial para a transformação da sociedade, fornecendo tanto uma visão pré-figurativa de um mundo melhor quanto um espaço de luta contra a coerção. (SEARS, 2019, p. 137).

A imaginação e a luta por uma sociedade mais livre sexualmente se desenvolveram de forma internacional no auge do século XX, no ambiente político dos anos 1960. Como vimos, as lutas por libertação LGBTI+ foram contemporâneas à segunda onda do feminismo. Esse processo de lutas sexuais teve suas principais mobilizações e consequências no Norte global (Europa, EUA e Canadá). Pela importância do “Maio Francês”, as transformações sexuais na França são ilustrativas sobre a “revolução sexual” liberal.

A pílula anticoncepcional representou um dos grandes avanços desse período, sendo introduzida nos Estados Unidos, em agosto de 1960 e, na França, em dezembro de 1967. Com isso, a fecundidade passou a ser vista cada vez mais como um projeto individual, impactando na vida sócio-familiar (BOZON, 2004). Michel Bozon (2004) chamou de “segunda revolução contraceptiva” esse processo de difusão de métodos contraceptivos, associado a uma maior autonomia e controle reprodutivo por parte das mulheres. Nesse contexto, na França, houve uma redução das uniões oficiais de casamentos no civil e no religioso (BOZON, 2004). Tornou-se mais comum o planejamento no número de filhos, onde as mulheres passaram a ter maior poder de decisão. E ainda do ponto de vista da sexualidade das mulheres, houve certo crescimento na racionalização do desejo, vinculado ao direito ao prazer e maior igualdade sexual entre homens e mulheres (BOZON, 2004).

Esse processo comumente é visto como parte de uma “revolução sexual”, mais precisamente da “segunda revolução sexual”⁷⁰. E que teria o “maio de 1968” como um marco. Todavia, Bozon (2004) questiona essa caracterização. Primeiramente, para Bozon (2004), a libertação sexual não foi a pauta central do “Maio Francês”. Para o autor, seria mais correto afirmar que as mudanças no comportamento sexual das mulheres francesas remontam de período anterior às

⁷⁰ Em 1964, a revista americana *Time*, publicou um editorial cujo título era *The Second Sexual Revolution* (A segunda revolução sexual, tradução livre). Nesse texto, a influente revista anunciava a chegada de uma nova revolução sexual, em alusão a que teria sido a primeira, ocorrida nos anos 1920, quando a juventude dos países capitalistas ocidentais teria questionado a política sexual do período vitoriano, marcada por rígidas regras de repressão sexual. Entretanto, como abordamos neste trabalho, a primeira revolução sexual foi mais dinâmica no oriente, na experiência socialista. A segunda, de acordo com a revista, era caracterizada por lutas contra reminiscências da repressão sexual de outrora e acabou por inaugurar outro tipo de ‘culpa sexual’, que impelia as pessoas de serem sexualmente ativas e “libertárias” com os atos da sexualidade. Encontramos o artigo referido no livro *Sexual Revolution* (2003), organizado por Jeffrey Escoffier. A reprodução do editorial encontra-se entre as páginas 4 e 6. Referências sobre esse editorial se encontram disponíveis em: <https://time.com/3611781/sexual-revolution-revisited/>, acessado em 8 de setembro de 2020, às 11h. E sobre o papel da U.R.S.S. na primeira revolução sexual: ver mais Reich (1982).

mobilizações de 1968, e se estendem para além dessas (BOZON, 2004). Como parte disso, tem-se a luta pela derrubada da lei que proibia o aborto, com grandes manifestações na França, nos anos 1970, culminando com a autorização do aborto, em 1975. A isso, adicionamos que as revoluções que ocorreram na situação revolucionária aberta com os acontecidos no ano 1968, tampouco podem ser caracterizadas pelo programa de revolução sexual. Por exemplo, a Revolução dos Cravos, em Portugal, de 1974, não só não descriminalizou a homossexualidade, como, também, não pôs fim às “clínicas” para a “cura gay” que existiam no país.

Em segundo lugar, as pautas por libertação sexual levantadas nas décadas de 1960 e 1970 também não foram definitivamente alcançadas (BOZON, 2004). O autor chama atenção para o fato de que, frente ao declínio do discurso religioso como referência para o controle da sexualidade, ocorrido após os anos de 1960 e 1970, os discursos médico e psicológico, pretensamente técnicos, passaram a sustentar outros tipos de normatização sexual (BOZON, 2004). Desse modo, Bozon (2004) assevera que todas as experiências sexuais hoje respeitam o que por ele é chamado de *scripts*, dos quais fazem parte, por exemplo, a literatura e a pornografia. Esses *scripts* estruturam o imaginário sexual de diversos grupos sociais, moldando a forma como se compreende as relações sexuais, o prazer e a própria sexualidade (BOZON, 2004).

As transformações sociais, políticas e culturais ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, como a chamada por Bozon de “*segunda revolução contraceptiva*”, contribuíram para um *declínio da antiga ordem de procriação* (BOZON, 2004). Após os anos 1960 e 1970, a procriação passou a ser vista como um dos aspectos da sexualidade – não mais como o único ou o mais importante -, havendo uma ampliação do repertório sexual, para o qual a sexualidade passou a ser compreendida como uma esfera fundamental da intimidade e afetividade dos sujeitos (BOZON, 2004).

Contudo, apesar da importância das transformações sexuais desenroladas na segunda metade do século XX, elas não foram suficientes ao ponto de libertar de fato a sexualidade.

(...) a parte essencial das transformações dos comportamentos sexuais a partir da década de 1960 decorre de mudanças que, em princípio, não dizem respeito à sexualidade, como a massificação da educação ou o

crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. E, por outro lado, as transformações das relações sociais, na e pela sexualidade, talvez sejam menos radicais do que se tem afirmado. Elas antes constituem uma interiorização do que um relaxamento dos controles sociais. (BOZON, 2004, p. 59).

No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, também é possível observar a ocorrência de questionamentos culturais sobre gênero e sexualidade, com forte dimensão geracional. Importantes transformações culturais contribuíram para alterar as noções de gênero e sexualidade no país. Quanto a isso,

Cantores como Caetano Veloso, Maria Bethania e Ney Matogrosso apresentavam uma imagem andrógina que transgredia os papéis sexuais, e implicava um desejo bissexual. Valores boêmios e contraculturais que enfatizavam a liberdade sexual individual começaram a influenciar os intelectuais e estudantes (GREEN, 2003, p. 281-282)

E mesmo as limitadas conquistas sexuais das décadas de 1960 e 1970 só foram experimentadas por parcelas minoritárias da sociedade. Maior liberdade sexual, associada a ideias de modernidade progressista, passou a ser vista como um sinônimo de evolução (GREEN, 2003). Mas isso nas classes médias e dominantes. Para as classes trabalhadoras, continuaram imperando padrões de moralidade conservadora (CARMO, 2019). Quanto a isso,

Em bares, casas noturnas de elite e festas universitárias, algumas moças transam em certos locais privativos, como banheiros e “cafofos” improvisados; muitos sabem do ocorrido e nem por isso elas ficam “faladas”. Já as moças de comunidades mais pobres, se o fizerem, sofrem o estigma social; o fato corre de boca em boca e logo a moça é marcada. Exemplo divulgado na imprensa foi o de um baile *funk* onde a polícia constatou que, na parte dos fundos, debaixo do palco, jovens praticavam sexo em pé. Embora a ocorrência não seja específica de uma ou outra classe, fica claro que, quando algo é praticado por setores da classe média, é considerado “revolução dos costumes”, ao passo que a mesma conduta, quando ocorre nos extratos menos favorecidos, é vista como “degradação dos costumes”. (CARMO, 2019, 353).

Julgamos mais correto, portanto, falar em reforma sexual para dizer sobre o processo de questionamento cultural dos padrões de experimentação da sexualidade, a busca por maior liberdade sobre o corpo, expressando-se artística e culturalmente; e o movimento da contracultura, acentuadamente marcado por questões geracionais, ocorrido nas décadas de 1960 e 1970. Fazemos tal afirmação, sem, com isso, desconsiderar a importância desse processo de questionamento cultural para a expansão das noções de gênero e sexualidade, que contribuíram para o levante LGBTI+ no mesmo período (1960-1970). Mas, como não houve, de

fato, libertação sexual, muitas das conquistas alcançadas se perderam ou foram deformadas.

A disseminação da pílula e de outros métodos contraceptivos para mulheres, tão importante nas décadas de 1960 e 1970, sem ser parte de um processo estrutural de questionamento das relações sociais de opressão de gênero, não foi capaz sozinha de garantir a autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos. A prática do aborto, até 2018, era ilegal para 90% das mulheres na América latina⁷¹. Em 2018, só no Brasil, a cada dois dias, uma mulher foi morta, vítima de abortos inseguros⁷². E essa, em 2019, foi a maior causa de mortes em todo o mundo⁷³. Outros dados, ainda, reforçam a situação de ausência de controle das mulheres sobre seus próprios corpos, como os altos índices de violência sexual. No Brasil, em 2018, foram registrados 66 mil casos de estupro de mulheres, uma média de 180 estupros a cada dia⁷⁴.

O mesmo ocorre com a liberdade sexual das mulheres, que ainda é um importante desafio. Em recente pesquisa, revelou-se que apenas 36% das mulheres brasileiras têm orgasmo durante o sexo⁷⁵. E a manutenção do paradigma do casamento monogâmico na sociedade também representa um impasse para a liberdade sexual das mulheres, como mais um exemplo. Segundo dados de pesquisa internacional, mais de 70% das mulheres cisgêneras em relações heterossexuais dizem nunca ter tido orgasmo com seus parceiros⁷⁶.

Ainda, temos que os ganhos do campo sexual não impediram a violência e discriminações sofridas por pessoas LGBTI+ em todo o mundo. Destacamos a violência estatal. Segundo o último relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), de 2019, há pena de

⁷¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/14/internacional/1529002780_075313.html, acessado em 30 de setembro de 2020, às 12h30min.

⁷² Disponível em: http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-cao-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html, acessado em 27 de setembro de 2020, às 20h30min.

⁷³ Disponível em: <https://pleno.news/mundo/worldometers-aborto-foi-a-maior-cao-de-morte-em-2019.html>, acessado em 27 de setembro de 2020, às 20h30min.

⁷⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-mais-de-180-estupros-por-dia-numero-e-o-maior-desde-2009.shtml>, acessado em 27 de setembro de 2020, às 20h45min.

⁷⁵ Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Amor-e-Sexo/noticia/2018/09/apenas-36-das-mulheres-tem-orgasmo-durante-o-sexo-mostra-pesquisa-inedita.html>, acessado em 27 de setembro de 2020.

⁷⁶ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ciencia/2010/08/778593-mais-de-70-das-mulheres-nunca-atingiram-o-orgasmo-com-seus-parceiros.shtml>, acessado em 27 de setembro de 2020, às 21h.

morte contra atos sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo em seis Estados-Membros da ONU, além de mais cinco Estados onde tal pena é tecnicamente possível. Em 26 outros países, a pena máxima pode variar entre 10 anos a prisão perpétua⁷⁷.

Desde a “revolução sexual”, o sexo veio estando no centro do discurso. A quantidade de nãoos que se dizia parece ter se multiplicado em sins. Nas propagandas comerciais, a utilização do sexo tem grande destaque. Há um volumoso apelo sexual no mercado, utilizado para vender e fidelizar clientes (PETROLL e DAMACENA, 2012). Esses sins, entretanto, compõem os chamados *scripts* dos quais fala Bozon (2004), sem representarem verdadeira liberdade sexual. Índices recentes demonstram queda na atividade sexual da população em diferentes países. Nas últimas décadas, tem-se feito cada vez menos sexo⁷⁸.

Ou seja, a centralidade do sexo nos discursos não significa redução dos conflitos sexuais, nem é sinônimo de mais satisfação sexual na sociedade. Concordando com Bozon (2004), consideramos que a reforma sexual, não só deixou de alcançar liberdades sexuais, como passou a reificar a sexualidade, dando lugar a uma erotização do mercado, objetivação das relações sexuais e dessublimação repressiva. Assim, também concordamos com as feministas autoras do Manifesto feminismo para os 99%: *“Na verdade, o capitalismo financeirizado está fomentando um retrocesso sexual de enormes proporções (...)”* (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 71).

Partido dessa assertiva, deslocamos agora a discussão para uma breve análise sobre as políticas sexuais adotadas pelo capitalismo, no período posterior à década de 1980. Com isso, discorreremos sobre as contradições da política sexual neoliberal e sobre o sentido reformista para o programa defendida pelo movimento LGBTI+, conforme apontado por Sears (2019), bem como a sua dessexualização. Será nessa parte, então, que estenderemos nossas argumentações sobre as consequências atuais da derrota da “revolução sexual”.

⁷⁷ Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2019.pdf, acessado em 30 de setembro de 2020, às 17h.

⁷⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/13/estilo/1531517182_548102.html, acessado em 27 de setembro de 2020, às 21h.

2 – O que aconteceu com a libertação gay?⁷⁹

A partir do final dos anos de 1970, com destaque para as duas primeiras décadas do século XXI, houve inéditas conquistas de direitos civis e visibilidade cultural por parte de pessoas LGBTI+, com a adoção, por organismos multilaterais da ordem capitalista e diferentes governos, de políticas sociais voltadas especificamente para a promoção da cidadania LGBTI+, sobretudo para gays e lésbicas cisgêneros⁸⁰.

Contudo, essas conquistas se desenvolveram dissociadas de uma libertação sexual geral para o conjunto da sociedade, frustrando o que foi defendido pelo programa da libertação gay e lésbica pós-*Stonewall*. Ademais, chamamos atenção para o fato de que essas conquistas se deram em coincidência com a evolução do período neoliberal. Com isso, discutiremos a seguir o sentido da política sexual neoliberal e o que ela representou para o programa da libertação sexual desenvolvido nas décadas de 1960 e 1970, para, enfim, enquadrarmos o processo de disputa conservadora da política sexual contemporânea e, assim, localizarmos o fenômeno da política sexual do bolsonarismo no Brasil.

2.1 - As conquistas LGBTI+ e a política sexual neoliberal

Logo em 1972, a Suécia se tornou o primeiro país do mundo a permitir pessoas transgêneras⁸¹ à redesignação sexual e acesso gratuito ao tratamento hormonal. Em 1973, a homossexualidade foi retirada da lista de desordens mentais da Associação Psiquiátrica Americana. Em 1975, a Comissão de Serviços Civis dos EUA retirou sua interdição à contratação de homossexuais. Na Noruega, em 1981, ocorreu a primeira aprovação de lei contra a discriminação de pessoas

⁷⁹ Esse intertítulo teve como inspiração o trabalho (2009) da ativista norte-americana Sherryl Wolf, que apresentou um de seus capítulos com a pergunta: “*Whatever Happened to Gay Liberation?*”. Por se tratar da mesma questão, decidimos utilizar a pergunta da autora. Algumas das conclusões da autora estão trabalhadas nesta dissertação.

⁸⁰ No caso brasileiro, o primeiro programa de governo a nomear a homofobia e trabalhar essa categoria explicitamente em uma agenda de políticas sociais do Estado foi o programa Brasil Sem Homofobia, lançado durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2004, nos marcos do Plano Plurianual – PPA 2004/2007 –, no âmbito do “Programa Direitos Humanos Direitos de Todos”. Ver mais em: IRINEU, Bruna. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. In: EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 155 – 178.

⁸¹ Transgêneras diz respeito a pessoas que têm identidade de gênero distinta da que lhes foram atribuídas socialmente com base em seus órgãos sexuais e/ou reprodutivos. O termo é abrangente, podendo ser reivindicado para pessoas não-binárias, que não se identificam no binarismo de gênero composto apenas por homem e mulher.

homossexuais. E a Dinamarca foi onde, pela primeira vez, passou a vigorar leis de reconhecimento da união civil homoafetiva, em 1989. A Constituição Sul-Africana, nas suas duas versões, tanto a provisória de 1993, quanto a definitiva de 1996, que marcaram o fim do *Apartheid*, trouxeram na sua letra o reconhecimento da igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais. (THERBORN, 2006). Esses ganhos sociais representaram importantes mudanças nos padrões sociosexuais⁸², ampliando o reconhecimento de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero para além da cisheteronormatividade. Segundo Alan Sears:

Os trinta anos desde o desenvolvimento dos movimentos gays e lésbicos contemporâneos viram conquistas muito significativas. Em muitos dos países capitalistas mais desenvolvidos, homossexuais estão a caminho de conquistar plenos direitos civis, incluindo uma legislação de combate à discriminação, o reconhecimento de relacionamentos homoafetivos, o casamento legal e uma visibilidade cultural sem precedentes. (2019, p. 133)

É também a partir da década de 1970 que ocorreu o advento do neoliberalismo. Com a reação burguesa à recessão econômica de 1974-1975, houve um aprofundamento das características do *capitalismo tardio*, com intenso emprego de novas técnicas para substituir mão-de-obra a fim de aumentar a produtividade do trabalho com vistas a recuperar as taxas de lucros, compondo a reestruturação produtiva. Como consequências diretas têm-se a elevação do desemprego de longa duração, a precarização das relações de trabalho e a ampliação do uso da modalidade de empregos intermitentes não associados a direitos (BHERING e BOSCHETTI, 2006, p. 133).

Para Alfredo Saad Filho (2015), há sobre o conceito de neoliberalismo pelo menos quatro concepções, não antagônicas, mas distintas entre si. Em suas palavras:

O neoliberalismo (também escrito como neo-liberalismo) desafia uma definição simples. Na literatura marxista, ele tem sido entendido de quatro maneiras distintas, porém intimamente relacionadas: como um conjunto de ideias inspiradas nas escolas econômicas austríaca e de Chicago e no ordoliberalismo alemão, e elaboradas sob a égide da Sociedade do Mont Pèlerin; como um conjunto de políticas, práticas e instituições inspiradas e/ou validadas por essas ideias; como uma ofensiva de classe liderada pelo Estado contra os trabalhadores e os pobres, em nome da burguesia em geral ou das finanças em particular; e como uma estrutura material de reprodução econômica, social e política, implicando que o neoliberalismo é

⁸² Por padrões sociosexuais entendemos o conjunto de ideias e normas que moldam o comportamento humano do ponto de vista das suas atividades e desejos sexuais. Esses padrões, em nossa interpretação, estariam ligados às normas dos gêneros concebidos como masculino e feminino e a concepção de que a heterossexualidade seria a única orientação sexual natural na humanidade.

o modo de existência do capitalismo contemporâneo ou um sistema de acumulação. (FILHO, 2015, p. 59)

Do ponto de vista das políticas sociais, no neoliberalismo mostraram-se como tendência geral a redução e a restrição de direitos, fazendo das políticas sociais ações pontuais e compensatórias (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 156). Segundo Elaine Behring e Ivanete Boschetti, prevaleceu um “*trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização*” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 156).

Nancy Fraser (2009, p.22) afirma que, no neoliberalismo, prevaleceu a lógica de utilização do mercado para domesticar a política, promovendo desregulamentação e privatizações. Alan Sears (2019) apresenta a mesma caracterização, localizando as políticas sexuais neoliberais nos marcos da desregulamentação estatal em favor do mercado. Contraditoriamente, é nesse mesmo período que observamos as maiores conquistas LGBTI+ na história⁸³. E essas conquistas, em grande parte, foram elaboradas em fóruns de organismos multilaterais da ordem mundial capitalista, contribuindo para a aparente assimilação das demandas LGBTI+ pelo sistema.

Em maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). A década de 1990 é caracterizada pela legitimação das questões relacionadas à gênero, orientação sexual e sexualidade na política internacional, sendo reconhecidas nos fóruns da Organização das Nações Unidas (ONU), o que foi determinante para a constituição da noção de direitos sexuais na agenda política internacional (FACCHINI *et al*, 2013; REIS e EGGERT, 2017).

Quanto a isso, destacamos a “Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou Convicções”, de 1981; a “Declaração da 4ª Conferência Mundial de Pequim”, em 1995; a “Declaração que condena violações dos direitos humanos com base na orientação sexual e na identidade de gênero”, de 2008; o Documento do Conselho de Direitos Humanos da ONU “Leis Discriminatórias, Práticas e Atos de Violência Contra Indivíduos em

⁸³ O conteúdo dessa contradição foi abordado mais adiante neste trabalho.

Razão de sua Orientação Sexual e Identidade de Gênero”, de 2011; e o estudo e publicação *“Born Free and Equal”* (Nascemos livres e iguais) do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, de 2012.

Ainda, temos que tanto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por meio da Relatoria Temática LGBT, instituída em 2014, quanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos, têm tratado dos problemas decorrentes de violação dos direitos das pessoas LGBTI+ (REIS e EGGERT, 2017). Em 2016, promovido pela UNESCO, foi firmado o “Chamado à ação pela educação inclusiva e equitativa para todos (as) os (as) estudantes em um ambiente livre de discriminação e violência de gênero”, do qual o Brasil é signatário.

No Brasil, somente com a Constituição Federal de 1988 é que se formalizou uma perspectiva de *“um padrão público universal de proteção social”* com a instituição da Seguridade Social. Isso representou grande avanço na política social brasileira. Contudo, nos marcos do período neoliberal, essa conquista não se desenvolveu para um sistema amplo de proteção social (BHERING e BOSCHETTI, 2006, p. 156).

A Constituição de 1988 fundou alguns princípios para orientar a Seguridade Social, sendo eles: **universalidade, uniformidade e equivalência, seletividade e distributividade, irredutibilidade, diversidade** e, por fim o **caráter democrático e descentralizado**. Entretanto, ao invés de serem utilizados para a promoção de mudanças radicais na Saúde, Previdência e Assistência Social, constituindo uma rede nacional de proteção social, “não foram essas as orientações que sustentaram a implementação das políticas que compõem a seguridade social na década de 1990”. Para elas, imperou a restrição de acesso a bens de consumo e direitos sociais. E ao invés da universalidade, desenvolveu-se um tipo de assistencialismo focalizado, além da privatização no campo das políticas sociais (BHERING e BOSCHETTI, 2006, p. 158-159).

Adicionamos, ainda, que Constituição promulgada em 1988 não reconheceu o combate à discriminação por orientação sexual. Apesar de campanha desenvolvida por grupos LGBTI+ brasileiros, liderados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), o texto constitucional não deu lugar ao reconhecimento explícito de direitos LGBTI+ (GREEN, 2000). Isso nos revela

que, mesmo no plano formal, a Constituição não representou um salto qualitativo para o reconhecimento da ocorrência de discriminação e violência contra pessoas LGBTI+ no país, o que seria determinante para a constituição de políticas sociais direcionadas para essas.

O início das políticas públicas voltadas especificamente para pessoas LGBTI+ ocorreu na área da saúde, a partir de meados da década de 1980, em iniciativas com foco no combate à AIDS/HIV e vinculadas fortemente ao terceiro setor, com a desresponsabilização do Estado em favor de Organizações Não Governamentais (ONG) (TREVISAN, 2018). Mas apenas em 2004, com o lançamento do programa Brasil Sem Homofobia (BSH), no início do Governo Lula (PT), é que se observa uma institucionalização de políticas sociais, para além da Saúde, voltadas para pessoas LGBTI+. Isso incorreu em uma agenda envolvendo diferentes Ministérios. A partir do BSH, foi originada a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT (2009) e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (2011), com a responsabilidade de executar e monitorar o Plano Nacional de Promoção dos Direitos e Cidadania LGBT (2009), originado da I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT (2008).

Entre 2008 e 2011, ocorreram, respectivamente, a I e a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. Em 2010, foi instituída pelo Ministério da Saúde a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. E em 2013, durante o governo presidido por Dilma Rousseff (PT), houve a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBTI+. Apesar dos importantes avanços nas políticas públicas para as identidades dissidentes da heterossexualidade e cisgeneridade, evoluídas durante os governos de Lula (2003-2006/2007-2010) e Dilma (2011-2014/2015-2016), essas foram prejudicadas, sobretudo, em nome das alianças realizadas pelos governos com setores políticos conservadores no país.

As políticas adotadas durante os governos Lula tiveram abrangência pontual, dispuseram de poucos recursos financeiros e estiveram, em muitos casos, em *“dependência da boa vontade de algumas poucas gestoras dispostas a enfrentar a homofobia institucional prevalecente”* (MELLO *et al.*, 2012). Diante dos avanços e

limites das políticas públicas LGBTI+ adotadas por esses governos, os autores afirmaram:

(...) no que diz respeito à implementação de políticas públicas para a população LGBT no Brasil, a despeito dos avanços recentes nas iniciativas governamentais, o que se observa é que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada. (MELLO et al., 2012, p. 425)

Já os governos de Dilma Rousseff, em pese terem mantido alguns avanços dos governos anteriores, tiveram explícitas iniciativas de se desvincularem das pautas LGBTI+, cedendo às pressões de líderes religiosos e políticos conservadores (TOITIO, 2019, p.32). Quanto a isso, destacamos o fato da suspensão do programa do Ministério da Educação (MEC) Escola Sem Homofobia – que ficou conhecido nacionalmente como “*kit gay*”. A sua preparação pelo MEC foi utilizada por setores populistas de direita para uma disputa programática conservadora na sociedade:

Jair Bolsonaro, então deputado pelo Partido Progressista (PP), tomou a frente da luta para a interdição do “*kit gay*”, alegando que o Ministério da Educação e grupos LGBT “incentivaram o homossexualismo [sic] e a promiscuidade” e assim tornariam os filhos “presas fáceis para pedófilos”. Homofóbico confesso, Bolsonaro fez distribuírem panfletos em estações do metrô carioca, com advertência capciosa de que o “*Kit gay*” provocaria reações contrárias que iriam “estimular a homofobia lá na base, no primeiro grau” (TREVISAN, 2018, p. 467, grifos originais).

A então presidenta Dilma Rousseff, argumentando: “*o governo não fará propaganda de opção sexual*”, definiu por suspender o programa - quando estava já pronto para ser executado⁸⁴. Essa decisão ocorreu logo após pressão de políticos das bancadas evangélica e católica do Congresso Nacional⁸⁵. O argumento da pressão foi a ameaça de obstruírem a pauta do governo no Congresso e de convocarem para depor na Câmara o então ministro da Casa Civil Antonio Palocci, para que se explicasse sobre denúncias de multiplicação suspeita do seu patrimônio (TREVISAN, 2018, p. 468). Assim, a pauta LGBTI+ foi tratada como moeda de troca para a composição dos blocos políticos envolvendo Executivo e Congresso Nacional. Essa concessão aos setores conservadores teve particular repercussão, estimulando a evolução do discurso conservador e auxiliando a carreira de políticos, como Jair Bolsonaro:

⁸⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>, acessado em 14 de setembro de 2020, às 22h.

⁸⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>, acessado em 14 de setembro de 2020, às 22h.

Mas essa prática de concessão aos setores conservadores da política brasileira, contudo, já havia sido adotada pela presidenta, sendo um dos compromissos de sua campanha eleitoral, em 2010. Nesse ano, Dilma Rousseff divulgou uma carta com compromissos conservadores de não apoiar a descriminalização do aborto e a união civil homoafetiva, dentre outros temas. A “Carta ao povo de Deus”⁸⁶ foi divulgada nas vésperas da eleição presidencial daquele ano, para a qual concorreu e foi vitoriosa.

Internacionalmente, os maiores ganhos para pessoas homossexuais se deram no terreno do direito de família, por assim dizer (THERBORN, 2006). Entre esses, o casamento, a adoção, direito de herança, Previdência e licença parentalidade (THERBORN, 2006). Esses avanços se intensificaram nas duas primeiras décadas do século XXI. Segundo pesquisa desenvolvida pelo *Pew Research Center*⁸⁷, até o ano de 2018, vinte e cinco países em todo o mundo haviam promulgado leis nacionais que permitiram o casamento homoafetivo, principalmente na Europa e nas Américas⁸⁸. A Holanda foi o primeiro país a legalizar o casamento homossexual, em 2000; e em 2017, o Parlamento australiano aprovou uma legislação permitindo que gays e lésbicas se casassem legalmente, tornando a Austrália o 25º país a aprovar o casamento homoafetivo, em um intervalo de menos de duas décadas.

No Brasil, a união civil só se tornou possível entre casais homoafetivos, em 2011, quando foi declarada legal pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da resolução nº 175/2013, com base na decisão do STF, reforçou esse direito, permitindo aos cartórios registrarem casamentos homoafetivos. Em seguida, em 2014, o STF decidiu novamente que os casais homossexuais possuíam os mesmos deveres e direitos que é estabelecido pela legislação brasileira aos casais heterossexuais, podendo usufruir dos direitos

⁸⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/em-carta-ao-povo-de-deus-dilma- evita-tomar-posicao-sobre-aborto-4990009>, acessado em 14 de setembro de 2020, às 22h.

⁸⁷ Pesquisa, na íntegra, disponível em: <https://www.pewforum.org/fact-sheet/gay-marriage-around-the-world/>

⁸⁸ No ano 2020, esse número subiu para trinta países, com a lista sendo acrescida de Áustria, Taiwan, Equador e Irlanda do Norte, em 2019; e Costa Rica, em 2020. Ver mais em: <https://www.pewforum.org/fact-sheet/gay-marriage-around-the-world/>, acessado em 5 de agosto de 2020, às 19 horas.

previstos na Lei 9.278/1996, a Lei de União Estável, que julga para a entidade familiar as relações constituídas por laços afetivos e de convivência⁸⁹.

Contudo, ainda padece no país, a ausência de Lei do casamento homoafetivo, que tenha sido aprovada pelo poder Legislativo e sancionada pelo Executivo. Isso cria uma sensação de insegurança, em especial para pessoas LGBTI+, quanto à solidez da conquista, agravada a depender da correlação de forças na sociedade e pela pressão de setores conservadores da política brasileira⁹⁰.

Do ponto de vista da visibilidade cultural das pessoas LGBTI+ no Brasil, vale ressaltar que o país abriga as maiores manifestações político-culturais de LGBTI+ do mundo, as paradas do orgulho. Em São Paulo (SP), a primeira edição da parada ocorreu em 1997 e, em 2004, se tornou a maior do mundo, com 1,8 milhão de participantes⁹¹. Em 2018, segundo organizadores, reuniu três (3) milhões de pessoas⁹², movimentando R\$ 288,00 milhões na economia da cidade. Em 2019, a movimentação cresceu 40%, alcançando a quantia de R\$ 403,00 milhões⁹³.

E não só em São Paulo (SP) a parada do orgulho LGBTI+ é uma das maiores do mundo. Em 2018, a parada do Rio de Janeiro (RJ), em sua 23ª Edição, reuniu

⁸⁹ Texto integral da lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9278.htm, acessado em 10 de agosto de 2020, às 20 horas.

⁹⁰ Como exemplo, em 2018, após a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, houve crescimento exponencial no número de casamentos homoafetivos no país. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outubro e dezembro de 2018, houve um salto de 360% no número de casamentos homoafetivos. Na comparação entre 2017 e 2018, três dados chamam atenção quanto à questão do casamento em geral, e do casamento homoafetivo, em específico, são eles: a) em 2018, o número total de uniões em geral diminuiu 1,6%; b) casamentos homoafetivos cresceram 61,7%; e c) 29,6% do total casamentos entre homens, em 2018, foram registrados em dezembro. Entre casais formados por mulheres, 34% também aconteceram no último mês do mesmo ano. Ou seja, em 2018, o casamento homoafetivo cresceu contratendencialmente ao casamento heterossexual, e isso ocorreu especialmente após as eleições presidenciais. Uma das explicações é o medo proporcionado pelas declarações do recém-eleito presidente do país, Bolsonaro, que, em 12 de outubro de 2018, assinou termo de compromisso em defender e promover “o verdadeiro Matrimônio, união entre homem e mulher”; “a Família, constituída de acordo com o ensinamento da Igreja, e o seu direito de educar os filhos”; e “o combate à ideologia de gênero”. Ver mais em: <https://censos.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26192-casamentos-homoafetivos-crescem-61-7-em-ano-de-queda-no-total-de-unioes>, acessado em 19 de agosto de 2020, às 21 horas.

⁹¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u44973.shtml>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 21 horas.

⁹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/parada-do-orgulho-lgbt-ocupa-a-paulista-com-festa-e-recado-politico.shtml>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 21 horas.

⁹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/29/23a-parada-lgbt-movimentou-403-milhoes-em-sao-paulo-diz-prefeitura.ghtml>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 21 horas.

800 mil pessoas, segundo os grupos organizadores⁹⁴. No Brasil, outras paradas também acumulam tradição, com mais de 20 edições, e grande público, chegando a reunir centenas de milhares de pessoas. Só em 2019, segundo levantamento realizado pela Rede Guiya, ocorreram 297 paradas do orgulho LGBTI+ no país⁹⁵.

Contudo, apesar das conquistas e da grande visibilidade, a violência por discriminação não diminuiu nesse período. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2018, quatrocentos e vinte (420) LGBTI+ morreram em decorrência da LGBTIfobia⁹⁶, sendo trezentos e vinte (320) homicídios, e cem (100) suicídios. Ou seja, em 2018, a cada 20 horas, uma pessoa LGBTI+ foi assassinada ou cometeu suicídio por motivo de LGBTIfobia no Brasil. Segundo o relatório,

420 LGBT+ foram vítimas no Brasil de morte violenta: 76% homicídios e 24% suicídios, 45% gays, 77% com até 40 anos, 58% brancos, predominam profissionais do setor terciário e prestação de serviços, 29% mortos com armas de fogo, 49% na rua, apenas 6% dos criminosos identificados. (GGB, 2018, p. 2)

De acordo com dados da mesma Organização Não Governamental (ONG), o Brasil, dentre os países monitorados, é o que mais registra assassinatos de pessoas LGBTI+ em todo o mundo. Ainda no mesmo relatório:

99% destes “homicídios” contra LGBT têm como agravante seja a homofobia individual, quando o assassino tem mal resolvida sua própria sexualidade e quer lavar com o sangue seu desejo reprimido (motivada pela homofobia individual internalizada); seja a homofobia cultural, que pratica bullying contra lésbicas e gays, expulsando as travestis para as margens da sociedade onde a violência é endêmica; seja a homofobia institucional, quando os Governos não garantem a segurança dos espaços frequentados pela comunidade lgbt ou vetam projetos visando a criminalização da homolesbotransfobia. Mesmo quando uma travesti está envolvida com ilícitos como consumo de drogas, pequenos furtos, sua condição de “viado” (cultura transfóbica) aumenta o ódio e a violência na execução do crime. De Norte a Sul do Brasil se ouve dizer: “viado tem mais é que morrer!” e pais e mães, repetem como o então Deputado Jair Bolsonaro, “prefiro meu filho morto do que homossexual!” (GGB, 2018, p. 3).

E segundo dados apresentados no *Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018*⁹⁷, nesse mesmo ano, 82% das pessoas travestis e transexuais assassinadas foram identificadas como negras ou

⁹⁴ Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,parada-lgbti-do-rio-reune-800-mil-pessoas-em-copacabana,70002526615>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 20 horas.

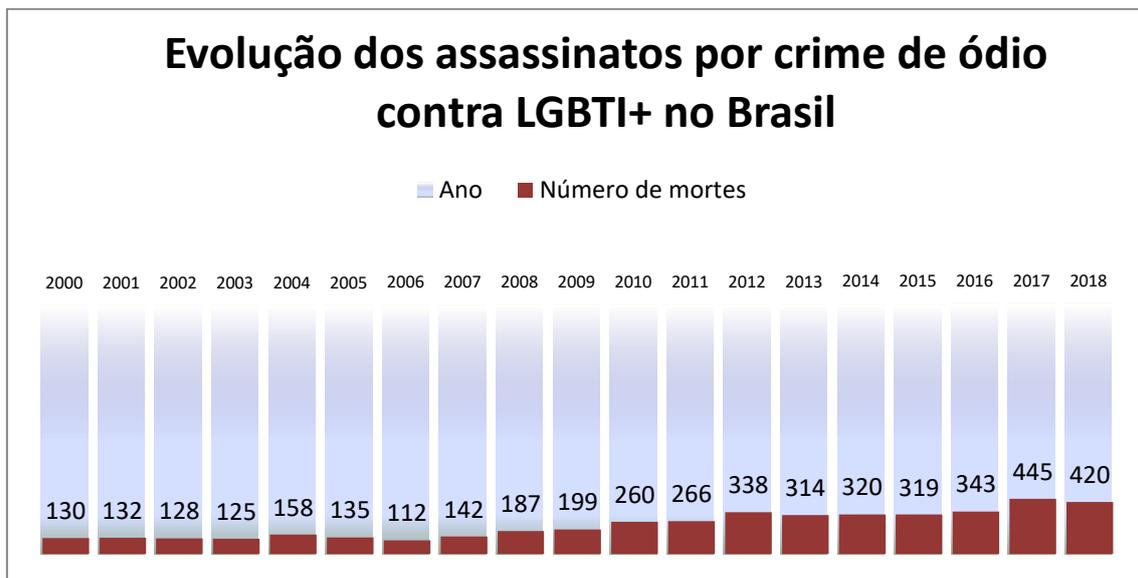
⁹⁵ Disponível em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/veja-calendario-nacional-de-paradas-lgbt-2019-no-brasil>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 21 horas.

⁹⁶ Opressão contra pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênero, Intersexuais e demais identidades não heterossexuais e cisgêneras.

⁹⁷ Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 21 horas.

pardas. Segundo o mesmo relatório, 97,5% dos assassinatos foram contra pessoas trans do gênero feminino (158 casos). Assim, é evidente que a violência letal contra pessoas travestis e transexuais atinge especialmente mulheres negras. Além disso, os levantamentos sobre assassinatos por crime de ódio contra LGBTI+ no país revelam um crescimento dos casos ao longo das duas primeiras décadas deste século⁹⁸, conforme segue tabela abaixo:

Tabela 1 – Evolução de assassinatos de LGBTI+ no Brasil



Fonte: autoria própria, com informações do Grupo Gay da Bahia (GGB)⁹⁹.

Em que pese o circuito ascendente dos avanços nas pautas reivindicadas pelo movimento LGBTI+, essas conviveram com tendências conservadoras. Por exemplo, em 2008, na Califórnia (EUA), por meio de um referendo, foi proibido o casamento homoafetivo, decisão ratificada em 2009 pela Suprema Corte do estado, vigorando até 2013, quando a Corte adotou novo entendimento¹⁰⁰. Na Rússia, apesar de, em 1993, a homossexualidade ter sido descriminalizada, uma década

⁹⁸ No Brasil, até o presente momento, não houve criação de legislação específica para a proteção de pessoas LGBTI+ em casos de violência. Apenas recentemente (2019), em julgamento no STF, se passou a compreender homofobia e transfobia como crimes, equiparando-os ao crime de racismo. A ausência de dados oficiais é um dos empecilhos para levantamentos sobre violência contra pessoas LGBTI+ no país. O principal estudo no Brasil é organizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Esse grupo adota a metodologia de levantamento a partir de notícias veiculadas pela imprensa. Portanto, é um consenso geral no movimento LGBTI+ que esses dados podem ser subestimados, uma vez que é possível haver muitas outras mortes em decorrência de crimes de ódio motivados por LGBTIfobia que não sejam divulgados pela imprensa.

⁹⁹ Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 21 horas.

¹⁰⁰ Ver mais em: <https://veja.abril.com.br/mundo/casamento-gay-volta-a-ser-realizado-na-california/>, acessado em 19 de agosto de 2020, às 21 horas.

depois, em 2013, foi aprovada a chamada “lei contra a propaganda gay”. Essa medida proibiu manifestações públicas de afirmação LGBTI+ no país, sendo utilizada para perseguir pessoas LGBTI+ e reprimir manifestações políticas e culturais dessas¹⁰¹.

A aceitação à homossexualidade cresceu no mundo ao longo das últimas décadas, mas ainda impera uma grande divisão sobre o tema. De acordo com resultados de pesquisa realizada pelo *Pew Research Center*, com dados coletados entre 2002 e 2019, no Canadá apenas 10% da população diz que a homossexualidade não deve ser aceita, enquanto que na Nigéria, apenas 7% afirma que a homossexualidade deveria ser aceita, tal qual a heterossexualidade.

O estudo revelou que a aceitação à homossexualidade é maior nas Américas, na Europa Ocidental e Oceania¹⁰². E conforme dados de estudo publicados pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), em 2013¹⁰³, atos homossexuais são legais em cento e quatorze (114) países do mundo, e crime em outros setenta e seis (76). Segundo a *Pew Research Center*.

Aqueles na Europa Ocidental e nas Américas geralmente aceitam mais a homossexualidade do que aqueles na Europa Oriental, Rússia, Ucrânia, Oriente Médio e África Subsaariana. E os públicos na região da Ásia-Pacífico geralmente estão divididos (tradução nossa).¹⁰⁴

Há que se qualificar o conteúdo dessas conquistas. Segundo Sears (2019), os limites e as contradições presentes no processo de conquistas LGBTI+ estão determinados por uma dinâmica específica de reprodução social do capitalismo, permeada e organizada por questões de raça, gênero e classe (p. 136). Concordando com isso, é possível afirmar que, para além dos limites impostos pela disputa travada pelo conservadorismo contra os direitos de pessoas LGBTI+, tem-se que as próprias conquistas reforçam desigualdades e estigmas.

Em primeiro lugar, ressaltamos que as conquistas se desenvolveram com maior relevância em países centrais do capitalismo no Ocidente. Portanto, apesar de internacional, as mudanças sexuais e de gênero não alcançaram todos os povos. Há

¹⁰¹Ver mais sobre casos de violência estatal contra pessoas LGBTI+ na Rússia em: <https://anistia.org.br/noticias/russia-autoridades-da-chechenia-retomam-repressao-homofobica/>

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Escolhemos estudar os dados de 2013 por serem os últimos que contaram com publicação em língua portuguesa por parte da organização LGBTI+.

¹⁰⁴ Ibid.

uma concentração de conquistas nos países imperialistas do centro do capitalismo e no Ocidente. E, mesmo nos marcos dessas conquistas, houve permanentes investidas conservadoras. O mais correto, portanto, seria afirmar que, no marco geral de importantes aquisições de direitos para pessoas lésbicas e gays ao redor do mundo, ocorrido nas últimas quatro décadas, esse processo se desenvolveu de forma desigual e combinada entre avanços e retrocessos.

Os direitos adquiridos não impediram as violências que seguiram vitimando LGBTI+ em todo o mundo, de diversas formas e que se expressam de modo mais evidente nos assassinatos motivados por LGBTIfobia, como no caso brasileiro. Tanto que em apenas nove países há disposições constitucionais que especificam a orientação sexual em suas proteções contra a discriminação¹⁰⁵.

Antes de *Stonewall*, pessoas LGBTI+ eram postas à margem da sociedade – quando eram consideradas criminosas para a maioria da humanidade. Esse quadro sofreu importante mudança. Mas a conquista de visibilidade e a assimilação na sociedade se deram, centralmente, por meio do mercado. Isso implica que, para ter acesso real à cidadania LGBTI+, é necessário ter condições materiais. Uma vez que não são fornecidas pelo Estado, reforçam desigualdades entre a própria “comunidade LGBTI+”. É assim no mercado voltado para o público LGBTI+, onde há ambientes livre de opressão, mas acessíveis apenas para aqueles que dispõem dos recursos necessários, como em boates, *resorts*, festivais, bares, cinemas, bairros tido como LGBTI+ e que, em associação ao mercado, gozam de maior segurança para LGBTI+ moradores, sobretudo de classe média etc. (SEARS, 2019). Dessa forma, impõe-se barreiras às LGBTI+ dos setores mais precarizados da classe trabalhadora.

Enquanto que homens gays brancos e cisgêneros ocupam espaços de visibilidade na sociedade, pessoas trans são excluídas do mercado formal de trabalho. No Brasil, 90% da população de travestis e transexuais estão empregadas no mercado informal da prostituição, alijadas de direitos trabalhistas e previdenciários, além de expostas a riscos¹⁰⁶. Segundo Sears (2019) afirma, em

¹⁰⁵Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2019.pdf, acessado em 30 de setembro de 2020, às 23h.

¹⁰⁶Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/emprego-formal-ainda-e-excecao-entre-pessoas-trans.shtml>, acessado em 30 de setembro de 2020, às 22h30.

alguns países do Norte global, no centro do capitalismo, LGBTI+ caminham para alcançar cidadania plena. No Brasil, pessoas trans têm expectativa média de vida de trinta e cinco (35) anos¹⁰⁷.

Uma das mais comemoradas conquistas foi a do casamento homoafetivo. Segundo dados do relatório anual da ILGA¹⁰⁸, em vinte e sete (27) países há algum reconhecimento de parceria homoafetiva. Em vinte e oito (28) existem leis de adoção conjunta, enquanto trinta (30) estados permitem a adoção pelo segundo progenitor do mesmo sexo. Apesar de um direito que deveria ser inquestionável, a centralidade do casamento homoafetivo reforça uma das principais instituições de reprodução social capitalista e de perpetuação da repressão sexual, a família monogâmica. Com isso, constitui-se um tipo de “normalidade gay”, considerando as relações monogâmicas como uma regra, também entre pessoas LGBTI+ (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 72).

Considerando o breve apanhado feito acima acerca das conquistas LGBTI+ das últimas décadas, com foco em evidenciar os seus limites. Passaremos agora para uma abordagem mais qualitativa sobre o conteúdo de tais conquistas para a sexual e por libertação LGBTI+.

2.2- O curso reformista e o papel do Estado

As experiências dos movimentos LGBTI+ nos EUA e no Canadá levaram a que Alan Sears (2019) chamasse a atenção para o fato de que, nesse mesmo período (final da década de 1970 em diante), a política sexual libertária do movimento pós-*Stonewall* foi substituída por uma crescente adaptação ao sistema capitalista. Relacionado a isso, houve uma despolitização do meio LGBTI+, passando a compreender o capitalismo como um ambiente possível para a satisfação de suas demandas, abandonando o caráter radical do seu programa e adotando uma política moderada, voltada para a defesa de reformas (SEARS, 2019).

¹⁰⁷Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>, acessado em 30 de setembro de 2020, às 22h30min.

¹⁰⁸Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_World_Annual_Report_2019.pdf, acessado em 1º de outubro de 2020, às 2h30min.

No Brasil ocorreu processo semelhante. Segundo aponta Toitio (2019), após o surgimento da epidemia da AIDS¹⁰⁹, o movimento LGBTI+ voltou-se para o Estado, centrando-se na disputa por formulação de políticas sociais e conquistas de direitos sexuais. Também sobre isso, Toitio (2019) afirma que, na década de 1990, estimulados pelo crescente financiamento público para pautas LGBTI+, quando o movimento mais cresceu em número de organizações, muitos militantes passaram a trabalhar com ações governamentais associadas à sociedade civil. Compreendemos que esse processo representou uma cooptação de figuras do movimento para dentro do Estado. Douglas Alves (2016) indica que, nesse modelo de participação política, “o movimento passa a constituir-se no Estado sob a tutela do governo.” (p. 134). Trevisan (2018) confirma essa caracterização, segundo o autor,

(...) na década de 1980 iniciou-se uma tendência que acabou se implementando nos anos 1990: ou seja, surgiram militantes homossexuais de perfil mais profissionalizado e mais visível na mídia, ao estilo porta-voz, atuando diretamente nas cúpula do poder, com base em lobbies e trabalhando dentro das políticas governamentais, sobretudo na área da saúde (p. 333-334).

Quanto a isso, propomos uma discussão conceitual acerca do Estado capitalista, a fim de melhor compreendermos o problema da associação ente movimento LGBTI+ e estado, tal como afirmado pelos autores acima.

O Estado é produto direto da sociedade de classes. Sua origem remonta do desenvolvimento das condições econômicas a tal ponto que se impôs um tipo de divisão social do trabalho entre senhores e escravos, exploradores e explorados. Portanto, o Estado é produto da divisão inconciliável da sociedade em distintas classes.

Ao debater o caso do fim das sociedades gentílicas, Engels (2009), asseverou: “*aí o Estado nasceu direta e fundamentalmente das oposições das classes que se desenvolveram no interior da própria sociedade gentílica*”. Assim, o autor afirmou ser o Estado um produto das *ruínas* desse tipo de organização social pré-capitalista. Nesse sentido,

O Estado não é, portanto, de modo algum, um poder que é imposto fora à sociedade e tampouco é “a realidade da ideia ética”, nem “a imagem e a

¹⁰⁹Sigla em inglês para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*), doença provocada pelo vírus HIV, siga também em inglês para Vírus da Imunodeficiência Adquirida (*Human Immunodeficiency Virus*).

realidade da razão”, conforme afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado. (ENGELS, 2009, p. 181).

Essa ideia fundamental demonstra que, em primeiro lugar, não é ele um agente externo, senão produto da própria sociedade consumida por conflitos incontornáveis. Segundo, o Estado age não em favor de todos os interesses, mas sim em favor das classes dominantes. O Estado é promotor da desigualdade, pois sua própria existência consiste do conflito inconciliável na sociedade. É mantenedor da sociedade dividida em classes sociais, ou seja, de uma realidade de desequilíbrio, cujas classes dominantes exploram e oprimem as dominadas. Ele é a expressão da incapacidade de conciliação das classes antagônicas na sociedade dividida em interesses opostos. Não é um agente da resolução desse conflito, mas da sua manutenção em forma de dominação. É sobre essa *ordem* - de que fala Engels (2009) - que o Estado guarda (LÉNINE, 1975, p. 17).

À luz da experiência da tomada do poder na Rússia em 1917, disse o revolucionário:

Assim, na revolução de 1917, quando o problema do significado e do papel do Estado se pôs em toda a sua amplitude, praticamente, como um problema de ação de massas, os socialistas-revolucionários e os mencheviques caíram todos, imediatamente e sem qualquer reserva na teoria pequeno-burguesa da conciliação das classes pelo Estado (...).

(..) que o Estado seja o organismo de dominação de uma classe determinada, *que não se pode conciliar* com a sua antípoda (com a classe que se lhe põe) é coisa que a democracia pequeno-burguesa nunca poderá compreender. (LÉNINE, 1975, p. 18, grifo original do autor).

Dessa definição básica e indeclinável para o marxismo acerca do Estado, depreende-se algumas conclusões básicas: o Estado não é externo à sociedade, tampouco é neutro, tem uma natureza e finalidade de classe. Mas isso não resume o problema. No tocante ao Estado capitalista especificamente,

(...) por que a burguesia geralmente recorre, com finalidade de dominação, a este Estado representativo moderno com suas instituições próprias, e não a um outro? Porque não é de maneira nenhuma evidente, longe disso, que, se a burguesia pudesse criar um estado completo e conforme suas conveniências, teria escolhido este Estado. (POULANTZAS, 1980, p. 15).

Diremos: o Estado é fruto da sociedade de classes, não de uma das classes. O estado serve à dominação de classes, o que é essencialmente da ordem política. O Estado é o plano do gerenciamento dos negócios das classes dominantes, não é, ele próprio, um negócio da burguesia. Está nas complexidades que envolvem a relação do Estado com as classes sociais a chave para a compreensão acerca desse.

Apesar de nutrir uma natureza de classe, o Estado não é produto direto de uma classe. E, apesar de o Estado responder à tarefa de manutenção da ordem da dominação, apenas por isso não se pode apreender que o Estado atende diretamente aos interesses econômicos imediatos das classes dominantes. O Estado, mesmo que aparentemente, se coloca acima da sociedade e, se afasta cada vez mais dela, se aliena dela, esse é o seu curso “natural” (ENGELS, 2009, p. 181). Isto é, Estado e classe social a qual responde não são a mesma coisa. O mesmo que dizer que o Estado não se resume à dominação. Em nada essas afirmações diminuem a compreensão da natureza de classe do Estado. O que não se pode é confundir aparelho de Estado com poder de Estado (POULANTZAS, 1980). Nesse sentido,

O Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas. (POULANTZAS, 1980, p. 7).

O Estado, ao defender a ordem de dominação, está defendendo os interesses estratégicos de dominação, ou melhor: os interesses políticos. Esses interesses, marcadamente das classes dominantes – no caso do Estado capitalista, a burguesia – se traduzem em poder. Política é poder. Conforme disse Engels (2009, p. 181), o Estado não resume em si a sociedade de conjunto, é produto dela. Apesar de ser uma aparência, *estar acima da sociedade* (ENGELS, 2009, p. 181) significa lhe ser algo em certa medida apartado e, dessa forma, com algum nível de autonomia. De que forma então o Estado age como *instrumento de exploração da classe oprimida* (LÉNINE, 1975, p. 23)? Quanto a isso temos:

Nesse sentido, o Estado capitalista comporta, inscrito nas suas próprias estruturas, um jogo que permite, dentro dos limites do sistema, uma certa garantia de interesses econômicos de certas classes dominantes. Isto faz parte da sua própria função, na medida em que essa garantia é conforme a dominação hegemônica das classes dominantes, quer dizer à constituição política das classes dominantes, na relação com esse Estado, como representativas de um interesse geral do povo. É certo que o conceito de Estado capitalista implica em uma função específica da ideologia política, uma forma de poder que se baseia em um “consentimento” particularmente organizado e dirigido das classes dominantes; contudo, o caráter do Estado capitalista, que aqui no ocupa, não se limita apenas ao condicionamento ideológico. A noção de interesse geral do “povo”, noção ideológica que recobre um jogo institucional do Estado capitalista, denota de um *fato real*; esse *Estado* permite, pela sua própria estrutura, as garantias de interesses econômicos de certas classes dominantes, eventualmente contrárias aos interesses econômicos a curto prazo das classes dominantes, mas compatíveis com os seus interesses políticos, com a sua dominação hegemônica. (POULANTZAS, 1977, p. 185).

Na sociedade capitalista, cuja centralidade se resume em exploração, dominação e estranhamento, a relação entre classes sociais no Estado é atravessada por relações de desigualdade, generificados, racializados e sexualizados

Mas, dado a formação capitalista, onde há distintas relações de produção, como indústria de transformação, finanças, comércio etc., há, também, diferentes frações de classes sociais, a começar pela burguesia (POULANTZAS, 1977, p. 293). Para além dessa divisão a partir da relação de produção expressa no “ramo” de cada dada burguesia, ou fração de burguesia, há também a que diz respeito da relação inter-frações dessa classe, a que se expõe a partir da relação dominador e dominado constituída do modo de produção capitalista (Ibidem.).

Para o exercício político da dominação, para a qual o Estado serve como seu organizador, constitui-se o que Poulantzas (1977) chama de *bloco no poder*,

(...) uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes, unidade dominada pela classe ou fração hegemônica. Essa unidade do bloco no poder é constituída sob a égide da classe ou fração hegemônica que polariza politicamente os interesses das outras classes ou frações que dele fazem parte. (POULANTZAS, 1977, p. 293-294).

Contudo, apesar de uma relação entre distintas frações de classe, não há, nesse bloco, partilha ou equilíbrio entre tais frações da classe dominante: “*é sempre a classe ou fração hegemônica que, em última instância análise, se revela detentora do poder de Estado na sua unidade*”. (POULANTZAS, 1977, p. 294). O que, de modo algum, irá prejudicar a autonomia relativa do Estado (Ibidem, p. 300).

Com isso, lembramos que os governos do PT (2003-2006/2007-2010/2011-2014-2014-2016), que aplicaram as principais conquistas LGBTI+ na história do Brasil, são frequentemente criticados por aquilo que melhor os definem: governos de colaboração de classes. Por exemplo:

Uma análise sóbria ou pelo menos equilibrada do governo Lula deve concluir que ele foi uma experiência reformista quase sem reformas que se beneficiou de uma conjuntura internacional favorável, todavia, efêmera. Por que reformista? Porque foi um governo de colaboração de classes. (ARCARY, 2014, p. 18)¹¹⁰.

A articulação de interesses opostos precede toda e qualquer colaboração de classes, o que não está restrita ao campo objetivamente da política econômica. Quanto a isso, o exemplo da expressão das pautas dos movimentos de libertação sexual e de gênero no bloco no poder do Estado, ao longo dos governos do PT, evidencia um aspecto do sentido da colaboração de classes, para além das pautas econômicas.

O movimento LGBTI+, no Brasil, surgido no final da década de 1970, tem a sua gênese marcada pela relação com diversas organizações da classe trabalhadora, sendo apoiado pela esquerda e partícipe dessa – mesmo que com tensões e crises, como já vimos anteriormente. Elemento fundamental da sua constituição foi o da auto-organização, com independência frente a governos, empresas e ao próprio Estado.

Contudo, atraído pelas oportunidades e recursos advindos das políticas do Estado, se aproximou do desse e passou a priorizar a sua disputa, o que, considerando que se tratava de um Estado capitalista, trouxe uma série de implicações, mesmo que não elaboradas e compreendidas pelo movimento (TOITIO, 2019, p. 33). Quanto a isso, questiona Toitio:

Nessa perspectiva, é preciso questionar por que, mesmo em momentos de “estabilidade”, o governo Dilma Rousseff se manteve distante das pautas LGBT. Por que ele cedeu à chantagem da bancada Evangélica e cancelou a distribuição do Kit do projeto Escola Sem Homofobia, que era uma reivindicação do movimento? Ou por que não baixou uma medida provisória criminalizando a homofobia, quando, após a radicalização política de 2013, a presidenta passou a defender a importância de uma lei específica? Seria para manter a governabilidade? Mas essa seria mantida em nome de quê e dos interesses de quais forças políticas? A resposta a essas perguntas não se sustenta sem uma análise da dinâmica das classes sociais e dos conflitos de redistribuição que atravessavam o governo, ou então cairemos

¹¹⁰Nessa passagem, o autor fala sobre os dois primeiros mandatos de Lula (2003-2006/2007-2010).

em uma análise idealista da política em que as formas de governabilidade teriam uma existência própria (...). (2020, p. 34-35).

Como veremos no terceiro capítulo desta dissertação, os recuos do governo Dilma quanto aos ganhos LGBTI+, bem como os limites das políticas voltadas ao combate da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, adotadas pelos governos do PT, estiveram ambientados por disputas políticas entre diferentes frações de classes.

A partir de 2014, quando o Brasil entra recessão econômica, o governo Dilma, e o bloco de poder no Estado brasileiro, passam a ser ainda mais pressionados por programas abertamente neoliberais e, também, de orientação conservadora. Por hora, nos limitamos, com essa discussão sobre o conceito de Estado, a chamar atenção para o fato de que, mesmo aplicando políticas sexuais progressistas, o Estado capitalista não deixou de atuar sob as estratégias políticas de dominação da burguesia. Portanto, a ausência dessa concepção crítica ao conteúdo de classe do Estado no movimento LGBTI+, conforme alerta Toitio (2019), é um dos pilares para o curso reformista adotado por ele.

2.3 - A armadilha da cidadania LGBTI+, o papel do mercado e a disputa da política sexual contemporânea.

No contexto dos anos de 2010, observa-se uma crescente afirmação, por parte de políticos e grupos religiosos, de uma política sexual conservadora e destacadamente contrária às pessoas LGBTI+ e aos seus direitos.

Em 2013, Vladimir Putin (Rússia Unida)¹¹¹, presidente da Rússia, assinou lei federal contra os direitos das pessoas LGBTI+, também conhecida como “*lei da propaganda gay*”¹¹², que criminaliza a ação política LGBTI+ no país. Nessa mesma esteira, temos o caso do presidente eleito da Polônia em 2015, Andrzej Sebastian Duda (Lei e Justiça)¹¹³, político polonês cujo programa defendido na campanha presidencial incluiu, com destaque, propaganda contrária à existência de pessoas LGBTI+, defendendo que essas são as maiores ameaças do país. Algo semelhante

¹¹¹ Originalmente no russo: *Yedinaya Rossiya* ou *Единая Россия*.

¹¹² Ver mais no relatório da ONG *Human Rights Watch* sobre o conteúdo e as consequências da aplicação da referida lei, disponível em: <https://www.hrw.org/report/2018/12/11/no-support/russias-gay-propaganda-law-imperils-lgbt-youth>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 21h.

¹¹³ Do original em polonês: *Prawo i Sprawiedliwość*, PiS.

ocorreu na eleição do presidente dos EUA em 2016. Donald Trump (Partido Republicano)¹¹⁴ defendeu abertamente políticas contra LGBTI+ em sua campanha vitoriosa. Por fim, temos o caso brasileiro, onde Jair Bolsonaro (então PSL), eleito presidente do país em 2018, defendeu, por diversas vezes ao longo de sua carreira política, ideias conservadoras e anti-LGBTI+, chegando a dizer: “*sou homofóbico, sim, com muito orgulho*”¹¹⁵. Essa postura foi reafirmada na sua campanha eleitoral.

Valendo-nos do trabalho de Gayle Rubin (1984), podemos enquadrar a centralidade da agitação sobre temas sexuais por políticos identificados com a extrema direita como exemplos que compõem um cenário de aberta disputa homossexual, onde se é debatido, na esfera pública, os padrões da ordem sexual. Segundo Rubin (1984), para isso é comum a difusão de *pânico moral/sexual*, onde lideranças políticas e/ou religiosas propagam ideias conservadoras para acusar grupos sociais de serem ameaças à moral e aos costumes da sociedade. Geralmente, essa estratégia, de acordo com Rubin (1984), está ligada a situações de crises na sociedade, e o pânico moral/sexual seria uma forma para culpar grupos sociais por essas crises. Quanto a isso, França (2019), faz uma síntese sobre a centralidade que a sexualidade pode adquirir na estratégia de pânico moral:

(...) a sexualidade – nas suas articulações com gênero – pode frequentemente estar no centro de ansiedades coletivas, sendo aqueles identificados como dissidentes sexuais os bodes expiatórios preferenciais. Ainda, quando se trata de medos e fantasias, os bodes expiatórios associam-se e multiplicam-se: comunistas, terroristas, estrangeiros, feministas, ativistas LGBTI...aparentemente, todos podem ser acusados de participar de uma grande concertação destinada a corromper nossa sociedade nos seus valores mais caros (FRANÇA, 2019, p. 46).

Segundo Carrara, Mora e Aguião (2017), as políticas sexuais contemporâneas se encontram em um dinâmico processo de disputas e resistências. “*por hora, nenhum avanço parece se mostrar plenamente assegurado; nenhum retrocesso parece ser impossível*” (CARRARA; MORA; AGUIÃO, 2017, p. 12). Ao fazer essa afirmação, os autores (2017) estão a discorrer acerca das disputas neoconservadoras da política sexual contemporânea, que revelam a fragilidade das conquistas LGBTI+ do período entre as décadas 1970 e 2010.

¹¹⁴ Originalmente em inglês: *Republican Party*

¹¹⁵ Citação extraída de fala do político registrada em vídeo gravado em 2013, disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/sou-homofobico-sim-com-muito-orgulho-diz-bolsonaro-em-video/>, acessado em 20 de agosto de 2020, às 21h.

Diante desse cenário, nos últimos anos no Brasil, se tornou corrente entre organizações e indivíduos identificados com as pautas de gênero e diversidade de orientação sexual, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, sobretudo da esquerda, críticas ao que chamam de retrocessos na política sexual adotada pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido)¹¹⁶.

Em 2019, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Helder Salomão (PT-ES), entregou à Organização das Nações Unidas (ONU) um relatório focado em apontar os retrocessos em Direitos Humanos ocorridos no Brasil, em 2019. No relatório, pelo menos três tópicos versam sobre aspectos da política sexual do governo, sendo: violência contra mulheres; desmonte de políticas de saúde de combate ao HIV/AIDS; e a discriminação contra pessoas LGBTI+¹¹⁷.

França (2009) identificou que já no primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro houve um processo de *“desmonte de estruturas administrativas voltadas para promoção de políticas públicas para mulheres e pessoas LGBTI+”* (p.48). Para exemplificar, resgatamos que em agosto de 2019, o governo federal suspendeu edital que havia selecionado séries sobre diversidade de gênero e sexualidade a serem exibidas nas televisões públicas¹¹⁸. França (2019), ainda, chamou a atenção para os retrocessos na política sexual defendida pelo governo Brasileiro em âmbito internacional. Segundo a autora:

No plano internacional, aos poucos o Brasil desloca-se de uma posição historicamente consolidada de consonância com diretrizes internacionais amplamente aceitas sobre a redução da desigualdade de gênero e do reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos (FRANÇA, 2019, p. 49).

O cenário contemporâneo descrito acima revela que a política sexual se encontra fortemente questionada por ações políticas de conteúdo conservador. Perante isso, a defesa da política sexual neoliberal pode parecer, para os setores

¹¹⁶ Ver mais em: <https://ponte.org/os-retrocessos-do-governo-bolsonaro-para-lgbt-em-2019/>, acessada em 13 de setembro de 2020, às 15h. Essa matéria foi produzida pela professora do IFRJ (Instituto Federal do Rio de Janeiro) e psicóloga, com doutorado em Psicologia Social do Trabalho pela UnB (Universidade de Brasília) Jaqueline Gomes de Jesus. Utilizamos sua matéria para exemplificar as recorrentes denúncias contra os retrocessos na política sexual impulsionada pelo governo presidido por Jair Bolsonaro (sem partido).

¹¹⁷ Disponível em: <file:///C:/Users/Visitante/Downloads/Relatorio%20CDHM%20ONU%202019.pdf>, acessado em 13 de setembro de 2020, às 18h.

¹¹⁸ Ver mais em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/08/21/governo-bolsonaro-suspende-edital-com-series-de-temas-lgbt-apos-criticas-do-presidente.ghtml>, acessado em 13 de setembro de 2020.

políticos e acadêmicos mais ligados às pautas em defesa da diversidade de gênero e de orientação sexual, o caminho estratégico mais correto.

Contudo, se for considerado o caráter de classe da política sexual neoliberal aplicada pelo Estado capitalista de diferentes países, e das conquistas alcançadas pelo movimento LGBTI+, há ressalvas a se fazer a esse respeito. As autoras Cinzia Arruzza, Nancy Fraser e Tithi Bhattacharya, no trabalho *Feminismo para os 99%: um manifesto* (2019) caracterizam que a política sexual está diante de duas vertentes, a saber, o “reacionarismo sexual” e o “liberalismo sexual”. (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 67). Segundo as estudiosas feministas, essas duas vertentes, apesar de aparentemente opostas, guardam importantes similaridades entre si. Para as autoras,

O reacionarismo sexual encontra sua imagem espelhada no liberalismo sexual. O segundo está vinculado, mesmo nos melhores casos, a políticas que privam a esmagadora maioria dos pré-requisitos sociais e materiais necessários para concretizar suas novas liberdades formais – considere-se, por exemplo, como os Estados que alegam reconhecer os direitos de pessoas trans se negam, ao mesmo tempo, a custear a transição. O liberalismo sexual também está vinculado aos regimes regulatórios de base estatal que normatizam e impõem a família monogâmica, com a qual a conformidade é o preço a pagar pela aceitação de gays e lésbicas. Embora pareça valorizar a liberdade individual, o liberalismo sexual não desafia as condições estruturais que incitam a homofobia e a transfobia, incluindo o papel da família na reprodução social. (2019, p. 69-70)

Comparando o conteúdo dessas conquistas com as demandas mais gerais apresentadas pelo programa por libertação sexual nas décadas de 1960 e 1970, conforme apresentadas acima no texto¹¹⁹, questionamos o conteúdo dessas relativas conquistas. Em primeiro lugar, nos chama a atenção que os principais avanços em termos de direitos sexuais tenham sido centrados nas identidades LGBTI+, em oposição às demandas por libertação sexual para toda a sociedade levantadas nas décadas de 1970 e 1980.

Além disso, esses mesmos avanços estiveram restritos à cidadania LGBTI+, o que não conforma real libertação. Isso nos leva a supor que o mais correto seria afirmar a política sexual predominante aplicada em países do Ocidente, no período a partir da década de 1970, como parte de uma reação do capitalismo ao programa de libertação sexual reivindicados em diferentes mobilizações da classe trabalhadora quando da situação revolucionária iniciada na década de 1960, na qual o movimento

¹¹⁹ Ver partes “b” e “c” deste mesmo capítulo.

LGBTI+ teve sua origem. As políticas sexuais neoliberais seriam, assim, expressão não de conquistas relativas, mas da derrota da revolução sexual não realizada.

Compreendemos que as afirmações de Alan Sears (2019) guardam certo paralelismo com assertivas feitas por Nancy Fraser (2009) acerca do corrido com as demandas levantadas pelas mulheres na “segunda onda do feminismo”. De acordo com Fraser (2019), o capitalismo e, mais precisamente, o neoliberalismo, se apropriou das pautas feministas da “segunda onda”, sem, contudo, satisfazer as demandas apresentadas. Para ilustrar o problema, a autora descreveu que:

É dito frequentemente que o sucesso relativo do movimento em transformar cultura permanece em nítido contraste com seu relativo fracasso para transformar instituições. Esta avaliação tem duplo sentido: por um lado, os ideais feministas de igualdade de gênero, tão controversos nas décadas anteriores, agora se acomodam diretamente no *mainstream* social; por outro lado, eles ainda têm que ser compreendidos na prática. Assim, as críticas feministas de, por exemplo, assédio sexual, tráfico sexual e desigualdade salarial, que pareciam revolucionárias não faz muito tempo, são princípios amplamente apoiados hoje; contudo esta mudança drástica de comportamento no nível das atitudes não tem de forma alguma eliminado essas práticas. E, assim, frequentemente se argumenta: a segunda onda do feminismo tem provocado uma notável revolução cultural, mas a vasta mudança nas *mentalités* (contudo) não tem se transformado em mudança estrutural, institucional (FRASER, 2009, p. 13).

Fraser (2009) argumenta que o capitalismo tem uma capacidade de se apropriar das críticas que lhe são dirigidas, realizando algumas concessões às reivindicações que lhe são feitas, buscando alcançar legitimação para se perpetuar. Essa característica é observada, de acordo com a autora (FRASER, 2009), no neoliberalismo, com esse apropriando-se de críticas feitas ao capitalismo em fases anteriores para buscar legitimação ao seu modo de dominação. Dessa forma, a autora identificou que as demandas do feminismo na “segunda onda”, que continham caráter emancipatório, foram *ressignificadas* pelo neoliberalismo, assumindo o sentido ambíguo (FRASER, 2009, p.23).

No neoliberalismo, a crítica feminista ao economismo – que não compreendia o papel da opressão às mulheres nos marcos gerais da exploração capitalista – “foi progressivamente expressadas como reivindicações pelo reconhecimento da identidade e da diferença” (FRASER, 2009, p.23). Esse processo privilegiou a crítica culturalista em detrimento da crítica da economia política.

Quanto a isso, identificamos processo semelhante com as demandas da *libertação gay*. As políticas sexuais neoliberais, ao invés de garantirem ampla libertação sexual para o conjunto da sociedade, reforçaram as identidades e as diferenças. Um meio pelo qual isso se deu foi através das influências do mercado. França (2016) demonstra como a identidade LGBTI+ sofreu profunda intervenção do *pink market*. Segundo conta a autora, símbolos da diversidade na década de 1990 são produtos dos negócios da burguesia, como a sigla GLS e a difusão da bandeira do arco-íris (FRANÇA, 2016, p. 104).

Apesar disso, conforme já abordado anteriormente, foi a partir da década de 1990 que o Estado brasileiro adotou suas primeiras políticas sociais voltadas às pessoas LGBTI+. Com isso, confirma-se a característica geral de que foi no período neoliberal que mais ganhos tiveram as pessoas LGBTI+. Fraser (2009) apontou que no neoliberalismo ocorreu grande alteração da cultura política nas sociedades capitalistas, marcada pelo crescente reconhecimento das identidades em detrimento das reivindicações por justiça social (p.23).

Adiciona-se o fato de que as conquistas da cidadania LGBTI+ não alcançaram a todos. Alguns setores foram mais bem beneficiados que outros. Quanto a isso, Sears (2019) afirma que as conquistas, como o casamento homoafetivo e a visibilidade cultural, privilegiaram homens em sua maioria, brancos, cisgêneros e de classe média, em relações monogâmicas e de países centrais do capitalismo. Enquanto que as mulheres, negros e pessoas trans seguiram alijadas de muitos direitos e visibilidade. No caso brasileiro, são comuns críticas de ativistas e organizações do movimento LGBTI+ que apontam como a visibilidade LGBTI+ é dominada pela figura do homem gay, predominantemente brancos e cisgêneros¹²⁰, em detrimento de outras identidades da diversidade, como lésbicas cisgêneras e pessoas trans¹²¹.

Associado a isso, quanto aos EUA e Canadá, Sears (2019) afirma ter havido uma intensa mercantilização das vivências LGBTI+, sobretudo de gays e lésbicas. Por meio de bares, festas, bairros, restaurantes. A partir dos anos 1980, houve a

¹²⁰ Ver mais em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/07/01/qual-e-o-tamanho-de-cada-minoria-na-sigla-lgbt.htm>, acessado em 10 de agosto de 2020, às 23h.

¹²¹ Como referência a pessoas travestis, transexuais e transgêneros.

constituição de negócios da burguesia voltados diretamente para o público LGBTI+, conformando o chamado *pink market*.

Sherry Wolf (2009) demonstra que a mercantilização das identidades LGBTI+ foi iniciada logo após a própria Revolta de *Stonewall*, em 1969, com o início da comercialização das marchas de *Christopher Street Gay Liberation Day nos EUA*, conhecidas mundialmente como paradas do orgulho LGBTI+. Com isso, evidencia-se que o processo de mercantilização, melhor desenvolvido a partir do final da década de 1970, iniciou-se, mesmo que de forma localizada, logo após o surgimento do movimento, diretamente sobre os desdobramentos do processo simbólico do Levante de *Stonewall*. Segundo conta a autora:

Na verdade, foi o gerente do *Stonewall Inn*, Ed Murphy, quem primeiro notou o potencial de comercialização dessas marchas e desfiles e, em uma irônica reviravolta da história, formou o Comitê do Festival da Rua Christopher em 1972, revertendo com sucesso a rota da marcha dois anos depois, para fornecer dinheiro e *cachê* aos proprietários de negócios voltados para guetos gays. (WOLF, 2009, p. 152, tradução nossa, grifos originais).

No Brasil, na década de 1990 também foi conformado um ramo de negócios da burguesia voltado para o público LGBTI+, o *pink market*. Alves (2016) afirma que esse mercado, para além da atuação comercial, passou a atuar politicamente junto ao movimento LGBTI+, influenciando a identidade do movimento e da própria “comunidade LGBTI+” (p.113-114).

E, para a lógica do mercado, nem todas as identidades LGBTI+ foram, até o presente, interessantes para investimento. No mercado voltado ao público LGBTI+, há a reprodução de hierarquias e reforço de invisibilidades. De acordo com França (2006), uma das consequências da influência do mercado sobre a “comunidade LGBTI+” é a segmentação da identidade política e a reprodução de padrões de hierarquização e opressão. Com isso, a autora explica como as identidades trans são alijadas de integração nos circuitos de visibilidade LGBTI+ constituídos no mercado (FRANÇA, 2006). E segundo Antonio Cristian Saraiva Paiva (2009), homens gays idosos também configuram um setor que experimenta um tipo de exclusão no mercado do lazer LGBTI+, não sendo alvos de campanhas publicitárias ou de eventos festivos LGBTI+.

As lutas sexuais das décadas de 1960 e 1970 impulsionaram avanços. Conforme vimos anteriormente, esses foram limitados. Com isso, poderia-se compreender que a libertação sexual parou no meio do caminho. Ou seja, alcançou uma série de conquistas, mas que ainda necessitam ser aprofundadas. Entretanto, viemos, ao longo deste capítulo, argumentando que não é bem assim. Segundo as autoras do feminismo para os 99% (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019) e Alan Sears (2019), vemos o contrário. Estariam sendo operados, pelo capitalismo, retrocessos sexuais (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 71). Segundo as autoras, o reacionarismo sexual e o liberalismo sexual estão, cada vez mais, voltados para um objetivo comum:

Normatizar formas de sexo que no passado foram tabus no interior de uma zona expandida de regulação estatal e de maneira favorável ao capital que incentiva o individualismo, a vida doméstica e o consumo de mercadorias (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 69)

A isso, queremos ressaltar a questão do sexo. E, assim, adiantar alguns elementos do que será mais bem trabalhado no próximo capítulo. Como vimos, sexualidade segue marcada por conflitos violentos, frustrações, e regulamentações, sejam estatais ou do mercado. Contudo, diferente do período pré-*Stonewall*, ao invés de não, as regulamentações e a o mercado passaram a dizer sim. O que antes era criminalizado, hoje se encontra em vitrines: a homossexualidade. “ (...) o *capital não é mais implacavelmente contrário aos arranjos sexo/gênero queer e não cis*” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 69).

Em síntese, compreendemos que os ganhos obtidos nas últimas décadas estão representados na cidadania LGBTI+. Como vimos, o próprio uso de sigla de identidades é uma referência ao mercado. A ascensão de grupos, que antes eram marginalizados, à cidadania neoliberal, dá-se fundamentalmente por meio do mercado. E o acesso é viabilizado por meio das identidades. E as identidades são alcançadas com o acúmulo de produtos disponíveis no mercado. Nessa lógica, o corpo é um produto, sobretudo branco, magro e musculoso. Para a produção e comercialização desse corpo – tão desejado entre homens gays – há um vasto ramo de negócios, que inclui academias, alimentação, procedimentos estéticos, materiais cosméticos, drogas, etc. Vários ramos da burguesia estão voltados para a produção desses corpos/identidades. São eles: vestuário, turismo, locais com *status*, como

bares e restaurantes; mercado imobiliário, para moradia em bairros *gay friendly*¹²² etc.

O mesmo ocorre com o sexo. Ao invés de libertação, o neoliberalismo manteve altos níveis de repressão sexual. E para frear as demandas sexuais, a burguesia aplicou um programa de “reinvenção das necessidades”, com foco na atuação do mercado, ofuscando as estruturas repressivas por meio da reificação da sexualidade e do desejo, além da fetichização de identidades – elas próprias são produtos disponíveis no mercado.

Contudo, do ponto de vista sexual, o capitalismo segue sendo implacável com a liberdade. A regulação pela positiva também é uma forma de reprimir. Isso ocorre na medida em que afirmação sexual, a depender de como é operada, pode, ela própria, corromper as demandas sexuais originais, ao ponto de modificar as necessidades sexuais, sem deixar que seja percebido que foram mudadas. O mercado possui larga experiência em produzir necessidades falsas. Que dão vazão à produção de mercadorias que em nada satisfazem necessidades, são apenas fetiche, como alimentos que não alimentam.

Há uma infinidade de experiências, produtos, situações que oferecem a oportunidade de se alcançar prazer. Contudo, o sexo segue sendo uma situação particular em que, a depender das condições (consentimento, desejo, liberdade etc..) obtém-se prazer. A estimulação do corpo por meio dos sentidos humanos é um caminho para isso. Dessa forma, queremos afirmar que, apesar do peso do discurso e das disputas linguísticas que influenciam o desejo, o sexo não pode ser medido apenas pela linguagem. Há uma dimensão natural no sexo e da sexualidade. E isso se viabiliza por meio do corpo, o corpo físico.

Na sociedade capitalista, em especial desde o neoliberalismo, tem-se trabalhado cada vez mais. E de forma estanhada à natureza/humanidade. Os corpos são controlados pelo capitalismo. E, para isso, dessexualizados. Esse é o tema que abordaremos no próximo capítulo.

¹²² Termo cunhado para o mercado para dizer de estabelecimentos comerciais que aceitam LGBTI+ e promovem certa congratulação para essas identidades.

POLÍTICA SEXUAL DO BOLSONARISMO

Capítulo II – Repressão sexual

(...)

Muitos perus, todos nus, fazem

Gaviões, pavões e urubus fazem

Façamos, vamos amar

 (...)

Piranhas só por fazer, fazem

Namorados por prazer, fazem

Façamos, vamos amar

 (...) ¹²³

Hoje em dia, fala-se sobre e vê-se muito mais sexo do que há 50 anos. Mas, apesar das conquistas sexuais das últimas décadas e a despeito da grande oferta de possibilidades para encontros sexuais, como as promovidas por aplicativos de relacionamento, em algumas situações, jovens de hoje têm feito menos sexo que os da geração dos seus pais¹²⁴.

No capitalismo neoliberal, exige-se performance de máximo desempenho, em que a racionalidade econômica é posta como uma ideologia dominante na sociedade. Isso ajuda a intensificar a exploração do trabalho e da força de trabalho, reivindicada pelo capital na busca da elevação das taxas de lucro. Para isso, os trabalhadores são convencidos a desempenhar o seu melhor, tendo a si próprios como referência. Ou seja, não há meta definida, o limite é até onde o trabalhador aguentar.

E trabalho é medido pelo tempo. O capital o exige todo. Exige-se dedicação e, assim, a energia vital dos trabalhadores. A libido, ao invés de dar ensejo a uma sociedade genuinamente erótica, está direcionada ao exercício do trabalho (estranhado). O corpo, apesar das recentes liberdades para ser mostrado, no capitalismo é dessexualizado, para servir de instrumento da valorização do valor (MARCUSE, 1975). Nesse modelo capitalista neoliberal, até mesmo o “descanso” é

¹²³ Canção “Façamos”, composição de Carlos Rennó / Cole Porte, interpretada por Elza Soares e Chico Buarque, publicada originalmente no álbum “Duetos”, de Chico Buarque de Holanda, Gravadora: *Sony BMG Music Entertainment*, 2002.

¹²⁴ Pesquisas que abordaremos mais adiante neste capítulo apontam para a diminuição da atividade sexual entre as gerações que cresceram ao longo do período neoliberal. Sobre isso, há dados principalmente dos países centrais do capitalismo na Europa e o próprio EUA, onde também mais direitos sexuais foram conquistados nos marcos do neoliberalismo sexual, como vimos no capítulo anterior. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/14/jovens-norte-americanos-estao-fazendo-cada-vez-menos-sexo-diz-pesquisa>, acessado em 18 de outubro de 2020.

controlado, o que inclui o lazer, em geral vivido no mercado, por meio da compra de produtos e/ou experiências.

Entre os anos 1960 e a primeira década dos anos 2010, o capitalismo viveu muitas crises econômicas, mergulhado em um longo período com tônica de estagnação. Entre o final de 2007 e o início de 2008, eclodiu a crise econômica mundial comparada por muitos analistas ao grande *crack* de 1929. Para essa crise mais recente, o capitalismo apresentou um programa regressivo, socializando os seus custos sobre os trabalhadores, ampliando a retirada de direitos e a apropriação do fundo público, culminando em um período de crescente desemprego e empobrecimento geral da classe trabalhadora (BEHRING, 2010).

Entretanto, nos últimos anos, grupos e políticos de extrema direita, com programas de aprofundamento das medidas neoliberais e de ataques às liberdades democráticas, têm crescido em vários países. Nesse cenário, liberdades democráticas encontram-se questionadas na América Latina. Por exemplo, temos os recentes golpes de Estado no subcontinente, como Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) e Bolívia (2019). Diante disso, o conceito de fascismo tem sido utilizado para descrever o crescimento internacional da direita com traços autoritários, que hoje governa países como o Brasil, EUA, Hungria, Polônia e Turquia.

A experiência fascista na Europa, desenvolvida no entreguerras, no século XX, foi largamente estudada e comentada, tanto por intelectuais, como por políticos. Algumas abordagens do fenômeno utilizaram do conceito de repressão sexual para compreender a conformação do movimento de massas fascista, no qual amplas parcelas da população, envolvidas por afetos, abraçaram programas de destruição dos direitos, de liberdades e da vida, um contrassenso diante da realidade marcada por crises e depressões econômicas (REICH, 1974). Essa contradição, a nosso ver, guarda certa analogia com as audiências de massas que acompanham projetos autoritários contemporâneos, como o bolsonarismo, que desfruta de amplo apoio na sociedade, mesmo sendo um movimento que defende a retirada de direitos quando o Brasil vive uma das maiores crises econômicas de sua história moderna.

O presente capítulo percorre, então, dois objetivos. Em primeiro lugar, resgatar os conceitos de repressão sexual e dessublimação repressiva, para compreendermos a essência da questão sexual contemporânea nos marcos da

contradição do liberalismo sexual, em que, apesar das conquistas alcançadas, vive-se uma reação sexual, onde o capitalismo financeirizado tem aplicado um retrocesso no campo da sexualidade (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019).

E, em segundo lugar, retomar algumas das afirmações teóricas que localizaram a questão sexual nos marcos do desenvolvimento do fascismo (e do autoritarismo em geral), para discutirmos acerca da ocorrência e da importância de questões sexuais na conformação do movimento de extrema direita do bolsonarismo no Brasil, buscando verificar a validade de conceitos e teorias sobre o papel da repressão sexual para o desenvolvimento do autoritarismo. Assim, buscamos levantar categorias de análise que serão fundamentais mais adiante para a compreensão da política sexual do bolsonarismo, ascendido à Presidência da República pela via eleitoral, em 2018, após uma campanha atravessada por agitações sexuais e morais conservadoras.

1 - Neoliberalismo e repressão sexual

Nos últimos 40 anos, com o advento do neoliberalismo e após a restauração capitalista nos ex-Estados operários, a vida se desenvolveu no terreno da derrota das experiências socialistas do século XX e da prevalência do capitalismo¹²⁵. E esse cantou vitória: um exemplo emblemático foi a disseminação da afirmação de Francis Fukuyama¹²⁶ sobre o dito “fim da história”. O sociólogo defendeu que o “colapso do comunismo” teria encerrado a busca da humanidade por outro sistema econômico e regime político superiores, como se a combinação entre economia capitalista e regimes democrático-burgueses constituísse o último degrau da evolução humana.

¹²⁵ Esse desenvolvimento, contudo, não ocorreu de modo linear, mas contraditório, pois, a depender do país (ou continente/subcontinente), houve situações de melhoras nas condições de vida e/ou na correlação de forças política para a classe trabalhadora. Por exemplo, no Brasil, na década de 1980, ocorreu a derrota da ditadura empresarial-militar por meio das lutas operárias e estudantis, em uma situação política revolucionária que incorreu em uma revolução política que derrotou o regime e criou as condições para que fosse constituído um regime democrático burguês. Mais adiante, entre a década de 1990 e os primeiros anos do século XXI, houve uma correlação de forças mais favoráveis na América Latina que se expressou na eleição de governos nacionalistas, de Frente Popular, alguns com traços anti-imperialistas e com a aplicação de reformas e concessões, como no Brasil, Venezuela, Colômbia etc.

¹²⁶ Francis Fukuyama atualmente é professor de Economia Política Internacional da Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, na Johns Hopkins University, EUA. Seu primeiro livro, “O fim da história e o último homem” (1991), figurou nas listas dos mais vendidos em diversos países, como EUA, França, Japão e Chile, e ganhou o Los Angeles Times Book Critics Award e o Prêmio Capri na Itália. Outros livros de sua autoria são “Confiança” (1995), “A grande ruptura” (1999) e o “Nosso futuro pós-humano”.

Ao contrário, o neoliberalismo se desenvolveu a partir da piora das condições gerais de vida da classe trabalhadora. Nesse modelo, a retirada de direitos foi a regra geral (BEHRING E BOSCHETTI, 2008, p. 156). Produziu-se tanto riqueza, quanto pobreza e misérias. A desigualdade social avançou em passos largos e a riqueza alcançou níveis históricos de concentração¹²⁷.

O modelo neoliberal reforçou os impactos do capitalismo na subjetividade humana. No neoliberalismo, confirmou-se a afirmação de Walter Benjamin, “*O capitalismo deve ser visto como uma religião*” (2013, p. 21), “*não como formação condicionada pela religião, mas sim como um fenômeno religioso essencial*” (*ibidem*). Um culto permanente e culpabilizador (BENJAMIN, 2013).

Como culto, vemos o misticismo das ideologias que conferem pretensa racionalidade a um sistema de desigualdades sociais profundas. E que determina como legal a propriedade privada enquanto cultua o individualismo e a meritocracia. A desregulamentação das relações trabalhistas é assimilada na máxima do *self made man*. Com a derrota das experiências socialistas do século XX, a visão de um mundo diferente desse foi quase que obscurecida pelo presente neoliberal. Isso se expressou no enfraquecimento de demandas socialistas, que vislumbrassem outro sistema social que não o capitalismo. A fantasia, tão importante para sustentar os desejos (KEHL, 2009), em certa medida deixou de incluir em seu repertório a utopia do socialismo.

E um culto permanente, pois no neoliberalismo, como defende Sadi Dal Rosso (2008), trabalha-se cada vez mais, pela forma da intensificação. Nesse permanente culto, a relação de trabalho é desvinculada da noção de emprego: a remuneração passa a depender da tarefa realizada e do trabalho entregue, não mais de um vínculo entre empregado e empregador (DAL ROSSO, 2008, p.13-14), “*No mundo dos ‘trabalhos’, a remuneração dependeria diretamente das tarefas concretas exercidas, não de um salário contratado, mas de um trabalho realizado*” (*Ibid.*, p.14). e assim avançam os modelos de trabalho intermitente e a subsunção da vida à lógica do capital.

No neoliberalismo, exige-se polivalência dos trabalhadores, colocando-os a se dedicarem cada vez mais ao trabalho, o que, em dinâmica, impede a possibilidade

¹²⁷Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>, acessado em 10 de outubro de 2020, às 10h.

de descanso (DAL ROSSO, 2008). Portanto, um culto “*sem trégua e sem piedade*” (BENJAMIN, 2013, p. 22)¹²⁸. Na lógica neoliberal, o tempo é cada vez mais consumido pelo trabalho estranhado. Lembramos uma das demandas da classe trabalhadora nos anos 1960, simbolizada pela greve dos mineiros franceses em 1963 e a revolta operária na Renault, no ano seguinte. Nessas lutas, que precederam o “Maio Francês”, o mote foi “*queremos tempo para viver*” (TIBLE, 2018, p. 9). Essa demanda parece hoje cada vez mais distante, esquecida nos imperativos do empreendedorismo.

E o neoliberalismo é um culto culpabilizador, repressor e sem salvação, em que até mesmo “A transcendência de Deus ruiu”, submetendo-se ao deus dinheiro. (BENJAMIN, 2013, p. 22). No neoliberalismo, o capitalismo sem redenção foi confirmado. O mal-estar estimulado pela miséria material e espiritual não vislumbra saídas e se mantém como angústia e sofrimento:

As preocupações: uma doença do espírito própria da época capitalista. Situação sem saída de cunho espiritual (não material) em forma de pauperismo, vadiagem, mendicância, monaquismo. Uma condição tão sem saída e culpabilizadora. As “preocupações” são indicativas dessa consciência de culpa provocada pela situação sem saída. “Preocupações” surgem da angústia provocada pela situação sem saída de cunho comunitário, não de cunho material-individual. (BENJAMIN, 2013, p. 24)

Esses aspectos compõem as consequências do neoliberalismo na subjetividade humana. Como modo de existência contemporânea do capitalismo (FILHO, 2015, p. 59), o neoliberalismo tornou-se um tipo de senso comum, e seus valores impregnaram no discurso geral, tornando-se recorrente a utilização de termos como produtividade, performance, inovação, resultado, investimento. Mais recentemente, ficou famosa no Brasil a expressão “foco, força e fé”, como mensagem “estimulante” para se seguir em frente em um mundo desigual e onde cada vez menos se tem tempo para viver. Segundo David Harvey,

(...) o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. (HARVEY, 2014, p.13).

De acordo com Lazzarato (2014, p.14), a ideia de se alcançar individualmente o sucesso, vinculado ao estímulo para iniciativas e riscos do empreendedorismo conduzem a uma ampla difusão de doenças psicológicas, como a depressão.

¹²⁸ Do original: *sens trêve et sans merci*.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), “A depressão é a principal causa de incapacidade em todo o mundo e contribui de forma importante para a carga global de doenças.”¹²⁹. Atualmente, também com base na OPAS, estima-se que mais de 300 milhões de pessoas sofram de depressão. De acordo com Maria Rita Kehl (2009), quanto menos tempo dispõem as pessoas para viver além de trabalhar, mais cresce o empobrecimento psíquico e o sentimento de desvalorização. A falta de tempo e a depressão integram um fenômeno coletivo de perda de sentido da vida, um vazio cheio de ação (trabalho estranhado), mas, nem por isso menos vazio (KEHL, 2009).

Ademais, no neoliberalismo, vemos um crescente irracionalismo. Mais recentemente, fenômenos políticos populistas de direita, utilizando-se do pânico moral, como no caso de Jair Bolsonaro no Brasil (FRANÇA, 2019, p. 46), e do ressentimento - tal como o conceito é concebido por Kehl (2015) -, apoiaram-se no crescente irracionalismo das massas para se elegerem.

Em 2016, a *Oxford Dictionaries*¹³⁰ elegeu o vocábulo "pós-verdade" como a palavra do ano na língua inglesa, que significa quando o fato concreto tem menos significância ou influência do que apelos à emoção e às crenças pessoais¹³¹. Não se tratam apenas de mentiras. São falsas verdades que melhor se adequam às convicções das pessoas.

Um exemplo disso é a disseminação de notícias falsas em eleições, as chamadas *Fake News*. Em 2016, Donald Trump foi eleito presidente dos EUA e uma tática aplicada em sua campanha foi justamente a disseminação das *Fake News*¹³². O mesmo ocorreu no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro presidente da República, em 2018. Nessa eleição, uma das mentiras mais difundidas foi a de que o então candidato presidencial na disputa, Fernando Haddad (PT), defendia a distribuição de “*kit gay*” nas escolas, contendo mamadeiras com bicos em formato de

129

Disponível

em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5635:folha-informativa-depressao&Itemid=1095, acessado em 12 de outubro de 2020, às 19h.

¹³⁰ Departamento da Universidade de Oxford responsável pela elaboração de dicionários.

¹³¹ Disponível em: <https://forbes.uol.com.br/colunas/2016/11/pos-verdade-e-escolhida-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford/>, acessado em 12 de outubro de 2020, às 11h.

¹³² Disponível em: <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/viral-fake-election-news-outperformed-real-news-on-facebook#.ic3mGg22M>, acessado em 12 de outubro de 2020, às 11h.

pênis, cartilhas que ensinavam crianças a fazerem sexo homoafetivo etc.¹³³. Em pesquisa realizada pela IDEIA BIG Data/Avaaz, divulgada no dia primeiro de novembro de 2018, verificou-se que 83,7% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram na estória da distribuição desse suposto “Kit Gay”, enquanto que entre eleitores de Fernando Haddad, isso ocorreu em apenas 10,5%¹³⁴.

Se observarmos o detalhe veremos não só a mentira, mas a irracionalismo. A estória contada diz que o governo federal comandado por Dilma Rousseff (PT) teria distribuído, nas escolas de educação básica de todo o país, uma espécie de livro ensinando crianças a serem homossexuais. Contudo, como não passa de uma mentira, nunca ninguém viu o tal Kit¹³⁵. E é razoável dizer que parcela significativa das pessoas que acreditaram nessa mentira têm relações cotidianas com escolas, têm filhos em idade escolar e sabem que seus filhos nunca receberam tal material, pois nunca tiveram contato com o mesmo. Portanto, a estória, a descrição dos “fatos” e o conjunto de detalhes da mentira pouco importaram, pois o centro de tudo foi a comunhão das ideologias e dos ressentimentos para uma canalização da tensão social por meio de um tema sexual. Impera, neste terreno onde a pós-verdade tem se desenvolvido cada vez mais, a indiferença pelo real e pelo outro, um tipo de narcisismo suicida (CLARK, 2018).

Timothy James Clark (2018) analisou obras de arte de Giotto di Bondone, Pieter Bruegel e Pablo Picasso para buscar respostas sobre os paradoxos e conflitos existentes hoje e expressos na questão da pós-verdade. A pergunta fundamental do autor é sobre o porquê, depois de 40 anos de neoliberalismo, com a exacerbação das desigualdades sociais, movimentos de direita com audiência de massas têm crescido politicamente, um contrassenso.

¹³³Como já abordamos no capítulo um, Kit Gay é a forma pejorativa e falseada de denominar uma das iniciativas do programa “Brasil Sem Homofobia”, criado pelo Governo Federal em 2004. Entre esse ano e 2011, foi elaborado um material por meio de convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), intitulado de “Escola Sem Homofobia”, com materiais voltados para professores e estudantes, abordando a temática da violência e preconceito contra pessoas LGBTI+. Após pressão dos setores neoconservadores e da Nova Direita no Congresso e em Igrejas, o Governo Federal, na figura da presidenta Dilma Rousseff, decidiu por vetar o projeto, impedindo sua divulgação nas escolas, uma concessão a esses setores que ameaçavam intimidar o então Ministro, Palocci (ver mais no capítulo um).

¹³⁴Disponível em: https://secure.avaaz.org/act/media.php?press_id=917, acessado em 15 de outubro de 2020, às 11h.

¹³⁵Na época, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definiu a propaganda do *Kit Gay* como uma *Fake News* – uma inverdade -, determinando a suspensão da veiculação da mentira. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-out-16/ministro-tse-determina-remocao-videos-kit-gay>, acessado em 14 de outubro de 2020, às 21h.

Segundo o autor, em período anterior ao capitalismo haveria uma relação menos mistificada entre as massas com o mundo (2018). Para ele, até mesmo na Idade Média, sob o domínio da Igreja Católica, a pintura de Giotto, por exemplo, ainda representava um mundo mais ávido à desconfiança e descrença. Seria, então, necessário hoje retomar uma espécie de “espírito trágico” capaz de desestimular o processo de infantilização e de fantasia consumista neoliberal em que amplas massas vivem sob efeitos de uma realidade irracional inebriada por alucinações coletivas (CLARK, 2018). Então, o autor arrisca uma caracterização de que a infantilização das massas seria um mecanismo de autodefesa frente à frustrada (mas absolutamente incompreendida) ilusão de alternativas à verdade, um movimento suicida de toda uma espécie (CLARK, 2018).

Aqui, então, reside o centro do que discutiremos neste capítulo. Conforme apresentamos anteriormente, as demandas sexuais do século XX foram respondidas com uma reação do capitalismo. Por demandas sexuais compreendemos aquelas que exigiram mais amplitude de emancipação humana substantiva, não só em pautas diretamente econômicas, mas também políticas e espirituais. Essa reação, por meio de um falseamento das satisfações sexuais, maquiou os altos níveis de repressão ainda existentes.

A suposta liberdade sexual desacreditou muito da compreensão de que a sexualidade é essencialmente reprimida na sociedade. A interdição deu lugar a um tipo de liberalismo sexual (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019). Foucault (1988) chamou atenção, contudo, para o fato de que a sexualidade é controlada e utilizada para o exercício do poder não só quando é negada, mas, também, quando é afirmada, no centro do discurso do poder. Evidentemente, no neoliberalismo, o sexo não sofre mais as mesmas interdições de outrora, como nos casos em que adolescentes eram reprimidos a não se masturbarem, como no final do século XIX, na era vitoriana, em países da Europa (RUBIN, 2003).

Com isso, queremos retomar o conceito de repressão sexual, para afirmar que, mesmo sem a prevalência de táticas de interdição da sexualidade, onde “o *capital não é mais implacavelmente contrário aos arranjos sexo/gênero queer e não cis.*” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 69), ou com a exposição do corpo e da nudez, a repressão segue como elemento essencial sobre a sexualidade e a energia libidinal do ser humano no capitalismo.

Herbert Marcuse (1975) cunhou o conceito que melhor explica essa questão. Para o autor (1975), ao invés de apenas impedir a realização das demandas libidinais da humanidade, a sociedade de classes modifica as próprias demandas e desejos. Marcuse defendeu que, nas sociedades que alcançaram altos níveis de dominação, entre os dois princípios do processo psíquico descrito por Freud (princípio de prazer e princípio de realidade), fora incluído o princípio de desempenho. Com ele, a sociedade de consumo de massas passou a reinventar os desejos de tal modo a satisfazê-los com as ofertas do mercado.

Segundo Maria Rita Kehl (2009), a depressão, por exemplo, é expressão de saciedade, de falta do desejo, do excesso de satisfação. Nisso, com base em Marcuse (1975), vemos a expressão das falsas satisfações, criadas para atender às falsas necessidades estimuladas pelo sistema. Do ponto de vista da sexualidade, vemos o liberalismo sexual como o excesso de oferta, mas uma oferta vazia de sentido.

Com a disseminação do sexo no discurso (FOUCAULT, 1988) – apoiada em supostas liberdades – poder-se-ia compreender que nada mais é recalcado. Em certa medida, isso parece correto. No novo paradigma das sociedades ocidentais capitalistas o não ao sexo deu lugar ao sim - que se “realiza” no mercado. O conceito, então, que melhor definiria o tempo atual do neoliberalismo sobre a questão da sexualidade (e da libido, em sentido amplo) seria o de *dessublimação repressiva* (MARCUSE, 1975). Nele, compreende-se o movimento em que as próprias necessidades humanas são alteradas com a inclusão do princípio de desempenho. Entretanto, o próprio Marcuse (1975) afirmou que, para haver sublimação – onde o ser humano cria um objeto novo no mundo da cultura -, é necessário algum nível de repressão (MARCUSE, 1975, p. 88). Portanto, na medida em que as demandas libidinais são “satisfeitas” falsamente e os desejos e impulsos são obscurecidos pelo princípio de desempenho, mesmo sem a interdição ao sexo, essencialmente esse é reprimido.

A sexualidade, conforme Wilhelm Reich (1985), pode ser abordada por diversas ciências: a sociologia, a história, a antropologia, a sexologia, etc.. Contudo, conforme defendeu o autor (1985), para se compreender a totalidade da sexualidade são necessárias as contribuições, também, da ciência natural – que para ele é central. Compreendemos que o corpo e o psiquismo – o físico e o subjetivo - apenas

abstratamente podem ser observados isoladamente. Na prática, compõem a mesma totalidade. Reich (1985) chamou atenção para isso. Segundo o autor (1985), a energia libidinal presente nas experiências sexuais naturais é fundamental para o desenvolvimento das potencialidades humanas. Ou seja, não é possível separar totalmente as pulsões dos desejos.

E, segundo Reich (1985), a repressão da sexualidade se encontra na matriz de muito da incapacidade das massas de se libertarem de sua forma infantil de apreender o mundo que as cerca. Assim, Reich (1985) defendeu que o irracionalismo autoritário das massas advém, centralmente, dos impactos da repressão sexual,

Uma humanidade que tem sido forçada, por milhares de anos, a negar a sua lei biológica e que, em consequência dessa negação, adquiriu uma segunda natureza – que é uma anti-natureza – pode apenas debater-se em exaltação irracional quando quer restaurar a sua função biológica básica e, ao mesmo tempo, teme fazê-lo (REICH, 1985, p. 200).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) possui uma definição que nos parece consonante com a abordagem feita da sexualidade nos trabalhos de Reich, segundo o organismo multilateral,

A sexualidade é uma energia que nos motiva para encontrar amor, contacto, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental (OMS, 2014).

E a nossa escolha teórica para esta abordagem é reforçada pelo fato de que, atualmente, em algumas situações¹³⁶, pessoas das gerações que cresceram ao longo do neoliberalismo, os *millennials*, têm feito menos sexo que as gerações anteriores. A geração do período do neoliberalismo sexual é a que menos faz sexo desde a geração nascida em 1920¹³⁷. Por meio do princípio de desempenho neoliberal, toda a energia libidinal das pessoas tem sido direcionada ao culto permanente e culpabilizador do capitalismo - para usar novamente a afirmação de

¹³⁶Em nossa pesquisa, encontramos dados especialmente de países imperialistas centrais, como os EUA e países da Europa.

¹³⁷Disponível em: [https://istoe.com.br/millennials-sao-geracao-que-faz-menos-sexo-desde-nascidos-em-1920/#:~:text=Millennials%20s%C3%A3o%20gera%C3%A7%C3%A3o%20que%20faz%20menos%20sexo%20desde%20nascidos%20em%201920,-\(Arquivo\)%20Um%20casal&text=Os%20jovens%20de%20hoje%20n%C3%A3o,disseram%20pesquisadores%20na%20ter%C3%A7a%2Dfeira.,](https://istoe.com.br/millennials-sao-geracao-que-faz-menos-sexo-desde-nascidos-em-1920/#:~:text=Millennials%20s%C3%A3o%20gera%C3%A7%C3%A3o%20que%20faz%20menos%20sexo%20desde%20nascidos%20em%201920,-(Arquivo)%20Um%20casal&text=Os%20jovens%20de%20hoje%20n%C3%A3o,disseram%20pesquisadores%20na%20ter%C3%A7a%2Dfeira.,) acessado em 14 de outubro de 2020, às 22h.

Benjamin (2013). Por exemplo, segundo pesquisa de uma empresa de telefonia americana (*SimpleTexting*), após entrevista, constatou-se que, dos jovens nascidos entre 1996 e 2010, 56% prefeririam abrir mão de relações sexuais por um mês do que do celular¹³⁸. Segundo pesquisa publicada no *British Medical Journal*, em 2019, a frequência da atividade sexual no Reino Unido tem diminuído nas últimas décadas, e uma das principais razões seria o excesso de trabalho¹³⁹. Outra pesquisa ainda relacionou a queda da atividade sexual com a crise econômica mundial aberta em 2008, onde, entre os trabalhadores mais afetados pela recessão teria havido maior declínio da atividade sexual se comparado aos grupos de pessoas menos afetadas economicamente¹⁴⁰.

Com esse cenário, somado à situação de recrudescimento de projetos políticos autoritários, contidos na propaganda de grupos e/ou candidatos da extrema direita, atualmente vinculados ao irracionalismo das massas, vemos reaquecida a validade de conceitos trabalhados pelas teorias radicais sobre a repressão sexual (Reich e Marcuse). A repressão contida na dessublimação repressiva, mantida em altos níveis na sociedade, compõe a base do irracionalismo, e, assim, um dos elementos fundamentais para a mobilização de fenômenos de massas cuja psicologia está impregnada de submissão a personalismos autoritários, portanto, de infantilidade irracional.

Na esteira do surgimento de mobilizações de extrema direita, fascismo passou a ser utilizado como conceito para definir esses fenômenos políticos atuais. Seja diretamente ou em variações teóricas, como neofascismo ou protofascismo. Segundo Rosana Pinheiro-Machado (2019), acerca do bolsonarismo no Brasil, esse fenômeno evidenciou que a “*A semente do fascismo tropical está presente em todas as classes, em todas as regiões*” (p 72). Segundo a autora:

(...) o germe do ódio ficou às soltas no Brasil, pronto para linchar física e moralmente todo aquele que não se enquadra no establishment masculino, banco, heterossexual, rico, bem-sucedido e cheio de bens de consumo. A ameaça comunista é uma mentira. A Ameaça fascista é uma realidade (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 72).

¹³⁸Disponível em: <https://simpletexting.com/sacrifices-to-keep-smartphone/>, acessado em 14 de outubro de 2020, às 22h30min.

¹³⁹Disponível em: <https://www.bmj.com/content/365/bmj.l1961>, acessado em 16 de outubro de 2020, às 20h30min.

¹⁴⁰Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/casais-estao-fazendo-menos-sexo-revela-pesquisa/>, acessado em 16 de outubro de 2020, às 20h30min.

Nos últimos 50 anos, o sexo veio estando no centro do discurso. Tá em todo lugar. A quantidade de não's que se dizia ao sexo parece ter se multiplicada em sins. Com o crescimento de discursos neoconservadores de extrema direita, há uma guerra entre o sim e o não. De um lado, o discurso da família patriarcal falso moralista; de outro, a política sexual neoliberal e os poucos e limitados direitos sexuais,

Como consequência, facções dominantes de ambas as correntes estão cada vez mais unidas em um novo projeto: normatizar formas de sexo que no passado foram tabus no interior de uma zona expandida de regulação estatal e de maneira favorável ao capital que incentiva o individualismo, a vida doméstica e o consumo de mercadoria. (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 69),

Evidentemente, há larga visibilidade e autorização para se falar e divulgar sexo. Principalmente no mercado. O apelo sexual pra vender coisas é enorme. Isso faz parecer que não tem mais repressão sexual, ou que essa é uma reminiscência do passado. Em nossa opinião, o problema não está só no sim ou no não, ou seja, na permissão ou na interdição ao sexo, está em quem permite ou nega, e em nome do que o sexo experimenta “liberdades” ou negações. A resposta está na função social da questão sexual. A isso, incluímos que a unidade entre ambas as correntes, *liberalismo sexual e reacionarismo sexual* (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019), está contido essencialmente na repressão, seja diretamente na forma do não ou indiretamente no modo do sim.

Essa é a questão do presente capítulo. Para tal, fizemos uma abordagem de afirmações teóricas de Wilhelm Reich e Herbert Marcuse, promovendo breves diálogos outros autores do marxismo. Nosso objetivo foi discutir teoricamente a função social da repressão da sexualidade e da libido, em sentidos amplos, para compreender como demandas eróticas do século XX foram respondidas com aprofundamento da repressão sexual. Com isso, buscamos levantar categorias de análise sobre o bolsonarismo no Brasil - pelo seu aspecto sexual -, a partir da hipótese de que esse fenômeno constitui-se como um movimento de massas de sentido fascista, cujas consequências da repressão sexual na sociedade compõem os afetos que operam na sua mobilização e conformação, para compreendemos, então, o sentido da política sexual bolsonarista. Antes, passaremos pela discussão sobre a validade da chamada *hipótese repressiva*.

1.1– Uma hipótese superada?

Para Michel Foucault (1988), a negação do sexo, sua censura, proibições e recusas é apenas parte da verdade sobre o sexo na sociedade: a interdição compõe um arsenal tático para uma técnica de poder, contudo, a recusa não resume a história da sexualidade (FOUCAULT, 1988).

Foucault (1998) apontou para o fato do sexo, ao invés de sofrer mais interdições, tem sido colocado cada vez mais no centro do discurso, em sentido comum ao do poder, sendo peça de dominação, não apenas pela restrição sexual, mas por sua construção discursiva na sociedade. Ao tratar daquilo que chamou por *hipótese repressiva* - sem negar o aspecto histórico da repressão sexual firmada na negação -, Foucault (1988) questionou as teorias sobre a sexualidade essencialmente reprimida:

(...) a mecânica do poder e, em particular, a que é posta em jogo numa sociedade como a nossa, seria mesmo, essencialmente, de ordem repressiva? Interdição, censura e negação são mesmo as formas pelas quais o poder se exerce de maneira geral, talvez em qualquer sociedade e, infalivelmente, na nossa? (FOUCAULT, 1988, p. 16).

Considerando que no século XX houve uma *“explosão generalizada”* do sexo no debate público, Foucault (1988) asseverou que o *“sexo não se julga apenas, administra-se”* (p. 31), e, assim, regula-se, governa-se,

criaram-se em todo canto incitações a falar, em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfundaram-no e obrigaram-no a uma existência discursiva. (FOUCAULT, 1998, p. 34).

Tais assertivas encontram-se assentadas na própria definição de poder com a qual o autor trabalha. Para Foucault (1988), o poder não transborda de um centro único, *“uma unidade global de dominação”* (p.102), como o Estado, por exemplo. O poder seria uma multiplicidade de correlações de forças que *“está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares.”* (FOUCAULT, 1988, p.103). Com essa definição metodológica de abordagem sobre o sexo, *“não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder”* (1988, p.102), Foucault (1998) defendeu que,

(...) a partir do fim do século XVI, a ‘colocação do sexo em discurso’, em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa mas, ao

contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos e que a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou – sem dúvida através de muitos erros – em construir uma ciência da sexualidade. (FOUCAULT, 1998, p. 17-18).

Tais afirmações questionaram aspectos fundamentais das teorias “radicais sexuais” de Wilhelm Reich e Herbert Marcuse. Antes de abordarmos tais teorias sobre a repressão sexual, entretanto, faremos alguns apontamentos preliminares, buscando um diálogo com os questionamentos de Foucault (1988).

Reconhecemos que a favor de Foucault (1988), tem-se que, na sociedade moderna, transbordam discursos cujo sexo esteja no centro: “*a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva*” (p.23). Para reforçar o debate, trazemos algumas colocações de Anthony Giddens (1992):

Uma fonte importante de dificuldade, para qualquer um que, como Reich e Marcuse, diz que a civilização moderna é inerentemente repressiva, é o próprio fascínio público pelo sexo, observado por Foucault. (GIDDENS, 1992, p. 186).

E ainda,

Quem defende hoje em dia as ideias de Reich e Marcuse? Muito poucos, e é interessante perguntar-se por quê. Seguindo Freud, mentor espiritual desses autores, Foucault poderia dizer que eles foram absorvidos pela hipótese repressiva. Eles acreditavam que as sociedades modernas dependem de um nível alto de repressão sexual, primeiramente constatado no vitorianismo. Estavam errados nesta suposição, e por isso o restante de suas ideias é suspeito. (GIDDENS, 1992, p. 186).

Com isso, está posta uma controvérsia fundamental: a essência da questão sexual na sociedade moderna segue sendo a repressão ou essa hipótese foi superada no desenvolvimento histórico? Ou, ainda: a repressão sequer é confirmada como central na história da sexualidade?

Concordamos com Foucault que o sexo, posto no centro do discurso, não se vê em rota de colisão com as “*técnicas de poder*” exercidas sobre ele mesmo (1988, p.19). Ou seja, a afirmação sobre o sexo, presente no mercado, nas regulamentações governamentais etc., não contradizem o exercício da dominação política na sociedade. Para isso, os exemplos da colocação do sexo no centro das atenções são absolutos: atualmente, nas sociedades ocidentais, pode-se e fala-se constantemente sobre sexo. Está presente em propagandas, há publicações especializadas, está na moda, na indústria fonográfica, nos negócios da burguesia voltados para o turismo, etc.

Isso nem sempre foi assim. O sexo sofreu, em diferentes momentos da história, situações de interdição e perseguição diretas (RUBIN, 2003)¹⁴¹. Segundo Paulo Sérgio do Carmo (2019), no Brasil, no início do século XX, ainda impunha-se sobre o sexo o recato e, para isso, o corpo, principalmente o das mulheres, tinha de estar coberto. Para ilustrar, o autor resgata:

Conta o poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) que, ainda rapaz em Belo Horizonte, ao pegar o bonde, sentava-se estrategicamente perto da porta. Queria observar as moças que, para alcançarem o degrau, tinham que levantar as saias, bem acima do calcanhar. Isso era o que havia de mais excitante em matéria de mostrar o corpo (CARMO, 2019, p. 191).

Esse cenário ilustrado por Carmo (2019) já não é mais o mesmo, no Brasil e, certamente, em boa parte do mundo. O corpo, em especial no Ocidente, dispõe de ampla “liberdade” para ser mostrado¹⁴². Inclusive, em termos de referência, a moda brasileira tem dois principais produtos no mercado mundial: chinelas havaianas e o biquíni. Segundo conta a jornalista de moda Lilian Pacce (2016), o biquíni, apesar de ser uma peça do vestuário feminino inventada na França, em 1946, tornou-se especialidade da moda brasileira, sendo o principal produto em que a referência mundial de qualidade é o Brasil (PACCE, 2016). E não só o biquíni evidencia as possibilidades de exposição do corpo, que também encontram vazão nas “minissaias” – popularizadas nas décadas de 1960 e 1970-, nos *shorts*, nas peças com transparência. Na propaganda, o corpo feminino é o mais utilizado. Mas, mesmo que não reificados como os corpos femininos, também os masculinos são facilmente encontrados nus na arte ou no mercado, o que tem sido ampliado nos últimos anos¹⁴³, Ou seja, mostra-se atualmente, no Brasil – e em muitos países -, muito mais do corpo que uma singela parte do calcanhar.

¹⁴¹Gayle Rubin, autora com a qual trabalharemos mais adiante nesta dissertação, afirma que, entre 1880 e 1950 no Ocidente, foram tempos de pânico sexual estimulados pelos Estados, instituições médicas, a mídia etc.. Ver mais em RUBIN, Gayle, 2003 [1984], “Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade”, Cadernos Pagu, 21: 1-88, disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1582>, acessado em 10 de outubro de 2020, às 11h.

¹⁴²Apesar da pretensa liberdade, a exposição do corpo não está livre de conflitos, em especial para as mulheres. Ainda são correntes afirmações públicas de que o vestuário das mulheres é o que estimularia o estupro. Seriam elas as culpadas da violência por estarem utilizando roupas curtas “provocantes”. Por exemplo, temos a recente afirmação (2019) do deputado estadual de Santa Catarina Jessé Lopes (PSL): “Se você quer andar com sainha, decote, ótimo. Se você quer chamar a atenção de esturpadores, você sabe o risco que está correndo. Se você se deparar com essa situação, lamento”. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/deputado-diz-que-saias-e-decotes-de-mulheres-incentivam-estupro/>, acessado em 10 de outubro de 2020, às 11h.

¹⁴³Ver mais em: MEDRADO DANTAS, Benedito O masculino na mídia. Repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira. / Benedito Medrado Dantas. - São Paulo: s.n., 1997. 148 p.; Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, disponível em:

A centralidade do sexo na indústria do entretenimento, no *marketing* e no mundo digital, conforme aponta Giddens (1992), lança uma contradição sobre as caracterizações da persistência da repressão sexual. A exposição do corpo a reforça. Contudo, esse cenário de ampla atenção e fascínio público pelo sexo (GIDDENS, 1992) não representa, de fato, uma superação da hipótese repressiva. Nos parece que se tudo isso é sexo, então nada é sexo¹⁴⁴.

As técnicas de poder exercidas sobre o sexo não se apresentam como contraditórias à sexualidade (FOUCAULT, 1998), mas isso não quer dizer que não haja repressão. Na sociedade de classes, sob o capital, continua sendo impedido o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. O trabalho segue estranhado e a busca persistente pela valorização do valor, por meio da exploração da força de trabalho – intensificada –, mantém-se integrando a unidade central da sociedade. O sexo – e a sexualidade – segue atravessado por muitos conflitos e violências, frustrações e sofrimentos¹⁴⁵.

Mesmo que ironicamente, acreditamos que haja no próprio trabalho de Marcuse (1975) com respeito a conceitos freudianos as respostas para os questionamentos feitos por Foucault (1988) e endossados por Giddens (1992)¹⁴⁶. Apesar da centralidade do sexo no discurso – e de isso não ocorrer em oposição ao poder de dominação na sociedade –, o mesmo segue sendo reprimido. Marcuse (1975) desvendou esse processo com o conceito de *dessublimação repressiva*, como já abordado acima.

A sexualidade contemporânea foi impulsionada a uma espécie de liberação repressiva, em que, ao invés de serem satisfeitas as necessidades sexuais genuínas, essas são bloqueadas por um processo de “reinvenção de necessidades”, onde impulsos sexuais são eles próprios degenerados, com a inclusão de falsas satisfações (MARCUSE, 1975). Segundo Marcuse (1975), na sociedade moderna de consumo ocorre um processo de dessexualização dos corpos, com vistas na sua

https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/11_dantas_benedito_medrado_termo.pdf, acessado em 10 de outubro de 2020, às 12h.

¹⁴⁴Aqui faço uma referência ao sexo exposto e comercializado no mercado, estimulado no entretenimento, difundido nos meios de comunicação etc., para questionar se esse sexo é mesmo sexo.

¹⁴⁵Conforme abordei no primeiro capítulo deste trabalho, argumentando a partir dos exemplos dos altos índices de violência sexual contra mulheres e a diminuição da prática sexual nos últimos anos.

¹⁴⁶Ironicamente, pois os trabalhos de Foucault (1988) são fundamentados na negação das afirmações sobre a repressão sexual, para as quais Herbert Marcuse fez importantes contribuições.

utilização social como instrumentos de trabalho (p. 53). Se fosse permitido à libido superar a repressão excedente, desenvolvida na sociedade de classes, ela impediria a disciplina do trabalho moderno (MARCUSE, 1975).

Ao invés de satisfazer as demandas sexuais, o capitalismo opera um processo de falseamento dessas demandas. Aparentemente, ocorreria uma sublimação dos impulsos sexuais, transferidos para serem satisfeitos em objetos e situações não sexuais. Contudo, quando esses objetos e situações são pretensamente sexuais – como no caso do ‘sexo posto no centro do discurso’ (FOUCAULT, 1988) -, ocorre o que o autor chama de dessublimação.

Aparentemente, as demandas sexuais encontram vazão em “liberdades” sexuais, mas por serem falsas, incorre em um processo de repressão dos impulsos sexuais. Esse processo de ressexualização, onde a demanda sexual é satisfeita com falsas liberdades sexuais, não ocorre ao modo do aumento da satisfação e do prazer, mas do espetáculo e da fetichização (MARCUSE, 1975), é estranhado ao ser humano. Dessa forma, a pretensa liberação sexual – ressexualização -, posta em discurso, da qual fala Foucault (1988), fora integrada ao trabalho, mas também à propaganda e aos meios de comunicação de massas, repercutindo em uma dessexualização, portanto, repressiva. Assim, dessublimação repressiva: quando os impulsos sexuais são satisfeitos com sexo falso e os próprios impulsos são constituídos pelo exercício da dominação.

Sem deixar de ser um instrumento de trabalho, o corpo tem permissão para exibir suas características sexuais no mundo do trabalho (...). Esta é uma das realizações originais da sociedade industrial - tornada possível com a redução da sujeira e do trabalho pesado; pela disponibilidade de roupas baratas e atraentes, cultivo da beleza e higiene física, (...) etc. As escriturárias e balconistas sensuais, o chefe de seção e as superintendentes atraentes e viris são mercadorias altamente comercializáveis (...). (Marcuse, 1969, p.84)

Desse modo, o sexo, em nosso estágio contemporâneo de desenvolvimento, fora convertido em mais uma mercadoria, na qual a centralidade encerra-se em seu valor de troca e não em seu valor de uso. Logo, em que pese nossa concordância com Foucault (1998), quando esse apresenta a face “propositiva” da dominação do sexo, não concordamos que isso desacredite que a sociedade de classe dependa de altos níveis de repressão sexual. A hipótese segue confirmada.

Mas, para chegarmos de fato a questionar a afirmação de Foucault (2008) sobre a superação da hipótese repressiva, é necessário outro estágio da argumentação acerca da verdade sobre a sexualidade, que é um produto humano, assim como a gastronomia, a dança, a etiqueta ou o transporte público os são, e a depender do tempo histórico, práticas sexuais são reinventadas e recebem diferentes valores (RUBIN, 1984).

Contudo, há uma verdade sexual que usufrui de relativa autonomia a sua construção discursiva na sociedade. Nem tudo no sexo é linguagem. Nem tudo no sexo é socialmente construído. Há uma dimensão natural e biológica na verdade sexual, que é recorrente e permanente ao longo da história: a energia biológica do prazer sexual: *“o processo sexual, i.e., o processo expansivo do prazer biológico, é o processo vital produtivo per se”* (REICH, 1985, p. 18).

As energias vitais regulam-se a si mesmas naturalmente, sem qualquer obrigação compulsiva ou moralidade compulsiva – ambas, sinais certos da existência de impulsos anti-sociais. As ações anti-sociais são produzidas pela supressão da vida natural, e estão em contradição com a sexualidade natural (REICH, 1985, p. 16).

Wilhelm Reich (1985) chamou de potência orgástica a capacidade dos indivíduos se entregarem e experimentarem o clímax da excitação no ato sexual natural. Segundo o autor, *“o homem é a única espécie biológica que destruiu a sua própria função sexual e está doente em consequência disso”* (1985, p. 94). E, ainda,

Potência orgástica é a capacidade de abandonar-se, livre de quaisquer inibições, ao fluxo da energia biológica; a capacidade de descarregar completamente a excitação sexual reprimida, por meio de involuntárias e agradáveis convulsões do corpo (REICH, 1985, p. 94).

E para o autor, a repressão da sexualidade é a responsável por situações de negação social da vida. A sexualidade, quando reprimida moralmente na sociedade, impulsiona um tipo de adoecimento psíquico, segundo Reich (1985), que está na base da origem das neuroses.

E, para o autor, a repressão sexual é de origem social,

A repressão sexual é de origem econômico-social e não biológica. A sua função é assentar o fundamento para uma cultura patriarcal e autoritária e par a escravidão econômica (...)

Na sua vida sexual, o período primitivo da humanidade foi fiel às leis naturais, que estabeleceram o fundamento de uma sociabilidade natural. Empregando a energia da sexualidade suprimida, o período intermediário da sociedade patriarcal autoritária dos últimos quatro ou sei mil anos

produziu a sexualidade secundária, perversa e distorcida do homem moderno. (REICH, 1985, p. 199-200).

E, ainda segundo Reich (1985), a miséria sexual advinda da repressão à sexualidade (as neuroses) contribui para que os seres humanos não se libertem da necessidade de autoridade e do jugo da exploração capitalista. Aqui reside a sua função social.

Os indivíduos criados com uma atitude negativa diante da vida e do sexo contraem uma ânsia de prazer, fisiologicamente apoiada em espasmos musculares crônicos. Essa ânsia neurótica de prazer é a base na qual certas concepções de vida, negadoras da vida e produtoras de ditadores, são reproduzidas pelos próprios povos (REICH, 1985, p. 16).

Por concordarmos que a civilização moderna depende de altos níveis de repressão, trabalhamos, na presente dissertação, com algumas das teorias defendidas por Wilhelm Reich e Herbert Marcuse. Com elas, a partir de conceitos como *repressão sexual*, *mais-repressão* e *dessublimação repressiva*, iremos construir um caminho para podermos abordar, mais adiante, a constituição da personalidade autoritária, o que é parte da nossa hipótese acerca da situação brasileira entre o período de 2014 e 2018, quando da emergência do fenômeno social, psicológico, cultural, econômico e político do bolsonarismo.

Quando se fala em repressão sexual, uma associação imediata seria a de que se trata da questão LGBTI+¹⁴⁷. Não por acaso. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, no mundo contemporâneo, até pelo menos 2018, a homossexualidade ainda era criminalizada em 70 países¹⁴⁸. E segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), nesse mesmo ano, quatrocentos e vinte (420) LGBTI+ morreram em decorrência da LGBTIfobia¹⁴⁹, no Brasil. Ou seja, o padrão da cis-heteronormatividade¹⁵⁰ estruturada na sociedade de classes é, ainda hoje, persistente como modelo universal do comportamento moral e sexual no mundo e no Brasil. Com isso, tem-se que os comportamentos e identidades de lésbicas, homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais e todas

¹⁴⁷ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais e demais identidades diversas não heterossexual e cisgênero.

¹⁴⁸ Ver mais em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/09/10/homossexualidade-ainda-e-criminalizada-em-mais-de-70-paises.ghtml>, acessado em 03 de março de 2020.

¹⁴⁹ Opressão contra pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênero, Intersexuais e demais identidades não heterossexuais e cisgêneras.

¹⁵⁰ Padrão que concebe apenas a heterossexualidade e a cisgeneridade como naturais.

as demais identidades que não estão sob esse padrão, são alvos de intensa violência de gênero e sexual.

Conquanto, compreendemos que a repressão sexual não incide apenas sobre as pessoas não heterossexuais e cisgêneras. E que a política e o discurso sexuais assumidos por diferentes governos, organizações políticas no poder; em distintos períodos históricos, são, em geral, repressivos. O conjunto da sociedade é afetado pelo regime sexual dominante: *“Supressão sexual, rigidez biológica, moralismo e ascetismo não estão confinados a certas classes ou camadas da população. Encontram-se em toda parte”* (REICH, 1985, p. 19).

A homofobia é um sintoma do regime sexual repressivo, que desenvolve-se por meio da instituição dos antagonismos de gênero (home e mulher) e espelhados na dicotomia heterossexual *versus* homossexual. Segundo Daniel Borrillo (2016),

Para um homem heterossexual, confrontar-se com um homem efeminado desperta angústia em relação às características femininas de sua própria personalidade; tanto mais que esta teve de construir-se em oposição à sensibilidade, à passividade, à vulnerabilidade e á ternura, enquanto atributos do ‘sexo frágil’ (p.89).

No capitalismo, as relações humanas são distorcidas, transformadas em relações entre proprietários de bens, o que repercute para além da estrutura de produção, como também na superestrutura social e sexual (DEMOCRATIC SOCIALIST PARTY, 1992, p.7). Nessa sociedade, quanto mais a classe trabalhadora produz, mais pobre se tornam os trabalhadores e suas múltiplas qualidades (MARX, 2004, p. 79). Em nossa opinião, tal afirmação de Marx (2004) pode ser utilizada para compreender, também, a questão da orientação sexual, sexualidade, além do gênero. Os empobrecimentos do ser humano e de suas qualidades, na sociedade capitalista, dizem respeito, também, à sexualidade e ao gênero, que são aspectos genuinamente humanos. A desigualdade e as violências sofridas por pessoas não heterossexuais no capitalismo, assim como as relações de opressão de gênero, não são situações alheias à lógica fundamental do modo de produção e do regime sexual.

(...) a opressão homossexual na sociedade capitalista moderna deve ser compreendida tanto em função de suas origens quanto em função da natureza específica dessa sociedade e das necessidades de sua classe dominante. (DEMOCRATIC SOCIALIST PARTY, 1992, p.6).

Adaptando as ideias de Freud sobre a sexualidade, retirando-as de uma visão conservadora da civilização moderna, Reich e Marcuse, cada um em seu tempo e ao seu modo, apresentaram programas de transformação radical da sociedade, a partir da associação entre a luta de classes e a emancipação da sexualidade. Esses dois autores pregaram sociedades não-repressivas, como imperativos para a construção da ordem social onde haveria, de fato, a emancipação humana substantiva.

1.2 - Wilhelm Reich, a questão da ideologia e a função social da repressão sexual

Wilhelm Reich (1972, 1974, 1982 e 1985) teve por base em seus trabalhos descobertas e afirmações de Freud, referenciou-se no materialismo dialético e histórico de Marx e Engels; e fora, em certa medida, produto dos acontecimentos políticos no período entre as duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), atuando politicamente no movimento comunista europeu, na década de 1930. Como vimos na parte anterior deste trabalho, Reich afirmou que a repressão sexual é de origem econômico-social, proveniente da sociedade de classes:

Estuda-se a história da repressão sexual e a etiologia do recalçamento sexual e conclui-se que ela não surge com o começo do desenvolvimento cultural; ou seja, a repressão e o recalçamento não são os pressupostos do desenvolvimento cultural. Só bem mais tarde, com o estabelecimento de um patriarcado autoritário e com o início das divisões de classe, é que surgiu a repressão da sexualidade. É nesse estágio que os interesses sexuais gerais começam a atender aos interesses econômicos de uma minoria; isto assumiu uma forma organizada na família e no casamento patriarcais (1974, p. 44-45)

Assim, o autor localiza o ambiente social e histórico da repressão sexual, bem como a instituição fundamental de (re)produção dessa, a família. E, então, antecede a crítica feita por Marcuse (1975) a respeito da concepção conservadora de Freud sobre a civilização, essa sendo produto da relação antagônica entre o que podemos chamar de absoluta liberdade e as condições do meio social – tema sobre o qual versaremos mais adiante. Reich continua ao dizer que

A psicanálise de pessoas de qualquer idade, país ou camada social dá o seguinte resultado: a conexão da estrutura socio-econômica e da estrutura sexual da sociedade, e a reprodução ideológica da sociedade, produzem-se nos quatro ou cinco primeiros anos da vida no interior da família. A igreja limita-se em seguida a perpetuar essa função. É desse modo que o estado de classe manifesta imenso interesse pela família: esta tornou-se a sua fábrica de estrutura e de ideologia (1974, p. 45)

Na essência do que diz o autor (1974), tem-se que a repressão sexual na sociedade de classes mudou a própria natureza dos sentimentos humanos, propiciando o surgimento da Igreja que demonizava o sexo, por exemplo. Ou seja, a repressão recorrente produz força material na constituição da forma como os seres humanos apreendem o mundo e a si próprios. A família, constituída pelo matrimônio monogâmico, é a instituição na sociedade de classes que articula os interesses econômicos e sexuais. Isso é assim no capitalismo e é descrita por Reich da seguinte forma:

(...) a família burguesa apresenta-se como o primeiro e principal lugar de reprodução do sistema capitalista, ou ainda, do sistema de economia privada, como fábrica da sua ideologia e da sua estrutura. É por isso que a 'defesa da família' é o primeiro mandamento da política cultural reacionária (1974, p. 45).

Indo além das determinações econômicas, Reich (1974) provocou o debate por meio de uma reflexão apresentada, em linhas gerais, da seguinte maneira: uma greve por melhores condições de trabalho e salário é facilmente compreendida. Há um imperativo objetivo, são necessárias condições para o trabalhador realizar suas tarefas e um salário que lhe dê condições de sobreviver e, quando muito, obter algum lazer. Diante de um faminto que rouba também o problema é simples de se resolver: roubou, pois estava com fome. Agora, diante de toda a sorte de desgraças sofridas pela classe trabalhadora, qual o motivo de não se rebelar? – quando não a faz (p. 38).

Ao realizar esse questionamento, o autor estimulou a reflexão acerca das razões pelas quais a sociedade, mesmo com tanta desigualdade, funciona sem que seja empregado o uso da força em todos os aspectos da dominação. Ou seja, nos remete, necessariamente, ao conceito de hegemonia em Gramsci (1978), como uma forma pela qual o poder governante conquista o consentimento das classes subalternas aos seus mandos.

Para isso, as ideologias são fundamentais. Há distintas compreensões desse conceito (ideologia), Raymond Williams (1979) sintetiza-as da seguinte maneira:

(...) um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo; um sistema de crenças ilusórias – ideias falsas ou consciência falsa – que se pode contrastar com o conhecimento verdadeiro ou científico; o processo geral da produção de significados e ideias (p. 60).

Em Gramsci (1978), a ideologia tem força material, não sendo apenas um conjunto de ideias, mas uma prática social. Para o autor, ela é “(...) *uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas*” (GRAMSCI, 1978 p. 16). Segundo Terry Eagleton,

É com Gramsci que se efetua a transição crucial de ideologia como “sistema de ideias” para ideologia como prática social vivida, habitual – que, então deve presumivelmente abranger as dimensões inconscientes inarticuladas da experiência social, além do funcionamento de instituições formais (EAGLETON, 2019, p. 130-131).

Talvez a mais forte ideologia da sociedade de classes é a que confere justiça à propriedade privada, lhe atribuindo um aspecto natural. Por ideologia entendemos um conjunto de ideias que moldam o comportamento humano, e que estão ancoradas concretamente na sociedade, vinculadas a uma localização social no modelo de produção e reprodução. Portanto, concordamos com Gramsci “*que as ideias não nascem de outras ideias, que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real*” (GRAMSCI, 1978 p. 22). E, para o presente trabalho, tal desenvolvimento histórico é determinado pelo capitalismo.

Assim, com relação à repressão sexual, nos interessa a discussão sobre como as ideologias repressivas ganham força material na sociedade e que, por meio da matéria, são edificadas como ideologias dominantes. Para esse debate, passaremos agora a uma discussão teórica acerca da ideologia, para chegarmos ao ponto de compreender a repressão sexual como uma determinação do sujeito desejante na sociedade, portanto fundamental na composição da sociabilidade.

1.2.1 - Ideologia, da matéria à matéria

Na doutrina cristã, há uma nítida relação com a filosofia do livre-arbítrio humano. A liberdade para decidir se vai ou se fica, se anda ou se para. Determinismo ou indeterminismo, necessidade ou livre-arbítrio? Ainda hoje, nessa questão se encontrará muito dos conflitos do pensamento sobre o desenvolvimento da sociedade. Diz a bíblia dos cristãos: “*em seu coração o homem planeja o seu caminho, mas o Senhor determina os seus passos*” (Provérbios 16:9). E ainda: “*tudo é permitido, mas nem tudo convém. Tudo é permitido, mas nem tudo edifica*” (1

Coríntios 10:23). O caminho do indeterminismo só tem um ponto de chegada possível, o retorno à velha teoria religiosa do Antigo Testamento (BUKHARIN, 1970). Nela, o homem não faz parte da natureza, apesar de ter sido também resultado “d’A Criação”, é uma espécie de divindade acima de tudo e de todos, o centro. Essa teoria “*conduz diretamente à religião que nada explica, onde não há mais ciência, mas uma fé cega em feitiçarias, em mistérios, no sobrenatural, no absurdo*”(BUKHARIN, 1970, p.33).

Para exemplificar, recorro a um belo poema do Dmitry Merejkovsky:

Se a gota de chuva
pensasse como você,
Ao cair na hora fatal
Do alto dos céus,
Ela diria:
“Não é uma força inconsciente que me dirige
É pela minha própria vontade que eu caio em orvalho
Sobre um campo sedento.”

Todavia, a própria ação, por mais cotidiana que seja, desmente a teoria do indeterminismo. “*Com efeito, se a vontade humana não dependesse de nada, não seria possível agir*” (BUKHARIN, 1970, p. 169). Temos, na nossa sociedade, que as próprias “*relações sociais determinadas – e escreve assim Marx, - são produtos humanos, da mesma maneira que os são o pano, o linho e etc...*” (MARX, 2017, p.125). Aqui incluímos as “escolhas” sexuais feitas pelos sujeitos, o regime da sexualidade.

Contudo, ao levar às últimas consequências seu materialismo, Bukharin acaba por evocar a concepção fisiológica da ideologia. Em noção sociológica de cultura, segundo Bukharin, Alfred Weber afirmou:

(...) entre outros termos, a cultura é uma parte da vida, mas ela não é determinada pelas necessidades e utilidades da vida, isto é, ela provém da sociedade sem ser determinada por ela (WEBER, apud BUKHARIN, 1970, p. 170).

Frente a isso, Bukharin disse:

para passar a essa cultura espiritual, é mais cômodo examinar em primeiro lugar os traços mais gerais da estrutura político-social da sociedade, esta última sendo determinada diretamente, como veremos adiante, pela sua estrutura econômica (1970, p. 170).

Quanto a isso, Gramsci fez a crítica em polêmica com Bukharin¹⁵¹,

deve-se examinar como o autor do Ensaio popular¹⁵² tenha permanecido ligado à Ideologia, ao passo que a filosofia da práxis representa uma nítida separação, que se contrapõe historicamente à Ideologia. O próprio significado que o termo “ideologia” assumiu na filosofia da práxis contém implicitamente um juízo de desvalor, o que exclui que para os seus fundadores a origem das idéias devesse ser buscada nas sensações e portanto, em última análise, na fisiologia: esta mesma “ideologia” deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis, como uma superestrutura (Gramsci, 1978, p. 61).

Dessa forma, Gramsci (1978) denunciou a concepção economista e mecanista, ainda majoritária entre os intelectuais orgânicos comunistas desse período (década 1920). Tais afirmações de Gramsci (1978) podem ser relacionadas com Labriola, onde esse refuta as conclusões fenomenológicas da ideologia, em que essa seria como um mero “aparecer” da estrutura, Gramsci a compreende enquanto algo real, projetada de modo não mecânico, com relação à esfera econômica e constituída historicamente (LIGUORI, 2007).

No entanto, embora Labriola também aponte para essa perspectiva, ele não qualifica a ideologia a partir de sua efetividade própria e de como se dá sua possibilidade de seu efeito de volta sobre a esfera econômica (LIGUORI, 2007, p. 173). É verdade que é na economia de cada época que se encontra a razão mais profunda para toda e qualquer transformação social e revoluções políticas, não no plano das ideias, mas no da produção e das trocas (ENGELS, 2005).

Quando surgem na humanidade as ideias de que o modelo de produção é injusto e irracional, essas são, por excelência, expressões de que a ordem social já não encontra congruência com os métodos de produção e as formas de distribuição (ENGELS, 2005). Logo, nem mesmo as ideias mais revolucionárias e utópicas são produtos da imaginação, senão expressões do próprio estágio de desenvolvimento da matéria. No caso das ideias sobre o desenvolvimento social da

¹⁵¹ Apesar de ser citar Reich - não sei dizer se o leu - é nítido que estão localizados no mesmo lado da polêmica.

¹⁵² Modo pelo qual Gramsci se refere ao trabalho de Bukharin, oficialmente intitulado por *O Tratado do materialismo histórico. Manual popular de sociologia marxista*. Esse texto está citado no presente trabalho em outros momentos e, diferente da forma que Gramsci o chama, aqui será anunciado com o título original.

produção, um reflexo da própria produção social. Mas, apesar de ideias, nelas estão contidas muitas das possibilidades de modificação da matéria, portanto, uma “volta à matéria”.

O socialismo moderno e científico é nada mais que a projeção ideal nas cabeças, principalmente da classe trabalhadora, do conflito material entre as forças produtivas e o modo de produção capitalista, onde esse não comporta mais aquelas (MARX e ENGELS, 2008). Portanto, para ter sido alcançado esse nível de consciência foi necessário o processo pelo qual o capitalismo, na sua fase imperialista, atingiu o seu ápice do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas e passou a ser o antagonista dessas, limitando-as. As condições, portanto, para a superação desse sistema de produção social estão postas, as revoluções. E a própria existência de ideias revolucionárias já supõe a existência de uma classe social revolucionária (MARX e ENGELS, 2008).

Atualmente, vivemos uma nova crise econômica mundial, dessa vez com o requinte da financeirização, comparável apenas com a crise econômica de 1929¹⁵³. Diante da passada crise de 1929, os marxistas daquele período caracterizaram que, pela virulência dessa, as entranhas do sistema seriam expostas às massas e, assim, essas se levantariam em revolução, visto que teriam experimentado a irracionalidade do sistema capitalista e, confrontadas pela verdade, outra consciência não poderia ser forjada que não a socialista (REICH, 1974). Contudo, ao contrário de escolher a revolução, as massas optaram pela barbárie¹⁵⁴, esse é o ambiente subjetivo no movimento comunista internacional da ascensão do fascismo entre o final da década de 1920, mas mais fortemente na década de 1930. Nos dias atuais, quando projetos políticos de extrema direita ganham terreno na luta política, contradição análoga se apresenta.

Se é certa a teoria materialista da história, onde o ser humano bebe água por sede (mesmo que não só por sede, é claro) e a gota da chuva cai em orvalho não por seu desejo, mas por necessidade. Ou mais ainda, como disse Guimarães Rosa: “o sapo não pula por boniteza, mas porém por precisão”; por que então, diante dos imperativos históricos, a humanidade, em determinados momentos, escolhe

¹⁵³Ver em Mészáros, István. A crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

¹⁵⁴Aqui se fala, especificamente, sobre a ascensão do fascismo sob forte apoio das massas, na Europa, mais especificamente na Alemanha e na Itália.

caminhos opostos das suas necessidades? Como se por sede, escolhesse o sal ao invés da água. Isso para falar das situações extraordinárias.

Assim, voltamos à pergunta lançada por Reich (1974). Uma breve reflexão sobre o cotidiano questiona: como se explica o “equilíbrio” da sociedade dividida em classes, portanto, cindida do ponto de vista dos interesses estratégicos. Dada a situação das contradições e antagonismos entre Capital e trabalho, é racional e relativamente fácil explicar o porquê de os trabalhadores fazerem greve, como afirmou Reich (1974), embora mantenha-se a pergunta: qual o porquê de não o fazerem, de não sucumbirem à pressão da necessidade concreta? (REICH, 1974).

Evidentemente, quando o verniz da sociedade se desmancha¹⁵⁵, a expectativa em alguma reação coerente nas massas é elevada – como em casos de crises econômicas. Circundado pelo ar da frustração causada nos marxistas ao ver o fenômeno novo do fascismo como produto da crise econômica, Wilhelm Reich (1974) disse que esse sentimento é herdeiro da incompreensão sobre o próprio marxismo, ou de uma apreensão vulgar do mesmo. Oitenta anos depois, a ascensão do bolsonarismo no Brasil e suas referências no mundo, também um fenômeno “novo”, têm relações diretas com a atual crise econômica¹⁵⁶. Ao encarar o fascismo, o autor disse que *“o que decerto está em jogo é o problema do papel da ideologia e da atitude afetiva das massas como fator histórico, do efeito retroativo da ideologia sobre a base econômica”* (REICH, 1974, p. 14). Nos parece pertinente o aproveitamento dessa perspectiva para a compreensão da situação brasileira atual.

Em Reich (1974), a tese de que a matéria se transpõe à consciência e não inversamente, se desenvolvida enquanto tese absoluta, somente até esse ponto deixaria dois problemas sem solução. O primeiro, o que se passa na cabeça das pessoas, o que ocorre no interior dessa consciência, qual o tipo de estrutura da consciência das massas?; o segundo, sobre como essa consciência atua dialeticamente sobre o processo econômico. Assim, Reich convoca a tese marxista sobre o “efeito de volta”, processo pelo qual a consciência – ideologia - ganha força material e age com essa importância sobre a economia (1974). Só imbuído desse

¹⁵⁵Em entrevista à BBC, o economista Raghuram Rajan, de orientação liberal, defensor do capitalismo, disse que esse sistema está “sob séria ameaça”, ver em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/18/o-capitalismo-esta-sob-seria-ameaca-alerta-economista-que-previu-crise-global-de-2008.ghtml>, acessado dia 19 de março de 2019 às 23:00.

¹⁵⁶Esse enquadramento econômico do bolsonarismo foi abordado mais adiante neste trabalho.

nível de pertencimento sobre as leis da dialética que seria possível desvelar o fascismo (1974). Qual, então, a outra forma para desvelar o fenômeno do bolsonarismo, independente da sua dinâmica política e econômica se aproximar ou se afastar do exemplo histórico do fascismo?

Para isso: o que vem a ser, então, a tão dita consciência? Antes de chegar a esse ponto, Marx e Engels, no ato da discussão com o pensamento alemão, didaticamente, definiram por percorrer pressupostos históricos fundamentais, aquilo que chamaram de *aspectos históricos originários*, condições básicas para o desenvolvimento da humanidade. (MARX e ENGELS, 2008).

O primeiro, obviamente com credenciais de fato histórico, é a produção dos meios necessários básicos para se estar vivo (MARX e ENGELS, 2008). Pois, como de outra forma que não vivo poderia o homem fazer a História? O segundo fato originário estaria enlaçado ao primeiro, sendo que, após serem satisfeitas as necessidades imediatas à sobrevivência, passasse à produção de novas necessidades, esse é o segundo fato histórico (MARX e ENGELS, 2008). Em terceiro, dada a produção da própria vida por meio do trabalho, há que se observar também a produção de outras vidas, por meio da procriação. E imbricada a essa, temos a relação social familiar, própria do caráter gregário da humanidade (MARX e ENGELS, 2008)¹⁵⁷. Tendo-se esses três aspectos coexistindo, decorre-se um próprio modo de produção, ou modo de cooperação, que é, ele próprio, força produtiva (MARX e ENGELS, 2008).

Mas voltamos: e a consciência? *“a consciência é, portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens”* (MARX e ENGELS, 2008, p. 25). Dizem ainda:

a consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível mais próximo e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência; é ao mesmo tempo a consciência da natureza que se ergue primeiro em face do homem como uma força fundamentalmente estranha, onipotente e inatacável, em relação a qual os homens se comportam de um modo puramente animal e que se impõe a eles tanto quanto aos rebanhos; é, por conseguinte, uma consciência da natureza puramente animal (MARX e ENGELS, 2008, p. 25).

¹⁵⁷Vale ressaltar que os autores, em crítica aos ideólogos alemães, questionaram que a titular desse fato histórico é a relação social: família, a sua conformação ou arranjo como instituição.

De início, pois essa relação entre consciência e natureza e natureza e consciência o é na medida da forma atingida da sociedade, do seu nível de desenvolvimento (MARX e ENGELS, 2008), tão limitada quanto é a relação homem e natureza. De início, pois ao longo da modificação da natureza pela história essa mesma relação também é modificada, não na sua essência – ou mecânica, lógica - mas nas suas condicionantes, o que as transforma qualitativamente (MARX e ENGELS, 2008). Essa primeira consciência, ainda “animal”, é fundamental, pois é a consciência gregária, sem a qual a humanidade não seria humana (MARX e ENGELS, 2008).

Quanto a isso, o historiador e revolucionário, Jacob Gorender (2008), chama a atenção, na introdução da edição brasileira da Martins Fontes de A ideologia alemã, para o processo de desenvolvimento do pensamento engelsiano sobre ideologia, diz ele:

(...) na fase final de sua vida, Engels deu atenção especial à questão da ideologia e fez autocrítica de certo unilateralismo na abordagem, por parte dele e de Marx. É desta fase a célebre afirmação engelsiana sobre a determinação econômica em última instância. As ideologias se desenvolvem com algum grau de autonomia, de acordo com a matéria tradicional específica acumulada, exercem influência retroativa sobre a base econômica e condicionam as formas do desenvolvimento histórico (MARX e ENGELS, 2008, p.23).

Também sobre isso, Gramsci disse que:

Deve-se recordar ao mesmo tempo a afirmação de Engels de que a economia só em “última análise” é o motor da história (...), que deve ser conectada ao trecho do prefácio à Crítica da economia política, onde se diz que os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias (ENGELS *apud* GRAMSCI, 2000, p. 49-50).

A citação acima elucida que em Gramsci é evidente a filiação aos pensamentos de Engels, tal como citados por Gorender (2008), em especial ao estágio mais avançado na evolução desses em relação ao tema corrente, quando Engels retoma os estudos sobre ideologia e vai para mais além – sem romper com os princípios fundamentais, sejam políticos ou filosóficos - daquilo formulado por ele e Marx.

E também nos é nítida em Gramsci (2000) uma recorrente referência problematizadora à obra de Marx nesse terreno. O estudo, mesmo que breve, dos

trabalhos de Gramsci, nos dá pistas de que esse reflete trechos como o abaixo citado:

Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de vigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim (MARX, p. 130, 1978).

A questão da consciência é primordial no pensamento marxiano, mesmo que criticado ao longo da evolução própria do seu proponente. Marx, ao caracterizar Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner, em Teses sobre Feuerbach disse:

(...) até agora o principal defeito de todo o materialismo (inclusive de Feuerbach) é que o objeto, a realidade, o mundo sensível só são apreendidos sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, enquanto práxis, de maneira não subjetiva. Em vista disso, o aspecto ativo foi desenvolvido pelo idealismo, em oposição ao materialismo – mas só abstratamente, pois o idealismo naturalmente não conhece a atividade real, sensível como tal (MARX e ENGELS, p. 99 – 100, 2008).

E aí está a consciência. Sob um estudo ainda envernizador essencialista da mesma. Mas fundamental. Como podemos nós conceber a ação humana, sendo essa aquela força presente desde a primeira interação entre humanidade e natureza; excluindo o papel da consciência, maturada no processo do desenvolvimento da sociedade, como excluir o papel da ideologia para ação humana e, assim, da própria história?

Para os mestres, Marx e Engels, a história poderia ser observada como uma espécie de revezamento de gerações, condicionadas a lidar com a realidade tal qual lhe foi herdada desde a geração passada e, assim, depois de modificada, passar à subsequente (MARX, 2006).

O tipo de doutrina materialista que se limita a definir que os homens são produtos das condições e de seus professores, esquecem, eles próprios, de onde vêm as condições e os professores (MARX e ENGELS, 2008). Não são eles próprios, tanto os professores quanto as condições, realizações e frutos da interação dos homens com a natureza?(MARX e ENGELS, 2008). É nítida a crítica dos autores a uma concepção fisiológica da ideologia, mesmo que uma crítica ainda limitada e que, posteriormente, será ampliada e qualificada por outros estudiosos e teóricos marxistas, como o já citado Antônio Gramsci.

Segundo Gramsci, naquilo que tange os imperativos objetivos, em sua obra os tem desenvolvidos nos marcos da necessidade. Quanto aos elementos das forças subjetivas, estão submetidas fundamentalmente aos fatores da vontade humana. E é assim que encontramos a sua noção de “necessidade histórica”, “não para descobrir uma lei metafísica de ‘determinismo’”, nem nenhuma espécie de “lei geral de causalidade”.

Existe necessidade quando existe uma *premissa* eficiente e ativa, cujo conhecimento nos homens se tenha tornado operante, ao colocar fins concretos à consciência coletiva e ao construir um complexo de convicções e de crenças que atua poderosamente como “as crenças populares”. Na *premissa* devem estar contidas, já desenvolvidas, as condições materiais necessárias e suficientes para a realização do impulso da vontade coletiva; mas é evidente que desta premissa “material”, quantitativamente calculável, não pode ser destacado um certo nível de cultura, isto é, um conjunto de atos intelectuais, e destes (como seu produto e consequência), um certo complexo de paixões e de sentimentos imperiosos, isto é, que tenham a força de induzir a ação a todo custo (GRAMSCI, 2000, p.20).

É vulgar, portanto, a compreensão de que economia e ideologia são totalmente separadas. E é ainda mais a concepção que aponta a segunda como apenas fruto da primeira. Sem contrapor Marx e Engels, Reich (1974) problematizou a relação estrutura e superestrutura para dar respostas ao fato de que, nas décadas de 1920 e 1930, quando a humanidade se viu abertamente em uma encruzilhada histórica, a ideologia tomou um caminho totalmente diferente do da economia, ou não? Pois, ao contrário de expressar diretamente a verdade da injustiça do sistema e, portanto, a necessidade de sua superação, escolheu o caminho da barbárie, não do socialismo.

Ou seja, processos objetivos da economia e do Estado, no seu sentido estrito, apesar de fundamentais e dialeticamente interligados à questão, foram insuficientes para compreendermos a aderência, nas massas, da propaganda ideológica do fascismo, promovida para a criação da sensação de caos social por meio, também, do pânico sexual/moral, utilizando-se de temas de sexuais, uma pretensa raça superior e dogmas morais (REICH, 1974).

1.2.2 O irracionalismo fascista

Em Reich (1974), além da investigação acerca da ideologia, a preocupação do autor se concentra em compreender a constituição daquilo que chama de

estrutura psicológica sobre a qual se edificam as ideologias que integram a hegemonia da classe dominante.

Para o autor, o elemento fundamental se encontra nas consequências da repressão sexual. Para efeito da melhor compreensão do conceito, esse também será o foco desta discussão. Pois, não se trata de compreender especificamente o conjunto de ideias que justificam as múltiplas formas de violências de gênero e sexuais - as opressões -, mas de buscar conhecer as consequências da repressão sexual nos indivíduos da sociedade, nos marcos da sociabilidade capitalista. Trata-se de aspectos do inconsciente, sendo que *“a inibição sexual altera de tal modo a estrutura do homem economicamente oprimido, que ele passa a agir, sentir e pensar contra os seus próprios interesses materiais”* (REICH, 1974, p. 46-47). Nesse sentido, temos que,

(...) a inibição moral da sexualidade natural cuja fase é constituída pelos graves danos feitos à sexualidade genital da criança, torna-a ansiosa, tímida, receosa diante da autoridade, obediente no sentido burguês: gentil e bem educada (REICH, 1974, p. 32).

Para a abordagem do fenômeno do Bolsonarismo, desde sua política sexual e psicologia de massas, esta dissertação se alicerça teoricamente na busca por um caminho que não caia, de um lado na concepção materialista vulgar que diz que o fator subjetivo da história, a psicologia de massas, não é assunto do marxismo, mas da psicologia, portanto, que seria um assunto por si só metafísico, negando a abordagem marxista na psicologia e enxergando apenas a psicologia metafísica burguesa. A ideologia de massas e seu estudo nada têm de metafísico.

Por outro lado, também será negada a visão de mundo idealista metafísico em que a história seria determinada pelo “curso da alma”, pois este trabalho tem uma fundamentação teórica no materialismo dialético e histórico. Portanto, assim como fez Reich, a escolha aqui é pelo caminho oposto ao do marxismo vulgar, mas tampouco o do idealismo burguês. Para entender o bolsonarismo não é admissível qualquer esquema que separe o “ser social”, geralmente compreendido como o “ser econômico”, do “ser em geral” onde é afirmada a ideologia como mera determinação imediata da economia (REICH, 1974).

Sem se furtar a fazer a crítica, é necessário ser capaz de transitar entre diferentes meandros do pensamento crítico filosófico sobre a consciência, psicologia

do homem social e a ideologia, obviamente escolhendo um referencial, uma âncora teórica e filosófica. Hegel disse ainda na *Filosofia do Espírito*: “o espírito é o único princípio motor da história” (PLEKHANOV *apud* HEGEL, 1978, p. 62). Com essa concepção o ser é condicionado pelo pensar. De outro lado, o materialismo de Max mostra que a *história do pensamento* é determinada pela *história do ser*. Mas o idealismo não impediu Hegel de reconhecer a ação da economia como a de uma causa “*tornada efetiva por intermédio do desenvolvimento do espírito*” (PLEKHANOV *apud* HEGEL, 1978, p. 62). Da mesma forma que o materialismo não impediu a Marx reconhecer, na história, a ação do espírito (PLEKHANOV, 1978).

A pergunta fundamental levantada por Reich e que, para este trabalho é muito importante é: se uma ideologia se transforma em força material quando se apodera das massas, como afirmava Marx, a pergunta é “*como é possível que um fator ideológico produza resultado material*”, seja na direção de uma política revolucionária ou na direção de uma “*psicologia de massas reacionária*”? (REICH, 1974, p. 17). A cultura moderna é especificamente repressiva (REICH, 1972).

Não és tu que persegues a “mãe solteira” como uma criatura imoral, Zé Ninguém? Não és tu que estabelececes uma distinção severa entre as crianças “legítimas” e as crianças “ilegítimas”? Pobre criatura, que não entendes as tuas próprias palavras – ou não és tu que veneras o Cristo enquanto criança? Cristo menino, que nasceu de uma mãe que não possuía certificado de casamento? Sem fazeres ideia de que assim seja, como veneras no Cristo criança o teu desejo de liberdade sexual! Fizeste do Cristo criança, nascido ilegitimamente, o filho de Deus, que não reconhece a ilegitimidade de crianças. Para logo em seguida, como Paulo, o Apóstolo, perseguir os filhos nascidos do amor e proteger sob a alçada das leis religiosas os nascidos do ódio. És realmente desgraçado, Zé Ninguém! (REICH, 1972, p. 43).

Nesse trabalho, cujo extrato foi citado acima, Wilhelm Reich trata o “Zé Ninguém”¹⁵⁸ como o retrato do ser moderno de caráter concebido como uma deformação do ego, uma “armadura” frente às frustrações e repressões da sociedade capitalista, que causam danos à espontaneidade sexual dos indivíduos, incrementando o sentimento de culpa, arrependimento e do medo; o que objetiva socialmente a construção de um tipo de estrutura mental média dócil e obediente à

¹⁵⁸Referência à tradução de REICH, Wilhelm. *Listen, Little Man!, London: Souvenir, 1972*, com tradução no Brasil de “Escuta, Zé Ninguém” (1972). Particularmente, acredito que a expressão Zé Ninguém não é fiel à ideia que Reich apresenta, pois remete ao trabalhador sem posses, sem herança, pobre, morador de regiões periféricas etc., o que é diferente da imagem utilizada por Reich. Estaria mais coerente algo que remetesse ao “homem de bem”, expressão mais condizente com o próprio livro. Contudo, para ser fiel ao trabalho ao qual estamos nos referenciando nesta dissertação, seguiremos utilizando a expressão “Zé Ninguém”, para nos referir ao texto de Reich (1972).

dominação e à exploração, o que, também, incapacita o indivíduo médio de romper com o estranhamento de si¹⁵⁹ (REICH, 1974).

Para o autor (1972), as energias, de tão bloqueadas, se voltam contra o eu, produzindo o “Zé Ninguém”, medíocre e aprisionado em suas neuroses. “Zé Ninguém”, a figura que Reich utilizou para indicar o ser de carácter autoritário, é constituído nos marcos da repressão da sociedade moderna, é determinado por um tipo de “equilíbrio neurótico” incapaz, inclusive, de se reconhecer em sua repressão.

Na sociedade moderna, os ideais éticos e sociais orientam a constituição das características dos níveis superficiais do carácter em autodomínio e tolerância (REICH, 1974, p. 11). No liberalismo, objetiva-se reprimir o “monstro no homem”, e essa repressão molda a estrutura do carácter do homem médio nessa sociedade (ibid.). É com essa fundamentação teórica que Reich interpretou a ascensão do fascismo, visto nos marcos da aderência de sua propaganda nas massas: “*foi a estrutura humana autoritária, que teme a liberdade, que possibilitou o êxito de sua propaganda*” (REICH, 1976, p. 38). Utilizaremos os conceitos desse autor para instrumentalizar a nossa análise acerca da audiência da propaganda de cunho sexual do bolsonarismo na sociedade brasileira, no período de 2014 a 2018.

Quanto à política sexual do regime nazista na Alemanha, na década de 1930, trazemos, para exemplificar, a autora Kate Millett (1970), em seu livro *Política Sexual*,

Os liberais, promotores de reformas sexuais, que tinham surgido sob a República do Weimar foram irradiados e os livros de Wilhelm Reich proibidos. Os nazis atribuíam ao comunismo e aos judeus a responsabilidade da «licença sexual», que, segundo eles, precedera o seu regime, e impuseram a sua própria ética, geralmente neopuritana quando se aplicava às mulheres e frequentemente neopagã quando se aplicava aos homens. A homossexualidade foi vigorosamente denunciada e houve frequentes depurações no Exército neste aspecto, apesar da presença do capitão Roehm, homossexual notório, como chefe das tropas de assalto. O culto da virilidade enaltecido pela cultura nazi, a importância que era atribuída à noção de «chefes» e de comunidade masculina, impregnaram toda esta época de um estranho clima de homossexualidade recalcada, de carácter neuroticamente anti-social e sádico (1970, p. 159).

Com isso, vemos que no regime fascista, ideologias repressivas e moralistas culpabilizadoras cumpriram papel destacado para o exercício de dominação.

¹⁵⁹ No texto (tradução para o português) que tivemos acesso para este trabalho, Reich utiliza o termo “alienação”. Contudo, interpretamos como tendo o conteúdo de outro conceito marxiano, o estranhamento. Por esse motivo, adotamos esse termo, para melhor adequar ao conceito, tal como trabalhado por Marx.

Considerando que ideias das classes dominantes expressam as relações sociais substanciais para que essas próprias classes possam ser dominantes (MARX e ENGELS, 2008, p.47), alcançamos – e desse ponto partimos - que a ideologia é a chave de ideias dominantes em uma sociedade. Pois, a classe dominante, além de controlar os meios da produção material, também o faz com os meios da produção intelectual, emerge dessa relação que a classe que detém o poder material é a mesma que detém o poder espiritual em uma dada sociedade (MARX e ENGELS, 2008). Sendo assim, as ideias da classe dominante não são mais que as ideias da sua dominação (MARX e ENGELS, 2008).

Considerando isso, vê-se que a caracterização social das ideologias é fundamental. Ou seja, dessa forma se concretiza a reflexão materialista sobre a ideologia, sem ser mecanicista ou economicista. *“Todas as ideologia têm matrizes comuns, a psicologia de cada período histórico”* (PLEKHANOV, 1978, p. 62). Por exemplo, o romantismo francês. Victor Hugo, Eugene Delacroix e Hector Berlioz, apesar de trabalharem em esferas de expressão artísticas absolutamente distintas, suas obras refletiram a mesma psicologia (PLEKHANOV, 1978). *Dante e Virgílio*¹⁶⁰ tem o mesmo estado de alma que *Hernani*¹⁶¹, e que é a mesma do encontrado em *Sinfonia Fantástica*¹⁶² (PLEKHANOV, 1978). Sobre isso, Plekhanov concluiu: *“a psicologia do romantismo francês só se tornará compreensível quando a considerarmos a psicologia de uma classe determinada situada em condições sociais e históricas determinadas”* (1978, p. 63 - 64).

Mas como é que relações sociais são transmutadas em expressões ideais, valores, juízos morais e representações interiorizadas pelas pessoas partícipes de uma determinada sociedade? Ou seja, como essas ideias se transformam em processo de repressão sexual, por exemplo. Segundo Reich, a resposta está na instituição família (1974). Seria na vivência nessa instituição, fundamentalmente, que as pessoas formam seu próprio psiquismo (1974).

160La Barque de Dante ou *Dante et Virgile aux enfers*, não confundir com Dante e Virgílio de William-Adolphe Bouguereau. A primeira é de autoria de Delacroix e foi inspirado em uma passagem do livro de Dante Alighieri, a Divina Comédia, pintada em 1822. A segunda é datada de 1850.

161Hernani, ou *l'Honneur castillan* é uma peça em cinco atos de Victor Hugo (de 1802 a 1885), estreada na *Comédie Française*, em fevereiro de 1830.

162Episódio da Vida de um Artista, Sinfonia Fantástica em Cinco Atos, ou em Francês – no título original, *Épisode de la vie d'un artiste, symphonie fantastique en cinq parties*, foi a primeira Sinfonia de Hector Berlioz

Engels (2009) identifica a família como uma construção cultural. E, para demonstrar isso, o autor adotou uma série de descrições das relações cotidianas de dominação das mulheres pelos homens, aspectos de hierarquia e demais. Ao tratar da família moderna, Engels (2009) analisou que:

A família individual moderna está baseada na escravidão doméstica, transparente ou dissimulada, da mulher e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são compostas exclusivamente por famílias individuais. Hoje em dia é o homem que, na maioria dos casos, tem de ser o suporte, o sustento da família, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe dá uma posição de dominador que não precisa de nenhum privilégio legal específico. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário (p. 80).

Pode-se questionar a validade atual da descrição da família patriarcal feita por Engels (2009). Não sem razão. Em síntese, por família patriarcal entendemos aquela que se organiza a partir do poder masculino. Nela, o “chefe da família” exerce dominação sobre os demais membros dessa, em especial as mulheres.

Patriarcado é uma forma específica de dominação masculina, e o uso do termo deveria ser confinado aos grupos pastorais e nômades como os do Velho Testamento, de onde o termo provém, ou a grupos similares. Abraão foi um patriarca – um homem velho, cujo poder absoluto sobre esposas, crianças, rebanhos e dependentes era um dos aspectos da instituição da paternidade, tal como definida pelo grupo no qual ele vivia (RUBIN, 1993, p.6).

Esse modelo de família, cujo poder central é concentrado no chefe masculino, sofreu profundas transformações ao longo da história. Em Göran Therborn (2006), sociólogo sueco, encontramos uma rica e importantíssima pesquisa mundial sobre casamento e o sexo, perseguindo as transformações ocorridas nesses ao longo do século XX. Segundo Therborn (2006), o poder patriarcal perdeu espaço de forma contínua no século XX, na medida em que os direitos legais das mulheres e das crianças foram sendo conquistados. Além do mais, o autor (2006) também constatou que o relativo enfraquecimento do patriarcado não significou ameaças à continuidade das famílias, nem mesmo para os seus arranjos tradicionais heterossexuais.

Por exemplo, Therborn (2006) mostrou que o percentual de mulheres que se casam antes do final de sua vida fértil se manteve praticamente o mesmo ao longo de cem (100) anos. Portanto, o relativo enfraquecimento do patriarcado e os novos

arranjos familiares homoafetivos trouxeram profundas mudanças para a família, mas sem, contudo, implicar no seu fim.

No decorrer do século passado, a instituição família mudou em todo o mundo. Algumas mudanças foram memoráveis – a erosão do patriarcado, a instalação mundial do controle da natalidade, e algumas grandes populações fixando-se no declínio natural. O sexo e o casamento mudaram radicalmente antes disso e suas mudanças no século XX não contam ainda para uma nova era global (THERBORN, 2006, p. 429-430).

Apesar das muitas mudanças nas relações de parentalidade, a família segue sendo recorrente e fundamental na sociedade (THERBORN, 2006). Essa segue sendo o ponto central de disseminação das ideologias dominantes na sociedade, desde a perspectiva da repressão e do recalçamento sexuais. Pois, em que pese situações de abandono parental, orfanatos etc., ainda é na família – independente de seus múltiplos arranjos – que crianças são cuidadas, alimentadas e educadas – mesmo que dividindo esse papel com outras instituições, como escolas; ou na internet, etc..

Dessa forma, podemos afirmar que a família descrita por Engels (2009) já não é a mesma na contemporaneidade. Todavia, as relações de opressões de gênero contra as mulheres, bem como a importância da instituição família para o capitalismo se mantiveram. Por exemplo, segundo pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com dados do período de 2001 a 2015, as mulheres brasileiras são as que mais se encarregam dos afazeres domésticos em relação aos homens brasileiros¹⁶³:

Durante todo o período analisado, a proporção de mulheres que realizam afazeres domésticos ficou acima de 91%. Já entre os homens, ela variou de 45% em 2001 para 55% em 2015.¹⁶⁴

Voltando aos estudos de Reich e suas hipóteses: é na família que, por meio das relações sociais dadas, a realidade é formada, apresentada à pessoa em formação, constituindo o lócus da primeira sociabilidade (1974). É também no interior dessa instituição que se desenvolve a transição do “princípio do prazer” para o “princípio da realidade”, fomentando um complexo processo de identificação com aquele que representa o limite, a ordem e a norma social a ser imposta, mas é

¹⁶³Os resultados da pesquisa encontram-se disponíveis em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34450, acessado em 09 de julho de 2020, às 19h30min.

¹⁶⁴ Ibidem.

incorporada pela pessoa como se fosse sua (autocontrole) e não uma imposição oriunda de uma ordem social (REICH, 1974). O fundamento desse processo de interiorização, na formação daquilo que Freud denominou de “superego”, está a repressão à sexualidade infantil, o seu recalque e a volta como sintoma nos termos de Reich¹⁶⁵ (1977).

Para tanto, é fundamental lembrar que é neste momento que o resultado desse processo de interiorização das relações sociais no corpo de valores e normas de comportamento implica na identidade com o agente da imposição das normas externas, no caso do complexo de Édipo, na formação de uma identidade com o pai (REICH, 1974).

Dessa maneira, Reich localizou a base de uma determinada expressão de uma psicologia de massas (a do fascismo) em dois pilares: certa forma de família, tendo no centro a repressão à sexualidade infantil; e o caráter da “pequena burguesia”. Para ele, a repressão à satisfação das necessidades materiais difere da repressão aos impulsos sexuais pelo fato que a primeira leva à revolta enquanto a segunda impede a rebelião, uma vez que o retira do domínio consciente “fixando-o como defesa moral”, fazendo com que o próprio recalque do impulso seja inconsciente, seja visto pela pessoa como uma característica de seu caráter (1974; 1977; 1985). O resultado disso, segundo Reich, “*é o conservadorismo, o medo da liberdade, em resumo, a mentalidade reacionária*” (REICH, 1974, p. 29).

Esse processo é vivido pelo conjunto da nossa sociedade, ou seja, é universal. Todavia, os setores médios o vivem de modo peculiar (1974). Trata-se de uma classe ou segmento de classe espremido entre o antagonismo das classes fundamentais da sociabilidade burguesa (a burguesia e o proletariado), desenvolvendo a pitoresca autoimagem de que estão acima das classes e representam a nação. Seus impulsos lhes jogam ora para a radicalidade proletária (a luta contra as barreiras da realidade que se levantam contra os impulsos), ora para o apelo à ordem da reação burguesa (a defesa das barreiras sociais impostas como garantia da sobrevivência). Como o indivíduo teme seus impulsos e clama por controle, os segmentos médios temem a quebra da ordem na qual se equilibram precariamente e pedem controle e repressão (REICH, 1974).

¹⁶⁵ Ver mais em *Materialismo Dialético e Psicanálise*. Lisboa: Presença/São Paulo: Martins Fontes, 1977.

A sexualidade é reprimida também no seio do proletariado. Reich chega a afirmar que, por muitas vezes, de forma ainda mais brutal (1974). Mas as contradições que se expõem aos filhos da pequena-burguesia são diferentes das expostas aos filhos do proletariado. O que para a pequena-burguesia é uma contradição com a moral de sua classe, “*no proletariado não passa de uma expressão simples entre o impulso e a inibição sexuais*” (REICH, 1974, p. 83)

O pequeno-burguês vê-se a si próprio no chefe e no Estado. Assim, suas misérias social e sexual são abafadas pela ideia fixa de identificação com a casta dos senhores e chefes (1974). Tal classe tem os olhos para o alto.

Por exemplo, a formação da classe média no Brasil se deveu, em grande parte, às suas relações com a classe dominante, a burguesia cafeeira (SAES, 1985, p. 44).

As relações entre as oligarquias rurais e as camadas médias tradicionais¹⁶⁶ definiam-se, não como uma simples troca de serviços (um “serviço econômico” por um “serviço político”), mas como relações sociais complexas, onde a dependência econômico-profissional se assemelha a um prolongamento de ligações familiares, sociais e éticas estabelecidas entre os dois conjuntos. (p. 44).

Esse emaranhado de relações estabelecido entre a classe média e a classe dominante, configurou o local de dependência da primeira para com a última, onde as “*relações de lealdade criavam as condições psicossociais necessárias à submissão ideológica e política*” dessas à burguesia (SAES, 1985, p. 44).

Enquanto que nos países centrais a classe média tem suas origens nos pequenos proprietários rurais, no Brasil, pela concentração da propriedade de terra, não foi possível essa mesma constituição (ARCARY, 2014, p. 36). Segundo Arcary (2014), no Brasil, a formação da classe média se deve a, pelo menos, três (03) elementos colaterais ao processo de urbanização, sendo eles a *industrialização tardia e acelerada, o atraso cultural e baixíssima escolaridade da maioria do povo e o crescimento econômico aquecido pela constituição de um mercado interno consumidor* (p. 36-37).

Ainda como parte do processo de concentração da propriedade de terra, a história do processo de urbanização brasileiro revela um tipo específico de migração

¹⁶⁶Segundo nota do próprio autor, o conceito de “camadas médias tradicionais” é, por ele, utilizada para referir às camadas médias despossuídas (p. 44).

do meio rural para o urbano, o da “aristocracia empobrecida”. A expulsão dos pequenos proprietários rurais, com a expansão da economia cafeeira – portanto, da grande concentração fundiária-, foi responsável, também, pela constituição de uma rede urbana de serviços (SAES, 1985, p. 42). Por meio da relação clientelista, estimulada, também, pelos laços familiares e sociais nutridos entre essa classe média em decadência com a classe dominante agrária cafeeira, rendeu aos setores médios os melhores postos na administração pública, no poder judiciário, nas faculdades e no ramo dos serviços (SAES, 1985, p. 43-44). Ou seja, Parte importante da constituição da classe média brasileira guarda suas razões nas relações clientelistas com a classe dominante.

Ao restante da massa em migração restaram duas opções: o trabalho operário e os baixos cargos do “trabalho não-manual” na burocracia do estado ou no ramo dos serviços (SAES, 1985, p. 45). Diferente das classes médias tradicionais, os setores que encontraram espaço entre esses cargos de pouco prestígio foram ter assento como empregados de bancos, em cargos baixos na administração do Estado etc. (SAES, 1985, p. 45). Segundo relata Saes (1985, p. 46), esse caminho trilhado “independente” da burguesia, conferiu, às *baixas camadas médias*, certa “autonomia” frente às classes dominantes, especialmente no Rio de Janeiro, possível ser vislumbrado pela sua participação política em movimentos como o “florianismo” (anos 1890), a revolta popular contra a vacina obrigatória (1912-1913).

(...) a ausência de laços familiares, sociais e éticos com a classe dominante agrária impede a constituição de predisposições psicossociais pró-oligárquicas e lhes assegura uma certa autonomia em relação à ideologia e à política oligárquicas (1985, p. 45).

Jessé Souza¹⁶⁷, estudando as classes médias brasileiras, chegou a uma curiosa caracterização histórica, disse ele que “*a classe média sempre foi, desde meados do século passado, no Brasil, a tropa de choque dos ricos endinheirados*” (2017, p.115). E se pergunta: “*como é possível se apropriar dos desejos, ambiguidades e insegurança da classe média para mantê-la servil, mesmo contra seus melhores interesses [...]*” (2017, p.115). Logo em seguida o autor arrisca uma resposta para o enigma por ele mesmo elaborado: “*o uso sistemático da inteligência nacional e da imprensa que a veicula em proveito dos interesses da pequena elite*

¹⁶⁷ Ver mais em SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

endinheirada é a resposta” (Ibid.). Acreditamos que tal resposta é ainda um pouco simplista, quando, para este trabalho, as relações sociais e econômicas concretas entre a formação da classe média, tal como apresentadas por Décio Saes (1985), nos parecem ser mais consistentes que a propaganda da mídia tradicional, como afirma Souza (2017) para a perpetuação de um tipo de comportamento da classe média em relação às classes dominante.

Jessé Souza responde sua pergunta com um dos meios pelo qual as classes médias são capturadas pela ideologia burguesa. Entretanto, o mesmo o faz como se a ideologia incutida nas classes médias respondesse a uma estrutura coerente, mentirosa, mas coerente, pela propaganda direta com viés de convencimento. Essa hipótese mostra como diferentes autores, ao se preocuparem em suas investigações sobre a ideologia de massas da classe média, se deparam com o mesmo problema, em que pese encontrarem diferentes respostas.

Portanto, não é acidente ou casualidade que, no campo dos valores reacionários, vejamos setores sociais alinhados à defesa abstrata da “nação” e características como o “moralismo” em relação aos costumes (que vêm inseparavelmente ligadas a preconceitos, a homofobia etc.), além da defesa da “família”, assim como o chamado “irracionalismo”, a “violência”, o mito da xenofobia e do racismo como constituintes da nação, e o clamor pela “ordem”¹⁶⁸.

A recente cena dantesca de “manifestantes” enrolados na bandeira do Brasil, de joelhos e mãos na cabeça, pedindo uma intervenção militar é a imagem que condensa todos esses elementos¹⁶⁹. Mas, ainda conseguem ser confrontadas pelas imagens de seus apoiadores enrolados, sob o mesmo ímpeto dramático, em bandeiras dos Estados Unidos¹⁷⁰. Outro país, outra nação. O fundamento teórico aqui expresso anuncia que, por incrível que pareça, essa não é uma sociedade “doente”, mas a sociedade “normal” exposta sem os filtros que rotineiramente a oculta.

¹⁶⁸Ver em: Ver em: FSPSP. Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro. 2018 [online], disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPS.pdf>, acessado dia 7 de fevereiro de 2019 às 16:40

¹⁶⁹Ver em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/para-historiadora-intervencao-militar-no-brasil-201cnao-pode-mais-ser-descartada201d/>, acessado dia 19 de março de 2019 às 15:41.

¹⁷⁰Ver em: <https://veja.abril.com.br/politica/estranho-nacionalismo/>, acessado dia 19 de março de 2019 às 15:38.

Para enquadrar o objeto do presente projeto de pesquisa, é absolutamente razoável seguir no caminho inverso na trilha deixada por Reich (1974), visto que, mais uma vez, a humanidade dá sinais de optar por elementos de barbárie em detrimento do socialismo – ou anticapitalismo – frente ao novo momento de evidência maior da irracionalidade do sistema capitalista, do acúmulo de riquezas e crescimento da miséria; e da ameaça cada vez maior ao planeta.

Outro autor importante para esse debate é o próprio Marx (2004), especialmente pelo valor do conceito de estranhamento. O trabalho em Marx (2004) é descrito como uma atividade fundamental, pela qual o ser humano, na interação com a natureza e ele mesmo, por meio da objetivação e da alienação, constrói um mundo objetivo a ele próprio, projetando suas potencialidades no produto do seu trabalho. Contudo, na sociedade capitalista, Marx (2004) afirma que o trabalho é convertido em uma atividade estranha ao trabalhador, pois responde a exigências externas a ele (p. 82). Nessa concepção, o trabalho não é um fim satisfatório, mas, apenas, um meio para alcançar objetivos fora do trabalho, deixando, desse modo, de ser um meio pelo qual o ser humano se relaciona consigo como um ser universal.

Em Marx (2004, p.79-85), por objetivação entendemos o processo pelo qual, no trabalho, o ser humano cria, a partir de suas potencialidades subjetivas, um mundo objetivo, concreto. Esse movimento leva necessariamente à alienação, que compreendemos como a exteriorização das potencialidades humanas, a projeção dessas, a partir do trabalhador, para o produto do seu trabalho, possibilitando se reconhecer no resultado do seu trabalho, imprimindo-se as características humanas. Contudo, na sociedade capitalista, o trabalho é estranhado, o que impede a identificação do trabalhador com o produto do seu trabalho, com o próprio ato do trabalho e, por conseguinte, com ele próprio, em termos genéricos, que correspondem ao ser humano como espécie.

Para Marx (2004), o estranhamento da atividade humana no capitalismo dá-se de quatro (4) aspectos. O primeiro ocorre quando do estranhamento entre trabalhador e o produto de seu trabalho. O segundo se dá entre o trabalhador e o próprio ato do trabalho. Em terceiro, no estranhamento do ser genérico do homem, quando o trabalho deixa de ser livre e consciente, portanto se estranha ao próprio caráter genérico do ser humano, não mais servindo ao autodesenvolvimento

humano; é o estranhamento com a *essência humana* (p.86). E, por fim, no estranhamento do ser humano com o próprio, estranhando o produto do trabalho de outrem (p.84-86).

O estranhamento com o trabalho e o seu produto levam a que, também, o trabalhador estranhe a si próprio – como vimos acima -, o chamado por Marx (2004, p. 83) de “*estranhamento-de-si*”.

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (trabalhador) só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só se sente como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. (MARX, 2004, p. 83).

Com isso, temos que, na sociedade capitalista, também a sexualidade é estranha ao trabalhador. Esse, cujo corpo e energia são convertidos em mercadoria força de trabalho, vê o trabalho livre implicando em estranhamento, impedindo identificação dele próprio com o seu corpo. Ao aplicar esses conceitos para a questão da sexualidade, concluímos que a perda de sentido com o próprio corpo – que é ambiente, também, da sexualidade – é um dos traços fundamentais da economia capitalista.

A imagem de um trabalhador que vende livremente seu trabalho, ou que entende seu corpo como um capital que deva ser entregue a quem oferecer o melhor preço, se refere a uma classe trabalhadora já moldada pela disciplina do trabalho capitalista (FEDERICI, 2017, p. 244).

Com isso, temos um quadro para a compreensão de como a repressão sexual no capitalismo atende a ele próprio, para sua perpetuação. A repressão sexual serve à dominação e é parte do processo de estranhamento na sociedade capitalista. Além disso, após o debate aqui realizado, é possível afirmar, também, que a repressão sexual, mesmo que já existente em períodos anteriores ao surgimento do capitalismo, nele adquire conteúdo próprio, vinculado à ordem social.

Ou seja, não nos parece correto afirmar que o capitalismo apenas teria se utilizado das ideologias repressoras do passado. Pois, nesse próprio sistema são desenvolvidas ideologias de controle dos corpos e da sexualidade e, dessa forma, um tipo de repressão sexual.

Restam-nos duas questões. A primeira: se são a repressão da sexualidade e o controle dos corpos necessários para a dominação no capitalismo, seria a abolição

deles, também, chaves para a construção de uma sociedade não capitalista e não-repressiva ? Segundo: compreendendo que o trabalho é o elemento fundamental da sociabilidade humana e, considerando-o, também, como alienado na sociedade capitalista, quais os impactos na sociabilidade humana – mais precisamente, no aspecto do trabalho que se dá na relação humano com humano – da repressão sexual?

À vista disso, assumimos a tese de que a repressão sexual promove no indivíduo uma estrutura psicológica adequada à submissão e à ordem. A família autoritária, da qual discorreu Reich (1974), compreende-se como o laço de encontro entre a repressão sexual e a exploração humana, uma vez que é nos marcos dessa instituição que são reproduzidos os primeiros processos ideológicos da sociedade de classes, a mesma que unifica exploração, dominação e estranhamento. É dessa forma que Reich (1974) afirma ser a família o “*Estado autoritário em miniatura*”. Por esse modo, ele assevera: “*A estrutura autoritária do homem é basicamente produzida – é necessário ter isto presente – através da fixação das inibições e medos sexuais da substância viva dos impulsos sexuais.*” (p. 45). Com isso, o autor (1974; 1972) resume o que chama de função social da repressão sexual.

Para Reich (1974), a repressão dos impulsos identificados como sexuais, e a sua pretensa satisfação substituta, são operadas de forma inconsciente, assumidas pelo ser reprimido como características do seu próprio caráter. Diferentemente da repressão das necessidades materiais, a repressão sexual leva à subserviência, ao conservadorismo, ao medo a liberdade. (REICH, 1974, p. 47).

1.3 – Sobre o pensamento de Marcuse para uma sociedade não-repressiva

Nosso diálogo agora desloca-se para as ideias e teorias de Herbert Marcuse. Nele também encontramos a afirmação de que a sociedade moderna é pavimentada por repressão e ausência de liberdade.

Nessa sociedade, que é liberal, apesar do persistente aumento da produtividade, o avanço tecnológico e a abundância de mão de obra, as promessas de vida melhor para todos rapidamente são confrontadas pela expansão, “*em âmbito e eficiência, da dominação do homem pelo homem*” (MARCUSE, 1975, p. 27).

Em Freud (1996), a civilização é fundada na repressão pulsional, na renúncia à satisfação das pulsões, ou instintos. Para o autor (1996), a energia necessária para a constituição da civilização, é extraída da sexualidade, reprimindo-a, limitando-a. Freud (Ibid.) demonstra tal processo por meio do conflito entre o *princípio do prazer* e o *princípio de realidade*.

O princípio do prazer, podendo se desenvolver livremente, seria, em sua teoria (FREUD, 1996), incompatível com as necessidades concretas de edificação da civilização. Esse processo, que, para o autor (1996) é permanente na civilização, tende a aumentar a insatisfação e infelicidade na sociedade, o chamado mal-estar na civilização¹⁷¹.

Contudo, Marcuse (1975) distancia-se de Freud, tal como fez seu precursor Reich (1974), quando da identificação de repressão e civilização. Marcuse acredita na possibilidade de uma civilização não-repressiva. Ou seja, nega a defesa de Freud (1996) de uma dinâmica permanentemente irreconciliável entre civilização e a “liberdade”. Se para Freud (1996) a fonte do mal-estar na civilização está contida na repressão das pulsões, para Marcuse (1975), é possível a constituição de uma civilização não-repressiva, onde *Eros* (energia vital) poderia se sobrepor a *Thanatos* (forças destrutivas).

Em Freud (1996), o binarismo entre princípio de prazer e princípio de realidade é circunscrito na “luta primordial pela existência”, onde, pela qual, o princípio de realidade seria uma imposição da própria existência humana, em que não seria possível, pelas condições concretas, sustentar a vida humana sem o trabalho e, dessa forma, seria necessário desviar as energias dos membros dessa sociedade de atividades sexuais para o trabalho, dessexualizando, assim, o humano em sociedade, para controlar o corpo, voltando-o quase que exclusivamente para o trabalho, como sendo esse o “criador” da cultura, pressuposto para a civilização (MARCUSE, 1975, p. 32-37).

Para Marcuse (1975, p. 38), na teoria de Freud (1996), mesmo a felicidade na civilização é uma não felicidade, pois, para ser alcançada envolve a sublimação, um processo de modificação repressiva. Além disso, o autor (1975) também questiona a apreensão do trabalho como algo essencialmente criador do progresso (p. 88).

¹⁷¹ Conceito homônimo ao livro *O Mal-estar na Civilização*, escrito por Freud originalmente em 1929.

Diante disso, Marcuse (1975) faz uma diferenciação acerca dos tipos de trabalho, mostrando como o trabalho alienado não confere satisfação libidinal a quem o desempenha, é penoso, desagradável:

Certo, há um modo de trabalho que oferece um elevado grau de satisfação libidinal, cuja execução é agradável. E o trabalho artístico sempre que genuíno parece brotar de uma constelação instintiva não-repressiva e visar finalidades não-repressivas tanto assim que o termo sublimação parece requerer considerável modificação se o aplicarmos a esse gênero de trabalho. Mas grande parte das relações de trabalho em que a civilização repousa é de um gênero muito diferente (MARCUSE, 1975, p. 88).

Entretanto, mesmo ao negar a concepção freudiana de que a civilização em si dependeria da repressão aos princípios do prazer, a *Eros*, Marcuse (1975) busca nos estudos de Freud acerca dos instintos - nas suas origens e sentidos -, uma compreensão das consequências filogenéticas (gênero humano/história da civilização) e ontogenéticas (individual, do espécime humano, mais precisamente, do homem moderno – no caso do referido estudo de Marcuse).

Ou seja, o que o autor (1975) fez – e de forma intencional – foi extrapolar a teoria freudiana (p.51), partindo dos conceitos da mesma para transpô-los. Marcuse (1975) o fez sob um fundamento teórico básico: a compreensão histórica e social dos conceitos de Freud. Dessa forma, onde Freud (1996) indicou ser próprio do caráter irreconciliável entre as pulsões humanas e a civilização em absoluto, representado pelo conflito entre princípio do prazer *versus* princípio de realidade, Marcuse (1975) incluiu o conceito de *princípio de desempenho*, como a *forma histórica predominante do princípio da realidade* (p.51).

Onde Freud (1996) qualificou a repressão pulsional - pelas suas consequências no humano - como originária das necessidades da própria civilização; Marcuse (1975) identificou a *mais-repressão* como sendo “*as restrições requeridas pela dominação social. Distingue-se da repressão (básica): as modificações dos instintos necessários à perpetuação da raça humana em civilização.*” (p.51).

A perspectiva básica que faz Marcuse (1975) extrapolar a teoria freudiana, utilizando de seus próprios conceitos, advém da seguinte reflexão:

Mas a própria teoria de Freud fornece-nos razões para rejeitarmos a sua identificação de civilização com repressão. Com base em suas próprias realizações teóricas, o exame do problema deve ser reaberto. A relação entre liberdade e repressão, produtividade e destruição, dominação e

progresso, constituirá realmente o princípio de civilização? Ou essa inter-relação resultará unicamente de uma organização histórica específica da existência humana? Em termos freudianos, o conflito entre princípio de prazer e princípio de realidade será irreconciliável num grau tal que necessite a transformação repressiva da estrutura instintiva do homem? Ou permitirá um conceito de civilização não-repressiva, baseada numa experiência fundamentalmente diferente de ser, numa relação fundamentalmente diferente entre homem e natureza, e em fundamentalmente diferentes relações existenciais? (p.27).

Tal como em Reich (1974), se a descoberta da repressão é realizada a partir do estudo das civilizações com diversas formas de dominação, onde essa repressão conjuga-se com os diferentes modelos dessa dominação, sendo funcional a esses; está na dominação a estrutura pela qual a repressão se realiza e não na civilização em si. Ou seja, “(...) *nas instituições e relações que constituem o ‘corpo’ social do princípio de realidade.*” (MARCUSE, 1975, p.57). Dessa forma: o caráter “não-histórico” dos conceitos freudianos contém, pois, o seu oposto: “*sua substância histórica deve ser retomada não somando-se-lhe alguns fatores sociológicos (como fazem as escolas “culturais” neofreudianas), mas revelando o seu próprio conteúdo.*” (MARCUSE, 1975, p. 51).

Sob esse prisma é que Marcuse trabalha os conceitos freudianos,

O princípio de realidade afirma-se através de uma contração do ego consciente, numa direção significativa: o desenvolvimento autônomo dos instintos é congelado, e o seu padrão fixa-se no nível da infância. A adesão a um *status quo* ante é implantada na estrutura instintiva. O indivíduo torna-se instintivamente reacionário – tanto no sentido literal como no figurativo. (MARCUSE, 1975, p. 49).

A isso, exposto na citação acima, podemos chamar de repressão básica, para simplificar o conteúdo. Em Marcuse, os conceitos psicanalíticos freudianos são históricos. E como dito acima, há dois planos nos quais se desenvolvem os efeitos repressivos sobre o aparelho mental: o ontogenético: a evolução do indivíduo reprimido desde a infância à existência social consciente; e o filogenético: a evolução de toda a civilização repressiva (MARCUSE, 1975). E sendo históricas, as diferentes formas de dominação impõem variadas formas históricas do princípio de realidade. Nesse sentido,

Por exemplo, uma sociedade em que todos os membros trabalham normalmente pela vida requer modos de repressão diferente dos de uma sociedade em que o trabalho é o terreno exclusivo de um determinado grupo. Do mesmo modo, a repressão será diferente em escopo e grau, segundo a produção social seja orientada no sentido do consumo individual

ou no do lucro; segundo prevaleça uma economia de mercado ou uma economia planejada (...) (MARCUSE, 1975, p. 52).

É com base nesse fundamento que Marcuse concebe o conceito de *mais-repressão*, para o autor, é por meio dessa que os interesses específicos social e histórico de dominação introduzem controles adicionais àqueles necessários para a vida em civilização. Dessa forma, a família patriarcal-monogâmica, ou a divisão hierárquica no trabalho são exemplos de *mais-repressão* (1975, p. 53). E, assim, vê-se a utilização da *mais-repressão* como forma, inclusive, de transformar necessidades biológicas em necessidades e desejos individuais, somando a *mais-repressão* com as restrições básicas. Uma forma de desumanizar o humano (Ibid.).

Portanto, a repressão sexual não pode ser compreendida como uma impossibilidade de que indivíduos realizem sexo propriamente. Na teoria de Marcuse, assim como em Reich e na psicanálise freudiana como um todo, a energia libidinal atende a um significado mais amplo que o ato sexual como tal – basicamente limitado às genitálias -, mas como a energia vital do humano, ou uma parte de *Eros*. Segundo Marcuse (1975):

O papel predominante da sexualidade tem raízes na própria natureza do aparelho mental, tal como Freud o concebeu: se os processos mentais primários são governados pelo princípio do prazer, então aquele instinto que, ao atuar sob esse princípio, sustenta a própria vida, deve ser o instinto de vida. (p. 42).

Com a associação entre *mais-repressão* e as repressões básicas, a sexualidade, mesmo suportando o embate com o princípio de realidade, é degenerada. Ao invés de ser compreendida como um todo, é limitada à genitalidade e vertida para a função procriadora, onde a libido é desviada de nosso próprio corpo para outro corpo estranho do sexo oposto, com a “redução” da sexualidade ao aspecto da procriação; e a genitalidade é direcionada para a família patriarcal monogâmica. Os que escapam a isso são considerados tabus e perversões sublimadas ou tidas como acessórias da função procriadora (MARCUSE, 1975, p. 55).

Quanto a isso, fazemos uma pequena nota: a ideia de associação entre repressão básica e *mais-repressão* careceria de certa precaução metodológica, ao nosso ver. Pois, posto dessa forma, afirma-se uma espécie de independência entre as duas “repressões”. Se conhecemos a *mais-repressão* e, em certa medida a

própria repressão básica, a partir uma da outra e vice-versa; a compreensão individual de cada uma dá-se em nível abstrato apenas, no plano da teoria, já que uma realiza, na sociedade repressiva, a outra.

Como dito antes, Marcuse (1975) cunhou o conceito *princípio de desempenho*, o que seria característico de sociedades com longo processo de dominação, alcançando, inclusive, com alto nível de racionalização sobre seus mecanismos. Para o autor (1975), o *princípio de desempenho* se apresenta não de forma antagônica frente aos anseios e desejos do humano, mas como se os interesses de dominação fossem os mesmos do todo, o corpo e a mente são vistos como instrumentos do desempenho, logo do trabalho. Ou seja, o princípio de desempenho “absorve” os anseios e desejos do humano, se apresentando como possibilidade de realização dos mesmos.

Para isso, a *mais-repressão* da dominação social, em conflito com a sexualidade, se orienta por dessexualizar o corpo e impor uma supremacia genital, limitando o prazer sexual apenas a essa área do corpo, e determinando o corpo e a mente como meros instrumentos da produção, uma forma de controle não só do trabalho, como do tempo livre dos trabalhadores (MARCUSE, 1975, p. 58-60).

Por fim, resgatamos os conceitos de Marcuse de *dessublimação* e *dessublimação repressiva* (MARCUSE, 1975). Antes, em Freud, o conceito de sublimação corresponde ao processo psíquico no qual as pulsões sexuais, parcialmente, são desviadas de suas metas sexuais, sendo satisfeitas em objetos não propriamente sexuais (Laplanche & Pontalis, 2001, p.495). A sublimação exige um processo de dessexualização, o que já foi citado acima na presente parte desta dissertação. Lembrando: acerca do conflito entre o princípio do prazer e o mundo externo, a sublimação seria uma exigência para a construção da civilização, inclusive o trabalho criador, o progresso, e a arte (FREUD, 1996).

Considerando o pensamento de Marcuse, que eleva os conceitos freudianos ao patamar de sociais e históricos, relacionados ao processo de organização da sociedade, o mesmo ocorre com o conceito de sublimação. Para Marcuse (1975), há duas formas distintas de sublimação, a repressiva, que tem no princípio do desempenho a força que predetermina quais são as atividades úteis para as quais as pulsões sexuais devem ser desviadas, a fim de serem realizadas utilmente, agora dessexualizadas. Sobre isso:

A sublimação opera, então, sobre uma estrutura instintiva preconditionada, que inclui as restrições funcionais e temporais da sexualidade, sua canalização para a reprodução monogâmica e a dessexualização da maior parte do corpo (1975, p. 181).

Mas há, assim como na utopia geral da civilização não-repressiva, uma forma de livre sublimação, sem dessexualização, que é descrita por Marcuse (1975) pelo seguinte processo:

O instinto não é desviado de sua finalidade; é gratificado em atividades e relações que não são sexuais no sentido de sexualidade genital organizada, mas que, não obstante, são libidinais e eróticas. Sempre que a sublimação repressiva prevalece e determina a cultura, a sublimação não-repressiva deve-se manifestar em contradição com toda a esfera de utilidade social; vista a partir dessa esfera, é a negação de toda a produtividade e desempenho aceitos. (p. 182).

Para o autor (1969), os feitos humanos por meio da sublimação carregam consigo uma espécie de memória da repressão, uma *consciência infeliz* (p.73). Essa consciência da repressão gera um tipo de negação ao princípio da realidade, isso ocorre, pois a sublimação é uma forma de adiamento da satisfação sexual portadora de um *poder de negação* para com a própria repressão que a desviou e dessexualizou. No rol dessas grandes obras, para Marcuse, estão a literatura, a música, a religião, a ciência etc.

Dessa forma, chegamos ao ponto fundamental da utilidade, para esta dissertação, das teorias do paradigma da repressão: na sociedade moderna, considerando o dito acima acerca da pretensa liberdade conferida pelo *princípio de desempenho*, o poder de negação, aquilo que seria um tipo de contestação ao *princípio de realidade*, é desautorizado por uma manipulação dos próprios anseios, tornados partícipes dos objetivos da própria dominação. Quanto a isso,

A criação de necessidades repressivas tornou-se há muito parte do trabalho socialmente necessário; necessário no sentido de que, sem ele, o modo de produção estabelecido não poderia ser mantido. (MARCUSE apud. MAAR, 1998, p.69).

Nesse estágio de desenvolvimento da sociedade, a dominação adapta-se de tal modo que é capaz de assimilar as próprias demandas críticas e antagônicas a elas, conformando uma falsa realidade de harmonia social (MARCUSE, 1969, p.73). É nesses marcos que compreendemos a sexualidade na contemporaneidade. Na modernidade, há um tipo de absorção ideológica que faz com que torne a parecer justa a possibilidade de realização da liberdade e da felicidade.

Na dessublimação ocorre a imediata satisfação, quando na sublimação essa satisfação era adiada e desviada. Mas, vale dizer que é uma satisfação falsa, na medida em que a absorção ideológica distorce os desejos e anseios, cria as necessidades, enquanto que o princípio da realidade, realizando-se no princípio de desempenho, segue vigente e operante, portanto repressivo (MARCUSE, 1969). Quanto a isso,

No mecanismo mental, a tensão entre o que é desejado e o que é permitido parece consideravelmente reduzida; o princípio de realidade não parece mais exigir a transformação [repressiva] e dolorosa das pulsões. O indivíduo deve adaptar-se a um mundo que parece não exigir a negação de suas necessidades mais íntimas - um mundo que não é essencialmente hostil. (Marcuse, 1963, p.84)

1.4 – Uma nota para a conclusão sobre a repressão sexual

Se é verdade, como afirmou Engels (1999) em *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, que o trabalho, enquanto categoria ontológica do ser social, transforma toda a natureza e o próprio ser humano, ao ponto de até mesmo ser responsável pelos aspectos mais concretos da natureza objetiva, sendo “condição básica e fundamental de toda a vida humana”, podendo-se, inclusive, afirmar que “o trabalho criou o próprio homem” (p. 269), vemos como necessário considerarmos a estrutura psicológica dos seres humanos, também, um produto do trabalho.

Deste modo, a mão não é apenas o órgão de trabalho, é também o produto do trabalho. Só pelo trabalho, pela sua adaptação a operações sempre novas, pela transmissão hereditária do desenvolvimento particular, assim adquirido, dos músculos, dos tendões e, em intervalos mais longos, dos próprios ossos, pela aplicação constante desse aperfeiçoamento hereditário a novas e cada vez mais com poucas operações, foi possível a mão Humana alcançar esse elevado grau de perfeição que lhe permitiu fazer surgir o milagre dos quadros de Rafael, das estátuas de Thorwaldsen, da música de Paganini. (ENGELS, 1999, p. 8)

E mais, sendo o trabalho, na sociedade capitalista, estranhado, é possível afirmar que haveria repercussões sobre a formação da estrutura psicológica média do ser humano, bem como das ideologias dominantes na sociedade. O estranhamento é interpretado por nós também como um processo de repressão das potencialidades humanas, que impede suas satisfações.

Consideramos, em especial a partir do estudo dos trabalhos de Reich (1974; 1985) e Marcuse (1975), que a repressão sexual, ainda persistente na sociedade

atual, integra as condições para a reprodução do capitalismo, na medida em que reproduz ideologias e comportamentos que favorecem a perpetuação das relações de dominação política. Portanto, também vemos a questão da sexualidade, aqui apresentada sob a forma do debate da sua repressão na sociedade de classes, como um dos aspectos que contribuem para modo de produção capitalista.

Os eventos extremos de autoritarismo, como o fascismo na década de 1930, são, não exceções ou fenômenos isolados na história do capitalismo e das sociedades de classes em geral. Nem mesmo são regressões a sociedades menos civilizadas, pelo contrário, os afetos que mobilizam as massas do fascismo, a partir da compreensão da repressão na sociedade moderna, são expressões do acúmulo de “progresso”, compondo uma latência no capitalismo em sua fase monopolista (REICH, 1974).

As diversas formas de repressão sexual, aliadas aos dispositivos da construção dos gêneros, podem ser observadas na politização das concepções ideológicas de determinação dos papéis sociais dos gêneros, no controle da sexualidade, na dominação masculina sobre as mulheres, na perseguição contra as pessoas LGBTI+, tudo isso enquanto política, ou seja, projeto de poder. Para essas ideologias, a sexualidade compõe o campo dos *“baixos instintos do corpo”*, associável à noção de pecado (FEDERICI, 2017, p. 241), reforçando os imperativos da culpa moral.

A recente eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República se deu, em grande parte, à mobilização de afetos cuja etiologia nos remonta à repressão sexual, tal como debatido ao longo deste capítulo. Não sem motivos. A propaganda sexual teve lugar destacado na agitação política de sua campanha. Considerando isso, o objetivo do próximo e último capítulo deste trabalho foi localizar a relação entre questão sexual e a ascensão do bolsonarismo nos marcos do desenvolvimento das múltiplas determinações políticas, econômicas, sociais, geopolíticas e culturais da situação brasileira atual. Vamos a ele.

POLÍTICA SEXUAL DO BOLSONARISMO

Capítulo III – O pânico do bolsonarismo – crises, repressão e ressentimentos

Para alguns, a sexualidade pode parecer um assunto sem importância, um desvio frívolo de problemas mais graves como pobreza, guerra, doença, fome ou destruição nuclear. Mas é precisamente em épocas como essa, quando vivemos sob ameaça de uma destruição inimaginável, que as pessoas ficam perigosamente enlouquecidas com a sexualidade (RUBIN, 1984).

FAZER UMA INTRODUÇÃO

Largo do Arouche, dezesseis (16) de outubro de 2018, centro de São Paulo (SP). Às cinco (05) horas da madrugada, quatro homens foram vistos esfaqueando uma travesti no meio da rua. Segundo uma testemunha, enquanto a esfaqueavam os homens gritavam “Bolsonaro”¹⁷².

Esse foi um dos muitos casos de agressão e assassinato¹⁷³, em grande medida, de travestis, mas também contra demais LGBTI+¹⁷⁴, mulheres e negros, ocorridos em meio às eleições presidenciais de 2018, no Brasil, país, dentre os que são mapeados, onde mais são assassinadas pessoas LGBTI+s em crimes de ódio por todo o mundo¹⁷⁵, superando o mesmo índice em países em que a homossexualidade é punida com previsão de pena de morte¹⁷⁶, como é o caso do Irã. Esse cenário revela a carga emocional presente em indivíduos apoiadores de

¹⁷²Ver mais em matéria sobre o caso, disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/10/16/policia-investiga-assassinato-de-travesti-no-centro-de-sp-testemunha-relata-motivacao-politica.htm>, acessado dia 12 de dezembro de 2018.

¹⁷³Plataforma registra 133 casos de agressões de apoiadores de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/53622/relatos-de-violencia-com-motivacao-politica-se-espalham-pelo-pais-veja-mapa-e-informe-seu-caso-aqui>, acessado dia 13 de março de 2019.

¹⁷⁴Essa sigla, cujo significado inicial é Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais, aqui está acrescida do símbolo matemático (+) para que este sirva de portas abertas para outras identidades de gênero e orientações sexuais diversas à heteronormatividade e ao modelo Cisgênero como norma, ou seja, na perspectiva de ser o mais abrangente possível frente a complexidade e riqueza da diversidade humana nos aspectos do gênero e orientação sexual.

¹⁷⁵Segundo relatório anual produzido pelo Grupo Gay da Bahia – GGB, disponível em <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf> acessado no dia 12 de fevereiro de 2019 às 13:45

¹⁷⁶A homossexualidade é crime em 72 países, segundo o relatório anual da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Homossexuais, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA). Aqui trago o publicado em julho de 2017 e citado pelo Guardian, disponível em <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/27/gay-relationships-still-criminalised-countries-report>, acessado dia 12 de fevereiro de 2019 às 17:51.

Jair Bolsonaro, portanto, componentes do fenômeno do bolsonarismo¹⁷⁷. Assim, afirmamos que para as eleições de 2018, um aspecto que lhe caracteriza é a carga afetiva e violenta envolvida na disputa, em especial pelos apoiadores de Jair Bolsonaro.

A eleição presidencial de 2018 evidenciou, ainda, um processo de reorganização das direitas brasileiras¹⁷⁸. Vários termos foram utilizados para determinar esse processo, tais como: onda neoconservadora, *alt-right*, "Nova Direita"¹⁷⁹, extrema direita, *trumpização* da política, populismos de direita; ou como uma repercussão da "crise das esquerdas"¹⁸⁰. A eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente do Brasil foi, portanto, viabilizada nos marcos de uma nova organização das correntes políticas no Brasil. E, ao mesmo tempo, impulsionou esse próprio processo de reorganização dos partidos de direita.

Por exemplo, o PSDB, que havia disputado os últimos segundos turnos eleitorais desde 1994¹⁸¹, alcançou apenas, em 2018, 4,76% dos votos, ficando de fora da segunda volta e, nas eleições para a Câmara dos Deputados, perdeu 25 cadeiras, passando de uma bancada com 54 deputados eleitos em 2014 para 29, em 2018¹⁸². Já o PSL, até então o partido de Bolsonaro, não só foi a legenda pela qual foi eleito o presidente, como teve o maior crescimento na Câmara, passando de um deputado eleito em 2014 para 52, em 2018.

¹⁷⁷Entende-se pelo fenômeno político que se expressou ao entorno da figura de Bolsonaro. Esse pode ser entendido, em parte, pela atualização dos valores patriarcais já conhecidos, que atravessam o imaginário político brasileiro há muito tempo. A ele são somadas ideologias neoconservadoras, valores morais e sexuais retrógrados – típicos do recalcamento - além da ideologia ultraneoliberal. É possível também dizer de uma ideologia com localização social própria nas classes médias, mais propriamente na pequena-burguesia, hoje já presente em setores diversos da classe trabalhadora.

¹⁷⁸Ver mais em MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira - "O ódio como política. Org. Esther Solano. Boitempo: 2018. P. 17 – 26.

¹⁷⁹Não confundir com a corrente ideológica Nova Direita que será abordada mais adiante ainda neste trabalho. Aqui o sentido é de direita nova, recente, atualizada.

¹⁸⁰Ver mais em: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. Crise da democracia e extremismos de direita, nº42/ 2018. Esse é um relatório de pesquisa produzida com foco em descortinar as opiniões e estado de ânimos dos eleitores de Bolsonaro. Tal pesquisa foi coordenada pela professora da UNIFESP, Esther Solano. Nesse relatório, ao introduzi-lo, a autora aborda os diferentes conceitos ainda em transcurso de construção. Para a autora, há um fio de continuidade e todos eles, podendo ser explicado, mesmo que à grosso modo, pelo conceito de "reorganização das direitas". E é assim que trouxe para este projeto, entendendo as limitações conceituais frente a um processo em desenvolvimento.

¹⁸¹Ano em que foi vitorioso, elegendo Fernando Henrique Cardoso presidente do Brasil.

¹⁸²Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>, acessado em 22 de novembro de 2020.

Para muitos, o presidente é visto como um inimigo dos direitos humanos e da democracia¹⁸³. Mas entre os que o levaram ao máximo posto político do país, o político foi identificado como uma espécie de revolucionário honesto em contraposição à “classe política corrupta”¹⁸⁴.

O Brasil, como não poderia ser diferente, é parte da divisão internacional dos Estados. O colapso econômico de 2008, que deu início a um novo momento na crise econômica mundial, vive agora outro momento. A economia global está diante de um conflito comercial em meio a um crescente protecionismo nacionalista sob o império da financeirização da economia.

Entremeado por esse cenário, em todo o mundo há um aprofundamento da polarização ideológica. As lutas sociais que envolvem milhões contra as violências às mulheres, LGBTI+, a população negra e/ou imigrante de vários países têm sido cada vez mais a marca desse momento em nossa realidade histórica¹⁸⁵. Ao mesmo tempo em que crescem e avançam as alternativas autoritárias, populistas e reacionárias; também se desenvolvem as pautas democráticas contra as opressões, se chocando, inevitavelmente, com as expressões cruéis da contradição entre Capital e Trabalho. Mas, apesar de um duelo, as novas direitas têm tido desenvolvimento destacado.

Nos EUA, Donald Trump foi eleito com discurso econômico protecionista e ideologicamente contra imigrantes, negros, mulheres e LGBTI+s¹⁸⁶. Na Alemanha, o movimento islamofóbico Pegida embala o projeto de um novo partido de extrema-direita¹⁸⁷. Na Áustria, por 0,6%, o candidato profascista não venceu as últimas eleições presidenciais, sendo que ao final de 2017, esse veio a compor o governo. O

¹⁸³Como exemplo, ver manifestação contra Bolsonaro na ocasião de sua visita aos EUA: <https://exame.abril.com.br/mundo/bolsonaro-chega-aos-eua-em-meio-a-protestos-em-washington/> acessado em 18 de março de 2019.

¹⁸⁴Ver mais em: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. Crise da democracia e extremismos de direita, nº42/ 2018. De acordo com o relatório, essa era a percepção majoritária entre os eleitores de Bolsonaro, captadas por meio da pesquisa e sob metodologia aplicada pela equipe responsável.

¹⁸⁵Como exemplo, as mobilizações de mulheres têm marcado o cenário político mundial. Em 2019, assim como no ano passado, foi convocada uma greve mundial de mulheres. Ver manifesto escrito por mulheres de todo o mundo em: <https://www.internacionalfeminista.org/>, acessado dia 18 de março de 2019 às 18:09.

¹⁸⁶Ver íntegra do discurso de vitória concedido pelo então candidato eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, em: <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/integra-do-discurso-de-donald-trump-novo-presidente-dos-eua.html>, acessado dia 12 de dezembro de 2018 às 14:34.

¹⁸⁷Ver mais em GOMES, Jéssica. A nova extrema-direita alemã: possíveis desafios para a Alemanha e para a União Europeia. Publicado em: Revista InterAção, v. 7, n. 7, jul/dez 2014, p. 72 – 96.

FPÖ (Partido da Liberdade da Áustria), desde então, compõe a coalizão de governo liderada pelo conservador ÖVP (Partido Popular)¹⁸⁸. Na Hungria, o neoconservador e profascista primeiro-ministro Viktor Orbán sauda Donald Trump e aplica seu projeto reacionário para a Europa, questionando o bloco desde essa perspectiva¹⁸⁹. Na Polônia, o partido Lei e Justiça se recusou a cumprir as cotas de refugiados estabelecidas pela UE¹⁹⁰. Na Finlândia, o partido ultraconservador “Os Verdadeiros Finlandeses”¹⁹¹ é a segunda força política do país. Na Dinamarca, idem. Na Bélgica, o partido da extrema-direita islamofóbica Vlaams Blang dobrou sua influência eleitoral em menos de dois anos (de 7% para 14% entre 2014 e 2016), na onda de terror criada pelos atentados¹⁹². O partido extremista da Holanda teve evolução semelhante. No Estado Espanhol, o Vox¹⁹³, também partido de extrema direita, avançou de forma acelerada após a vitória eleitoral¹⁹⁴ em um antigo reduto do PSOE, em Andaluzia. Recentemente, a atual Ministra da Justiça de Israel, Ayelet Shaked, que é parte do grupo de extrema direita chamado Nova Direita, fez um vídeo em que, abertamente, faz uma apologia ao fascismo¹⁹⁵.

Atualmente, uma vez mais, forças reacionárias das direitas são mais dinâmicas que forças revolucionárias comprometidas com a defesa do trabalho frente ao Capital. Resguardadas as proporções, assim como na década de 1930, mais uma vez, a humanidade se encontra confrontada pela brutalidade e os afetos do medo e do ódio; contra a mística e a escravização dos espíritos; contra a

¹⁸⁸Ver mais em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42492587>, acessado dia 12 de fevereiro de 2019, às 11:33.

¹⁸⁹Ver mais em: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. A Europa e seus inimigos na direita. Abril de 2016.

¹⁹⁰Ver mais em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Boletim-de-analise-da-conjuntura-30-internacional.pdf>. Boletim de conjuntura da Fundação Perseu Abramo, publicado em outubro de 2018, acessado dia 7 de fevereiro de 2019, às 09:40.

¹⁹¹Ver mais em: ABREU, Jonas M. e ALLEGRETTI, Giovanni. Comportamento político violento e avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016.

¹⁹²Ver mais em matéria jornalística de cobertura da iniciativa da extrema-direita desse país em oposição ao Pacto Global construído pela ONU relativo ao caso das imigrações e refugiados. Entre os presentes estava Steve Bannon, estrategista da campanha de Donald Trump à presidência dos EUA em 2016 e coordenador da iniciativa de extrema direita mundial cujo nome é *The Movement* (o movimento, tradução livre).

¹⁹³Ver mais em matéria sobre o Vox no EITB.EUS, disponível em: <https://www.eitb.eus/es/tag/vox/>, acessado dia 18 de março de 2019, às 18:33.

¹⁹⁴Ver mais em: <https://www.publico.pt/2018/12/02/mundo/noticia/andaluzia-psoe-vitoria-timida-extremadireita-entra-forca-1853262>, acessado dia 7 de fevereiro de 2019, às 10:00.

¹⁹⁵Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kLnZGj83vM>, acessado dia 18 de março de 2019, às 19:48.

acumulação sem precedentes, e diabólica, do capital; em defesa dos direitos adquiridos; em defesa do planeta e da paz.

A humanidade, e assumir isso é de grande valia para qualquer investigação da realidade, faz sua própria história. Contudo, não a faz livremente, com ações extraídas de seus desejos (MARX, 2006). Faz, sobretudo, sob imperativos objetivos imediatos, mas, também, pressionada pela atmosfera das tradições e heranças do passado (MARX, 2006). Certa vez, Karl Marx completou a Hegel dizendo: *“todos os fatos e personagens de grande importância na história ocorrem, por assim dizer, duas vezes, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.”* (MARX, 2006, p. 14).

Ainda nessa ocasião, disse Marx:

E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar, nessa linguagem emprestada, a nova cena da história universal (2006, p. 15).

Os exemplos de conjuração dos espíritos do passado utilizados pelo pensador, nesse texto, se referiram a personagens revolucionários, tornados caricaturas pelos seus requerentes. Aqui, contudo, faz-se uma aproximação dessa observação de Marx e Hegel, para refletir sobre a farsa do mal, dos personagens do retrocesso, onde políticos como Bolsonaro, no Brasil, e Andrzej Duda, na Polônia, se vestem de figuras autoritárias da história, sendo caracterizados por muitos como neofascistas.

Quais são os elementos empregados para a realização do ritual da ressuscitação desse mal? Segundo intuiu Trotsky (2018)¹⁹⁶, o fascismo é um movimento aparentemente espontâneo, com características de movimento de base, segundo Trotsky,

O movimento fascista na Itália foi um movimento espontâneo de amplas massas, com novos líderes de base. É um movimento plebeu em sua origem, direcionado e financiado por grandes poderes capitalistas. Ele surge da pequena-burguesia, dos setores mais marginais do proletariado e, até

¹⁹⁶Usamos a expressão “intuiu” por se tratar aqui de uma referência a uma carta escrita pelo revolucionário ao camarada Max Shachtman, em 1931. Não é um texto preparado, escrito com rigor científico, apenas uma carta. Resolvemos usá-la, pois Trotsky nela descreve de forma simples um dos elementos mais aparentes do fascismo, sua característica enquanto um movimento de massas com certa origem pela base.

certo ponto, da massa proletária; Mussolini, um ex-socialista, é o <<empreendedor>> que surge deste movimento (2018, p. 17).

No capítulo anterior discutimos a estrutura psicológica impulsionada pela repressão sexual, que está na base da mentalidade fascista. Segundo Reich (1974), o fascismo não é apenas autoritário e repressor, ele carrega algo de “revolucionário” – mesmo que defendendo uma revolução reacionária, contrária aos interesses da humanidade. Esse caráter de movimento de massas é o foco de interesse desta pesquisa. Como tal, o presente capítulo visa compreender o ambiente político, econômico, social e cultural que antecederam as eleições presidenciais de 2018, com o intuito de identificar os elementos que compõe a mobilização das massas com traços fascistas que integram o fenômeno do bolsonarismo.

Dessa forma, abordamos aspectos da política sexual neoconservadora difundida ao longo do processo, identificando sua recorrência e importância para a ascensão do bolsonarismo, para, assim, relacionarmos com as categorias teóricas da repressão sexual.

1- Capitalismo em crise e a ofensiva burguesa sobre a vida

Ao longo dos últimos três séculos, o capital foi galgando prevalência sobre o conjunto do processo social, e se tornou hegemônico, dominante sob a forma sócio histórica de *capitalismo burguês*, generalizando as novas formas de produção, que se desenvolveram a partir de relações de propriedade arcaicas herdadas, onde essas eram suas partes e, também, antíteses, como o capital monetário, o capital mercantil ou a produção de mercadorias. (MÉSZÁROS, 2000, p. 7-9).

O capitalismo propiciou um desenvolvimento espetacular da produção de mercadorias, mas sem lastro com as necessidades humanas, o que é representado pela *anarquia da produção*. Esse sistema se orienta pela valorização do valor, exigindo permanente expansão. E por não ser um sistema planejado e orientado para suprir necessidades concretas, sua expansão ocorre de forma não linear, incorrendo em sucessivas crises.

O mercado mundial constituído (MARX, 1988) é, hoje, o mais integrado da história. Segundo Chesnais:

(...) hoje, depois da integração da China e da plena integração da Índia, na economia capitalista mundial, aquele [mercado mundial constituído]

conhece um grau de densidade jamais visto antes nas relações de interconexão e de rapidez de interações. (2013, p.22).

Dado o grau de relações entre as economias nacionais no mercado mundial, as saídas para a crise econômica não são vislumbradas no âmbito dos Estados nacionais (CHESNAIS, 2013, p.23). Como parte disso, acontece que, nos marcos da mundialização do capital, os processos de liberalização e privatizações têm fortalecido os mecanismos de centralização e de concentração do capital¹⁹⁷ (CHESNAIS, 2013, p. 28). Quanto a isso: “(...) *devido à mundialização, as interconexões entre os bancos e as empresas, bem como com as empresas engajadas na produção industrial e os serviços, tornaram-se mais fortemente transnacionais do que nunca*” (CHESNAIS, 2013, p. 28). Nesse sentido,

(...) o entrelaçamento não elimina a concorrência entre os oligopólios que redescobriram, no momento da crise, traços nacionais e comportamentos pouco cooperativos.

O que atualmente prevalece na arena mundial é o que Marx chama “anarquia da produção”, cujo agulhão é a concorrência, mesmo se o monopólio e o oligopólio são a forma absolutamente dominante dos “capitais numerosos” que formam o capital tomado como totalidade. (CHESNAIS, 2013, p. 28-29).

E, por mais centralizado que se encontre o capital, esse não é capaz de superar suas contradições substanciais, a saber, o *movimento cíclico* da queda da taxa de lucro (Mandel, 1977, p. 324) e a superacumulação (CHESNAIS, 2013, p. 30). O que Mandel explica da seguinte maneira:

(...) no período de vitalidade médio da fase de prosperidade, ocorre com mais intensidade um aumento do progresso técnico, que leva à economia de força de trabalho e por consequência a elevação da composição orgânica do capital. (1990, p. 214)

Isso ocorre porque, como vimos no capítulo 1 deste trabalho, o progresso técnico é empregado para a economia do trabalho vivo, o que, conseqüentemente, diminui a quantidade de valor, pois diminui a quantidade média de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção de mercadorias. Acompanhando a concorrência entre capitalistas, são aumentadas as possibilidades do emprego de mais técnicas que irão expulsar valor das mercadorias, reduzindo o contingente de trabalhadores assalariados empregados, o que aumenta o exército industrial de

¹⁹⁷ Concentração do capital se deve ao aumento do volume do capital, consequência da transformação em capital de parte da mais-valia. Já a centralização consiste da junção de vários capitais em um só ou pela incorporação de um por outro, o que incorre em crescimento do volume do capital.

reserva. Nos marcos dessa concorrência, os capitalistas que saírem na frente na disputa terão alcançado redução no valor unitário de suas mercadorias, pois seguem vendendo seus produtos por preços equivalentes no mercado, mas que não são mais equivalentes, alcançando superlucros.

Conquanto, István Mészáros (2009) defendeu que a crise atual do capitalismo não mais pode ser medida pelo movimento cíclico do capitalismo, descrito por certo movimento pendular, como na relação entre a longa onda expansionista do pós-Segunda Guerra Mundial e a crise que se iniciou nas décadas de 1960/1970. Em seu trabalho *A crise estrutural do capital*¹⁹⁸, Mészáros caracterizou que a crise:

(...) vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural. (MÉSZÁROS, 2009, p. 17).

Em artigo publicado em 1998, com o título *A crise estrutural do capital* – portanto, anterior à publicação de livro homônimo -, Mészáros defendeu:

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado¹⁹⁹.

Atualmente, desde 2007/2008, o capitalismo vive um novo momento em sua crise. No discurso jornalístico, essa crise econômica do capital é descrita como uma crise dos *subprimes* somente, *que teria* sido iniciada em 2008, com a explosão da crise financeira nos EUA²⁰⁰. Contudo, desde a década de 1970, e, posteriormente, nos consecutivos períodos de relativa estabilidade econômica acompanhados de novos declínios, o capitalismo segue sem conseguir recompor suas anteriores taxas médias de lucro.

¹⁹⁸MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

¹⁹⁹Texto republicado pela Revista Outubro, disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>, do original publicado em inglês sob o título “*The uncontrollability of globalizing capital*” (*Monthly Review*, fev. 1998) e reproduzido pela revista Outubro com a permissão do autor, de acordo com informação da revista. A tradução foi feita pelo professor Álvaro Bianchi, e a revisão técnica pelo revolucionário trotskista Waldo Mermelstein, acessado em 04 de janeiro de 2020, às 12h30min.

²⁰⁰Como exemplo, temos o seguinte artigo na revista inglesa *The Economist*, propriedade, principalmente, das famílias Rothschild e os Agnelli, esses últimos donos da Fiat. O artigo que analisa a origem da crise econômica do capital em desenvolvimento está disponível em: <https://www.economist.com/schools-brief/2013/09/07/crash-course>, acessada no dia 04 de janeiro de 2020, às 2h.

Outro dado do desigual e combinado desenvolvimento econômico contemporâneo fica por conta da financeirização do capital, o que tem produzido uma nefasta situação: o deslocamento parcial entre o capital entesourado no sistema financeiro e o mundo da produção, para onde não mais tem retornado na forma de investimento, o que afeta decisivamente o volume da circulação comercial e faz decrescer o poder de consumo.

O capital especulativo, disposto livremente a reproduzir-se sem mais lastro direto com o trabalho, tendo por meta “*fazer dinheiro sem sair da esfera financeira*” (CHESNAIS, 2005, p. 35), tem imposto altíssimas taxas de desemprego da força de trabalho no mundo da produção²⁰¹. O capital financeiro, protagonista no processo contemporâneo de acumulação do capital, tem se desenvolvido de maneira anômala desde a crise dos anos 1970, momento em que passou a não mais se expandir – em regra e na fronteira, ou seja, no seu centro geoeconômico - sob um regime de acumulação industrial (característico da era fordista) para seguir caminho sob um “regime de acumulação patrimonial” ou, o que é o mesmo, sob um “regime de acumulação financeira”.

Quanto à divisão internacional dos Estados tem-se que as consequências e o desenvolvimento da crise econômica em escala mundial tem afetado o mapa geopolítico no mundo. Para Chesnais (2013, p.25):

A crise acelerou igualmente o fim do período de hegemonia mundial dos Estados Unidos: hegemonia econômica, financeira e monetária depois dos anos 1930, hegemonia militar sem partilha a partir de 1992.

Centralmente, há em curso o acirramento de tensões geopolíticas. Atualmente, a China é a principal competidora na disputa pela conformação da nova hegemonia global. A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, portanto, representa o sério conflito estratégico no qual o imperialismo norte-americano busca conter a ascensão da China como uma potência global. Como exemplo, em 2018, os Estados Unidos impuseram cerca de US\$ 200 bilhões em taxas aos produtos chineses importados no país.

²⁰¹ Segundo levantamento realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) intitulado “Tendências Mundiais de Emprego 2012: prevenir uma crise mais profunda de empregos”, publicado em meados de 2012, nesse período o mundo acumulava taxa de, pelo menos, 200 milhões de desempregados, vem mais em: <https://oglobo.globo.com/economia/apos-crise-mundo-tem-quase-200-milhoes-de-desempregados-3750292>, acessado em 06 de janeiro de 2020, às 22h.

No horizonte não há qualquer perspectiva de uma saída para a crise (CHESNAIS, 2013). Segundo Chesnais²⁰² (2017), não há possibilidade de uma nova fase de acumulação tal qual a que precedeu a crise atual²⁰³. Para o economista (2017)²⁰⁴, o horizonte mais possível é a extensão das consequências da crise econômica, somadas aos aspectos sociais, políticos e ambientais. Para o autor, há duas tendências: proteção das reivindicações dos detentores de títulos da dívida pública dos Estados, o que impõe a permanência de uma agenda de austeridade e ataques aos direitos sociais; e a queda da taxa de lucro com a desvalorização como efeito da robotização, que tende a se expandir ainda mais, dada competição capitalista, ou seja, a tendência à diminuição dos ganhos do capital, já que com a diminuição do trabalho médio abstrato socialmente necessário, há, também, a diminuição do valor das mercadorias por ele produzidas.

Consideramos essas duas grandes “estratégias” do capital, frente ao processo da crise estrutural, como demonstrativos do sentido da ofensiva burguesa sobre os direitos sociais e as liberdades democráticas no Brasil.

A ofensiva das classes dominantes, em especial a fração burguesa majoritária associada ao capital internacional, é um dos pilares fundamentais para o golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff e deu lugar ao governo de Michel Temer e, posteriormente, para a eleição de Jair Bolsonaro.

Nesses marcos, observamos que, diante da situação econômica mundial, as classes dominantes, com base no neoliberalismo, avançam sobre os trabalhadores, visando a extração da mais-valia em condições tais que possam manter as taxas de lucro, mesmo diante dos impactos da crise.

Desde o golpe de 2016, há um novo momento do neoliberalismo no Brasil, adequado aos desdobramentos da crise do capitalismo que se agudizou nos últimos anos, com algumas semelhanças discursivas e de medidas concretas com o projeto contrarreformista de FHC. (BEHRING, 2019, p. 57-58).

²⁰²Ver mais em entrevista dada por François Chesnais para a revista “*L’Anticapitaliste*”, nº 86 (abril de 2017): Tradução: “*viento sur*”. Tradução para o português de José Roberto Silva desde <http://izquierdawe.com/dossier-cambio-climatico-crisis-capitalista-francois-chesnais-una-nueva-fase-prolongada-de-acumulacion-de-capital-no-es-posible/>, acessado em 14 de janeiro de 2020, às 15h.

²⁰³Chesnais (2013) conta que a atual crise econômica aberta em 2007/2008 ocorreu após uma longa onda de acumulação de capital, na sua opinião a maior da história do capitalismo, de cerca de cinquenta anos, desde os anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial (p. 29).

²⁰⁴Ver mais em entrevista dada por François Chesnais para a revista “*L’Anticapitaliste*”, nº 86 (abril de 2017): Tradução: “*viento sur*”. Tradução para o português de José Roberto Silva desde <http://izquierdawe.com/dossier-cambio-climatico-crisis-capitalista-francois-chesnais-una-nueva-fase-prolongada-de-acumulacion-de-capital-no-es-posible/>, acessado em 14 de janeiro de 2020, às 15h.

Antes de abordarmos a situação econômica que atuou como uma das determinantes dos acontecimentos políticos no Brasil, entre 2014 e 2018, contudo, fizemos algumas breves considerações sobre o período neoliberal no país, tema tratado na parte que segue.

1.1 – Brasil, neoliberalismo e financeirização

A partir do fim da era dourada, com a crise da década de 1970, expressando as dificuldades do processo de acumulação de capital, as finanças passaram a esbanjar certo nível de autonomia frente ao processo propriamente produtivo, a isso, Chesnais (1998) chamou de “mundialização financeira”.

O capitalismo brasileiro está inserido nesse processo. Em 2018, mesmo no cenário de dificuldades econômicas vividas no país²⁰⁵, os cinco maiores bancos brasileiros em volumes de ativos, a saber, Itaú-Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, *Santander* e Caixa Econômica Federal, alcançaram lucros expressivos e rentabilidade elevada. Segundo estudos do DIEESE²⁰⁶, em 2018, somados os totais dos ativos dos bancos citados acima, a cifra final foi de R\$ 6,4 trilhões, sendo que, em doze meses, a evolução média ficou em 6,6%²⁰⁷.

Ademais, o capital próprio dos bancos atingiu R\$ 508,8 bilhões, expressando aumento de 5,3%, enquanto as operações de crédito, em um montante de R\$ 2,9 trilhões, cresceram 4,1% no período²⁰⁸.

(...) ‘financeirização’ é a faceta mais conhecida e seguramente a mais discutida dessa história. A economia brasileira, evidentemente, faz parte dela, inicialmente de forma passiva, quando serviu à acumulação financeira crescente e ávida por valorização, tornando-se depois vítima desse mesmo processo, na sequência da brutal elevação dos juros de 1979 e da explosão da chamada ‘crise da dívida externa’ nos anos 1980; depois, de forma ativa,

²⁰⁵ Segundo a PNAD Contínua, a taxa de desocupação é de 12,3% e taxa de subutilização é 25,0% no trimestre encerrado em maio de 2019, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24908-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-25-0-no-trimestre-encerrado-em-maio-de-2019>, acessado em 09 de outubro de 2019, às 00h46min.

²⁰⁶ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

²⁰⁷ Ver mais em *Desempenho dos bancos em 2018. Lucro dos cinco maiores bancos do país atinge 86 bilhões, com alta de 16% em relação a 2017*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2019/desempenhoDosBancos2018.html>, acessado em 09 de outubro de 2019, às 00h24min.

²⁰⁸ *Ibidem*.

quando, a partir de meados dos anos 1990, sob os eflúvios dos ventos neoliberais que haviam tomado de assalto o país (...) (PAULANI, p. 144)

No neoliberalismo, o Brasil vive, pelo menos desde a década 1990, o seu capitalismo em favor da acumulação de riquezas ao rentismo. Especialmente a partir dos governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), tem-se “a adoção de um receituário macroeconômico agressivamente voltado para o benefício da riqueza financeira, baseado na austeridade fiscal e em taxas de juros absurdamente elevadas” (PAULANI, 2010, p. 145). Segundo Armando Boito Jr.,

Na década de 1990, durante os dois governos do impropriamente denominado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a política econômica e social do Estado atendeu, prioritariamente, aos interesses da fração internacionalizada da burguesia brasileira, do capital financeiro e produtivo internacional. A política que expressava esse arranjo de poder era a política neoliberal ortodoxa, uma estratégia de política econômica que se concretizou, como em toda a América Latina, nas medidas de redução dos direitos sociais e trabalhistas, na privatização e venda de empresas públicas, na ampla abertura comercial e na desregulamentação financeira (BOITO JR. 2018, p. 230).

Já a economista Leda Paulani defende, ainda, que a macroeconomia no Brasil passou, desde então, a se desenvolver sem interferências, independente dos governos que estiveram à frente do país, incluindo o período caracterizado pela presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e pelos governos liderados pelo PT²⁰⁹, cujas matrizes macroeconômicas se mantiveram sob os imperativos do neoliberalismo e, por conseguinte, do capital financeiro, mesmo que, como nos casos dos governos de Lula (2003 - 2011) e Dilma (2011 - 2016), com um modelo de políticas sociais sem romper com o receituário neoliberal (PAULANI, 2010).

Para a autora (2010), a Macroeconomia foi capturada pelas concepções neoliberais, não sendo acessível racionalmente pelo projeto reformista do Lulismo. O neoliberalismo, apoiado em recursos de naturalização, “transformou” suas regras macroeconômicas em objetivas, como se essas fossem as únicas imbuídas de racionalidade e capacidade técnicas. Ocorreu, então, de existir uma só macroeconomia, uma vez que todas as demais não teriam autenticidade (PAULANI, 2010).

Segundo Paulani, há pelo menos oito aspectos macroeconômicos adotados como “naturais” no país, sendo eles: a) *ausência de qualquer controle sobre os*

²⁰⁹Entre 2003, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, até o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

fluxos internacionais de capital; b) a internacionalização do mercado brasileiro de bônus; c) as concessões tributárias a proprietários de ações e ganhos financeiros de não residentes; d) as alterações legais para dar maior garantia aos credores do Estado (Lei de Responsabilidade Fiscal); e e) as alterações no Regime Geral da Previdência, em associação à ascensão dos regimes próprios de servidores públicos (PAULANI, 2017a, p. 145).

O ponto central acerca da política econômica e, por conseguinte, do programa de classe aplicado pelos governos do PT (Lula e Dilma), depreende-se da escolha desses por não desmontar o arcabouço macroeconômico que constitui o capitalismo brasileiro, pelo menos desde a década de 1990, marcado pelo favorecimento à riqueza financeira. (PAULANI, 2017b, p. 30).

Como parte das consequências de um regime de elevadíssimas taxas reais de juros, a relação entre a riqueza financeira (depósitos bancários, títulos de dívida privados e públicos, ações e debêntures) e o PIB, passou de 0,8 em 1994, para 2,1 em 2010 (Ibidem.). A esse respeito,

(...) um dos preços-chave do funcionamento da acumulação de capital, a taxa básica de juros, vem se comportando de modo completamente avesso à expansão da produção e do crescimento da riqueza reais. Esse comportamento produz um comportamento também arisco à produção de outra variável-chave, a taxa de câmbio, uma vez que a absorção de crescentes volumes de poupança externa produzida pela permanência de uma taxa real de juros elevada provoca uma contínua valorização do câmbio, que só reverte da pior forma possível, ou seja, nos momentos de crise. (PAULANI, 2017b, p. 31).

Considerando o livre fluxo de capitais internacionais sem controle e o forte mercado de derivativos no Brasil, o próprio expediente de valorização reforça esse processo de sobrevalorização do câmbio, concedendo rápidas valorizações especulativas a investidores financeiros (Ibidem.). O que torna a engrossar a compreensão da dinâmica do capitalismo brasileiro financeirizado, não desmontada pelos governos do PT (Lula e Dilma).

O próprio programa de governo defendido por Lula evidencia tal escolha²¹⁰. No capítulo “Crescimento, Emprego e Inclusão Social”, do programa da coligação da

²¹⁰Defendendo a política de superávit primário, já no programa do candidato eleito nas eleições presidenciais de 2002, vale ressaltar que esse, ainda em campanha, comprometeu os governantes petistas em atividade, naquela altura, com as regras que se encontravam em plena vigência pelos acordos macroeconômicos anteriores, tais como os feitos nos governos do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Demonstrando-se não apenas um programa de circunscrição eleitoral nacional, mas uma política complexa e nacional para o gerenciamento do capitalismo brasileiro. *Não*

candidatura Lula presidente em 2002, defendeu que o desafio do país seria ter uma *economia menos vulnerável*. Para isso, reivindicou que a grande tarefa seria encontrar um caminho para o crescimento equilibrado *em todos os ramos de atividade, na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços*²¹¹.

O mesmo capítulo descreveu a necessidade desse tipo mencionado de crescimento da seguinte maneira: “*A volta do crescimento é o remédio para impedir que se estabeleça um círculo vicioso entre juros altos, instabilidade cambial e aumento da dívida pública em proporção ao PIB*”²¹². Para alcançar tal patamar, dizendo que a “*(...) retomada do crescimento acontecerá por meio de uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica*”, o programa defendeu a manutenção da política de *superávit* primário, evidente desde quando o governo entregou, logo nos primeiros anos de seu mandato, uma realidade de “*elevação das taxas básicas de juros (a SELIC atingiu 26,5% ao ano), corte de liquidez via aumento do compulsório dos bancos e a elevação do superávit primário para além do exigido pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (4,25 contra 3,75% do PIB)*” (PAULANI, 2003, p.12)²¹³.

Nesse mesmo programa (Candidatura Lula 2002), foi defendida uma espécie de transição controlada para um “novo modelo”. Para alcançar esse objetivo, o primeiro obstáculo apresentado foi o do crescimento. Antes, seria necessário fazer o Brasil crescer para, então, repartir as riquezas em um “novo modelo”²¹⁴: Em 2006, o programa lulista defendeu: “*O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade*”²¹⁵.

há governo petista nos estados e nos municípios que não esteja comprometido com a responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas. O nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados. Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. (Programa de Governo da Candidatura Lula 2002): Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos-lula-programa-01-03.shtml>, acessado em 28 de setembro de 2019, às 20h50.

²¹¹Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos-lula-programa-01-03.shtml>, acessado em 28 de setembro de 2019, às 20h.

²¹²Ibidem.

²¹³Acessível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica19-A-paulani.pdf, acessado em 28 de setembro de 2019, às 20h35.

²¹⁴Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos-lula-programa-01-03.shtml>, acessado em 28 de setembro de 2019, às 21h10.

²¹⁵Disponível em: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf, acessado em 17 de novembro de 2019, às 12h50min.

O Brasil, durante os governos liderados pelo PT, foi mencionado correntemente pelas imprensas nacional e estrangeira²¹⁶, como sendo uma economia ascendente, “emergente”. Para André Singer²¹⁷, a realidade brasileira entregue ao final do segundo mandato de Lula na presidência (2010) articulou crescimento econômico, geração de empregos e exitosas políticas adotadas para enfrentar a crise econômica. Na visão de Singer (2012), esses três elementos, a saber, crescimento, emprego e política para conter a crise econômica mundial, foram responsáveis pela criação do imaginário de um ambiente rooseveltiano no país, o que foi combinado com as políticas sociais implantadas, com foco no combate à pobreza (2012, p. 125). Com isso, Singer (2012), chegou a formular a hipótese de que, mantido esse ritmo, os governos do PT levariam o país à realidade de um tipo de bem-estar-social em curto período de tempo.

Quanto ao crescimento econômico, tem-se que, segundo dados do IBGE, de 2001 a 2010 o crescimento anual médio do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 3,6%, acima do resultado da década anterior (1991-2000), que subiu 2,6%, já o PIB *per capita* passou de 1,1% para 2,4% ao ano²¹⁸. No primeiro trimestre de 2010, o PIB real brasileiro avultava crescimento de 9,21%²¹⁹, fechando o ano em 7,5%. No mesmo período, o crescimento do PIB dos EUA ficou em 2,4%²²⁰, ainda amargando a lenta “recuperação” da crise econômica mundial aberta entre 2007 e 2008.

Quanto aos empregos, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) divulgados em 2010, estimava-se que nesse mesmo ano, no Brasil, houve a criação de 2,5 milhões de novos empregos formais²²¹. Com isso, o período dos dois governos Lula teria alcançado a geração de mais de 15 milhões de

²¹⁶Ver mais na matéria da revista *The Economist*, a qual, em novembro de 2009, estampou a imagem do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, sob a legenda: Brasil Takes Off (Brasil decola – tradução nossa – onde seria uma alusão ao país estar ascendendo na divisão internacional do Estados, emergindo ao tão sonhado desenvolvimento. Disponível em <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>, acessado dia 08 de outubro de 2019, às 23h31min.

²¹⁷André Singer, jornalista, cientista político e professor na Universidade de São Paulo, foi secretário de Imprensa da Presidência da República de 2003.

²¹⁸Ver em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2011/03/pib-de-2010-cresceu-7-5-melhor-resultado-em-25-anos/>, acessado em 28 de janeiro de 2020, às 22h15min.

²¹⁹Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (IBGE/SCN Trimestral), disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38414>, acessado em 09 de outubro de 2019, às 00h56min.

²²⁰Ver em: <https://jornalggn.com.br/noticia/brasil-x-eua-2008-a-2015-pib-e-desemprego/>, acessado em 09 de outubro de 2019, às 00h59min.

²²¹Dados divulgados em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Geracao-de-emprego-Lula-15-milhoes-X-FHC-5-milhoes/4/15985>, acessado em 28 de janeiro de 2020, às 22h.

empregos formais, esbanjado média anual de crescimento de 1.877.954 milhão de novos empregos formais ao longo dos dois mandatos (2003-2006/2007-2010).

Quando da erupção da crise econômica entre 2007 e 2008, no Brasil, houve a adoção de uma política de “tipo” Keynesiana, apoiando-se no consumo das famílias para amenizar a retração da atividade econômica: redução dos impostos, especialmente o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI)²²² (BOSCHETTI, 2010, p. 81). Essa redução trouxe grande impacto para o setor produtivo da economia. Por exemplo, o setor automotivo, que havia sofrido uma queda de 49% em vendas de automóveis, no período de julho a novembro de 2008, com a redução do IPI, não só recuperou o balanço das vendas, como ultrapassou o patamar do primeiro semestre de 2008²²³.

Ademais, acrescentamos para a análise aquilo que, talvez, tenha sido um dos mais importantes aspectos progressistas do programa dos governos de colaboração de classes, o aumento real do salário mínimo. Entre 2003 e 2010, houve uma valorização real de quase 45%, sendo 1,3% em 2003, 1,19% em 2004, 8,23% em 2005, 13,04% em 2006 (ano de eleição), 5,10% em 2007, 4,03% em 2008, 5,79% em 2009 e, por último, 6,02% em 2010²²⁴. Já entre 2011 e 2014 (primeiro mandato de Dilma Rousseff), o aumento real foi de 11,76%, sendo 0,37% em 2011; 7,59% em 2012; 2,64% em 2013 e 1,16% em 2014.

Outro elemento para o debate acerca desses governos é a evidente redução da pobreza durante suas vigências, um dos grandes feitos dos governos do PT, devido a políticas concretas voltadas para tal, não só por meio de concessão de benefícios sociais, mas, também, por programas com o *Luz para Todos*, o *Minha Casa Minha vida* e o *Programa de Cisternas*, que beneficiaram milhões de brasileiros. Dentro desse rol de políticas sociais, ressaltamos o programa Bolsa Família, importante política de combate à pobreza durante os mandatos de Lula e

²²²Ver mais sobre consequências da redução do IPI em 2009, em: <https://economia.ig.com.br/empresas/industria/reducao-do-ipi-ajudou-industria-em-2009-lembrar-ibge/n1597393811197.html>, acessado em 26 de janeiro de 2010, às 16h.

²²³Ver mais em Nota Técnica do IPEA acerca dos impactos da redução do IPI no setor automotivo, no período de 2008 a 2009, disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5800/1/NT_n15_Impactos-reducao-imposto_Dimac_2009-ago.pdf, acessado em 25 de janeiro de 2020, às 17h.

²²⁴Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/como-foi-evolucao-do-salario-minimo-no-governo-lula-2827550>, acessado em 25 de janeiro de 2020, às 17h30min.

Dilma. Em 2015, esse programa chegou a 13,9 milhões de famílias, somando 46,6 milhões de pessoas, e teve investimentos de R\$ 27,6 bilhões²²⁵.

No período do final do segundo mandato de Lula, frente aos impressionantes números do desenvolvimento socioeconômico brasileiro dos seus dois mandatos, surge, com força, um tipo de denominação acerca do programa adotado por esses governos: o neodesenvolvimentismo²²⁶ (PAULANI, 2017, p. 138). Frente aos exemplos apresentados acima, Paulani considerou que,

Do ponto de vista prático, portanto, o Neodesenvolvimentismo passou a ser associado às políticas que, contrariando o cânone liberal vigente, apelavam para polpudos programas de investimento público (PAC, Minha Casa Minha Vida) e para expedientes de intervenção na atividade econômica (Lula havia expandido em escala sem precedentes o crédito ao consumidor – considerando implicitamente seu papel impulsionador do mercado interno – e concedido isenção tributária a alguns setores da indústria em resposta à crise internacional). (PAULANI, 2016, p. 139).

A inspiração vem, certamente, da referência ao Desenvolvimentismo, tendo esse completado, mesmo que tardiamente, a matriz interindustrial concernente ao paradigma tecnológico da segunda revolução industrial (PAULANI, 2017, p. 137). Esse processo remonta ao período do “crescimento para fora” dos países latino-americanos, onde Prebisch preconizava:

(..) ante a possibilidade de manter o ritmo anterior de crescimento das exportações tradicionais, ou de o acelerar, impõe-se então a substituição de importações - principalmente das industriais - para contrabalançar essas disparidades e inicia-se assim o desenvolvimento para dentro dos países latinoamericanos”. (Cf. PREBISCH, 1963, p. 86).

Processo que ficou conhecido na história como industrialização por substituição de importações, ou seja, a ampliação da produção interna e diminuição das importações, o que foi defendido como modelo de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos, compondo as estratégias desenvolvimentistas. Segundo aponta Bresser-Pereira (2016) acerca do desenvolvimentismo,

foi uma reação ao fracasso dos mercados e do liberalismo econômico na coordenação do capitalismo e refletiu as novas esperanças que surgiam ao fim da Segunda Guerra Mundial. Abrangeu o período de meados da década de 1940 até os anos 1960. Foi uma escola de pensamento que combinava a macroeconomia keynesiana com a economia política clássica, sendo definida por economistas notáveis como Gunnar Myrdal, Arthur Lewis, Rosenstein Rodan, Ragnar Nurkse, Raul Prebisch, Hans Singer, Celso Furtado e Albert Hirschman. Adotou um método histórico-dedutivo em vez

²²⁵Ver mais em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,combate-a-pobreza-foi-o-maior-feito-do-pt,10000050641>, acessado em 27 de janeiro de 2020, às 22h.

²²⁶Leda Paulani (2017), também aborda outras denominações de referência no desenvolvimentismo do século XX, tal como *social-desenvolvimentismo*. Ver mais em seu trabalho.

de hipotético-dedutivo e criticava a teoria econômica neoclássica e a lei das vantagens comparativa. Em suma, criticou a teoria econômica neoclássica com a tese da deterioração dos termos de intercâmbio; definiu a industrialização como mudança estrutural e o principal meio para se atingir o desenvolvimento econômico; apontou a “restrição externa” associada a duas elasticidades renda perversas como razão adicional para a política de industrialização; aceitou a tese do crescimento com endividamento externo; defendeu um papel ativo do Estado. (p. 244).

Ainda sobre o conceito de Desenvolvimentismo, disse Fonseca:

Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais), para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação dos seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (Fonseca, 2014, p. 59)

A partir dessa conclusão conceitual, Leda Paulani extraiu o que seriam os três elementos básicos para a constituição de uma política econômica desenvolvimentista, seriam eles: “1. *uma forte intervenção governamental, que torna principalmente a forma de 2. uma política econômica voltada para o fortalecimento da indústria, a qual deve seguir 3. um programa nacional*” (2017, p. 135).

Na base disso, as análises que caracterizam o programa dos governos do PT como neodesenvolvimentistas, identificam um ponto de ruptura entre esses e os governos do PSDB, da década de 1990 e início dos anos 2000. Para essa interpretação, esses governos teriam representado um tipo novo de programa, diferente do receituário neoliberal. Por exemplo, para Singer (2012), “(...) a opção de Lula pelos mais pobres revelaria não ser correta a avaliação que vê um “caráter completamente neoliberal do seu governo” (PAULANI *apud* SINGER, 2012, p. 180-181). E continua: “(...) pois uma das características do neoliberalismo é favorecer o aumento das desigualdades” (Ibidem., p. 181). André Singer, frente aos governos Lula, chegou a classificá-los como sendo um tipo de *reformismo fraco*, contudo, com sentido a promover transformações estruturais, desde que dispusesse de tempo para tal (SINGER, 2012, p. 212).

Em que pesem os exemplos apresentados acima, acerca do balanço dos governos do PT, concordamos com Paulani (2017), que essas medidas foram emolduradas pela escolha política desses governos em manter os paradigmas da acumulação pró-financeira (p. 148). Com isso em vista, voltamos aos elementos trabalhados acima: crescimento, emprego, política para a crise econômica e política

social dos governos Lula e Dilma. Em relação a esses, dado o marco conciliatório desses governos, mesmo no ciclo expansivo da economia vivido ao longo dos mandatos do PT até 2014, foram se avolumando contradições sociais importantes.

I) **Crescimento econômico:** sobre o crescimento do PIB brasileiro durante esses governos, fora mantida a política de *superávit* primário e o paradigma ortodoxo das contas do Estado, portanto, o crescimento foi acumulado, majoritariamente, pelo rentismo, por meio dos compromissos com a dívida pública, mantidos em todos nos governos do PT. Por exemplo, em 2013, o total do orçamento brasileiro executado foi R\$ 1,783 trilhão, dos quais 40,30% (correspondentes a R\$ 718 bilhões) foram destinados a juros e amortizações da dívida. Para efeito comparativo, a Saúde foi responsável pela execução de apenas 4,29%, a Educação 3,7%, a Assistência Social 3,41%, a Reforma Agrária 0,15% e o Saneamento Básico com apenas 0,04%²²⁷. Ou seja, não obstante ao crescimento econômico, a fatia desse assimilada pela classe trabalhadora diminuiu em relação aquilo aproveitado pelo rentismo. Em que pese a equiparação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, Lula e Dilma não foram capazes de criar novos direitos sociais, denúncia que foi levada às ruas em junho de 2013, por meio das manifestações conhecidas por *Jornadas de Junho* (BRAGA, 2013, p. 81). Frente ao crescimento econômico, os serviços públicos seguiram comprimidos pelos ganhos do capital especulativo.

II) **Crescimento do emprego formal e a política para a crise:** com relação à expansão do emprego formal, outra grande contradição social se avolumou: em média, 94% dos empregos criados durante os governos do PT, até 2010, pagavam até 1,5 salário mínimo; em 2014, essa média subiu para 97,5% (BRAGA, 2016, p. 58). Essa contradição se combina com a trazida pelas medidas adotadas frente à crise econômica, que se concentraram sobre o mercado interno. Esse foi um dos “antídotos” adotados pelos governos para amenizar os impactos da crise econômica (BOSCHETTI, 2010, p. 81), que, por certo tempo, tiveram grande êxito, ao menos na superfície da realidade social. Acontece que, com essa aposta, o crescimento do mercado se tornou dependente do consumo, por conseguinte, do endividamento das famílias brasileiras. Em 2016, o endividamento chegou ao patamar de 58,2%. Já a

²²⁷ Ver mais em artigo de Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, disponível em: <https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2014/10/USP-14-10-2014-O-Sistema-da-Divida-no-Brasil-e-no-Mundo.pdf>, acessado em 27 de janeiro de 2020, às 22h.

inadimplência, nesse mesmo período, alcançou 9,6% das famílias, sendo o endividamento superior entre àquelas com renda de até dez (10) salários mínimos²²⁸. Nesse sentido,

(...) por trás da aparente condição de ausência de crise, temos um país endividado, que deve aproximadamente metade da sua produção, que favorece a lucratividade do sistema bancário e o endividamento e empobrecimento da classe trabalhadora. (BOSCHETTI, 2010, p. 82).

III) Políticas sociais: também cabe aqui uma crítica pelo seu conteúdo. Descrever tais governos a partir da colaboração de classes pode ser, erroneamente, parte de um percurso que identifica a sua política econômica em dois polos. De um lado, teríamos as políticas – sendo prioritárias – voltadas para a burguesia – ou fração da classe burguesa hegemônica-, e, por outro lado, um conjunto de políticas para a classe trabalhadora. Essa descrição, além de superficial, tem a virtude de esconder a totalidade. Como diz uma lúcida passagem do livro de Mateus, pertencente à Bíblia: *"Ninguém pode servir a dois senhores; pois odiará a um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro"*²²⁹. Não há partilha do poder político, pois será sempre a classe ou fração de classe hegemônica a detentora do poder do Estado em sua totalidade (POULANTZAS, 1977, p. 294).

Sendo assim, a política social dos governos do PT compõe a totalidade da política do Estado, assim como a valorização do salário mínimo e a criação de empregos, portanto está submetida aos mandos das frações de classe hegemônicas. Especificamente, na política social se expressam, também, os tensionamentos neoliberais, a saber, extração de superlucros, em que incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários; a supercapitalização, com a privação explícita ou induzida de setores de utilidade pública, em que se incluem saúde, educação e previdência (BOSCHETTI e BHERING, 2008, p. 155).

Assim, as políticas sociais dos governos do PT, apesar de carregarem um caráter contraditório aos dogmas ortodoxos do neoliberalismo, sofrem refrações do

²²⁸Ver mais em matéria com resumo da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada em setembro de 2016 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-09/endividamento-das-familias-cresce-e-atinge-582>, acessado em 26 de janeiro de 2020, às 17h30min.

²²⁹Bíblia, Mateus 6:24.

mesmo. Com isso, no Brasil, ao longo do período dos governos de colaboração de classes, vimos a política social comprimida para, cada vez mais, ser convertida em “ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise”, sendo mantido o “trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: privatização, focalização e descentralização” (BOSCHETTI e BEHRING, 2008, p. 156).

Quanto a isso, Singer (2012), asseverou que, até o final do segundo mandato de Lula, a combinação entre a aplicação das diretrizes neoliberais com uma plataforma progressista, especialmente as medidas de combate à pobreza e extrema pobreza (Bolsa Família, expansão do financiamento popular e valorização, a partir de 2005, do salário mínimo), entregaram um cenário de acelerada baixa nos índices de pobreza, mas de um lento declínio da desigualdade. Evidenciando uma das contradições fundamentais do período desses governos.

Dessa forma, fica evidente que, mesmo nos aspectos progressistas desenvolvidos ao longo do período de expansão econômica coincidente com os governos do PT, as contradições sociais foram se acumulando ao passo das opções por se manter sob os imperativos da financeirização da economia. O pretenso neodesenvolvimentismo nunca chegou a se desenvolver realmente, sem antes estar pressionado pela ausência de um projeto de conteúdo realmente nacional para a economia brasileira (PAULANI, 2017), uma exigência neoliberal mantida e traduzida no respeito aos paradigmas macroeconômicos desse modelo.

Ainda com relação ao período neoliberal da década de 1990 e ao conteúdo dos governos posteriores presididos pelo PT, Armando Boito Jr. (2018) diz:

A ascensão de Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores ao Executivo Federal na eleição de 2002 alterou esse quadro. A estratégia de desenvolvimento capitalista passou a combinar elementos heterogêneos retirados do neoliberalismo e do velho desenvolvimentismo. O modelo capitalista neoliberal foi mantido, mas se procurou introduzir nele elementos desenvolvimentistas corporificados nas medidas de política econômica. (p. 230).

Essa visão carrega grande capacidade de identificação das contradições desses governos, apesar de não concordamos em caracterizá-los como de orientação distinta do neoliberalismo. Vejamos, pode-se haver ritmos distintos de aplicação do receituário neoliberal. Pode-se haver caminhos diversos para isso.

Mas, uma vez mantidos os elementos fundamentais, todos os caminhos levarão ao neoliberalismo.

O revolucionário argentino, dirigente do Movimento ao Socialismo (MAS) Nahuel Moreno²³⁰, de uma forma muito didática, concebeu uma espécie de roteiro para o exercício de caracterização de governos, que diz assim: *em síntese, para se definir um dado governo deve-se perguntar “quem” exerce o poder em um dado momento, quais as pessoas, grupos de pessoas, partidos políticos e/ou demais organizações políticas tomam as decisões nas instituições do regime político e do Estado?* (MORENO, 2003, p. 19).

Isto é, a avaliação de qualquer governo passa, necessariamente, pela identificação da sua natureza de classe e, dentro dessa, das frações de classe que, concretamente, tomam as decisões. Sobre os governos aqui em debate, uma parte dessa questão é facilmente apreendida com base na discussão realizada acima: são governos de colaboração de classes, caracterizados por uma aliança entre o PT - partido de origem operária-estudantil e dirigente das principais organizações da classe trabalhadora do país - com distintas frações da burguesia.

Contudo, isso só não basta para definirmos tais governos, em especial após ciência dos acontecimentos que levaram ao golpe de 2016. Concordamos com a caracterização acerca da colaboração de classes desses governos, mas, em hipótese alguma, achamos razoável parar por aí. Para compreender o processo do golpe, ocorrido em 2016 na forma do *impeachment* da presidente eleita, a colaboração de classes deve ser assumida enquanto problema de pesquisa, não como sua conclusão.

Na colaboração policlassista, o PT entrou com a representação do operariado, da baixa classe média, dos trabalhadores rurais e trabalhadores precarizados do setor terciário, *grosso modo*, a classe trabalhadora (SINGER, 2012). Mas, das

²³⁰Pseudônimo do marxista latino-americano Hugo Bressano, dirigente do Movimento ao Socialismo (MAS), partido de orientação trotskista fundado em 1982, na Argentina e que, em 1989 se tornou a 5ª força eleitoral do país, tendo grande peso no movimento operário, sendo o maior partido trotskista da América Latina e um dos maiores do mundo. Após a morte de Moreno, em 1987, o MAS se fragmentou em vários agrupamentos que, em grande parte, reivindicaram sua tradição. No Brasil, o exemplo mais importante foi a Convergência Socialista, umas das correntes fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) e que, depois de romper com esse partido, impulsionou a criação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Outros agrupamentos também reivindicam a tradição dessa organização, como o Movimento Esquerda Socialista (MES), uma das correntes fundadoras e dirigentes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), além de ter grande influência sobre outras correntes desse mesmo partido, como a Resistência.

classes dos possuidores, quem compôs essa frente política que governou o Brasil entre 2003 e 2016? À vista disto, segundo Armando Boito Jr. (2018), a frente política de colaboração de classes que vigorou desde a eleição de Lula (PT), em 2002, até a deposição de Dilma Rousseff (PT), por meio do golpe de 2016; foi composta, da parte da burguesia, por uma fração do grande capital (BOITO JR., 2018, p. 212), por ele chamada *grande burguesia interna* (2018, p. 303).

Em suas palavras,

Não se trata da velha burguesia nacional, passível de assumir posições anti-imperialistas, mas de uma fração burguesa que, embora dependente tecnológica e financeiramente do imperialismo, entretém com ele relações complexas de unidade, que é o aspecto principal dessa relação e de conflito, que é o seu aspecto secundário. (2018, p. 303).

Para o autor (2018), o grande capital é composto por duas grandes frações. A já mencionada *grande burguesia interna* e a dita - na forma como Boito Jr. a chama - *burguesia associada, integrada ou internacionalizada* (BOITO JR., 2018, p. 227). A primeira, apesar de cooperativa com o capital internacional, mantém certos conflitos com esse, sem, contudo, guardar contradições que a pudesse levar a ter projeto próprio. A segunda é absolutamente associada aos interesses do capital internacional, financeiro ou produtivo (BOITO JR., 2018, p. 227). Contudo, o autor chama a atenção para a complexidade da constituição inter e intraburguesas dessas frações, podendo, a depender de situações concretas, haver deslocamentos de setores de uma para outra fração, o que Boito Jr. exemplifica com a questão da burguesia bancária e da burguesia da indústria de transformação de propriedade de capital estrangeiro, em sua tese, potencialmente inclinadas em sentidos opostos a depender da política econômica adotada pelos governos (2018, p. 228).

A *grande burguesia interna*, compondo o bloco no poder do Estado durante os governos do PT, foi, ao longo desses, o maior beneficiário das políticas implantadas pelos governos de colaboração de classes (BOITO JR. 2018, p.304), até se tornar hegemônica no bloco (2018, p. 308). Nesse sentido,

Formou-se, assim, uma base ampliada de apoio a tais governos, com a burguesia interna no centro e boa parte das classes populares à sua volta, base ampliada essa que eu denominei frente política neodesenvolvimentista. (BOITO JR., 2018, p. 304).

Segundo o mesmo autor (2018), essa frente política teve como programa o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, mas com a aplicação de medidas sociais, especialmente voltadas ao combate à pobreza. E Boito Jr. (2018) completa a sua análise asseverando que, ao longo dos governos do PT, a principal disputa no interior do bloco no poder se deu entre a grande burguesia interna e a associada (p. 227).

Para tanto, retomaremos ao período de agudo avanço das medidas neoliberais, a década de 1990, para demonstrar que, nesse período, havia importantes contradições entre distintas frações da burguesia interna. Os governos de Fernando Henrique Cardoso, dada a política por ele aplicada, foram governos cuja hegemonia se deu por meio do capital internacional e da fração da burguesia interna associada a ele (BOITO JR., 2018, p. 308).

Frente à internacionalização da economia brasileira, à abertura comercial e ao ajuste fiscal neoliberal de FHC, em 1996, houve uma manifestação organizada pela CNI e a FIESP, que reuniu cerca de três (03) mil empresários, em Brasília, cujo programa defendido fora contra os juros altos, a abertura comercial e em defesa das reformas neoliberais (BOITO JR., 1999, p. 23-77). Esse exemplo evidencia contradições internas na classe burguesa, entre suas distintas frações. Contra a abertura da economia brasileira para as indústrias europeias e estadunidenses, a indústria de transformação no Brasil, ainda em 1996, chegou a apoiar uma greve geral organizada pela CUT contra a recessão, o desemprego e pela elevação do salário mínimo.

Outro exemplo do mesmo período foi a criação do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), criado como um movimento para elaborar propostas dos empresários para a Assembleia Constituinte de 1987. Segundo o professor Álvaro Bianchi,

Criado em meados de 1987 e institucionalizado em 1990, o PNBE nasceu de uma profunda insatisfação com as respostas à crise que vinham sendo articuladas pela estrutura tradicional de representação do empresariado. Apresentando um projeto que visava a superar o caráter econômico-corporativo das propostas até então colocadas na mesa pelo empresariado, a entidade apresentava uma nova alternativa de caráter hegemônico como saída para a crise. (BIANCHI, 2001, p. 123).

Ainda sobre a experiência do PNBE, Bianchi resgatou:

É um anteprojeto ainda muito vago, é verdade, mas já é possível identificar nele uma vocação que supera os limites estreitos e imediatistas característicos da ação empresarial, ao mesmo tempo em que se distancia da proposta neoliberal. O Projeto nacional fez sua opção pela economia de mercado, mas, afastando do discurso então dominante, afirmou a necessária permanência do Estado com "tanto maior intensidade quanto mais precárias forem as condições sócio-econômicas que se verifiquem em razão de diversidades e peculiaridades regionais, setoriais e outras". (BIAHCHI apud PNBE, 1994a, p. 138).

Por fim, o trabalho de Boito Jr. (2018) também demonstra como os bancos brasileiros, apesar de absolutamente integrados aos interesses imperialistas, sem qualquer traço de defesa do desenvolvimento independente do país, não são meras extensões do capital financeiro internacional. Segundo o autor, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), então presidida por Roberto Setúbal, entrou em conflito com o governo FHC quando esse defendia a desnacionalização bancária do país. Nessa altura, a Federação argumentava que a abertura não poderia passar de 30%. (BOITO JR., 2018, p. 313). Mais à frente, quando nos governos Lula, esses setores – e outros – compuseram a frente política da conciliação de classes, sendo lembrados correntemente como os maiores beneficiados das políticas dos governos do PT. Quanto a isso, segundo o autor (2018):

O governo Lula melhorou a posição desses segmentos burgueses que compõem a burguesia interna no interior do bloco no poder. A internacionalização do sistema bancário foi freada, bancos nacionais recompraram bancos que sido internacionalizados, bancos públicos, que Cardoso e Malan declaravam que deveriam ser vendidos preferencialmente ao capital estrangeiro, foram adquiridos pelo Banco do Brasil. O agronegócio voltou a receber suporte financeiro maior do Estado. Aliás, um fato merece destaque. O segmento agropecuário, que é um dos segmentos mais conservadores da burguesia interna, apoiou ativamente o respaldo que o governo Lula deu ao governo do Irã em conflito com os EUA – o Irã era mercado importante da carne brasileira – e apoiou também o "Bolsa Família", programa de transferência de renda que aumentou enormemente o consumo interno de carne. A indústria, em diferentes setores, pôde contar com o orçamento decuplicado do BNDES e com a sua política de empréstimos subsidiados e também com a política protecionista de conteúdo local. A indústria de construção naval se recompôs. A licitação de obras de construção pesada passou a dar, por lei, preferência à indústria nacional de construção pesada, o que, de resto sempre foi alvos de críticas da União Européia. Quem recebeu menos foi a indústria de transformação, sacrificada no comércio com a China, o que pode ser um dos fatores que explicam o papel ativo da Fiesp no golpe de 2016. (BOITO JR, p. 313-314).

Contudo, diante de tais teses, após a consumação do golpe em 2016, como explicar a adesão da *grande burguesia interna*, que compunha a frente política - chamada por Boito de desenvolvimentista -, à deposição da presidente Dilma? Em outras palavras: o que explica a ruptura de tal frente? E, será que ela mesma existiu da forma como fora apresentada pelo autor (2018).

Boito Jr. (2018) afirma que houve uma mudança de orientação política da *grande burguesia interna* frente à crise política de 2015/2016, migrando para a adesão ao golpe. Segundo ele – tese com a qual concordamos -, no período da crise política entre 2014-2016, ocorreu o fenômeno da crise de representação, em que a grande burguesia interna deixou de se sentir representada pelo governo Dilma. (BOITO JR., p. 320). De fato, não é possível afirmar que, assim como setores da classe média, a burguesia interna estivesse já decidida pela saída de Dilma em 2014. Lembremos que, nesse período, enquanto setores já se mobilizavam pelo impeachment, a grande burguesia interna, com exceção do agronegócio e indústria de transformação, ainda estava dentro do governo.

De acordo com as teses aqui reivindicadas, a questão mais elementar diz respeito da existência dos conflitos intra burgueses, entre frações distintas da classe dominante, sem que isso represente qualquer ameaça ou contradição substantiva com a hegemonia política da burguesia. Assim como defendemos anteriormente acerca das assertivas de Poulantzas (1977), o Estado e, mais precisamente o bloco no poder, pode priorizar os interesses de frações específicas da burguesia que, inclusive, nutram contradições – nos marcos econômicos – com outras, sem que esteja em risco a dominação política. Pois, se os governos do PT foram marcadamente de colaboração de classes e suas políticas econômicas e sociais serviram ao capital, como explicar o golpe de 2016, senão pela crise da frente política entre o PT – e forças acessórias – e os setores da burguesia a quem serviam. Dessa forma, sobre a contradição de classe intra-burguesa, Boito Jr. defende:

(...) se nos países imperialistas, o neoliberalismo representa um ataque a um único alvo, que são os direitos dos trabalhadores, nos países dependentes, além de ser um programa de ataque aos trabalhadores, a plataforma neoliberal é, também, um ataque a um segundo alvo: o que resta de controle nacional sobre as economias dependentes. O neoliberalismo quer abrir ainda mais as economias dependentes, aprofundar suas internacionalização, e isso exige que sejam desalojadas, de ramos inteiros da economia nacional, as empresas brasileiras públicas e privadas: nos setores industrial, bancário, agrícola, do petróleo da construção pesada e outros. (2018, p. 321).

Os governos do PT cumpriram serviços, por ação e conivência, à burguesia naquilo que há de mais estratégico: a manutenção do seu poder político, da sua hegemonia enquanto classe social dominante. Ou seja, foram governos que não

romperam com os interesses políticos das classes dominantes, pelo contrário. Nesse sentido,

O governo Lula²³¹ foi o reformismo da governabilidade do regime democrático-liberal. O reformismo mantém audiência política porque se apoia na ilusão de que mudanças são possíveis sem lutas políticas que, para serem vitoriosas, devem ir além dos limites do capitalismo. As massas populares, por variadas razões, temem este conflito. (ARCARY, 2014, p. 18).

E ainda,

O governo Lula sucumbiu diante do imperialismo e da burguesia brasileira como produto de uma estratégia política consciente. Lula foi um interlocutor do governo norte-americano para os governos venezuelano, boliviano e equatoriano, elogiado por sua responsabilidade por ninguém menos que Bush. Sua influência moderadora sobre Chávez, Evo Morales e Correa foi reconhecida por Washington, pelos governos europeus e até pelas burguesia locais. (ARCARY, 2014, p. 20).

De forma nítida, os governos de conciliação de classes afirmaram uma estratégia de gerenciamento do capitalismo brasileiro. Contudo, sem aprofundar na complexidade dos conflitos de classes sociais no Brasil e o que representou os governos do PT frente a esses conflitos, a saída fácil seria a de colocar um sinal de igualdade entre os governos abertamente neoliberais (FHC, Itamar Franco e Collor de Mello)²³² e os do PT. Mas, quanto a isso, surge um enorme problema: como explicar o golpe de 2016? Por que, então, a burguesia, tão beneficiada enquanto classe ao longo dos governos de Lula e Dilma, apoiou – e estimulou – o *impeachment* que depôs Dilma Rousseff do cargo da Presidência?

1.2 – O Brasil de 2014 a 2018: crise, conflitos de classes sociais e aspectos sexuais/morais na ascensão do bolsonarismo

Neste ínterim, que vai da vitória eleitoral presidencial de Dilma Rousseff (PT), em 2014, à vitória de Jair Bolsonaro (então PSL), em 2018, sucederam-se um golpe de Estado, que depôs Dilma da Presidência; a formação de um novo governo de caráter provisório com Michel Temer²³³ (MDB) como presidente; a aplicação de uma

²³¹Ainda tratando dos dois mandatos presidenciais de Lula, considerando que foi eleito, portanto mandatos consecutivos, compreenderam o período de 2003 a 2010.

²³²Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito diretamente pelo povo brasileiro desde 1960, sendo eleito presidente em 1990 e estando na cadeia até 1992, quando foi instaurado o processo de *impeachment* e, logo em seguida, sua renúncia. Seu vice, Itamar Franco, assumiu o governo após o *impeachment* de Collor de Mello estando na cadeia até 1995), sendo sucedido por Fernando Henrique Cardoso, conhecido como FHC cujos dois mandatos consecutivos compreenderam o período de 1995 a 2002.

²³³Até então vice de Dilma Rousseff (PT), e ocupou o seu cargo após o *impeachment*.

reforma das leis trabalhistas, que desmontou uma série de conquistas históricas da classe trabalhadora²³⁴; e a prisão política do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), o impedindo de ser candidato a presidente em 2018, quando era apontado por pesquisas de opinião como favorito na disputa²³⁵.

Com isso, teve-se a incumbência de abordar aspectos políticos, sociais e econômicos de um complexo rol de situações. Para tanto, verificamos que há, entre partidos políticos, intelectuais, movimentos sociais etc., diferentes interpretações sobre os fatos ocorridos no Brasil, entre 2014 e 2018.

O historiador e político brasileiro, Valério Arcary, sintetiza algumas das distintas posições, na esquerda, acerca desse processo intenso ocorrido no Brasil. Para Arcary²³⁶, as diversas opiniões depreendem-se de interpretações acerca dos acontecimentos políticos ocorridos em junho de 2013. Elas são pelo menos três:

A) as manifestações de junho de 2013 teriam aberto um processo de avanço conservador no país, o que teria dado base para as anti-mobilizações de 2015 e 2016 e ao golpe de Estado, por meio de um *impeachment*, que depôs Dilma da Presidência, sendo uma reação às políticas progressistas aplicadas pelos governos do PT, mais especialmente aos traços sociais da política econômica e as ditas políticas de transferência de renda;

B) as manifestações de 2013 teriam aberto uma série de conflitos e crises sem um sentido determinado, que poderiam levar a saídas progressistas ou reacionárias, para as quais a eleição de Bolsonaro à Presidência seria um tipo de acidente histórico, cuja base fundamental estaria em disputa: a crise de hegemonia, traduzida sistematicamente em uma crise de representação com as organizações tradicionais da classe trabalhadora e as instituições da democracia burguesa, sendo

²³⁴Ver mais em: GIORGI, Fernanda; LOPES, João Gabriel; AUGUSTINHO, Thiago e ERTIE, Valerie (Orgs.). O Golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência / Gustavo Teixeira Ramos et al. (Coords.). - Bauru: Canal 6, 2007.

²³⁵Na semana da prisão do ex-presidente, pesquisas apontavam, em média, 31% de intenções de votos em Lula. Ver mais em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-04-15/datafolha-pesquisa-lula.html>, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 21h45min.

²³⁶Utilizaremos essa sistematização feita pelo professor por dois motivos fundamentais. O primeiro para fortalecer o diagnóstico de que há diferentes opiniões acerca do tema. Assim, evidenciamos que tal trabalho não tem qualquer objetivo de se fazer neutro. Segundo, tentaremos evidenciar ao longo da presente parte do trabalho, como essa sistematização corresponde a, pelo menos, uma parte da realidade do debate político instalado no campo da esquerda no Brasil acerca do ambiente do objeto deste trabalho. O artigo do professor encontra-se disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/01/23/tres-interpretacoes-na-esquerda-sobre-o-significado-do-governo-bolsonaro/>, acessado em 23 de janeiro de 2020, às 11h30min.

em si progressista, e que o principal causador de tais desconfianças seria o conjunto de traições dos governos do PT, quando da aplicação do neoliberalismo, em contraposição às expectativas que estiveram na base de suas eleições;

C) as mobilizações de junho de 2013 não são o início da inflexão à direita na situação política do país, não tendo essas um sentido absolutamente determinado, apesar de serem fundamentalmente progressistas, se dando em um processo aberto de disputa. Portanto, diferentes das anti-mobilizações de 2015 e 2016, abertamente reacionárias. Essa visão acredita que a eleição de Bolsonaro não foi um acidente histórico, mas fruto de um conjunto de derrotas sociais e políticas da classe trabalhadora, além de situações adversas, como a repercussão da facada em Juiz de Fora²³⁷. Ainda, que a eleição se deu no ambiente de um avanço da classe dominante contra a posição do PT no governo, rompendo uma aliança de setores burgueses com esse partido. Mas, diferente da opinião “a”, essa ruptura não teria ocorrido como reação às medidas sociais dos governos petistas, a saber, o programa Bolsa Família, a expansão das universidades, a valorização real do salário mínimo etc. - por mais que carreguem em seu conteúdo algum tipo de repulsa às conquistas populares alcançadas nas últimas décadas -, e sim por motivo de uma ofensiva das classes dominantes para reposicionar o Brasil na divisão internacional dos Estados.

Com essas diferentes interpretações em vista, desenvolvemos uma breve reconstituição de acontecimentos ocorridos entre 2014 e 2018. Não há, entretanto, a pretensão de abordar todos eles, mas apenas os que foram identificados como mais importantes²³⁸.

Este período, entre a eleição de Dilma Rousseff, em 2014, e a eleição de Bolsonaro, em 2018, é marcado por uma profunda transformação na correlação de forças entre as classes sociais no Brasil. Uma robusta reviravolta se abateu sobre vários âmbitos da realidade política nacional, que impactaram desde o arranjo político do governo federal, passando pela composição partidária do Congresso

²³⁷No dia 06 de setembro de 2018, em plena campanha eleitoral presidencial, Jair Bolsonaro sofreu um atentado por facada durante atividade de campanha em uma das avenidas de Juiz de Fora (MG). Após esse episódio, Bolsonaro sofreu intervenções cirúrgicas.

²³⁸Fazemos uma nota: não incluímos os acontecimentos de 2013 no período foco deste trabalho, mais precisamente as manifestações em junho desse ano, por não acreditarmos em uma confluência de suas implicações políticas com o restante dos acontecimentos posteriores, pelo menos não como relação de causa e efeito, já que o objeto da presente análise consiste na ascensão do bolsonarismo. Quanto a ele, não vemos as manifestações de junho como ponto de partida.

Nacional e dos governos estaduais e municipais, pelo bloco de poder no Estado, até da própria forma do regime político.

Em 2014, as eleições presidenciais reproduziram – não sem percalços²³⁹ – a mesma polarização dos anos anteriores (2010, 2006, 2002, 1998, 1994). Ao final, os eleitores decidiram entre um candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e uma do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo que esse último partido estava na Presidência da República desde 2003, quando da primeira eleição de sua principal figura pública e dirigente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao final, Dilma Rousseff (PT), então presidente do Brasil e ex-ministra dos governos Lula (2003-2006/2007-2010), foi reeleita em disputa de segunda volta contra Aécio Neves (PSDB), na época senador por Minas Gerais, um ex-governador do Estado por dois mandatos (2003-2006/2007-2010) e então presidente do seu partido. O resultado: Dilma recebeu 51,64% dos votos (54.501.118), enquanto Aécio obteve 48,36% (51.041.155)²⁴⁰, uma diferença de quase 3 milhões e meio de votos.

Logo em seguida à proclamação do resultado, o partido do candidato derrotado no pleito postulou, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a realização de uma auditoria da apuração dos votos – a qual foi aprovada sob relatório do ministro Dias Toffoli -, mediante argumentação de que haveria, na sociedade, um longo movimento de desconfiança com os procedimentos de votação e apuração do resultado, incluindo uma pretensa descredibilidade das urnas eletrônicas²⁴¹.

Apesar de questionável, visto que o resultado dessa auditoria demonstrou a lisura do processo em termos de diferença de votos depositados nas urnas²⁴², o

²³⁹Para isso, lembramos que, em agosto de 2014, a chapa encabeçada pelo então candidato do PSB à Presidência, Eduardo Campos, era apontado por pesquisa realizada pelo IBOPE, como a escolha de 8% do eleitorado. Após sua morte, em um acidente aéreo em 13 de agosto desse ano, sua vice Marina Silva (PSB) subiu para 29% na preferência eleitoral, em pesquisa divulgada pelo mesmo instituto no dia 26 de agosto, se colocando logo atrás da favorita naquele momento, Dilma Rousseff, com 34%. <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/marina-venceria-dilma-no-segundo-turno-diz-ibope/>, acessado em 21 de janeiro de 2020, às 21h. Ao final do primeiro turno, Marina obteve 21% dos votos, patamar muito próximo dos 20% conquistado no pleito anterior, em 2010, ver mais em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-06/cinco-razoes-que-explicam-a-queda-da-candidata-marina-silva-nas-eleicoes.html>, acessado em 21 de janeiro de 2020, às 21h05min.

²⁴⁰Ver mais em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 20h45min.

²⁴¹Decisão na íntegra está disponível em: http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-pedido-auditoria-psdb/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-pedido-auditoria-psdb/at_download/file, acessado em 22 de janeiro de 2020, às 00h30min.

²⁴²Ver mais em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,auditoria-do-psdb-conclui-que-nao-houve-fraude-na-eleicao—imp-,1777811>, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 21h45min.

pedido do PSDB, de fato, expressou – e estimulou - um processo real que estava ocorrendo na sociedade brasileira naquele período: o questionamento do mandato da presidente recém-eleita.

Nas redes sociais, mesmo após as eleições, a polarização vista no período eleitoral imediatamente anterior se manteve, expressando-se, agora, em um confronto entre aqueles que defendiam a continuidade do mandato da presidente eleita, e aqueles que defendiam a interrupção do seu mandato por meio de um *impeachment*²⁴³.

Ainda nos primeiros meses do governo, nos marcos dos muitos questionamentos da legitimidade da vitória de Dilma²⁴⁴, a disputa, já muito presente nas redes sociais, passou do terreno eleitoral para a arena das ruas – nos marcos da mobilização e da anti-mobilização²⁴⁵ diretas -, dando lugar a grandes manifestações contra e a favor do governo, sendo as primeiras, em geral, maiores. Esse cenário inicial constituiu uma espécie de terceiro turno das eleições.

Combinado a isso, o crescente questionamento do mandato de Dilma se expressou em queda da popularidade do seu governo, como mostraram pesquisas de opinião. Em dezembro de 2014, 42% dos entrevistados dizia avaliar o governo Dilma como “ótimo ou bom”; em fevereiro de 2015, esse índice caiu para 23%, e em seguida, para 13%, em março do mesmo ano²⁴⁶.

Nesse processo, ressaltamos o conteúdo da propaganda política pelo fim do governo. Segundo pesquisa publicada na *Liinc em Revista*²⁴⁷, as manifestações nas redes sociais contra o governo foram acompanhadas por ofensas misóginas e machistas diretamente orientadas contra a figura de Dilma, com o objetivo de a desmoralizar. Quanto a isso, é abundante a quantidade de materiais visuais que foram veiculados nas redes e nas ruas contra a então presidente, baseados em

²⁴³Ver mais em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/11/politica/1426110398_614502.html, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 22h.

²⁴⁴Ver mais em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/04/politica/1415133561_025263.html, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 21h50min.

²⁴⁵Por “anti-mobilizações” entendemos as manifestações antidemocráticas organizadas por grupos políticos de direita, sendo, muitos deles, conservadores, apesar de reivindicarem uma agenda estatal neoliberal. Como exemplo, o Movimento Brasil Livre (MBL).

²⁴⁶Ver mais em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/aprovacao-dilma-cai-para-13-diz-datafolha.html>, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 23h50min.

²⁴⁷Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321453886_O_SENTIMENTO_POLITICO_EM_REDE_SOCIAL_AIS_big_data_algoritmos_e_as_emocoes_nos_tweets_sobre_o_impeachment_de_Dilma_Roussef, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 00h00min.

inviabilização e despersonalização; objetificação e sexualização; humilhação e ridicularização; e violência – com algumas imagens mostrando a presidente como se tivesse sido espancada, com hematomas no rosto; outros, por meio de montagens, a mostravam nua e em posições submissas sexualmente -, conferindo um caráter marcadamente misógino e machista da campanha pelo golpe²⁴⁸.

Em menos de seis (06) meses, a popularidade da então presidente da República desidratou. Expressando esse processo e sendo, também, motor dele, foram realizadas, em 2015 e 2016, grandes anti-mobilizações de rua contra o governo.

Como tentativa de demonstrar força diante do questionamento crescente ao governo Dilma²⁴⁹, no dia treze (13) de março de 2015, ocorreram manifestações convocadas por centrais sindicais e movimentos sociais, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Ruais Sem Terra (MST); e por partidos políticos de esquerda, especialmente o PT. Segundo a apuração dos organizadores, os protestos dessa data reuniram cerca de 170 mil pessoas, em 24 estados, mais o Distrito Federal (DF)²⁵⁰. A pauta dos protestos reivindicava a democracia, a manutenção do governo e direitos sociais, contrapondo-se aos defensores do *impeachment*.

Já no dia quinze (15) de março do mesmo ano (2015), a manutenção de Dilma na presidência - e, conseqüentemente, o bloco político de conciliação de classes que essa representava -, foram confrontados por milhões de manifestantes nas ruas de todos os estados brasileiros²⁵¹. Dessa vez, os responsáveis pela convocação dos atos eram, aparentemente, “movimentos” políticos não tradicionais e sem vinculação direta com partidos políticos, apesar de serem apoiados por esses²⁵². Entraram na cena do jogo político nacional os grupos Movimento Brasil

²⁴⁸Ver mais em CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lenita e RUGGI, Júlia de Oliveira. *Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil*, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v24n3/1807-0191-op-24-3-0523.pdf>, acessado em 22 de janeiro de 2020, às 00h45min.

²⁴⁹Ver mais em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150313_protestos_paulista_cc_lgb, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 22h.

²⁵⁰Ver mais em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/15-03-2015/>, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 23h15min.

²⁵¹Ver mais em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-externo.html>, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 21h30min.

²⁵²Em 2016, o portal UOL teve acesso a áudios em que um dos coordenadores do MBL dizia ter consolidado acordo com membros dos partidos Solidariedade e o então PMDB, para financiar as manifestações pró-impeachment. Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas->

Livre (MBL), Vem Pra Rua e Revoltados Online, cujas ações se destacavam no ambiente virtual e foram os responsáveis públicos²⁵³ pelas principais manifestações ocorridas contra o governo nesse período²⁵⁴, que deram base de sustentação nas ruas para o golpe consolidado em 2016.

Essas manifestações ocorridas em quinze (15) de março de 2015, segundo estimativas da Polícia Militar (PM), reuniram 2,4 milhões de pessoas em todo o país; de acordo com os grupos organizadores, três (3) milhões²⁵⁵. No mesmo dia, nas redes sociais, as principais *hashtags*²⁵⁶ no *Twitter*, por exemplo, eram #impeachmentdilma, #foradilma, #forapt e #impeachment²⁵⁷.

Na capital paulista, onde ocorreu uma das maiores manifestações do dia quinze de março, segundo o DataFolha, 96% dos presentes consideravam o governo Dilma “péssimo ou ruim”²⁵⁸. Na manifestação do dia treze, entre os presentes, segundo a mesma pesquisa, 26% avaliavam o governo como péssimo ou

noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm, acessado em 21 de janeiro de 2020, às 22h15min.

²⁵³ *Responsáveis públicos*, pois, mais adiante no texto, debateremos as forças políticas às quais esses agrupamentos estão ligados, integrando a aparência de um processo, nesse momento ainda subterrâneo, de reorganização das direitas no país.

²⁵⁴ O MBL, por exemplo, é um “movimento” de direita que teve sua origem no ano de 2013, organizado para disputar as manifestações ocorridas em junho desse ano e intervir no debate político, especialmente nas redes sociais. Esse agrupamento tem origem em articulações dentre grupos organizados de direita, sendo o MBL um braço do grupo Estudantes Pela Liberdade (EPL), que por sua vez é ligado ao *think thank Atlas Network*. Quanto a isso, indicamos ver mais em SOLANO, Esther (org.). O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil / Luis Felipe Miguel... [et al.] ; organização Esther Solano Gallego; [ilustração Laerte, Luiz Gê, Gilberto Maringoni]. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

²⁵⁵ O portal de notícias G1 realizou matéria com dados sobre os números de participantes nos protestos que precederam o golpe que depôs Dilma Rousseff (PT) da Presidência por meio de um *impeachment*, ver mais em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/15-03-2015/>, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 22h30min.

²⁵⁶ Palavras-chave ou termos que se referem a temas específicos. Muito comum em campanhas de *marketing* de diversas ordens. Com o avanço na utilização das redes sociais como ambiente de debate e ação políticos, se tornaram recorrentes em campanhas políticas “espontâneas” ou induzidas por partidos e movimentos sociais. Para ver, mais especificamente sobre as *hashtags*, indicamos COSTA-MOURA (2014); e sobre os métodos que utilizam as redes sociais como ambiente de debate e lutas políticas, ver mais em CASTELLS (2012).

²⁵⁷ Quanto a isso, fazemos aqui uma ressalva: apesar de válido, a aferição de correlação de forças a partir da propagação de *hashtags* na internet é limitada, visto que há uma série de evidências da utilização de robôs para interferir no debate político no ambiente das redes sociais. Estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que, durante os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff, cerca de até 20% das interações na internet podem ter sido realizadas por meio de robôs. Mesmo assim, é possível afirmar, com base, também, nesses dados, que esses temas expressos nas *hashtags* foram catalisadores para as anti-mobilizações. Ver mais em: <http://dapp.fgv.br/robos-redes-sociais-e-politica-estudo-da-fgvdapp-aponta-interferencias-ilegitimas-no-debate-publico-na-web/>, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 23h.

²⁵⁸ Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603885-maioria-foi-as-ruas-contracorrupcao-diz-datafolha.shtml>, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 23h.

ruim²⁵⁹. No dia quinze, 47% se dizia estar na manifestação por ser contra a corrupção, seguido por 27% que se dizia pelo *impeachment* de Dilma. Enquanto que no dia treze, 25% dizia estar na rua contra a retirada de direitos e 22% por aumento salarial para professores²⁶⁰.

Em quinze de março, 82% havia votado, no segundo turno, em Aécio Neves (PSDB), enquanto que, no dia treze (13) de março, 71% se dizia eleitor, também no segundo turno, de Dilma Rousseff (PT). No dia treze (13), 39% preferia o PT; e, no dia quinze (15), 37% preferia o PSDB²⁶¹. Dados que corroboram com a referência a um “terceiro turno” das eleições.

E as manifestações contra o governo seguiram ocorrendo até o *impeachment*²⁶², finalizado em 31 de agosto de 2016, concretizando o golpe de Estado, baseado em argumento jurídico-político de crime de responsabilidade, onde a presidente não poderia seguir no cargo por ter realizado uma medida contábil não admitida orçamentariamente nas contas do governo, a chamada pedalada fiscal.

Essas manifestações foram evoluindo em suas pautas, no início eram majoritariamente movidas contra a corrupção, mas rapidamente avançaram para a defesa do golpe, na forma de pró-*impeachment*. Em 2015, ocorreram, além da já mencionada em quinze de março, também nos dias doze de abril, dezesseis de agosto e treze de dezembro.

Em 2016, as datas foram treze (13) e dezoito (18) de março, além de dezessete (17) de abril, data da votação, na Câmara dos Deputados, pela instauração do processo de *impeachment*, com 367 votos favoráveis e 137 contrários. Em 31 de agosto de 2016, Michel Temer (MDB), até então vice de Dilma, assumiu a Presidência da República.

Apesar das denúncias de corrupção²⁶³, Temer cumpriu todo o resto do mandato. Em 2017, a Procuradoria Geral da República (PGR) denunciou o então presidente por corrupção passiva. Diante disso, a Câmara dos Deputados decidiu, em agosto desse mesmo ano, com 263 a 227 votos, pela rejeição da denúncia,

²⁵⁹ *Ibidem.*

²⁶⁰ *Ibidem.*

²⁶¹ *Ibid.*

²⁶² Ver mais no levantamento do portal G1: <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/31-07-2016/contra-dilma/>, acessado em 20 de janeiro de 2020, às 23h45min.

²⁶³ Ver mais em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/politica/1498485882_380890.html, acessado em 22 de janeiro de 2020, às 01h.

impedindo que a mesma fosse tratada pelo STF, o que poderia levar ao seu afastamento do cargo por cento e oitenta (180) dias²⁶⁴. Em outubro do mesmo ano, a Câmara repetiu o feito ante a nova denúncia da PGR, agora com votação de 251 votos a 233, manteve a denúncia parada no STF e Temer cumprindo o mandato presidencial, encerrado apenas em 31 de dezembro de 2018, para a posse do novo presidente eleito, Jair Bolsonaro (então PSL).

Em 2016, o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, se demonstrou um golpe, mesmo que parlamentar. Esse contou com uma forte campanha midiática ao seu favor. Os principais veículos da grande imprensa apoiaram o impedimento da então presidente eleita. Quanto a isso, tem-se que, pelo menos, quatro (04) famílias do ramo, a saber, os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado) apoiaram o golpe, mesmo que no seu estágio inicial formal: o *impeachment* (LOPES, 2016, p. 120²⁶⁵).

Para ilustrar o fio da história, Mauro Lopes, no calor dos acontecimentos de 2016, escreveu um artigo para um livro²⁶⁶, organizado por Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto, em que resgatou o editorial do jornal *Correio da Manhã*²⁶⁷ cujo título foi “Basta!”, no qual dizia:

Se o Sr. João Goulart não tem capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional, não lhe resta outra saída senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor (Editorial Correio da Manhã, 31 de março de 1964, *apud* LOPES, 2016, p. 120).

Mauro Lopes, no mesmo artigo, compara tal editorial com outro, publicado cinquenta anos depois, do jornal *Estado de S. Paulo*, publicado em 13 de março de 2016²⁶⁸, com o mesmo título do primeiro: “Basta!”, no qual se lia:

²⁶⁴Ver mais em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/votacao-denuncia-temer-camara.ghtml>, acessado em 23 de janeiro de 2020, às 12h.

²⁶⁵O livro se chama *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil* / André Singer...(et. al); organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

²⁶⁶Ibidem.

²⁶⁷Segundo artigo de Bruno Brasil, acessível na Biblioteca Nacional Digital Brasil: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>, o *Correio da Manhã*, jornal fundado no Rio de Janeiro pelo jornalista Edmundo Bittencourt – que mereceria uma nota própria – chegou a ter 200 mil tiragens diárias. Foi um importante jornal brasileiro do século passado. Por fim, resgatamos, para título da sua importância, alguns nomes de colaboradores com suas publicações: Álvaro Lins, Rubem Braga, Graciliano Ramos, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Lacerda, entre outros.

²⁶⁸O editorial se encontra disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160313-44707-nac-3-edi-a3-not>, acessado em 30 de janeiro de 2019, às 13h.

Chegou a hora de os brasileiros de bem, exaustos diante de uma presidente que não honra o cargo que ocupa e que hoje é o principal entrave para recuperação nacional, dizerem em uma só voz, em alto e bom som: basta! (Editorial Estado de S. Paulo, 13 de março de 2016, *apud* LOPES, 2016, p. 120)

Chamamos especial atenção para quem o editorial se direciona explicitamente: “os brasileiros de bem”. Segundo o *ranking* anual da revista Forbes, a família Marinho ocupa assentos na lista dos vinte (20) maiores bilionários brasileiros, logo atrás dos principais banqueiros, mas ainda entre eles. Junto com as posições ocupadas pelos demais grupos burgueses da grande imprensa, a lista das quatro (famílias) apontadas por Mauro Lopes se combina com a posição do conjunto das elites brasileiras com relação à interrupção do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff.

Segundo trabalho elaborado pelo economista Maurício Moura e o Cientista político e marqueteiro Juliano Corbellini, a eleição de Bolsonaro deve ser explicada a partir do seguinte:

(...) As razões estruturais, as mais importante, que levaram à sua eleição já estavam anteriormente estabelecidas: 1) a desmoralização das elites políticas e do conjunto do sistema partidário tradicional provocada pela Lava Jato (talvez esta seja a maior herança da operação sob a perspectiva do eleitor); 2) o aprofundamento da crise na segurança que adquire o status de maior problema nacional na percepção da opinião pública; e 3) o crescimento da importância das redes sociais, particularmente a disseminação do WhatsApp como nova plataforma de comunicação, que revoluciona a competição eleitoral e o modo de fazer campanha política no Brasil. Acima de tudo, essa era a eleição dos eleitores indignados e “empoderados” pelo telefone celular. (MOURA e COBERLLINI, 2019, p. 30).

Concordamos com os autores ao chamarem atenção para o fato de que a eleição de Bolsonaro não foi um elemento contingente na situação política do país. Quanto a isso, afirmamos que se trata de um reflexo no processo eleitoral, de um fenômeno político – o bolsonarismo -, cuja causa é multideterminada.

Contudo, discordamos da explicação dos autores sobre quais seriam as “razões estruturais” para esse resultado eleitoral. Em nossa opinião, os autores apresentam a aparência do fenômeno, não a sua essência.

1.3 – Depois do golpe: ajuste fiscal e contrarreformas da ofensiva burguesa neoliberal

Entre 2015 e 2016, o Brasil experimentou uma recessão econômica, seguida de estagnação em 2016-2017. Essa crise se desenvolveu em dimensões econômicas e sociais, essa última esbanjando aumento exponencial dos níveis de desigualdade sociais, das taxas de desocupação e da miséria. E, desde então, não houve recuperação econômica, pelo contrário: o cenário de estagnação persistiu. Quanto a isso, tem-se que o PIB, ao final de 2018, encontrava-se 5% abaixo do nível verificado no final de 2014.

Diante do cenário econômico mundial, sob os imperativos dos interesses do imperialismo e dos interesses da burguesia interna a ele associada, o golpe de 2016 representou uma realocização de forças políticas e sociais internas, tendo como um de seus objetivos a imposição de novos patamares de exploração e expropriação das classes trabalhadoras. Portanto, depois do golpe e até pelo menos 2018, o Brasil experimentou um processo de mudanças estruturais, baseada, dentre outros elementos, em: a) retirada de direitos trabalhistas fundamentais; b) elevado patamar de desocupação da força de trabalho; c) precarização das relações de trabalho; e d) cortes nos investimentos sociais, com ataques persistentes contra as políticas sociais. Sobre tal,

No cenário de crise global e da longa depressão da economia mundial a partir da Grande Recessão de 2008, o bloco neoliberal no poder recompôs-se em suas frações de classe, com apoio da alta (e baixa) classe média, pra derrubar o governo Dilma e reestruturar o capitalismo brasileiro, de acordo com as novas perspectivas de evolução do capitalismo mundial. (ALVES, 2017, p. 143).

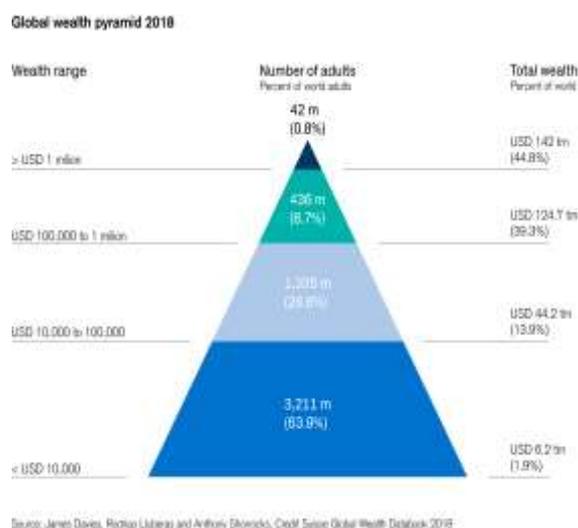
De acordo com levantamento do *Credit Suisse*²⁶⁹, a desigualdade social no mundo cresceu aceleradamente entre 2007/2008 até 2018. Segundo a penúltima edição desse estudo (2018)²⁷⁰:

Os 3,2 bilhões de adultos com riqueza abaixo de US \$ 10.000 totalizam 64% de todos adultos, mas detêm apenas 1,9% da riqueza global. Em contraste, 42 milhões de milionários compreendem menos de 1% da população adulta, mas possuem 45% de toda a riqueza familiar. (GLOBAL WEALTH REPORT 2018, 2018, p. 20, tradução nossa).

²⁶⁹Banco suíço de “investimentos”, sediado em Zurique, na Suíça. Mais informações disponíveis em: <https://br.credit-suisse.com/site/index.seam>, acessado em 04 de janeiro de 2020, às 21h.

²⁷⁰Do original: *The 3.2 billion adults with wealth below USD 10,000 account for 64% of all adults, but just 1.9% of global wealth. In contrast, 42 million millionaires comprise less than 1% of the adult population, but own 45% of household wealth.* Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>, acessado em 06 de janeiro de 2020, às 21h30min.

Para ilustrar, abaixo, trazemos a pirâmide da desigualdade 2018, extraída da publicação *Global Wealth Report 2018*:



Ainda segundo o mesmo estudo (*Global Wealth Report 2018*), o Brasil é um dos países com maior desigualdade social medida em renda de todo o mundo:

A maior parte dos brasileiros acumula riqueza menor que US \$ 10.000, comparado ao que vemos no mundo é 74% versus 64%. Isso é consequência do alto nível de desigualdade no país. No Brasil, o coeficiente de Gini é de 82%, e estimamos que o 1% mais ricos do país possua 43% de toda a riqueza familiar. O relativamente alto nível de desigualdade reflete, em parte, a alta desigualdade de renda, uma característica de longa data do Brasil, que é exacerbada pelo atual aumento do desemprego. (GLOBAL WEALTH REPORT 2018, 2018, p. 52, tradução nossa)²⁷¹

Como expressão da crise no país, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE, publicada em janeiro de 2018²⁷²: em 2014, a taxa média de desocupação foi de 6,8%. Daí por diante, houve um crescimento exponencial dessa, sendo que de 2014 para 2017, foram quase 6,5 milhões de novos desempregados, um crescimento de 96,2%, chegando a 13,2 milhões de pessoas, passando de 6,8% para 12,7% da população adulta acima de 14 anos.

²⁷¹Do original: *Brazil has a larger share of its people with wealth less than USD 10,000 than we see in the world as a whole – 74% versus 64%. This is due to the country's high level of inequality. The wealth Gini coefficient is 82%, and we estimate that the top 1% of Brazilians own 43% of the country's household wealth. The relatively high level of inequality partly reflects high income inequality, a long-running feature in Brazil that has been exacerbated by the current high unemployment.* Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>, acessado em 06 de janeiro de 2020, às 21h40min.

²⁷²Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19759-desemprego-recua-em-dezembro-mas-taxa-media-do-ano-e-a-maior-desde-2012>, acessado em 07 de janeiro de 2020, às 22h.

E, segundo conclusões da pesquisa: entre 2016 e 2017, o número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no setor privado teve aumento de 5,5% (560 mil trabalhadores), aumento médio de 3,2% em relação a 2014. Esses números revelam uma curva com elevação muito íngreme de crescimento do desemprego no Brasil, o que confirma o aferido pela pesquisa da *Credit Suisse*.

Ou seja, concomitante ao desemprego, tem crescido também a informalidade nas contratações da força de trabalho. Ainda, segundo a PNADC divulgada em 2018, nesse período (2016-2017) a quantidade de trabalhadores por conta-própria cresceu 0,7%, o que representa 159 mil pessoas. Logo, houve um avanço no Brasil de dois elementos, em patamares de qualidade: o desemprego e a ocupação por conta-própria, junto de uma diminuição de carteiras de trabalho assinadas no setor de serviços.

Confirmando o crescimento da informalidade, segundo a PNAD Contínua 2012-2018, temos que: em 2018, o número de trabalhadores na informalidade foi o maior da série histórica, chegando ao total de 40,2% de todos os trabalhadores. A marca de quase 38 milhões de trabalhadores em ocupações informais revela a situação da classe trabalhadora brasileira em período coincidente com os acontecimentos de 2014 a 2018.

Ou seja, nesse último período (2014-2018), observamos um aumento na taxa de desocupação da força de trabalho e o crescimento de ocupações informais (sem carteira assinada / por conta-própria). Esses dados evidenciam um processo que acumula desregulamentação das relações trabalhistas e aumento das práticas de precarização e superexploração da força de trabalho²⁷³.

Isso tudo descortina um movimento da economia política no Brasil: a desconstrução dos direitos trabalhistas e da institucionalidade de proteção do trabalho. A reforma trabalhista aprovada durante o governo Michel Temer²⁷⁴ (2016-2018) é um exemplo disso.

²⁷³Entendemos por superexploração da força de trabalho a remuneração ao trabalhador que está aquém do valor da força de trabalho, ou seja, de suprir o trabalho médio abstrato socialmente necessário para a sua reprodução e manutenção.

²⁷⁴Após o golpe que destituiu Dilma Rousseff da Presidência por meio de um processo parlamentar de *impeachment*, Michel Temer, como seu vice-presidente, assumiu o mandato presidencial, que durou de 31 de agosto de 2016 – 31 de dezembro de 2018.

Apresentada como uma medida para barrar o desemprego²⁷⁵, a reforma foi aprovada pelo Congresso Nacional²⁷⁶ e sancionada em treze (13) de julho de 2017. O texto²⁷⁷ altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e demais legislações conquistadas pelas lutas dos trabalhadores ao longo do século XX²⁷⁸. Conforme diz a sinopse da Lei N^o 13.467/2017²⁷⁹ que instaurou a reforma, o objetivo da mesma seria: “*a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho*”. (Brasil, 2017). Que é coincidente com a caracterização já apresentada neste texto acerca da ofensiva das classes dominantes no Brasil para reformular os padrões de exploração da mais-valia no país.

Essa reforma confirma a estratégia de decomposição das formas legais constituídas para o modelo, até então em vigência, de exploração da força de trabalho no Brasil. O texto aprovado, e a sua implantação, representam a desconstrução da CLT. Quanto a isso, concordamos com Giovanni Alves quando disse:

Desmontar a CLT e abolir a parte social da Constituição de 1988 faz parte do conjunto de Reformas neoliberais do governo Temer visando satisfazer os interesses do bloco neoliberal no poder (burguesia rentista-parasitária hegemônica com aliança com a burguesia agro-exportadora e a burguesia interna que se beneficia das benesses do Estado capturado pelos interesses rentistas). (ALVES, 2017, p. 144).

O autor diz ainda:

O motor do crescimento da economia capitalista contida nas Reformas neoliberais de Temer é a *espoliação de direitos* como condição para o aumento da taxa de mais-valia visando restaurar a lucratividade no país. A burguesia financeira e a burguesia agro-industrial-minero-exportadora, numa aliança espúria entre campo e cidade, conduzem o Projeto do Brasil do século XXI. A burguesia urbano-industrial, fragilizada e vendida aos interesses exógenos, verdadeira expressão da lumpen-burguesia, e a classe operária e trabalhadora, incluindo camadas médias assalariadas fragmentadas nas metrópoles, baseadas predominantemente no comércio de serviços, não pode e nem consegue, respectivamente, construir um contra-projeto hegemônico. Pelo contrário, a burguesia industrial de vertebração rentista é apêndice ao bloco neoliberal de poder; e a classe operária e trabalhadora, com presença das camadas médias assalariadas

²⁷⁵Ver sobre em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-07/temer-diz-que-reforma-trabalhista-trara-empregos-e-deixara-pais-mais>, acessado em 07 de janeiro de 2020, às 23h.

²⁷⁶Ver sobre em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/reforma-trabalhista-e-aprovada-no-senado-confira-o-que-muda-na-lei.ghtml>, acessado em 07 de janeiro de 2020, às 23h.

²⁷⁷Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm, acessado em 07 de janeiro de 2020, às 23h15min.

²⁷⁸Lei alteradas com a reforma trabalhista: Decreto-Lei n^o 5.452, de 1^o de maio de 1943 (governo Getúlio Vargas), e as Leis n^o 6.019, de 3 de janeiro de 1974 (período da Ditadura Civil-Militar no Brasil), 8.036, de 11 de maio de 1990 (governo Collor de Mello), e 8.212, de 24 de julho de 1991 (Governo Collor de Mello).

²⁷⁹Ibidem.

da baixa classe média, incapaz de aliar-se ao subproletariado (o que impede a construção do projeto democrático-popular) não consegue constituir-se hegemonicamente, na era da acumulação flexível e da sociedade de serviços, como classe social.

O *Projeto do Brasil do Século XXI*, do qual versa o autor, só pode ser compreendido em sua essência se analisarmos, com certo cuidado, a dinâmica mais ou menos recente das classes sociais no país, com base nas suas matrizes sócio-históricas e políticas. O golpe de Estado por meio do *impeachment* de Dilma Rousseff é parte da estratégia a qual estão associadas as frações da burguesia apresentadas pelo autor supracitado, a saber, *burguesia financeira e a burguesia agro-industrial-minero-exportadora*.

Considerando que as relações sociais de sexo e gênero conformam a totalidade do trabalho, seja na esfera da reprodução, mas também no da produção, pode-se buscar compreender o processo de intensificação do desemprego e dos empregos precários no Brasil a partir dos marcadores das relações sociais de sexo e de gênero.

No Brasil, 20% das empresas privadas se recusam a contratar pessoas homossexuais²⁸⁰. Contudo, um fácil exemplo em que se concentram precarização e relações sociais de opressão contra pessoas LGBTI+ é o ramo de empresas de *call centers*. Nelas, a lógica é outra. Enquanto que 2 em cada 10 empresas se recusam a contratar pessoas homossexuais, em *call centers* há uma preferência por essas, visando a superexploração da força de trabalho de pessoas que são mal recebidas no mercado de trabalho e que, dessa forma, acabam se submetendo a relações precárias de emprego (VENCO, 2009).

Como o trabalho se dá por contato telefônico ou digital, as empresas não “correm o risco” de serem associadas aos corpos não heterossexuais e cisgêneros (VENCO, 2009). Assim, vemos como, no mercado de trabalho, nos marcos da dinâmica de crescimento do desemprego e do emprego informal, a opressão contra pessoas LGBTI+ é convertida diretamente para benefício dos patrões, visando a superexploração.

²⁸⁰Dados disponíveis em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/duas-em-cada-dez-empresas-se-recusam-a-contratar-homossexuais-no-brasil-1703/>, acessado em 19 de fevereiro de 2020, às 22h.

Em que pese a financeirização da economia, conforme supracitado no texto, é do trabalho, ou melhor: da exploração do trabalho que a burguesia busca extrair as bases para a recomposição das taxas médias de lucro.

Conforme pudemos indicar em vários estudos anteriores, ao contrário da conhecida tese da perda de vigência da lei do valor, o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da lei do valor. A enorme expansão do setor de serviços e dos denominados trabalhos imateriais que se subordinam à forma-mercadoria confirma essa hipótese, dado seu papel de destaque no capitalismo contemporâneo. O mito de que a “sociedade de serviços pós-industrial” eliminaria completamente o proletariado se mostrou um equívoco enorme. Evaporou-se. Desmanchou-se no ar. Na contrapartida, vem aflorando em escala global uma outra tendência, caracterizada pela expansão significativa de trabalhos assalariados no setor de serviços. (2018, p. 33).

Segundo Dal Rosso (2008), nas atuais sociedades, sob a égide do capitalismo burguês, há cada vez menos emprego e cada vez mais trabalho. Considerando as diferenças fundamentais entre emprego, definido a partir de relações de vínculo empregatício com salário etc., e trabalho, conhecido desde a sua concepção marxiana de interação do ser humano com a natureza material e imaterial, é possível afirmar, conforme disse Dal Rosso (2008), que vivemos em uma sociedade cuja intensidade de trabalho é cada vez maior. Sobre isso: “*O tempo livre, o tempo de não trabalho, passa a ser engolido pelo trabalho. A tecnologia que poupa trabalho está falhando em liberar aqueles que trabalham*” (DAL ROSSO, 2008, p. 71).

Concordamos com o autor. Por exemplo, o *Facebook* é a 5ª marca mais valiosa do mundo, segundo ranking da revista Forbes, divulgado em 2019²⁸¹. O que chama a atenção? Grande parte do conteúdo disposto na plataforma de interação social é produzido pelos próprios usuários, que destinam horas de seus dias, do seu tempo livre, para valorizar essa empresa. Em 2018, em sua página na internet, o *Facebook* divulgou que a marca teria alcançado a impressionante soma de 127 milhões de usuários ativos mensais no primeiro trimestre do ano²⁸².

²⁸¹ Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2019/05/as-100-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2019/>, acessado em 07 de janeiro de 2020, às 00h15min.

²⁸² Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>, acessado em 07 de janeiro de 2020, às 00:20min.

Sobre a relação entre tecnologia e intensificação do trabalho, temos que das dez (10) marcas mais valiosas do mundo, em 2019, segundo a revista *Forbes*²⁸³, seis (06) são do ramo de tecnologia. Ao invés de auxiliar a diminuição da intensidade de trabalho, a tecnologia é utilizada para aumentá-la. Como um último exemplo: recentemente, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) anunciou que, em 2018, de cada dez (10) transações bancárias, seis (06) foram realizadas por meio digital, ou seja, pelos próprios usuários²⁸⁴. Concomitante a isso, segundo a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), em 2017, só de janeiro a maio, foram fechadas novecentos e vinte e nove (929) agências bancárias no país, dessas, quinhentos e sessenta e três são do Banco do Brasil, que, já em 2017, tinha 70% das suas transações realizadas no meio digital²⁸⁵, segundo a mesma Confederação.

2. O pânico do bolsonarismo

Na história recente há vários exemplos de verdadeiras cruzadas morais e sexuais. O mundo ocidental moderno já viveu diferentes experiências de pânico sexual/moral e suas consequências (BOZON, 1954). Por exemplo, a Inglaterra e os Estados Unidos, no final do século XIX, vivenciaram um intenso processo de disputa política da sexualidade, onde a dominação da vida erótica foi abertamente disputada (Rubin, 1984).

Para isso, foram utilizadas campanhas educacionais onde se defendia abertamente contra a masturbação, especialmente dos jovens, bem como estimulavam a castidade antes do casamento; a literatura pornográfica foi caçada, pinturas e obras de arte contendo nu foram atacadas (RUBIN, 1984).

Rubin destaca que

As consequências desses grandes paroxismos do século XIX ainda estão presentes entre nós. Elas deixaram uma marca profunda nas atitudes em

²⁸³Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2019/05/as-100-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2019/>, acessado em 07 de janeiro de 2020, às 00h15min.

²⁸⁴Ver mais em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/digitalizacao-de-servicos-bancarios-reduz-espaco-de-agencias-fisicas-1.2130211>, acessado em 07 de janeiro de 2020, às 00h45min.

²⁸⁵Ver mais em: <https://cnf.org.br/fechamento-de-agencias-bancarias-cresce-no-ano/>, acessado em 07 de janeiro de 2020, às 00h55min.

relação ao sexo, nos procedimentos médicos, na educação das crianças, nas preocupações dos pais, na ação da polícia, na legislação sobre o sexo (1984, p. 7).

Já na década de 50, nos EUA, a cruzada moral ocorrida se concentrou em um inimigo mais bem determinado, o homossexual. Para além de pregar contra a masturbação e a intensificação da perseguição de prostitutas; o Estado se encarregou de combater e chamar toda a sociedade a se proteger daquilo que denominaram por “ameaça homossexual” (RUBIN, 1984). Também a Rubin nos conta que

pouco antes e pouco depois da Segunda Guerra Mundial, o ‘criminoso sexual’ se tornou objeto do temor e da vigilância pública. Muitos estados e cidades, inclusive Massachussets, New Hampshire, Nova Jersey, Estado e cidade de Nova York e Michigan, iniciaram programas para colher informações sobre essa ameaça à segurança pública. O termo ‘criminoso sexual’ às vezes era aplicado aos estupradores, às vezes aos ‘molestadores de crianças’ e finalmente passou a designar, em linguagem cifrada, os homossexuais (1984, p.11).

A atual realidade brasileira, especialmente o período da ascensão do bolsonarismo, a partir de 2014 até 2018, houve vários traços de pânico moral/sexual disseminado a partir da agitação sexual conservadora, do bolsonarismo e aliados.

Esse pânico foi disseminado em toda a sociedade, confluindo para o processo eleitoral e contribuindo para a eleição de Bolsonaro. Apesar de ser generalizado na sociedade, nas manifestações de 2015 e 2016, que tiveram protagonismo da classe média, concentraram-se significativos exemplos da pauta conservadora e do pânico sexual. Isso impõe a necessidade de discutirmos a classe média e demonstrarmos os elementos que contribuem para uma compreensão acerca da relação entre essa classe e aspectos sexuais, tema que abordamos a seguir.

2.1 – O papel das classes médias na ascensão do bolsonarismo

O resultado das eleições foi consequência da movimentação das classes sociais, em especial pela reação burguesa que mobilizou as classes médias. Essas classes assumiram o protagonismo político. A classe média, sem projeto político estratégico independente, correntemente desenvolve movimentos políticos pendulares, ora no sentido da aproximação com a burguesia, ora com a classe trabalhadora.

Com o seu protagonismo político, observamos sua instabilidade (própria da sua localização social) e disseminação de seus preconceitos de classe e afetos acumulados pela repressão sexual. Isso se torna evidente na assimilação e amplo apoio dado às pautas conservadoras, machistas, homolesbotransfóbicas e racistas do programa defendido pelo bolsonarismo, em 2018.

Conforme abordagem feita no capítulo anterior, os setores médios, segundo Reich (1974), pela sua localização no processo de produção, a classe média tende a desenvolver relação uma relação afetiva com as classes dominantes, referenciando-se à burguesia de forma infantil, submissa. Segundo Saes (1985), a conformação da classe média brasileira está intimamente ligada a relações inclusive afetivas e de parentalidade com as classes dominantes. Uma relação de apadrinhamento.

O critério fundamental para a definição de classes sociais se encontra na localização dessas no processo de produção do sistema capitalista. Apesar de não restrita ao aspecto exclusivamente econômico, a definição das classes sociais não pode prescindir da análise sobre a sua localização frente ao processo de produção e reprodução. Tomando o tema pela questão da propriedade, alcança-se um básico do marxismo: a classe detentora privada dos meios sociais de produção é a classe dominante, a burguesia. Já a classe que é excluída desses meios de produção, sendo parte dessa como força de trabalho, vendida e comprada na forma de salário, é a classe trabalhadora.

Ademais, “fora” desse núcleo central do capitalismo, temos a classe média. Essa classe, por residir em tal localização socioeconômica, além de apartada do núcleo econômico do sistema capitalista, ocupa posição fora do poder político (CHAUI, 2016, p. 19). Vejamos: pela análise que leva em consideração a classe social como uma relação social mediada pelo critério econômico, a renda nada mais é – principalmente se a observarmos ao longo do tempo sócio-histórico – que um elemento a mais relacionado a essa localização no processo de produção, portanto entre as duas classes fundamentais. E efêmero, podendo ser afirmada, até mesmo, como conjuntural, pois está suscetível a alterações no valor dos serviços que gerencia, ou presta.

Conquanto, ao compreender classe social como uma *práxis*, um fazer histórico (CHAUI, 2016, p. 19), tem-se que essas são mais que apenas frutos de

determinações econômicas, mas sujeitos sociais, políticos, morais e culturais (CHAUI, 2016, p. 19).

O melhor desempenho na eleição presidencial de 2018 do então candidato Jair Bolsonaro (na época, filiado ao PSL), se deu entre os setores da sociedade caracterizados por “mais ricos”, na classe média. Essa afirmação, apesar de genérica, é um elemento notório em aferições de popularidade, pelo menos ao longo do ano de 2018, alcançadas em pesquisas de intenção de voto e, posteriormente, no próprio resultado eleitoral do atual presidente ou de figuras ligadas a ele, como seus filhos²⁸⁶.

Às vésperas da votação em 1º turno dessa eleição presidencial (2008), uma pesquisa de opinião²⁸⁷ realizada pelo DataFolha²⁸⁸, apontou 35% das intenções de voto em Jair Bolsonaro, contra 22% em Fernando Haddad. Contudo, entre os “mais ricos”²⁸⁹, 52% teria declarado apoio à chapa presidencial encabeçada por Bolsonaro, o que, segundo tais estimativas, implicaria em vitória para esse, ainda, no primeiro turno de votação. Nessa mesma faixa de renda (mais de cinco e menos de dez salários mínimos), em segundo lugar se encontrava a chapa que lançou para presidente Fernando Haddad (PT), para o qual fora indicado apoio de apenas 14% desses eleitores da faixa dos “mais ricos” do país.

²⁸⁶ Jair Bolsonaro tem três filhos: Eduardo Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e Flávio Bolsonaro. Todos ocupando, atualmente - e no período citado -, cargos eletivos. Eduardo foi eleito deputado federal, pelo PSL, em 2014, com 82.224 votos. Em 2018, foi reeleito, agora com 1.843.735 votos, sendo o mais votado da história do Brasil, novamente pelo PSL. Carlos é o segundo filho de Jair, e ocupa lugar na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (RJ), eleito, pela quinta vez consecutiva, ou seja, desde 2000, quando conquistou a cadeira com 16.053 votos. Em 2016, foi reeleito com 106, 657 mil votos. Flávio é o filho mais velho do presidente, eleito deputado estadual do Rio de Janeiro em 2002, e reeleito em 2006 e 2010. Atualmente, exerce o cargo de senador e em 2016 foi candidato à prefeito do Rio de Janeiro (RJ), obtendo 14% dos votos válidos, 424.307.

²⁸⁷ Pesquisa contratada por TV Globo e Folha de S.P. cujo Registro no TSE é BR-02581/2018, tendo como amostra entrevistas com 10.930 eleitores em 389 municípios. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/entre-os-mais-ricos-bolsonaro-ganharia-no-1o-turno-aponta-datafolha.shtml?origin=folha>, acessado em 25 de dezembro de 2019, às 20h e <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/05/pesquisa-datafolha-de-4-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-raca.ghtml>, acessada em 27 de dezembro de 2019, às 21h46min.

²⁸⁸ Instituto de pesquisa pertencente ao Grupo Folha da Manhã, o mesmo do jornal Folha de São Paulo. Foi criado em 1983 se tornou, ao longo do tempo, um dos maiores institutos de pesquisa de opinião do país. <http://datafolha.folha.uol.com.br/>

²⁸⁹ Segundo o IBGE: quem tinha rendimento mensal de mais que cinco (05) salários mínimos (R\$ 4.770,00, no valor do período referenciado) e menos ou igual ao valor de dez (10) salários.

De acordo com essa mesma pesquisa²⁹⁰, publicada em 04 de outubro de 2018, entre quem ganhava mais que dez (10) salários mínimos, o percentual de apoio indicado ao então candidato Bolsonaro foi de 53%. Já o segundo colocado na pesquisa, teria apoio de 12% desse eleitorado de mesma faixa de renda mensal. Entre os entrevistados que se autodeclararam brancos, 42% apoiavam a eleição de Bolsonaro, enquanto que esse apoio era de 33% entre os entrevistados autodeclarados pardos, e 23% entre os negros, segundo dados da mesma pesquisa²⁹¹. J

Já entre aqueles com renda de até dois (2) salários mínimos, o apoio a Bolsonaro era medido por 22%, enquanto 28% pretendiam votar em Fernando Haddad (PT). Entre os entrevistados com renda de dois (2) a cinco (5) salários mínimos, os percentuais já eram mais parecidos com os das faixas de renda superiores demonstrados acima: 42% para Bolsonaro e 20% para Fernando Haddad.

Segundo a pesquisa²⁹² realizada pelo IBOPE²⁹³ e divulgada no dia 01 de outubro do mesmo ano, com entrevistas realizadas em período aproximado em relação à pesquisa anteriormente citada, Bolsonaro contava com 31% das intenções de voto, e Haddad, logo em seguida, com 21%.

Qualificando pelo aspecto de renda, Bolsonaro acumulava o apoio de 46% entre aqueles com renda igual ou superior a cinco (5) salários mínimos, enquanto seu opositor, Haddad, contava com 17% das intenções de votos, o que seguiu pela mesma caracterização apresentada pela pesquisa do DataFolha²⁹⁴. Já entre os

²⁹⁰Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/entre-os-mais-ricos-bolsonaro-ganharia-no-1o-turno-aponta-datafolha.shtml?origin=folha>, acessado em 25 de dezembro de 2019, às 20h e <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/05/pesquisa-datafolha-de-4-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-raca.ghtml>, acessada em 27 de dezembro de 2019, às 21h46min.

²⁹¹*Idem.*

²⁹²Pesquisa contratada pela TV Globo e "O Estado de S.Paulo", com registro no TSE BR- 08650/2018 e disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/02/pesquisa-ibope-de-1o-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-raca.ghtml>, acessado em 27 de dezembro de 2019, às 23h.

²⁹³IBOPE Inteligência tem sua origem no Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, o IBOPE, fundado ainda na década de 1940, é uma das maiores empresas dedicadas à pesquisa de opinião na América Latina vinculada ao Grupo Ibope cujo dono é o empresário Augusto Montenegro. Acessível no site: <http://www.ibope.com.br/>

²⁹⁴Pesquisa realizada pelo DataFolha e contratada por TV Globo e Folha de S.P. Cujo Registro no TSE é BR-02581/2018, tendo como amostra entrevistas com 10.930 eleitores em 389 municípios. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/entre-os-mais-ricos-bolsonaro-ganharia-no-1o-turno-aponta-datafolha.shtml?origin=folha>, acessado em 25 de dezembro de 2019, às 20h e

eleitores “mais pobres”, com renda de até um (01) salário mínimo, 26% pretendiam votar em Haddad, enquanto que 19% estavam definidos por Bolsonaro, o que também confirma a caracterização da pesquisa supracitada.

Ainda, para a identificação do perfil socioeconômico dos eleitores de Jair Bolsonaro em relação ao segundo colocado na disputa, vale ressaltar que entre os eleitores com escolaridade até a 4^a série do Ensino Fundamental, a pesquisa citada acima, realizada pelo IBOPE, afirmou estimativa de 26% de votação em Fernando Haddad, contra 19% em Jair Bolsonaro. Quanto ao recorte da escolaridade, no extrato entre a 5^a e a 8^a séries, os percentuais se alteravam radicalmente, apontando 27% de apoio para Bolsonaro, ante 22% para Haddad, tendência que irá se confirmar e expandir para a escala superior: entre o eleitorado com ensino superior, 40% foram apontados como eleitores de Bolsonaro e 14% de Haddad. A caracterização é a mesma na pesquisa realizada pelo DataFolha²⁹⁵.

Ao final da votação em 1^o turno, o resultado²⁹⁶ confirmou a tendência das estimativas aferidas pelas pesquisas citadas: a chapa formada por Jair Bolsonaro (então no PSL) e Hamilton Mourão (PRTB) acumulou o total de 49.277,010 votos, o que representou 46,03% de toda a votação, significando a 1^a colocação em primeira volta²⁹⁷. A chapa em segunda colocação, formada por Fernando Haddad (PT) e Manuela D’Ávila (PCdoB) alcançou 31.342,051 votos, totalizando 29,28% dos votos válidos. Ao total, a primeira volta da eleição contou com 107.050,749 votos válidos, em um universo de 147.306,295 eleitores aptos a votar.

Como a votação, diferente da pesquisa de intenção de voto, não conta com uma entrevista e declaração de intenção, sendo um processo universal e secreto, a qualificação do perfil socioeconômico dos eleitores em si é menos precisa, para a qual são analisados, principalmente, os locais de votação e as características socioeconômicas ligadas a eles, o que pode incorrer em uma série de variáveis que diminuem a confiabilidade de uma afirmação categórica do traço socioeconômico da escolha para a votação.

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/05/pesquisa-datafolha-de-4-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-raca.ghtml>, acessada em 27 de dezembro de 2019, às 21h46min.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Disponível para consulta, inclusive por regiões e demais escalas de pesquisa: <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>, acessada em 28 de dezembro de 2019, às 18h.

²⁹⁷ Estando muito próximo de, até mesmo, minar a necessidade de um 2^o turno eleitoral.

Conquanto, ressaltamos, apenas, que a chapa vencedora teve melhor votação nas regiões Centro-Oeste (57,66%), Sul (57,39%), e Sudeste (53,23%), sendo o pior desempenho no Nordeste (25,86%). Com esses dados, é possível inferir que a chapa encabeçada por Jair Bolsonaro obteve maior votação nas regiões “mais ricas” do país²⁹⁸.

Segundo a PNAD contínua de 2018²⁹⁹, a população brasileira se divide da seguinte maneira entre as regiões do Brasil: Centro-Oeste (7,7%), Norte (8,6%) e Sul (14,3%), sendo as menores concentrações populacionais. E as maiores: Nordeste (27,2%) e Sudeste (42,2%). Ainda com dados da PNAD Contínua 2018, as maiores concentrações de negros e pardos³⁰⁰ se dão nas regiões Norte e Nordeste, sendo, respectivamente, 78,9% e 74,5%. Já as menores, se encontram no Sul e Sudeste, sendo 25,4% e 48,2%, respectivamente. Vale, ainda, transmitir que:

A participação da população declarada de cor branca reduziu em todas as regiões de 2012 para 2018, principalmente no Nordeste, onde a queda foi de 9,8%. No Sul houve a principal expansão da participação das pessoas declaradas pardas (24,8%) e no Centro-Oeste das pessoas declaradas de cor preta (43,8%). (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD Contínua 2012-2018.).

Seguindo em base aos dados apresentados pela PNAD Contínua 2012-2018, quanto ao rendimento médio mensal por regiões do Brasil, temos que o maior rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo preços médios de 2018, foi na Região Sudeste: R\$ 1.639,00, seguido por: R\$ 1.606,00 (Sul), R\$ 1.516,00 (Centro-Oeste), R\$ 886,00 (Norte) e R\$ 815,00 (Nordeste). Esses dados seguem a mesma dinâmica apresentada em 2012. Em todas as regiões houve aumento no rendimento médio, com exceção do Nordeste, onde houve leve oscilação negativa, sendo que em 2012 esse mesmo rendimento foi aferido como R\$ 818,00.

²⁹⁸ Em que pese a votação que essa candidatura obteve na região Norte: 43,38%, sobre qual veremos, mais a frente, que se trata de uma região, também, empobrecida na divisão interna entre as grandes regiões do país, do ponto de vista dos rendimentos médios e outros elementos.

²⁹⁹ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101654_informativo.pdf, acessado em 31 de dezembro de 2019, às 10h30min.

³⁰⁰ Acreditamos que a classificação de *pardos* é fruto do mito da democracia racial brasileira, uma forma de não nominar e, também, não reconhecer a negritude brasileira. Contudo, essa classificação é largamente expressa nas pesquisas por auto-declaração e uma forma fundamental para a identificação racial brasileira, sendo a regra nas pesquisas, tanto espontâneas quanto estimuladas.

Com isso, temos uma coincidência entre os estados com maior votação na chapa Bolsonaro/Mourão e o rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, na qual os estados “mais ricos” conferiram maior votação - proporcional às suas populações - ao ex-capitão do exército, para a sua eleição ao maior cargo político do país.

Outro elemento importante para essa análise está no Coeficiente de Gini³⁰¹. Em 2018, segundo a PNAD Contínua 2012-2018³⁰², o índice de Gini do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos no Brasil foi de 0,509. Em 2012 esse índice foi de 0,508. Entre 2012 e 2015 houve uma tendência de redução deste indicador, passando para 0,494. E, depois de 2015, voltou a crescer até atingir o número supracitado. Ou seja, por esse indicador, o Brasil ocupa um lugar de altíssima desigualdade de renda. Para um parâmetro: na Índia, em 2018, esse índice foi apontado como 0,479³⁰³; na Rússia foi de 0,439³⁰⁴.

Traduzindo internamente essa alta desigualdade, por região brasileira, temos que no Sul há o menor índice 0,448; seguido pelo Sudeste, com 0,508. Os mais altos estão no Nordeste (0,520) e Norte (0,517). De 2015 a 2018, a trajetória ascendente do indicador foi mais acentuada nas Regiões Norte (de 0,490 para 0,517) e Sudeste (de 0,483 para 0,508). Aqui vale fazer uma crítica aos limites do índice de Gini, sendo que o mesmo afere renda por remuneração do trabalho, portanto, sem levar em conta as rendas do capital, como lucro e juros (ARCARY, 2014, p. 34). Ou seja, podemos inferir que tal índice está subestimado frente aos vultuosos rendimentos da burguesia no país. Mesmo de acordo com dados mais recente, segundo pesquisa do estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), o índice de Gini alcançado no Brasil no primeiro trimestre de 2019 foi o maior da série história: 0,6257 em março.

Por fim, segundo a mesma pesquisa:

O rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas brancas (R\$ 2 897) era maior que os rendimentos observados para as

³⁰¹Uma medida de desigualdade publicada inicialmente no documento “Variabilità e mutabilità”, em 1912, e criada pelo estatístico italiano Corrado Gini, que afere a desigualdade de renda, para o qual há um número de 0 a 1, onde 0 é total igualdade de renda e 1 a absoluta desigualdade (ou seja, um tem tudo e outros nada).

³⁰²Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101673_informativo.pdf, acessada em 31 de dezembro de 2019, às 11h.

³⁰³Disponível em: <https://pt.knoema.com/atlas/%c3%8dndia/%c3%adndice-de-GINI>, acessado em 02 de dezembro de 2020, às 23h.

³⁰⁴Disponível em: <https://pt.knoema.com/atlas/R%c3%bassia/%c3%adndice-de-GINI>, acessado em 02 de janeiro de 2020, às 23h.

pessoas pardas (R\$ 1 659) e pretas (R\$ 1 636). As pessoas de cor branca apresentaram rendimentos 29,7% superiores à média nacional (R\$ 2 234), enquanto as pardas e pretas receberam rendimentos 25,7% e 26,8%, respectivamente, inferiores a essa média em 2018. (BGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD Contínua 2012-2018).

É de se esperar que muitos trabalhadores empobrecidos, pertencentes às camadas mais baixas do proletariado, empregados em postos de trabalho precarizados etc., votaram na chapa Bolsonaro e Mourão. Ao mesmo tempo, também é certo que entre a classe média tradicional³⁰⁵ e, até mesmo, dentre aqueles que ocupam os mais altos extratos sociais por marcador de renda, também deve ter havido muitos votos na chapa Haddad e Manuela. Contudo, considerando os dados coincidentes com o ano eleitoral, é possível afirmar que Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão foram eleitos presidente e vice-presidente do Brasil, respectivamente, com destacada base de apoio entre os setores com maior renda e mais brancos, inclusive, pois esses dois marcadores se cruzam, sendo as regiões com maior renda *per capita* as que têm maior concentração de população branca.

Vale destacar que há elevado grau de imprecisão e deficiência do critério de renda para a definição de classes sociais, sendo que renda não define, *per se*, classe. Contudo, o levantamento dos números trazido acima evidencia uma *distribuição ideológica*³⁰⁶ das classes sociais brasileiras na eleição presidencial de 2018. O Brasil, como mostram os índices de Gini, geral e por região, é um país de grande desigualdade entre sua população. Com referência geográfica bem marcada entre as regiões do país. E, quanto a isso, por exemplo: para o IBGE, quem tem renda igual ou superior a cinco (05) salários mínimos por mês, ocupa a parcela dos 10% mais ricos do Brasil³⁰⁷.

Com isso em tela, a presente dissertação busca relacionar o fenômeno psicossocial e político chamado bolsonarismo, desde uma discussão acerca das classes sociais no Brasil, passando – mesmo que superficialmente – por aspectos da sua formação, elementos para a sua análise na contemporaneidade e

³⁰⁵Conceito que tomamos emprestado, pelo seu conteúdo, do professor Décio Saes e que, mais à frente neste texto, será explorado justamente.

³⁰⁶Conceito presente do trabalho de Reich, autor muito explorado neste trabalho. *Distribuição ideológica* pode ser encontrado em Psicologia de Massas do Fascismo, p. 34, conforme citação encontrada nas referências bibliográficas deste trabalho.

³⁰⁷Ver mais na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF (2017 – 2018), disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>, acessada em 25 de dezembro de 2019, às 21h.

caracterizações acerca do seu lugar ideológico e político frente à atual situação econômica, social e política do país e, por conseguinte, imersa em um ambiente global, mundializada.

2.2 - A misoginia e o pânico moral/sexual no golpe de 2016

Ademais dos aspectos evidentemente políticos e econômicos enunciados acima, o *impeachment* de Dilma Rousseff da Presidência em 2016 foi acompanhado por uma campanha nas redes sociais direcionada à imagem pessoal da então presidenta, evidentemente carregado de ideias conservadoras.

Uma importante pesquisa demonstrou o conteúdo marcadamente machista e misógino contra Dilma, amplamente disseminado por meio de imagens e vídeos, supostamente de humor, entre o período de 2014 e 2016, mais precisamente entre a Copa do Mundo de Futebol Masculino realizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), em junho de 2014, até agosto de 2016, quando há a finalização do processo do impeachment, consumando o golpe de Estado que depôs a presidenta eleita³⁰⁸.

Segundo dados, as conclusões da pesquisa evidenciam que as peças visuais distribuídas na internet acerca da então presidente Dilma expunham, recorrentemente, os seguintes conteúdos, com os quais a pesquisa decidiu por categorizar o material coletado:

(1) despersonalização ou invisibilização; (2) humilhação ou ridicularização; (3) objetificação ou sexualização; e (4) agressão ou violência. Pretendemos argumentar que essa produção cultural típica das redes sociais participa da produção de sentidos que reforçam a economia moral do sexismo no cotidiano político brasileiro.

A agenda moral é uma das dimensões do golpe de 2016, consagrado por meio do *impeachment*. Circunscrito desde o discurso do golpe, o aspecto moral,

³⁰⁸CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Júlia de Oliveira. Gênero e humor nas redes sociais: uma campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. *Opin. Publica*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 523-546, dezembro de 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000300523&lng=en&nrm=iso, Acessado em 27 de janeiro de 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018243523>.

apesar de nem sempre citado como tal, foi um dos elementos transversais ao longo do processo de destituição de Dilma Rousseff da Presidência, mas também do governo de Michel Temer e do debate eleitoral de 2018.

Para compreender o discurso do golpe, vale o estudo acerca das motivações verbalizadas pelos parlamentares ao declararem seus votos contra e a favor do impeachment. Quando dessa votação em 17 de abril de 2016, onde por 367 votos favoráveis, contra 137 votos contrários o mesmo foi aprovado, elementos que chamaram a atenção foram as justificativas apresentadas pelos parlamentares ao proferirem seus votos em plenário. Esses,

Nem sequer eram obrigados a apontar as razões de seus votos, mas o fizeram, o que torna bastante sintomático o conteúdo desses discursos comprometidos com a defesa da família tradicional e de sua moral conservadora. (QUINALHA, 2016, p. 132).

No ritual da votação do *impeachment*, cada deputado, antes de dizer “sim” ou “não”, precedia o seu voto com uma curta declaração de motivações. Ao invés de tratarem acerca dos aspectos políticos e/ou jurídicos da denúncia e do processo de julgamento da então presidenta, os deputados, em sua maioria, preferiam justificar os seus votos em nome de seus familiares, cidades de origem, e instituições, como a família, igreja ou exército (PRANDI e CARNEIRO, 2018). Como exemplo:

Pela minha família, minha esposa, meus filhos, pelas famílias brasileiras, pelas crianças do Brasil, pela minha Santa Rosa, meu povo do Rio Grande, pelo Brasil, é “sim”, sr. presidente! - Osmar Terra, PMDB-RS. (PRANDI e CARNEIRO, 2018, p. 6).

Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é “sim” - Pastor Eurico, PHS-PE. (Ibidem).

Segundo Prandi e Carneiro (2018), 136 deputados justificaram seus votos dedicando-os a parentes, em frases como “por minha família”, “por meu pai, minha mãe, meu(s) irmão(s), meu(s) filho(s) e filha(s), meu(s) neto(s)” etc.. Segundo o mesmo estudo (2018), outros 36 deputados dedicaram os seus votos em nome da família enquanto instituição, sendo frequente o uso de afirmações como: “pela família”, “pela família que o PT quis destruir”, “pela família brasileira” (p. 9).

Ou seja, ao todo, 33,6% das declarações de voto proferidas no plenário nessa ocasião se deram “pela família”, seja a dos próprios deputados ou a instituição em geral. A “defesa” da família foi o terceiro bloco de motivações, atrás apenas das

menções ao Brasil (“pelo Brasil), a segunda maior motivação; em primeiro lugar ficaram as menções à base eleitoral dos deputados (“por minha cidade”, “por meu estado”, “pelo povo de minha cidade”, etc.), sendo citada em 321 declarações de voto.

Como exemplo, para parâmetro de comparação, a motivação contra a corrupção, expressa em declarações do tipo: “contra a corrupção e os corruptos”, “contra a ladroagem”, “contra os ladrões do patrimônio nacional”, “contra os bandidos”; esteve presente em discursos de 66 deputados, totalizando 12,9% das declarações de voto, estando em 8º lugar no rol de frequências das justificativas dos deputados ao votar na matéria do *impeachment*. Quanto a isso, chama a atenção, também, que:

As chamadas pedaladas fiscais, por sua vez, foram relativamente pouco citadas. Reunidas com as referências às consequências econômicas e sociais de um avaliado mau governo, somaram apenas 6,5%. Quase nada quando a acusação de crime de responsabilidade foi o motivo legal para a abertura do processo contra a presidente. (PRANDI e CARNEIRO, 2018, p. 9).

Logo em seguida, quando da montagem do governo do presidente Michel Temer, o discurso do golpe se traduziu em política de governo e organização do Estado. Como exemplo, temos o fim do Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; a incorporação da Secretaria Especial de Direitos Humanos dentro da estrutura do Ministério da Justiça; a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) no âmbito do Ministério da Educação; e a composição absolutamente masculina e branca para o primeiro escalão do governo (ministros). Isso tudo se combina ao discurso oficial de posse de Michel Temer:

Finalmente, meus amigos, fundado num critério de alta religiosidade. E vocês sabem que religião vem do latim religio, religare, portanto, você, quando é religioso, você está fazendo uma religação. E o que nós queremos fazer agora, com o Brasil, é um ato religioso, é um ato de religação de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso País.

2.3 – A estratégia do pânico moral/sexual e a ascensão do bolsonarismo

Entre os meses de outubro e novembro de 2017, por ocasião da segunda visita da filósofa Judith Butler ao Brasil, ocorreu uma série de manifestações contrárias a sua presença. No meio digital e diretamente em manifestações em locais onde a mesma transitou, o discurso neoconservador insuflou um tipo de corrente de opinião e sentimentos que indicou a filósofa como uma inimiga, cuja presença no país deveria ser impedida. Como exemplo disso, temos que, por meio do site da Organização Não Governamental (ONG) de extrema direita *CitizenGO*³⁰⁹, foi organizado um abaixo-assinado que, ainda em outubro, alcançou cerca de 320.000 assinaturas³¹⁰, para o qual o texto dizia:

Judith Butler não é bem-vinda no Brasil! Nossa nação negou a ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação e nos Planos Municipais de Educação de quase todos os municípios. Não queremos uma ideologia que mascara um objetivo político marxista. Seus livros querem nos fazer crer que a identidade é variável e fruto da cultura. A ciência e, acima de tudo, a realidade nos mostram o contrário. Sua presença em nosso país num simpósio comunista, pago com o dinheiro de uma fundação internacional, não é desejada pela esmagadora maioria da população nacional. Zelamos pelas nossas crianças e pelo futuro do nosso Brasil. #ForaButler³¹¹.

No texto do abaixo-assinado encontramos afirmações contraditórias com fatos. Por exemplo, a vinda de Butler ao Brasil não se deveu a um simpósio comunista, mas sua participação em um seminário sobre democracia. Ademais, o texto faz um tipo de construção discursiva que relaciona gênero e marxismo à noção de ameaça, não só à moral, mas à nação. Nele, estão contidos elementos que remetem a um alerta, que objetivam desatar sentimentos de medo e apreensão em quem os lê.

Esse discurso, colocado em ação como manifestação pública fora do meio virtual, traduziu-se em um ato de “caça às bruxas”, inclusive com elementos literais, como fogueira, crucifixos etc. Em uma das manifestações no local onde ocorreu o

³⁰⁹De acordo com o site da organização, a mesma se destina a promover, por meio de petições em meio digital, valores da vida, família, liberdade, direitos individuais etc., disponível em: <https://www.citizenngo.org/en>, acessado em 02 de março de 2020, às 22h15min.

³¹⁰Ver mais em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html, acessado em 02 de março de 2020, às 21h.

³¹¹Disponível em: <https://www.citizenngo.org/pt-br/fm/108060-cancelamento-da-palestra-judith-butler-no-sesc-pompeia>, acessado em 02 e março de 2020, às 21h.

seminário com a presença da filósofa, ateou-se fogo em uma boneca de bruxa com o rosto de Butler (figura 1)³¹². Quanto a essa situação, a própria questiona:

Para aqueles que se opuseram à minha presença no Brasil, "Judith Butler" significava apenas a proponente de uma ideologia de gênero, a suposta fundadora desse ponto de vista absurdo e nefasto, alguém — aparentemente — que não acredita em restrições sexuais, cuja teoria destrói ensinamentos bíblicos e contesta fatos científicos. Como tudo isso aconteceu e o que isso significa?³¹³.

Simbolicamente, a imagem abaixo retrata um conjunto de elementos envolvidos na questão moral. Vê-se uma narrativa de “explicação” da situação do país, na placa onde se lê “O Chefe Destruiu o Brasil”; assim como pode-se extrair elementos para compreender o processo da reorganização das direitas, conforme discutido anteriormente neste trabalho, por meio da imagem de Fernando Henrique Cardoso como um dos bonecos a serem malhados.



Figura 1

Depois, em outro episódio, quando a filósofa, acompanhada de sua companheira, embarcava no aeroporto de Congonhas, em São Paulo (SP), as duas foram hostilizadas e agredidas³¹⁴. Em vídeo³¹⁵, é possível verificar os xingamentos: “assassina”, “corruptora de menores”, “porca” etc. Xingamentos que associavam a

³¹²Foto de Toni Pires, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html, acessado em 02 de março de 2020, às 21h30min.

³¹³Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml?origin=folha>, acessado em 02 de março de 2020.

³¹⁴Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/filosofa-judith-butler-e-alvo-de-ofensas-em-aeroporto-de-sp-e-mulher-e-agredida-ao-defende-la.ghtml>, acessado em 02 de março de 2020, às 22h.

³¹⁵Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=urNAs80yUDU>, acessado em 02 de março de 2020, às 22h.

figura de Butler com elementos criminosos e moralmente inaceitáveis. Por exemplo, à pedofilia e ao aborto, sendo esse último anunciado como assassinato de crianças. Com isso, voltamos à pergunta de Butler: “*Como tudo isso aconteceu e o que isso significa?*”³¹⁶.

Como já dito, a visita da filósofa se justificou por sua participação em um seminário que debateria democracia, como argumenta a própria:

Desde o começo, a oposição à minha presença no Brasil esteve envolta em uma fantasia. Um abaixo-assinado pedia ao Sesc Pompeia que cancelasse uma palestra que eu nunca iria ministrar. A palestra imaginária, ao que parece, seria sobre "gênero", embora o seminário planejado fosse dedicado ao tema "Os fins da democracia" ("The ends of democracy")³¹⁷.

Ademais, a ideologia de gênero é um termo sem fundamentação teórica, que visa desqualificar as teorias de gênero e gerar pânico moral, nos termos definidos por Cohen (1972), dessa forma, esses eventos violentos contra a visita de Butler ao Brasil descortinam que a atmosfera da esfera pública do debate político e ideológico fora alcançada por uma estratégia de supressão das categorias gênero e orientação sexual do debate público (FRANÇA, 2020). Sobre esse tema,

Uma leitura do nosso processo político recente encontra gênero e sexualidade no centro de estratégias discursivas conservadoras que foram fundamentais para o resultado das eleições presidenciais de 2018 e para a chegada da extrema-direita ao poder. (FRANÇA, 2020, p. 48).

O advogado argentino que se intitula enquanto pró-vida (ou seja, contra o direito das mulheres à interrupção do fluxo gestacional), Jorge Scala, escreveu um livro que tem sido amplamente repercutido em palestras, reuniões e artigos no Brasil e em outros países. O nome do livro é “*ideología de género: o el género como herramienta de poder*”³¹⁸. Nele, o advogado apresenta uma visão daquilo que seria a tal “Ideologia de gênero”. O objetivo do autor seria de alertar a sociedade sobre o corpo teórico encoberto que está por detrás de tal “ideologia”. Para isso, ele defende algumas ideias como fundamentais.

³¹⁶Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml?origin=folha>, acessado em 02 de março de 2020.

³¹⁷Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml?origin=folha>, acessado em 02 de março de 2020.

³¹⁸No Brasil o livro ganhou o seguinte título: “Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família.” A editora da tradução brasileira é a Katechesis.

Começa por afirmar que a gênese da “Ideologia de Gênero” estaria na afirmação de que os gêneros são socialmente construídos. Diante dessa, o autor chama a “*sociedade de bem*” a combater essa afirmação por meio da defesa da concepção biologizante, traduzida popularmente em “Homem nasce homem e mulher nasce mulher”. E esse faz a crítica como se a construção social dos gêneros criasse as condições para que as pessoas, não importando seu sexo biológico, pudessem escolher o gênero ao sabor do desejo diário; “hoje quero ser homem, amanhã quero ser mulher” (SCALA, 2010).

Se confrontarmos essa afirmação com o que é teorizado por Butler (2014), por exemplo, veremos que o que a autora defende é que o gênero se constrói a partir de processos de repetição estilizados de movimentos corporais (p.242). A partir de uma rápida observação sobre a sociedade, veremos padrões distintos de comportamentos entre pessoas identificadas com o gênero masculino e pessoas identificadas com o gênero feminino. Contudo, não são os gêneros que impelem as pessoas a determinados comportamentos e repetições estéticas. Pelo contrário, são as repetições dos padrões comportamentais que erigiram os gêneros, na nossa sociedade: gênero masculino e feminino. Esse processo de repetição é “*a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente, e também a forma mundana e ritualizada de sua repetição*” (BUTLER, 2014, p. 242). Essa é a teoria da performatividade. O gênero como performance é a construção social por meio da repetição. Quanto a isso:

A interpretação equivocada da performatividade como escolha de gênero, como se escolêssemos um peça de roupa no armário, pode ter origem no desejo utópico de escapar das coerções da heterossexualidade e do sistema de gênero binário identificado por Butler (...). (TAMSIN, 2017, p. 44).

Em nossa visão, a construção social dos gêneros tem materialidade nas relações sociais de produção e reprodução capitalistas. Podemos, ainda, fazer uma crítica à teoria da performatividade de Butler, por acreditarmos que a construção dos gêneros, mesmo que por repetição, se desenvolve, também, por meio de um processo de repressão, o que se dá por suas funções sociais: dominação, estranhamento e exploração. Contudo, a crítica contra Butler, que a acusa de defender o gênero como sendo um tipo de escolha individual fluida, que pode ser

realizada a cada manhã – como quem escolhe uma peça de roupa - não encontra base de sustentação nas teorias desenvolvidas pela autora.

Scala (2010), ainda, afirma que a dita “Ideologia de Gênero”, ao igualar ambos os sexos macho e fêmea como dotados da mesma capacidade de desenvolver ambos os gêneros, homem e mulher, seria um atentado ao matrimônio. Na visão do autor, o matrimônio não pode se dar com base na igualdade entre os sexos, visto que o objetivo do matrimônio seria de complementar no casal as diferenças e desigualdades entre os sexos. (SCALA, 2010).

Em terceiro lugar, o autor avança ao dizer que fundado aí estaria o grande atentado à família, pois “*se todo es família, nada es família*” (p. 33), ou seja, que a diversificação dos arranjos de família seria nada mais que a sua própria destruição, pois esses novos arranjos estariam sendo assentados sobre aquilo que ele chama de “núcleo mais íntimo” do ser humano, as diferenças sexuais, o que daria sentido ao matrimônio. Como conclusão, para o autor, a “ideologia de gênero” é um plano ideológico para mudar as concepções morais de toda a sociedade. (SCALA, 2010).

Na essência dessas afirmações de Scala (2010) está contida a negação do próprio gênero³¹⁹. Ao desacreditar o fato de que o gênero é um constructo social, nega a própria existência do mesmo. Para esse autor – utilizado aqui como um exemplo da produção de discursos neoconservadores -, o gênero não passa de uma representação imediata e natural do sexo. E esse último nada mais seria que a expressão pura da natureza. Ou seja, haveria uma espécie de consubstancialidade entre gênero, sexo e natureza. Para essa visão de mundo, o gênero não existe e o sexo está dado.

Talvez um dos casos mais simbólicos onde tenha sido proferido esse discurso, seja quando a atual Ministra da Mulher, Direitos Humanos e Família, a pastora Damares Alves, disse, dentre muitas outras afirmações partícipes da mesma concepção ideológica, que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”³²⁰. Ao combaterem o fato de que o gênero é um constructo social, negam a própria existência do mesmo. Para esses, gênero não passa de uma representação

³¹⁹Ver mais em: BORGES, Rafaela. BORGES. ZULMIRA. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. Revista Brasileira de Educação v. 23 e230039, 2018.

³²⁰Ver vídeo da Ministra fazendo tal afirmação, disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares-em-video/>, acessado dia 7 de fevereiro de 2019.

imediate e natural do sexo. Ou seja, haveria uma espécie de consubstancialidade entre gênero, sexo e natureza. Para essa visão de mundo o gênero não existe.

Essa é parte da estratégia de (re)naturalização do gênero, todavia, não pode deixar de ser compreendida como uma reafirmação escancarada do próprio processo de construção do gênero em nossa sociedade³²¹, uma radicalização desse discurso.

Na sociedade capitalista atual, o discurso que naturaliza os gêneros é majoritário. Sexo e gênero são vistos como a mesma coisa³²². Por exemplo, a descoberta do “sexo” de bebês ainda em gestação serve como um gatilho para a reivindicação de todo o aparato social de construção do gênero. Ao se descobrir o sexo, os pais, os demais familiares e amigos iniciam um conjunto de atitudes, e rituais para a adequação do potencial ser humano ao gênero que é identificado com os aspectos fisiológicos e biológicos Do feto em gestação. Todos se empenham no papel social de imposição/construção do gênero³²³, desde o mais básico da identidade, o nome; passando pelas roupas, brinquedos, acessórios de higiene. Tudo é atravessado pela tarefa de construção social do gênero da potencial criança, que sequer nasceu. Essa é a regra³²⁴. Conquanto, no período analisado, entre 2014 e 2018, exemplos como o envolvendo a visita de Judith Butler ao Brasil, expressam uma espécie de radicalização desse discurso. Quanto a isso,

A noção de “ideologia de gênero” está relacionada a um novo ativismo conservador, particularmente a partir da atuação da Igreja Católica na defesa do que considera o papel “natural” de homens e mulheres na família e na reprodução. No limite, ela foi construída de um suposto plano internacional levado a cabo por feministas e ativistas LGBTI para pôr fim à família e à diferença entre os sexos, corrompendo particularmente as crianças. (FRANÇA, 2020, p. 47).

Em setembro de 2017, uma exposição com obras de artistas consagrados, como Adriana Varejão, Cândido Portinari, Fernando Baril, Hudinilson Jr., Lygia Clark, Leonilson e Yuri Firmesa; que abordava temas de gênero e orientação sexual, foi alvo de questionamentos morais, proferidos em maioria nos meios digitais. A referida

³²¹Ver mais em revisão bibliográfica sobre diferentes trabalhos sobre gênero, Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. GÊNERO, Niterói, v.14, n.2, p.125-148, 1.sem.2014, [online] disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/626/380>, acessado dia 12 de dezembro de 2018 às 19:00.

³²²Ibid. Acessado dia 12 de dezembro de 2018 às 19:00.

³²³Ibid. Acessado dia 12 de dezembro de 2018 às 19:00.

³²⁴Recentemente, inclusive, se tornaram famosos os eventos de apresentação do “gênero” de crianças, os conhecidos “chás de revelação”.

exposição, *Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*³²⁵, foi encerrada sob forte pressão de figuras públicas de extrema direita, como o então prefeito de Porto Alegre Nelson Marchezan Jr. (PSDB), que se manifestou contra a mostra dizendo que ela exibia "*imagens de zoofilia e pedofilia*"³²⁶ e, por isso, teria de acabar.

O Movimento Brasil Livre (MBL) foi o principal movimento organizado na campanha contra a referida exposição³²⁷ promovendo um boicote contra a mesma. Questionaram-na sob o pretexto de defesa da moral, ao nível de alarde contra uma "ameaça" ao conjunto da sociedade, e para isso, a "defesa das crianças" foi o argumento central³²⁸. Acontece que a mesma organização política, o MBL, em 2018, no mínimo foi conivente com a eleição de Bolsonaro a presidente do país³²⁹. Pelo menos dois de seus coordenadores nacionais, Kim Kataguiri e Fernando Holiday declararam apoio a Bolsonaro no segundo turno da eleição. Fernando Holiday escreveu: "*Estamos em um momento decisivo. Por isso, nesse momento guardo todas minhas críticas a Bolsonaro numa gaveta e me uno a milhões de brasileiros que querem uma mudança de verdade*"³³⁰. Diante disso, lembramos que o próprio Bolsonaro, durante programa de televisão CQC (Bandeirantes)³³¹, que foi ao ar no dia 26 de março de 2012, assumiu publicamente já ter feito sexo com galinhas, fato que não provocou no movimento reação proporcional a assumida quando da exposição *queermuseu*.

³²⁵Ver mais sobre esse caso em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>, acessado dia 7 de fevereiro de 2019, às 10:00. E em um material oficial da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro e da AMEAV de apresentação da referida exposição, disponível em: http://eavparquelage.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/EAV_release_Queermuseu_bilingue.pdf, acessado dia 20 de março de 2019 às 19:40.

³²⁶Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html, acessado em 02 de março de 2020, às 23h20min.

³²⁷Ver mais em: DINIZ, Clarissa. *Queermuseu: decifra-me ou te devoro*. Concinnitas, ano 19, número 33, dezembro de 2018, [online], disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/download/39861/27935>, acessado dia 20 de março de 2019 às 19:50.

³²⁸Ibid. Acessado dia 20 de março de 2019 às 19:50.

³²⁹Em vídeo publicado no dia 18 de setembro de 2018, Kim Kataguiri, então coordenador nacional do movimento, defende medidas neoliberais para um possível governo Bolsonaro, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QGkjA90Wg0Q>, acessado em 05 de março de 2020, às 22h20min.

³³⁰Parte da declaração de apoio a Bolsonaro, publicada por Holiday em sua conta no *Twitter* dia 5 de outubro de 2018, disponível em: <https://twitter.com/FernandoHoliday/status/1048250490264465409>, acessado em 05 de março de 2020, às 22h30min.

³³¹Vídeo do programa no canal de Bolsonaro no *YouTube* disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3J2VT-zMQ1Y>, acessado em 05 de março de 2020.

O corpo ideológico atrás dessa ação alarmista quanto às questões morais é o mesmo que condena qualquer desvelamento da sexualidade na infância e que associa homossexualidade com pedofilia³³². Outro exemplo muito importante sobre o desenvolvimento desse discurso de ódio e medo no Brasil é o do Projeto de Lei “Escola Sem Partido”. Tal projeto, em debate no Congresso Nacional, foi aprovado na Assembleia Legislativa de Maceió e segue sendo debatido em muitas outras casas legislativas ao redor do país.

Em suma, o projeto prevê a censura dos professores e estudantes nas escolas³³³. Sob o argumento de que as escolas passaram a ser ambientes de “doutrinação ideológica” de jovens por parte dos professores³³⁴. Como consta em um dos objetivos presentes no site de divulgação das ideias contidas no projeto: *“apoiar iniciativas de estudantes e pais destinadas a combater a doutrinação ideológica, seja qual for a sua coloração.”*³³⁵.

Os defensores do projeto realizaram uma grande campanha, buscando legitimação legal na aprovação de tal lei³³⁶. Contudo, vale destacar um elemento. Em uma das Sessões Plenárias da Comissão parlamentar onde estava em tramitação até o final do ano de 2018, na Câmara dos Deputados, o Deputado e pastor Marco Feliciano deixou evidente o real objetivo do projeto. Ao utilizar seu poder de fala no espaço, o parlamentar disse que independente de o projeto ser aprovado ou não; e mesmo que fosse vetado pelo STF, seus proponentes já teriam ganhado, pois o medo já teria sido disseminado na sociedade e nas escolas e que agora os professores estariam com medo de seguir a dita “doutrinação ideológica”³³⁷. Disse ele: *“o Escola sem Partido já venceu porque os alunos não se calam mais.”*³³⁸.

Esse é o mais nítido objetivo verbalizado: instalar o pânico moral por meio dos temas da sexualidade, gênero e visão crítica da sociedade. Nesse sentido,

³³²Ibid. Acessado dia 20 de março de 2019 às 19:50.

³³³Ver mais em: GUILHERME, Alexandre A. PICOLI, Bruno A. Escola sem Partido — elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. Revista Brasileira de Educação v. 23 e230042, 2018.

³³⁴Ver mais em: <http://escolasempartido.org/objetivos>, acessado dia 18 de março de 2019, às 21:40.

³³⁵Ibid., acessado dia 18 de março de 2019, às 21:40.

³³⁶Ibid., acessado dia 18 de março de 2019, às 21:40.

³³⁷Ibid., acessado dia 18 de março de 2019, às 21:40.

³³⁸Ver em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/566500-COMISSAO-DO-PROJETO-ESCOLA-SEM-PARTIDO-VOLTA-A-SE-REUNIR-NESTA-QUINTA-FEIRA.html>, acessado dia 18 de março de 2019, às 21:51.

Assim, sexualidade – nas suas articulações com gênero – pode frequentemente estar no centro de ansiedades coletivas, sendo aqueles identificados como dissidentes sexuais os bodes expiatórios preferenciais. Ainda, quando se trata de medos e fantasias, os bodes expiatórios associam-se e multiplicam-se: comunistas, terroristas, estrangeiros, feministas, ativistas LGBTI...aparentemente, todos podem ser acusados de participar de uma grande concertação destinada a corromper a nossa sociedade nos seus valores mais caros. (FRANÇA, 2020, p. 46).

Insistimos no conceito de pânico moral para descrever os acontecidos referidos acima, a saber, os casos de violência e hostilidade contra Judith Butler, o fechamento da exposição *queermuseu* e o Projeto de Lei Escola sem Partido. Todos expressam elementos que confirmam o conceito de Cohen (1972),

As sociedades parecem estar sujeitas, de vez em quando, a períodos de pânico moral. Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas passa a ser definida como ameaça a valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são tripuladas por editores, bispos, políticos e outras pessoas com pensamento direitista; especialistas reconhecidos socialmente dão seus diagnósticos e soluções; formas de lidar com a situação evoluem ou (mais recorrentemente) são usadas com um propósito; as condições então desaparecem, submergem ou deterioram e tornam-se mais visíveis. Algumas vezes o objeto de pânico é uma novidade e outras vezes é algo que existe há bastante tempo, mas torna-se o foco repentinamente. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore ou memória coletiva; outras vezes há repercussões mais sérias e mais duradouras e podem produzir mudanças legais, na política social ou mesmo na forma como a sociedade concebe a si mesma (COHEN, 1972, p. 1).

Assim, esses casos de amplo embate discursivo a respeito de questões sexuais morais está inscrito em um rol de exemplos históricos comuns, onde a vida erótica, a sexualidade e, conseqüentemente, o papel social dos gêneros são aberta e politicamente debatidos na sociedade (RUBIN, 1984). O pânico moral/sexual instalado no país atravessou o debate político e foi, ao fim, canalizado para a ascensão do bolsonarismo.

2.4 - O ressentimento do bolsonarismo

Em pesquisa realizada pela professora Esther Solano (2018), encontramos uma série de transcrições de entrevistas com apoiadores de Jair Bolsonaro para a eleição presidencial de 2018. Em uma dessas, que nos chamou a atenção especial, lê-se a seguinte afirmação:

Eu sempre digo que, ultimamente, quem menos direitos tem neste país é o homem branco que não é gay. Se for mulher tem direitos. Se for negro, mais

ainda, cotas, não sei o que. Se for gay, a mesma coisa, ninguém pode falar nada, que já é preconceito. E a gente. Quem protege? Que direitos temos nós? Eu também posso me manifestar dizendo que sou homem branco? Eles têm direito e eu não? (SOLANO, 2018, p. 22).

A fala do entrevistado nos remete ao conceito de ressentimento, tal como interpretado por Adorno e Horkheimer (1971; 1985), e acreditamos que por meio dele melhor nos aproximamos da sua compreensão. Em *Dialética do esclarecimento*, esses mesmos autores (1985) trabalharam aquilo que identificaram como uma tendência à regressão na modernidade. Críticos a esse “momento” da civilização - à sociedade burguesa - analisaram que, nele próprio, encontram-se latentes elementos patológicos de destrutividade.

Os autores (1971; 1985), para a construção do conceito de ressentimento, partiram, em certa medida, do trabalho de Nietzsche, segundo o qual (2009), ressentimento seria – na aparência - o rancor nutrido na moral escrava contra os valores cultivados na moral aristocrática. Enquanto na moral aristocrática seriam amanhados preceitos do orgulho, da força etc., na moral escrava, os princípios seriam da vingança e da calúnia contra a força e o amor à vida (p. 16). Essa concepção levou o autor (2009) a afirmar que o ressentimento seria o produtor do cristianismo e do socialismo, expressando as consequências do ressentimento contra senhores aristocráticos. Nesse último, o socialismo, a moral do ressentimento seria tornada a regra na sociedade.

Já Adorno e Horkheimer (1985), em sua interpretação do conceito, livra-o do posicionamento assumido por Nietzsche (2009), expresso na caracterização da relação entre ressentimento, igreja e socialismo; e o utiliza como parte da crítica à modernidade. Pois, segundo os autores (1985), o progresso na sociedade burguesa se volta contra ela própria, traduzindo-se na tendência à regressão da razão esclarecida, o que se torna a esfera do ressentimento.

Para compreendermos o conceito de ressentimento, partiremos de outro, também fundamental, a paranoia, mais especificamente: paranoia intelectual, tal como descrita por Adorno e Horkheimer (1971;1985). A persistência da hegemonia do capital, submetendo o conhecimento aos ditames do valor de troca, impõe um tipo de recalçamento da razão, tornada incapaz de compreender o movimento real do objeto, ou seja, impedida da possibilidade de assimilar criticamente as contradições da civilização.

Tolhida da possibilidade de alcançar a totalidade, a razão simula o domínio de tudo. Assim, o comportamento do sujeito que se percebe como cognoscente, mas que tem sua razão submetida à hegemonia do capital, se desenvolve como paranóico:

(...) o paranóico não consegue deixar de transgredir um complexo de interesses determinados por seu destino psicológico. Seu discernimento consome-se no círculo traçado pela idéia fixa, assim como o engenho da humanidade se liquida a si mesmo na órbita da civilização técnica. A paranóia é a sombra do conhecimento. (ADORNO, 1985, p. 182).

Essa, que é uma falsa consciência de tudo, ao impossibilitar a crítica, impede o desenvolvimento da autorreflexão. Assim, só há um caminho a seguir: a reprodução do pretense domínio de tudo, a "*pretensão que levou seu juízo ao fracasso*" (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 181). Ou seja, no plano epistêmico, a paranoia do conhecimento impõe a semiformação (ADORNO; HORKHEIMER, 1971).

Por semiformação entende-se uma forma de negação do caráter crítico da cultura. Esse conceito, por sua vez, nos remete ao conceito de *dessublimação repressiva*, tal como trabalho por Marcuse (1969) e já discutido no capítulo 2 desta dissertação. Na dessublimação repressiva, o sujeito é impelido a uma satisfação imediata das suas pulsões que é, na realidade, uma falsa satisfação. No conceito de semiformação, o sujeito, já paranóico, se arvora conhecedor e dominador de tudo – o que é típico dos valores da modernidade. Ambas, satisfação e conhecimento de tudo são falsos. Quanto a isso:

No clima da semiformação, os conteúdos objetivos, coisificados e com caráter de mercadoria da formação cultural, sobrevivem à custa de seu conteúdo de verdade e de suas relações vivas com o sujeito vivo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1971, p. 245).

Com isso, tendo o conhecimento sido submetido à paranoia e "disseminado" pela semiformação, se combina com os impulsos destrutivos no indivíduo e impõe a incapacidade de autorreflexão, o que será, assim, compreendida por Adorno e Horkheimer (1985) como o ressentimento. Esse é erigido pela incapacidade de elaborar acerca do mal-estar da civilização, compreendido pela não realização das pulsões humanas. Tal como na *dessublimação repressiva*, a paranoia impede que os sujeitos (e o conjunto da sociedade) compreendam os motivos da não emancipação

da humanidade, da ausência de liberdade, do impedimento ao livre desenvolvimento dos potenciais humanos, da não realização da sexualidade etc..

A falsa consciência de harmonia entre princípio do prazer e princípio de realidade; assim como a falsa compreensão do domínio de tudo, impedem que se perceba a repressão, a dominação e a exploração. Incapaz de compreender a verdade da contradição fundamental da civilização, o mal-estar é “desvendado” a partir de falsas explicações, o que os autores (1985) chamarão de falsa projeção:

A falsa projeção é o usurpador do reino da liberdade e da cultura; a paranóia é o sintoma do indivíduo semicultivado. Para ele, todas as palavras convertem-se num sistema alucinatório, na tentativa de tomar posse pelo espírito de tudo aquilo que sua experiência não alcança, de dar arbitrariamente um sentido ao mundo que torna o homem sem sentido, mas ao mesmo tempo se transformam também na tentativa de difamar o espírito e a experiência de que se está excluído e de imputar-lhes a culpa que, na verdade, é da sociedade que o exclui do espírito e da experiência. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 182).

Não há satisfação real e não há conhecimento da verdade sob a hegemonia do capital. Como são falsas, falseiam satisfação, o que proporciona o desenvolvimento da destrutividade, pois o mal-estar permanece. Essa destrutividade paranóica e ressentida, em situações de aumento das tensões advindas do mal-estar na civilização, por exemplo em situações de crises, são tornadas passíveis de serem direcionadas contra falsos inimigos, o que oferta ao paranoico a possibilidade de dar vazão a sua destrutividade, por meio da hostilidade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). O fascismo é expressão desse processo. O pânico moral impele aos ressentidos semiformados a identificar grupos/sujeitos pré-definidos, em geral pelos agitadores fascistas, como os verdadeiros responsáveis pelo mal-estar não elaborado. Assim, o sujeito amedrontado frente ao um mundo desconhecido – mesmo que pense que conheça – se vê possibilitado a descarregar seu medo em forma de ódio. Quando a isso:

A cólera é descarregada sobre os desamparados que chamam a atenção. E como as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos, cada uma delas pode tomar o lugar do assassino, na mesma volúpia cega do homicídio, tão logo se converta na norma e se sinta poderosa enquanto tal. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 160).

O entrevistado da pesquisa identifica as ditas “minorias” como inimigas contra quem deve-se verter o rancor: o ressentimento. O discurso do entrevistado é evidentemente paranoico, tendo-se que, no mundo e especialmente no Brasil,

mulheres, negros e LGBTI+, são alvos de discriminação e violência, seja institucionalizada ou não.

No Brasil, pesquisa realizada pela Catho, reafirmou o que correntemente é verificado cientificamente: mulheres ganham menos que homens em todos os cargos e áreas³³⁹. Também em 2018, ano em que o entrevistado fez a afirmação aqui citada, uma pessoa LGBTI+ foi assassinada a cada 20 horas em crimes de ódio, por motivo de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero³⁴⁰. E, de acordo com dados do Depen (Departamento penitenciário nacional), no sistema penitenciário brasileiro, 61,7% são pretos ou pardos. Na sociedade em geral, 53,63% da população brasileira têm essa característica. Os brancos, inversamente, são 37,22% dos encarcerados, enquanto são 45,48% na população em geral³⁴¹. Ou seja, não é verdade que negros, LGBTI+ e mulheres são privilegiados no Brasil.

Não obstante ser expressão do ressentimento, a propagação de discursos de ódio contra LGBTI+, mulheres feministas e negros, tal como discutido na parte anterior deste trabalho sobre o pânico moral sexual; o processo do golpe (2014-2016), em nossa opinião, carrega traços de reação. E é com essa afirmação que queremos incluir à análise do bolsonarismo a partir dos autores citados, nossa abordagem sobre o desenvolvimento concreto do ressentimento no Brasil, no processo do golpe (2016) e da eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da república, em 2018.

A propaganda bolsonarista contribuiu para o pânico moral sexual, construindo, no imaginário dos ressentidos, a figura dos inimigos a serem alvos de suas hostilidades. O pano de fundo social, político e econômico, já abordado anteriormente, foi o que intensificou o mal-estar e o acúmulo da postura anti-social, destrutiva.

Ademais, as transformações sociosexuais, na família e as conquistas, realizadas por mulheres, LGBTI+ e negros ocorridas no último período –

³³⁹Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml>, acessado em 07 de março de 2020, às 19h.

³⁴⁰ Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2019/01/um-lgbt-morreu-a-cada-20-horas-no-brasil-em-2018-confira-dados-do-relatorio>, acessado em 07 de março de 2020, às 19h.

³⁴¹ Dados disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>, acessado em 07 de março de 2020, às 19h30min.

coincidentes no Brasil com os governos do PT - foram requeridas pela propaganda bolsonarista para “evidenciar” o perigo, significar o medo e o ressentimento. Uma reação do ressentimento, traduzida “programaticamente” na defesa do “retorno” do homem cis branco e hétero. Assim, o tema da sexualidade é identificado como central para dar significado, também, ao antipetismo – que seria o responsável pelo deslocamento de posto central do homem cis branco e hétero. Direitos, por Bolsonaro, são afirmados como elementos de desigualdade, colocando esse homem branco e hétero em posição de desprestígio na sociedade. Essa é a falsa projeção dos ressentidos.

No século XX houve um declínio profundo e gradual do patriarcado. A primeira ruptura teria sido no início do século, tendo a revolução Russa como um grande marco. Logo mais, nas décadas de 1940 e 1950 foi a vez do leste asiático, no Japão sob ocupação americana e na China por conta da Revolução Comunista. Com isso, se combinou a expansão da revolução comunista sobre o Leste Europeu, também golpeando o patriarcado fortemente na região. E, principalmente os acontecimentos de 1968 e os anos que se seguiram na chamada “Revolução Sexual” (THERBORN, 2006). O autor destaca que *“em particular os anos por volta de 1975 (Ano Internacional da Mulher), provocaram uma onda mundial contra os poderes e privilégios especiais de pais e maridos”* (2006, p.430).

Esse processo de enfraquecimento do patriarcado, obviamente, não ocorreu em termos absolutos. Assim como Therborn (2006), afirmamos que não houve um fim da opressão contra as mulheres e uma libertação genuína da sexualidade, como já abordamos na primeira parte deste trabalho. Tampouco a “revolução sexual” se deu em termos substantivos, sendo essencialmente liberal. Contudo, faz-se importante compreender as transformações na família que, conseqüentemente, questionaram aspectos do patriarcado de forma concreta. Enquanto uma ideologia partícipe do capitalismo, compondo a unidade dos contrários que o determina, o patriarcado segue persistindo, nos marcos do sistema e modo de produção capitalista, em termos do afirmado na *Teoria Unitária*, tal qual defendida por Cinzia Arruzza (2015).

Por exemplo, arranjos familiares cuja “chefe” é uma mulher e não há um homem, constituem um cenário de nítida ruptura com o patriarcado em termos concretos, essa não é uma família patriarcal. Segundo dados do IBGE, em 2015, no

Brasil, havia 11,6 milhões de famílias de mulheres sem cônjuge e com filhos, representando um aumento de 1,1 milhão com relação ao observado pelo mesmo instituto, em 2005³⁴².

Considerando as famílias com filhos, entre 2005 e 2015, diminuiu a quantidade de famílias de casal formadas por um homem e uma mulher, cujo homem é a referência; e aumentou o número de famílias com mulheres sem cônjuge, a primeira configuração de família diminuiu de 66,3% para 53,9%; enquanto as famílias de mães sem cônjuge passaram de 25,8% para 26,8%. O caso de arranjo familiar com maior alteração proporcional foi o de família com casal (homem e mulher), em que a referência é a mulher, passando de 4,8% para 15,7%, segundo dados do IBGE³⁴³.

Mas nem por isso essas famílias de novos arranjos frente ao tradicional modelo da família patriarcal monogâmica estão livres do patriarcado enquanto uma ideologia, não deixaram de sofrer os preconceitos e inúmeras formas de opressão e discriminação, na circunscrição de toda a complexidade da relação social historicamente constituída do patriarcado e interna à totalidade do capitalismo. A título de exemplo, temos que, durante a campanha presidencial de 2018, o então candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro, o general Hamilton Mourão (PRTB), em evento de campanha no Sindicato da Habitação (Secovi), em São Paulo (SP), fez a seguinte declaração:

A partir do momento em que a família é dissociada, surgem os problemas sociais. Atacam eminentemente nas áreas carentes, onde não há pai e avô, é mãe e avó. E, por isso, torna-se realmente uma fábrica de elementos desajustados que tendem a ingressar nessas narcoquadrilhas.³⁴⁴

Observa-se nesse padrão discursivo do bolsonarismo, como vimos acima, a agitação permanente da “defesa da família” enquanto instituição central da sociedade. Nas palavras do então candidato a vice-presidente, há uma nítida associação do declínio do patriarcado como sendo o declínio da própria família, e esse à violência, narcotráfico etc..

Começamos por diferenciar o declínio do patriarcado das transformações da família. Essa, enquanto instituição central para a reprodução das relações sociais do

³⁴²Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml>, acessado em 07 de março de 2020, às 15h15min.

³⁴³Cf. nota 172.

³⁴⁴Disponível em: <https://istoe.com.br/casa-de-mae-solteira-e-fabrica-de-desajustados-diz-mourao/>, acessado em 07 de março de 2020, às 15h.

capitalismo segue, mesmo que vivendo processo intenso de transformação. Assim, surgem novas configurações de família, sem deixarem de esbanjar toda sua importância social, política, econômica e cultural na sociedade. Mas é verdade que houve um intenso processo de enfraquecimento do patriarcado.

Apoiada nesses acontecimentos históricos verificados por Therborn (2006) e os dados expressos acima, a afirmação do vice-presidente compõe um tipo de discurso que busca associar a queda das condições de vida das classes trabalhadoras, a violência e aspectos da crise social e econômica ao “enfraquecimento da família”, enquanto instituição fundante da sociedade. Também durante a campanha presidencial de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro, em encontro com o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta, defendeu:

Assinamos um compromisso em defesa da família, em defesa da inocência da criança em sala de aula, em defesa da liberdade das religiões, contrário ao aborto, contrário à legalização das drogas. Ou seja, um compromisso que está no coração de todo brasileiro de bem.³⁴⁵

A fala acima associa a “defesa da família” a uma defesa da infância, da liberdade religiosa; inclui o tema das drogas, associando a legalização a algo contrário às famílias. A própria construção discursiva de “defesa da família” remete a uma situação de ameaça. Defende-se aquilo que está ameaçado, em suspeição, passível de destruição. Entendemos, portanto, que o pânico moral sexual se constrói, também, por meio desse tipo de alarde de que a família está sendo destruída, o que seria uma espécie de crise de ordem societária. Assim, o bolsonarismo se colocou em uma espécie de front contra os inimigos da humanidade de conjunto.

Diante das primeiras ondas da atual crise da economia global capitalista, os países adotaram medidas de austeridade e controle rígido fiscal. Os longos anos neoliberais fincaram marcas profundas na sociedade. As máximas neoliberais de redução do Estado frente às demandas do trabalho, de políticas sociais, serviços públicos em geral e demais necessidades humanas estão sendo elevadas ao extremo. É necessário colocar na conta da análise outro papel assumido nas famílias, mesmo em suas novas configurações. A família e o Estado são mecanismos indiretos de produção de mais-valia pela divisão do custo social da

³⁴⁵Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-diz-ter-firmado-compromisso-em-defesa-da-familia>, acessado em 07 de março de 2020, às 15h30mi.

exploração da força de trabalho. Quanto à provisão estatal, esse custo é fracionado para o conjunto da sociedade, mediante aos impostos e as disputas pelo fundo público (BEHRING, 2003).

As famílias são pressionadas constantemente para terem cada vez mais participação na absorção dos custos da exploração do trabalho. Quanto menos Estado para as demandas sociais, mais as famílias são tornadas responsáveis pelo cuidado e demais exigências da reprodução da força de trabalho. Aqui reside um combustível econômico concreto e atual para a cruzada moral do bolsonarismo em defesa do patriarcado. Sob uma política austera e com altos níveis de desemprego, as famílias são ainda mais requisitadas para cobrir aquilo que o cobertor do Estado já esqueceu. Para exemplificar, Adréia Gama afirmou que,

as famílias brasileiras encontram-se no interior de uma lógica de custo-benefício para o cuidado às crianças pequenas, seja através da inserção feminina em empregos precários e de tempo parcial na tentativa de “conciliar” esses trabalhos, seja ainda se utilizando dos recursos da empregada doméstica, da família ampliada e/ou de redes sociais de apoio, ou mesmo diminuindo o número de filhos, como mostram as estatísticas demográficas (2012, p. 229)

Ou seja, a família, longe de ser apenas uma fábrica de ideologia, é também de força de trabalho. Isso denuncia a relevância da família e esse âmbito de reprodução sobre o processo em si de produção. A força de trabalho é uma mercadoria especial dentre as demais mercadorias na sociedade capitalista. Sua produção e reprodução jamais podem ser sabidas apartadas do caráter intrínseco da relação entre produção e reprodução das próprias relações sociais capitalistas. Ainda de acordo com a autora,

o traço familista na provisão de cuidado associado à estruturação do mercado de trabalho e no seu interior, o tipo de inserção das mulheres estudadas, bem como a natureza da provisão da EI no Brasil evidencia que o cuidado é desenvolvido de forma residual pelo Estado e deixado à cargo das mulheres [trabalhadoras] o desenvolvimento de estratégias para enfrentar o conflito entre trabalho e responsabilidades familiares (2012, p. 231).

Portanto, não é possível compreender a cruzada moral como algo restrito ao campo dos costumes, na cultura. Para o capitalismo se manter é necessário reproduzir a cada dia as condições de exploração e dominação de classe. Isso significa organizar e preservar as formas de explorar a classe trabalhadora, por diferentes meios: o direito trabalhista (que está sendo atacado com a reforma trabalhista para permitir maior exploração); a organização do sistema de saúde

pública (que deveria garantir a saúde da força de trabalho e está sendo sistematicamente sucateado); a educação pública (que deveria garantir a qualificação da força de trabalho e seu preparo ideológico para se submeter à exploração e a dominação, e que está sendo censurada e sucateada pelo atual governo); as polícias (que defendem a propriedade privada, reprimem e matam militantes, pobres, negros, etc.); a grande mídia (que difunde ideologias que tornam tudo isso algo legítimo e natural), dentre outros. Cada uma dessas instituições e aparelhos são organizados e legitimados pelo Estado burguês, de modo a garantir que no terreno da economia os lucros dos capitalistas sejam os mais altos possíveis.

O controle social dos indivíduos, a disciplina imposta pela produção, os padrões culturais de consumo e status estão diretamente ligados às hierarquias de gênero, raça e orientação sexual, e também de classe social. A vida de cada pessoa, no sentido mais imediato e cotidiano, é definida e regulada por aparelhos, instituições e práticas que se realizam desde o terreno mais íntimo da esfera “privada”, dos costumes e comportamentos, até a organização social mais ampla, como já mencionado.

O problema é que esse processo assume uma lógica própria, que se desdobra em formas ideológicas (mensagens, ideias e “verdades”) que existem e circulam no terreno da “cultura”. Por isso, as pessoas acham “normal” uma mulher ganhar um salário menor que um homem, um jovem negro ser sempre um “suspeito” de algum crime, e um homossexual ser um “pervertido” ou um “doente”. Em todos os casos, o resultado é aceitar a retirada de direitos sociais dessas pessoas, a negação da igualdade, ou, no máximo, que seus problemas são privados e que se resolvem quando se tem acesso ao consumo. Essa é a base da igualdade formal que esconde e legitima a desigualdade real.

O conjunto da classe trabalhadora está desafiado por uma enorme taxa de violências contra setores oprimidos. Ao mesmo tempo há uma evolução gigantesca do seu combate cultural e político. Em todo o mundo, há um aprofundamento da polarização ideológica. As lutas sociais que envolvem milhões contra as violências às mulheres, LGBTI+s e a população negra e/ou imigrante de vários países têm sido cada vez mais a marca deste momento em nossa realidade histórica.

Ao mesmo tempo em que crescem as alternativas autoritária, populistas e reacionárias, também se desenvolvem as pautas democráticas contra as opressões,

tal qual evidencia a legalização do aborto na Argentina nesse ano após muitos anos de luta das mulheres desse país.

2.5 – Psicologia de massas do bolsonarismo

Uma das características do bolsonarismo que nos chamou a atenção nesta pesquisa é sua carga emocional. O discurso de ódio, assim como as violências contra pessoas LGBTI+, por exemplo, são atravessadas por afetos. O bolsonarismo, enquanto um fenômeno político constitui-se como um movimento de massas reacionário análogo ao fenômeno de massas fascista da década de 1930. Conforme Reich asseverou,

A mentalidade fascista é a mentalidade do “Zé Ninguém”, que é subjugado, sedento de autoridade e, ao mesmo tempo, revoltado. Não é por acaso que todos os ditadores fascistas são oriundos do ambiente reacionário do “Zé Ninguém”. (REICH, 1974, p. 13).

Os sujeitos do bolsonarismo também apresentam um tipo de comportamento que articula submissão e revolta. Para a sua compreensão, julgamos necessária a abordagem do conceito de massas, que, assim como qualquer outro, é histórico, tal como o pensamento o é. Gustave Le Bon, ao observar Comuna de Paris de 1871, afirmou em *Psicologia das multidões* que

(...) o advento das classes populares na vida política, quer dizer, sua transformação em classes diretoras, é uma das características mais salientes de nossa época em transição. (...) Hoje as reivindicações das multidões se apresentam cada vez com maior força, pretendendo destruir por completo a sociedade atual para levá-la ao comunismo primitivo, que foi o estado normal de todos os grupos humanos de outrora na civilização. [...] Pouco aptas para a reflexão, as multidões são, pelo contrário, muito aptas para a ação. (2008, p. 17-18)

Para o autor, as massas, descritas a partir do plano da ação, seriam *per se* um estado de regressão social, um retorno ao primitivo. Conquanto, outra característica percebida pelo mesmo é o poder do que chama de multidões. O que é nítido quando o autor fala em como essas são perigosas, capazes de mudar o padrão civilizacional da sociedade.

Para entender do que fala Le Bon é crucial não confundir seu conceito com o popularmente descrito por *multidões*³⁴⁶, grandes aglomerados de pessoas, indistintos de marcadores sociais, raciais, regionais ou nacionais. E deve-se fazê-lo não pela negação da descrição realizada pelo autor, mas pela afirmação do corpo teórico que reveste o objeto e o coloca em posição de conceito. Com isso, Le Bon diz:

Milhares de indivíduos separados podem em um dado momento, sob a influência de certas emoções violentas, um grande acontecimento nacional, por exemplo, adquirir características de uma multidão psicológica. [...]. Em certas horas da história, meia dúzia de homens pode constituir uma multidão psicológica, ao passo que centena de indivíduos reunidos acidentalmente podem não constituí-la. Por outro lado, um povo inteiro, sem que haja aglomeração visível, às vezes torna-se multidão sob a ação desta ou daquela influência. (LE BON, 2008, P. 30)

A pista para esse estudo é facilmente perceptível quando da recorrência com que indivíduos isoladamente são diferentes de indivíduos inseridos nas *multidões* (2008). Seguindo pela sua tese acerca da regressão atingida pelas multidões, o autor ainda diz que o “*simples fato de fazer parte de uma multidão, o homem desce, portanto, vários graus na escala da civilização. Isolado era talvez um indivíduo culto, na multidão é um instintivo, conseqüentemente um bárbaro.*” (2008, p. 36-37).

A localização política à direita ocupada por Le Bon pode ser uma das explicações acerca das conclusões alcançadas pelo mesmo em seu assertivo processo de observação desse fenômeno na sociedade. Para isso, recorreremos aos outros autores frankfurtianos Horkheimer e Adorno, que disseram:

(...) a ênfase valorativa em toda a sua obra é predominantemente negativa; para Le Bon, a massa é, em sua essência, inimiga dos princípios da cultura. A “alma das massas” converte-se no pérfido inimigo da alma da raça, produtora de valores culturais, e que, não obstante, constitui o núcleo inconsciente da alma da massa – uma contradição em termos com que Le Bon não parece preocupar-se. (1973, p. 73)

Outro autor que descreveu e teorizou sobre o fenômeno social das massas, o representou, também, como algo aproximado de uma patologia. A partir do conceito de *crime de massa*, Sighele (1954) descreveu o fenômeno em tela como sendo um conjunto de indivíduos que se movem por *sugestão*, como se passassem a se mover

³⁴⁶É comum a tradução do trabalho de Le Bon como sendo diretamente “massas”. Entretanto, apesar de ser reconhecido como um dos primeiros e mais importantes estudos sobre o fenômeno das massas, o mais correto seria a tradução, por conseguinte a apreensão da palavra “multidões”. O que se torna mais explícito ao longo do estudo do seu trabalho, onde há um peso maior para a descrição, mesmo que carregada de opiniões e caracterizações.

por fora de suas próprias consciências, como um corpo movido por condutores externos.

Já no trabalho de Gabriel Tarde, “*As leis da Imitação*”, o autor defendeu que massas seria um conceito ultrapassado, sendo suas ocorrências melhor explicadas pelo conceito de *públicos*, esse sendo formado a partir de contágios psíquicos realizados nas relações sociais diretas, como o contato físico. Aqui é possível inferir a importância do contexto da urbanização para os autores, um processo ainda recente de construção de grandes cidades junto ao processo inicial de desenvolvimento das classes sociais na sociedade capitalista europeia no final do século XIX, em especial a condição de concentração da classe operária nos grandes centros urbanos/industriais.

Para além da descrição do fenômeno, Freud em seu trabalho, especialmente no livro *Psicologia das massas e análise do eu*, se detém a buscar compreender a questão com maior profundidade. Enquanto Le Bon (2008) indica a existência de uma alma das multidões, Freud (1995, 2010) busca explicar a estrutura psicológica preexistente, utilizada como substrato das relações psicológicas encontradas nas massas – ou chamadas multidões. Para essa cartografia psicológica das massas – e também do conjunto da sociedade -, o autor irá se apoiar no arcabouço da psicanálise.

Assim sendo, o autor admite em seu percurso analítico um tipo de dualismo pulsional composto por amor e ódio, *Eros* e *Tanatos*, pulsão de vida e pulsão de morte, pulsões sexuais e pulsões agressivas. Assumindo esse pensamento, poderíamos discorrer sobre a sociedade pela afirmação de que tanto a agressividade quanto as pulsões sexuais são formuladoras do humano. E colocando isso diante do estudo acima, acerca do conceito de massas, extraímos o seguinte para exemplificar: “*a agressividade talvez não ache satisfação no mundo exterior, porque se depara com obstáculos reais*” (2010, p. 255). Nisso há uma nítida identificação de referencial entre Freud e Le Bon, onde, nas massas, os indivíduos teriam liberados alguns de seus impulsos reprimidos em sociedade, o que Le Bon (2008) identificou como comportamento bárbaro ou infantil.

Contudo, se contrapondo às afirmações trabalhadas sobre as massas até então, Freud, no trabalho escrito em 1921, a *Psicologia de Grupo e análise do Ego*, arranca da compreensão basilar de que não há sentido na divisão entre psicologia

individual e social, visto que o indivíduo se forma na relação com outros indivíduos; para questionar as afirmações, principalmente as de Le Bon, onde o mesmo afirma que, nas massas, os indivíduos estariam em estado de exacerbação de afetos e inibição do pensamento. Freud ultrapassou esse ao afirmar que as massas seriam como “*certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal de ego e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego*” (1995, p. 147).

Para Freud, a ideia de sugestão é muito simplória diante do fenômeno, ou seja, volta-se ao substrato da edificação das massas (1995). Em *Psicologia das massas e análise do eu* (2011), Freud inverte o curso da psicologia das massas. Em primeiro lugar, por deslocar a mesma do referencial amedrontado pelos processos revolucionários do começo do século XX, como uma ferramenta de descrição dos processos de regressão que estariam por ameaçar o triunfo das sociedades europeias desse período. No mesmo trabalho, Freud irá inverter a lógica. Como dito acima, a psicologia das massas já não mais se limitaria a uma dicotomia entre massas e grupos organizados.

Por buscar na sociedade o substrato da regressão social e não entendê-la como advinda do próprio fenômeno das massas, o autor irá desvelar um caminho até a sociedade dita normal, identificando nela, mesmo em condições absolutamente tidas como regulares e mesmo que “camuflada”, a regressão imanente da sociedade. Freud desenvolveu essa tese a partir do estudo de duas instituições organizadas da sociedade, a igreja e as forças armadas, para descrever a natureza regressiva das massas.

E sua conclusão foi de que essas duas instituições simbolicamente seriam o destino da sociedade liberal. Dessa forma, podemos dizer que a virada feita por Freud à psicologia das massas a tirou do lugar de estudo clínico de fenômenos próprios e alheios à pretensa racionalidade da sociedade, para se tornar a análise das latências de regressão imanentes à racionalidade da sociedade liberal. Por excelência, uma autocrítica à constituição do humano moderno.

É recorrente na história, pelo menos a moderna, a erupção de fenômenos em que indivíduos somados por relações afetivas, onde há texturas de prazeres, constituem uma poderosa força social, cujos laços indicam imbricações psicológicas e que o resultado da somatória dessas partes é superior às partes somadas,

portanto, na qual há um salto de qualidade entre indivíduo e coletivo, voltando para a conformação de um tipo de ator comum, o que já foi chamado de “multidões” por Le Bon, retomando ao citado, e que aqui chamamos de massas, sob orientação dos outros citados. Onde, neste trabalho, localizamos o bolsonarismo.

A constituição do fenômeno das massas indica que, apesar de novo – por ser ele próprio um fenômeno, o mesmo se alicerça em processos “anteriores”. Portanto, para além do estudo propriamente do fenômeno, é crucial a discussão acerca do ambiente do fenômeno, ou seja, o seu substrato, aquilo que lhe serviu de alimento, que propiciou o salto de qualidade.

Segundo Reich,

A nossa psicologia política não caberá outra coisa que um estudo do “fator subjetivo da história”, da estrutura do caráter do homem numa determinada época e da estrutura ideológica da sociedade que ela forma. Esta psicologia não se opõe, como a psicologia reacionária e a economia psicologista, à sociologia de Marx, quando lhe sugere uma “visão psicológica” dos fenômenos sociais; pelo contrário, ela reconhece o mérito dessa sociologia que a partir da existência infere uma consciência. (REICH, 1974, p. 36)

Nesse momento, há uma forte aproximação entre Reich e Freud – não só aqui, claro, os dois trabalharam juntos e a produção de Reich guarda inúmeras referências a Freud -, talvez não na conclusão, mas na premissa da relevância da abordagem psicológica frente a fenômenos sociais. Freud disse:

A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou das massas, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde boa parte de sua agudeza se a examinarmos mais detidamente. É certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado mais inteiramente justificado. (2011, p. 14)

Seguindo por esse caminho tortuoso de confrontos, podemos colocar esses autores diante de Durkheim, quando esse diz que “*todas as vezes que um fenômeno social é diretamente explicado por um fenômeno psíquico, podemos estar seguros de que a explicação é falsa*” (1895, p. 128). Nesse ponto, se soma a Freud e Reich o pensador Gabriel Tarde, quando diz que se nos indivíduos,

[...] não houvesse nada mais do que social, e especialmente nacional, pode-se afirmar que as sociedades, que as nações, permaneceriam eternamente imutáveis. Mas, apesar do tamanho de nossa dívida para com o meio social e nacional, e claro que não lhes devemos tudo”. (2003, P. 79)

3 – O padrão da propaganda e da política sexual do bolsonarismo

Ao estudar a propaganda fascista, Theodor W. Adorno chegou à conclusão de que “*A maioria esmagadora das declarações dos agitadores é dirigida ad hominem*” (2006, p.164). Assim como a descrição de Adorno (2006) sobre a propaganda fascista, também na agitação de Bolsonaro percebemos recorrente irracionalismo.

Por exemplo, no dia 30 de abril de 2018, em entrevista à Daniela Pinheiro e Thiago Prado, jornalistas da revista Época, o então candidato a presidente do Brasil declarou que, para o seu possível governo, um possível nome para ocupar o Ministério da Educação “*Tem que ser alguém que chegue com um lança-chamas e toque fogo no Paulo Freire.*”³⁴⁷. Um discurso carregado de afetividade destrutiva.

Segundo Adorno (2006),

(...) o objetivo do agitador é transformar essas mesmas pessoas em “turba”, isto é, uma multidão inclinada à ação violenta sem nenhum objetivo político sensato, e criar a atmosfera do *progom*. O propósito universal desses agitadores é instigar metodicamente o que, desde o famoso livro de Gustave Le Bon, é comumente conhecido como “psicologia de massas” (p. 165)³⁴⁸.

Ao estudar o discurso do bolsonarismo, Letícia Cesarino chegou à conclusão de que:

As correspondências entre teoria e material empírico foram tão estreitas e ubíquas que não pude chegar a outra conclusão senão de que a construção desse conteúdo havia sido originalmente orientado por algum tipo de ‘ciência do populismo’ (2019, p. 532).

A isso incluímos que a recorrente utilização de aspectos sexuais no discurso de Bolsonaro revela um saber acerca da repercussão desse conteúdo para a troca de afetos nas massas bolsonaristas, instigando-as permanente à mobilização.

Segundo Adorno,

Um dos princípios básicos da liderança fascista é manter a energia libidinal primária em um nível inconsciente, de modo a desviar suas manifestações de uma forma adequada a fins políticos. Quanto menos uma idéia objetiva, como a de salvação religiosa, desempenha um papel na formação da

³⁴⁷Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/04/o-gabinete-do-capitao-bolsonaro.html>, acessado em 06 de março de 2020, às 16h.

³⁴⁸ Neste texto, *progom* tem o sentido de perseguição deliberada, violenta e massiva de um grupo étnico ou religioso.

massa, e quando mais manipulação da massa se torna o único fim, mas completamente o amor desinibido tem de ser reprimido e moldado em obediência. Muito pouco há, no conteúdo da ideologia fascista, que pudesse ser amado (2006, p. 171).

A energia libidinal reprimida nos sujeitos é canalizada para a mobilização da psicologia de massas bolsonarista, tal como na propaganda fascista, os agitadores bolsonaristas buscam, por meio da agressividade e irracionalismo, reduzir os sujeitos a meros membros de um grupo, os *“robôs de Bolsonaro”*³⁴⁹

Em entrevista concedida aos jornalistas Camilla Mattoso, Italo Nogueira e Ranier Gragon da Folha de São Paulo, no dia 11 de janeiro de 2018, ainda como então candidato à Presidência, Bolsonaro foi interrogado, dentre outras coisas, com a seguinte pergunta; *“O senhor utilizou, em algum momento, o dinheiro que recebia de auxílio-moradia para pagar esse apartamento?”* Em resposta o candidato disse: *“Como eu estava solteiro naquela época, esse dinheiro de auxílio moradia eu usava pra comer gente, tá satisfeita agora ou não? Você tá satisfeita agora?”*³⁵⁰.

Outro aspecto recorrente no discurso de Bolsonaro é o apelo para a diferenciação entre *“o amado in-group e o rejeitado out-group”* (ADORNO, 2006, p. 178). Uma forma de determinar e perseguir minorias políticas. Com isso, a agitação fascista de Bolsonaro justifica aqueles que seriam passíveis de violência, os *out-groups*.

Vejamos, no dia 16 de dezembro de 2016, a repórter Patrícia Campos Mello, da Folha de São Paulo, publicou matéria com declaração de Bolsonaro, então deputado federal, sobre a aprovação da nova Lei de Imigração: *“Vocês estão escancarando as portas do Brasil para tudo quanto é gente, isso vai virar a casa da mãe Joana, todo tipo de escória vai entrar aqui”*.³⁵¹

E, assim como Reich (1972) chama atenção, a mentalidade do *Zé Ninguém* articula o desejo autoritário sádico, ao mesmo tempo em que clama por ser

³⁴⁹ Referência aos apoiadores de Bolsonaro que, quando este foi acusado de comandar um exército de robôs para projetar sua audiência na internet, esses apoiadores “vestiram a camisa” e se colocaram como os “robôs de Bolsonaro”. Ver mais no vídeo publicado na página oficial do político, em abril de 2018: <https://www.facebook.com/watch/?v=1054556631359989>, acessado em 21 de outubro de 2020, às 18h35.

³⁵⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1949837-daqui-a-pouco-vao-querer-pegar-minha-mae-diz-bolsonaro.shtml>, acessado em 06 de março de 2020, às 16h30min.

³⁵¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/patriciacamposmello/2016/12/1841852-sem-migrantes-pib-do-mundo-seria-us-3-trilhoes-menor.shtml>, acessado em 06 de março de 2020.

submisso, por idolatrar seres superiores, um “grande outro”. Em entrevista aos jornalistas Marco Grillo e Jussara Soares do Jornal O Globo, no dia 11 de outubro de 2018, quando questionado a respeito de uma declaração da Marine Le Pen, na qual essa teria dito que Bolsonaro não era de extrema direita, o então candidato disse: *“Eu não sou de extrema -direita. Sou admirador do (Donald) Trump. Ele quer a América grande, eu quero o Brasil grande.”*³⁵²

O desprezo pelos “*out-group*” e o irracionalismo estão recorrentemente no discurso do bolsonarismo. Isso possibilita que, ao mesmo tempo em que defendem as mais brutais e correntes estruturas de poder e *status quo*, parecem agressivos revolucionários contra tiranos em suas agitações. Aos jornalistas Flávia Tavares e Ariane Freitas, da revista Época, no dia 12 de abril de 2016, Bolsonaro comentou o polêmico muro construído nos arredores do Congresso para separar os manifestantes contra e pró-impeachment. *“O PT sempre pregou a luta de classes, homo contra hetero, pai contra filho, norte contra sul, rico contra pobre e agora chegamos à divisão física. Um muro como o muro de Berlim, o muro de Hitler.”*³⁵³

Bolsonaro, ao longo de sua carreira e durante o período eleitoral, buscou incessantemente relacionar pessoas LGBTI+ e mulheres feministas com o petismo, buscando mobilizar os afetos da homolesbotransfobia e do antipetismo, como expressão da crise e piora das condições de vida. Assim, não foi qualquer partido que teria difundido um “*kit gay*”, mas o PT.

A obsessão sexual do discurso bolsonarista é outro elemento que corresponde ao padrão da propaganda fascista. A atitude exageradamente preocupada do autoritário com relação aos atos da sexualidade constitui as características salientes da propaganda fascista (ADORNO, 2006).

³⁵²Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-admite-que-pode-faltar-debates-mesmo-que-seja-liberado-pelos-medicos-23149583>, acessado em 06 de março de 2020, às 16h45min.

³⁵³Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/especial-impeachment/noticia/2016/04/jair-bolsonaro-e-o-muro-do-hitler.html>, acessado em 06 de março de 2020.

No dia 2 de abril de 2017, em entrevista à revista *Época Negócios*, Bolsonaro, Bolsonaro disse: "Para o PT, brevemente a pedofilia deixará de ser crime", diz Bolsonaro. "O kit gay foi uma catapulta na minha carreira política".³⁵⁴

Em 04 de setembro de 2017, por meio de sua conta no Twitter, o jornalista do *The Intercept* Brasil, Glenn Greenwald acusou Bolsonaro de ser fascista, o então deputado respondeu: "'Do you burn the donuts?' I don't care! Be happy! Hugs for you" (em português: "'você queima a rosca?' Não me importo! Seja feliz! Abraços para você!").



Figura 2

Em 1º de setembro de 2018, durante a campanha presidencial, Bolsonaro disse, de cima do carro de som: "Vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre".³⁵⁵

No dia 09 de dezembro de 2014, Bolsonaro, então deputado federal recém reeleito, repetiu a ofensa dita à Maria do Rosário, ex-Ministra de Direitos Humanos do governo Dilma (2010-2014), em 2003, quando, durante uma discussão disse que só não a estupraria porque ele não merecia. Em 2014, Jair Bolsonaro repetiu a ofensa na tribuna do Plenário da Câmara dos Deputados Depois de ouvir um discurso em que deputada e ex-ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário (PT-RS) criticou a ditadura militar na sessão desta terça-feira, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) repetiu que não a estuprava porque ela "não merece", disse: "Há

354Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/04/jair-bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto.html>, acessado em 06 de março de 2020.

355Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ>, acessado em 06 de março de 2020, às 17h.

poucos dias você me chamou de estuprador e eu falei que não ia estuprar você porque você não merece. Fica aqui para ouvir, Maria do Rosário - gritou da tribuna".³⁵⁶

No dia 01 de janeiro de 2019, em seu discurso de posse³⁵⁷ proferiu uma série de afirmações dignas da análise deste trabalho, tais como: “*Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade.*” Disse ainda: “*O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas*”. E mais: “*Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã. Combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores*”.

Afirmações que são coerentes com outras proferidas enquanto candidato a presidente ou deputado federal. Segundo matéria do jornal O Globo, publicada em 18 de maio de 2016, durante um debate informal ocorrido no mesmo dia, na Câmara dos Deputados, o então deputado Jair Bolsonaro teve o seguinte diálogo com uma jovem estudante que o “entrevistava”: Bolsonaro disse que não é contra homossexuais; apenas pensa que a escola não deveria estimular a homossexualidade, e sim ensinar as crianças “o que manda a Bíblia”:

— *E seu eu fosse homossexual?* — perguntou a estudante.

— *O seu pai não te ensina a gostar de mulher. Isso é contra a Bíblia. A Bíblia diz que a mulher tem que casar com um homem* — respondeu Bolsonaro.

A estudante disse que ser homossexual é um direito:

— *O senhor não entende nada sobre isso* — rebateu a jovem, que afirmou ser filha de um advogado:

— *Um dia você pode precisar de um advogado e pode ser o meu pai.*³⁵⁸

Em 2018, após ter sido eleito presidente e antes da posse, durante cerimônia de inauguração de um colégio militar no Rio de Janeiro (RJ), Bolsonaro disse:

³⁵⁶Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/12/Jair-Bolsonaro-repete-que-nao-estupra-Maria-do-Rosario-porque-ela-nao-merece-4659789.html>, acessado em 06 de março de 2020, às 17h30min.

³⁵⁷Disponível, na íntegra, em: <https://oglobo.globo.com/brasil/confira-integra-do-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-23339577>, acessado em 06 de março de 2020.

³⁵⁸Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-posa-para-foto-sorri-enquanto-estudante-faz-gesto-obsceno-19333128>, acessado em 06 de março de 2020, às 18h.

Com o tempo, passou-se a instituir outras coisas à sociedade, como por exemplo a malfadada ideologia de gênero, dizendo que ninguém nasce homem ou mulher, que isso é uma construção da sociedade. Isso é uma negação a quem é cristão, é uma negação a quem realmente acredita no ser humano. Ou se nasce homem ou se nasce mulher.³⁵⁹

O segredo da agitação bolsonarista, contudo, reside não em elementos metafísicos, mas na capacidade de traduzir o ser humano médio em sua pequenez, submisso aos desmandos dos senhores, ansiosos pela dominação e incapazes de assumir as responsabilidades por suas vidas, como o Zé Ninguém. No bolsonarismo, os cidadão de bem.

³⁵⁹Disponível em: <https://m.leijaja.com/politica/2018/12/17/bolsonaro-ideologia-de-genero-e-negacao-quem-e-cristao/>, acessado em 06 de março de 2020.

Considerações finais

A política sexual no mundo contemporâneo está em disputa. De um lado, movimentos sociais e grupos oprimidos têm realizado importantes lutas e alcançado algumas conquistas para a proteção e reconhecimento de dissidências de gênero e orientação sexual. De outro lado, setores conservadores se mobilizam para frear tais conquistas de direitos por parte de mulheres e LGBTI+ e têm logrado impor alguns retrocessos. O Ocidente, apesar de ter vivido importantes conquistas sexuais nos últimos 50 anos, ainda padece de altos níveis de repressão sexual, agora dissimulados pelas regulamentações propositivas e as relações desiguais do mercado.

Esse processo têm ocupado várias áreas da sociedade, especialmente a política. Na superestrutura, em eleições de diversos países do mundo, questões sobre a organização da sexualidade e do gênero têm sido amplamente debatidas. E o crescimento de grupos e figuras de extrema direita na política tem estado relacionado com a tática populista de agitação moral-sexual, que compõe o padrão da propaganda da extrema direita, como a dos políticos Viktor Orbán, na Hungria, Andrzej Dude, na Polônia, e Jair Bolsonaro, no Brasil.

Bolsonaro expressa uma ofensiva da burguesia, especialmente suas frações financeiras e associadas ao capital internacional. As classes dominantes buscam entre a pequena burguesia o contingente necessário para dar base política ao seu projeto contra os direitos da classe trabalhadora brasileira e para aprofundar a localização subserviente do Brasil na divisão internacional dos Estados.

O fascismo pode ser caracterizado pela arregimentação de setores subalternos a serviço de altos poderes de dominação dos ricos para impor a ordem em uma sociedade desigual. Segundo Trotsky,

Da mesma forma que as cúpulas da burguesia liberal, em seu tempo, foram incapazes, por sua própria força, de se livrar da monarquia, do feudalismo e da igreja, assim também os magnatas do capital financeiro, sozinhos, são incapazes de liquidar o proletariado com a sua própria força. Precisam do auxílio da pequena burguesia, que, para isso, precisa ser agitada, posta de pé, mobilizada e armada. (2011, p. 176)

Bolsonaro e sua política servem como a agitação e mobilização, inicialmente da pequena burguesia, a serviço dos interesses do capital financeiro. Tanto que

Bolsonaro foi eleito defendendo abertamente as suas ideias e propostas de orientações conservadora e ultraliberal, reivindicando o fim de direitos sociais e se apoiando, para isso, na ideologia da meritocracia. Nacionalmente, ficou conhecido por defender posições misóginas/machistas, LGBTIfóbicas e racistas. E também autoritárias, com elogios à ditadura empresarial-militar.

O radicalismo autoritário e conservador de Bolsonaro foi fundamental para a sua eleição. Seus apoiadores repercutiram as ideias do então candidato por concordar com elas, mesmo nos temas mais controversos – e especialmente neles. Portanto, para compreender a eleição de Bolsonaro presidente do Brasil em 2018, é necessário conhecer a audiência de massas que logrou o candidato.

Ao observar a rede de apoiadores de Bolsonaro, verifica-se um tipo de relação afetiva de alguns setores sociais com a figura do “mito”. Um setor da sociedade, que na eleição se revelou sendo especialmente as classes médias, se identifica com Bolsonaro. A confiança cega de seus apoiadores revela um tipo de relação infantil e submissa à figura de um ‘todo poderoso’, um “grande outro”. A isso chamamos bolsonarismo, uma massa de orientação conservadora, com relações afetivas entre si e que encaram Bolsonaro como um tipo de chefe. No sentido do que disse Adorno (2006), o bolsonarismo é uma turba. Ou uma massa, como disse Freud (1974) e Reich (1974).

Freud (1974) fala de dois tipos de psicologia de massas. Uma seria mobilizada pela confiança cega no líder, capaz de fazer pessoas matarem em nome do chefe, o que certamente é uma característica que esteve presente entre apoiadores de Jair Bolsonaro, em 2018³⁶⁰. Além dessa, Freud (1974) também afirma existir uma massa mobilizada pela lógica do combate a um inimigo comum. A primeira se move pelo amor, a segunda, pelo ódio.

Na Alemanha da década de 1930, esse inimigo teve várias formas, sendo a perseguição contra judeus a mais desenvolvida e, também por isso, mais emblemática. Entretanto, também lembramos a perseguição nazista contra pessoas negras, homens gays/bissexuais, mulheres lésbicas/bissexuais, ciganos e pessoas com deficiências: todos grupos violentados pelo regime nazista. Para o

³⁶⁰ Conforme citado no início do terceiro capítulo deste trabalho, durante as eleições de 2018, houve vários casos de assassinatos e agressões de pessoas LGBTI+, negras e mulheres em que os agressores/assassinos gritavam “Bolsonaro” durante o crime.

Bolsonarismo, LGBTI+, mulheres feministas e “comunistas” figuram entre os inimigos inventados contra os quais a turba é permanentemente mobilizada.

Bolsonarismo, assim, não é uma doutrina política, não sendo fruto da inteligência, características gerais ou da história de Jair Bolsonaro e sua família, mas da relação entre ele e uma massa psicossocial e política que se formou no Brasil entre 2014 e 2018. Uma turba que foi impulsionada pelo grande capital financeiro, visando seus objetivos políticos, econômicos, sociais e geopolíticos para o Brasil. O bolsonarismo é uma relação de identificação entre um amplo grupo e a figura reconhecida como um líder, sendo a expressão da mobilização de forças para as estratégias da burguesia de impor a ditadura do capital sem mediações.

E, tanto a confiança no líder, quanto a lógica do inimigo interno guardam questões sexuais e compõem a massa bolsonarista. O populismo moral-sexual de Bolsonaro mobiliza o imaginário de um inimigo a ser combatido. E um dos principais argumentos contra os grupos feitos inimigos é de que setores oprimidos na sociedade, como mulheres e LGBTI+, são privilegiados por serem alvos de recentes políticas sociais do Estado brasileiro. Analogamente, também na Alemanha sob o regime nazista, a perseguição contra judeus fora argumentada sob a acusação de que seria esse um grupo privilegiado dentro da sociedade, enquanto a grande maioria enfrentava as consequências severas de uma situação econômica debilitada.

Nos marcos de uma dinâmica de aprofundamento de formas de superexploração do capitalismo no Brasil, o populismo moral-sexual e de combate à noção de gênero exerce um discurso de legitimação de desigualdades.

Ademais, o bolsonarismo é fruto de um tipo de mentalidade autoritária e que, ao mesmo tempo, também é submissa, ansiosa por participar voluntariamente do seu processo de dominação. Para a psicologia de massas do fascismo, como identificou Reich (1974), o papel da repressão sexual é fundamental para a formação desse tipo de mentalidade. E a repressão sexual é imprescindível, portanto, para o exercício de dominação na sociedade de classes do capitalismo. Assim, a personalidade autoritária e submissa da massa bolsonarista indica expressivo grau de repressão sexual na sociedade brasileira.

Apesar de uma surpresa, a eleição de Jair Bolsonaro não foi um acidente. A vitória do "mito" revelou elementos até então ignorados acerca da situação política brasileira, e outros ainda mais profundos, como a estrutura psicológica e as formas irracionais e infantis do ser humano médio em compreender o mundo. Portanto, o crescimento do bolsonarismo é expressão das normalidades da sociedade capitalista, orientadas pela degeneração das características humanas, com o aprofundamento do estranhamento e da repressão sexual e a imposição das diferenças.

A política sexual do bolsonarismo, traduzida em permanente agitação moral-sexual conservadora, imbuída do sentido de discriminação, responde a dois imperativos: por um lado, justifica parte da ofensiva burguesa sobre os direitos sociais e políticos, na medida em que classifica setores da sociedade como inimigos da nação, "*out-group*". Em uma economia marcada pela superexploração de grupos oprimidos: mulheres, negros e alguns LGBTI+, a constituição de inimigos internos facilita a justificativa de toda sorte de violências contra esse, incluindo as da exploração do trabalho.

Além disso, a propaganda bolsonarista de conteúdo sexual serve à mobilização dos afetos que permanecem latentes na sociedade, desenvolvidos pelas experiências de repressão sexual e recalçamento da energia libidinal. Como bem aponta Trotsky (2011), no fascismo, para a pequena-burguesia cumprir as tarefas do capital financeiro, "*precisa ser agitada, posta de pé, mobilizada e armada*" (p. 176). O bolsonarismo, tal como observado nas eleições de 2018 nesta pesquisa, configura-se como sendo essa mobilização. E a agitação conservadora contra inimigos serve para instigar os afetos e o tipo de mentalidade que são produtos da sexualidade reprimida na sociedade, canalizando a energia libidinal reprimida para ser utilizada na conformação de uma massa submissa ao líder agitador e orientada para servir de base aos projetos do grande capital contra a classe trabalhadora.

Observando-se os padrões da propaganda bolsonarista, pode-se afirmar a recorrência de argumentos dirigidos *ad hominem*. Essa é uma característica desse fenômeno. A preocupação exagerada com o sexo e a sexualidade também. Essas duas características estiveram presentes no nazismo de Hitler, e no Fascismo de Mussolini.

Aspectos subjetivos do bolsonarismo justificaram buscas em análises psicológicas para a explicação da teia que articula a massa bolsonarista e, assim, serve de base popular de apoio para um projeto de destruição dos direitos sociais, sexuais e políticos em curso atualmente no Brasil.

O bolsonarismo é o somatório de muitas das reações do caráter do homem médio brasileiro, o dito “cidadão de bem”. Portanto, não é expressão de uma falta de civilização, um atraso na história do país, ou uma regressão ao passado, mas do próprio modo de produção capitalista de hoje.

Um dos muitos aspectos dessa civilização em que se formou o bolsonarismo é a repressão sexual, assim como no fascismo da década de 1930. A sexualidade é uma espécie de energia vital relacionada à satisfação sexual, mas também ao desejo, às afetividades, às relações sociais, ao erotismo e ao amor. A sexualidade é uma expressão genuinamente humana. E, até o momento, não conhecemos bolsonarismo desvinculado de uma verdadeira obsessão sexual destrutiva.

O capitalismo para se reproduzir depende de forte disciplinamento da classe trabalhadora. É necessário organizar a mão de obra da qual o capital irá explorar a força de trabalho para a sua acumulação. A repressão sexual serve para impor a disciplina necessária a esse processo, construindo uma estrutura psicológica média na sociedade do tipo submissa à autoridade. I

Esta é a função social da repressão sexual: constituir o caráter do ser humano médio, aquele que, em tempos de “normalidade”, está submetido obedientemente à dominação, ao estranhamento do trabalho e à exploração. A repressão dos impulsos identificados como sexuais é operada de forma inconsciente, assumida pelo ser reprimido como característica do seu próprio caráter. Diferentemente da repressão das necessidades materiais, a repressão sexual leva à subserviência, ao conservadorismo, ao medo da liberdade. E as pessoas LGBTI+ expressam um tipo de liberdade, que contraria os imperativos do sistema sexo-gênero. Assim, a homofobia é traço corrente no bolsonarismo. E homofobia é um sintoma da sociedade reprimida, na medida em que o ser homofóbico busca destruir no outro aquilo que pode estar presente nele próprio. Aqui reside o medo do orgulho da diversidade.

A eleição de Jair Bolsonaro e a ascensão do fenômeno de massas que se vê identificado com ele (bolsonarismo) são manifestações de uma nova correlação de forças entre as classes sociais no Brasil, precipitada pelos acontecimentos políticos de 2014-2016, que colocaram a burguesia na ofensiva, passando a mobilizar a classe média assalariada e pequenos proprietários para seu projeto de aprofundamento das desigualdades sociais, da subserviência da economia brasileira ao imperialismo norte-americano e da escalada autoritária no regime político do país.

O fundamental dessa correlação de forças está na ofensiva das frações dominantes burguesas, associadas ao capital internacional, que decidiram por romper a frente política que compunham com o PT, no governo de conciliação de classes, migrando para a estratégia do golpe, consumado pelo *impeachment* de 2016.

Para esse projeto, eles mobilizaram o mal presente no interior da sociedade, cativo da covardia e da infantilidade submissa. Politizaram o medo traduzido em ódio e destrutividade.

Para combater o bolsonarismo: amor, trabalho e conhecimento³⁶¹.

³⁶¹ Referência a uma frase recorrente em trabalhos de Wilhelm Reich: “O amor, o trabalho e o conhecimento são as fontes da nossa vida. Deveriam também governa-la”.

Referência bibliográfica

ADORNO, T.W. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: Margem Esquerda 7. Boitempo Editorial, 2º. semestre de 2006 (224 p.). Revista Espaço Acadêmico, 18(209), 164-189.

ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. Teoria de la seudocultura. In: ADORNO, T.W.; HORKHEIMER. Sociologica. Madrid: Taurus, 1971.

ADORNO, T.W.; HORKHEIMER. Dialética do esclarecimento – fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALI, Tariq. O poder das barricadas: uma autobiografia dos anos 60 / Tariq Ali [tradução Beatriz Medina]. – São Paulo: Boitempo. 2008.

ALVES, Douglas. Movimento LGBT, participação política e hegemonia. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS. 2016.

ALVES, GIOVANNI. Reforma trabalhista, modernização catastrófica e a miséria da República brasileira. In: ALVES, GIOVANNI (org.) O golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência / Gustavo Teixeira Ramos et al. (coords.). - Bauru: Canal 6, 2017, pp. 138-145.

ARCARY, Valério. O critério de classificação das Revoluções o Século XX. In: MORENO, Nahuel. As revoluções do século XX. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003. pp. 93-111.

ARCARY, Valério. Um reformismo quase sem reformas – uma crítica marxista do governo Lula, em defesa da revolução brasileira. São Paulo: 2ª ed. Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2014.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. In: Revista Outubro, n. 23, 1º semestre 2015, p.33-58.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%, Um Manifesto, São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BARROCO, Maria Lucia S. *Ética e Serviço Social: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ernest Mandel: imprescindível. In: *Em Pauta*, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 37- 64, disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/Capitalismo-tardio-Habermas-AristotelesdeAlmeida.pdf>, acessado em 27 de setembro de 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política social: fundamentos e história* / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. - 5. ed. - São Paulo: Cortês, 2008.

BEHRING, Elaine. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social* / Evilásio Salvador, Elaine Behring, Rita de Lourdes de Lima, (Org.). - São Paulo: Cortêz, 2019, p. 43-65.

BEHRING, Elaine. Crise do capital, fundo público e valor. In: *Capitalismo em crise, política social e direitos/Ivanete Boschetti... [et al.] (orgs.)*. – São Paulo: Cortez, 2010.

BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*.Org. MichaelLöwy. Trad. Nélio Schneider. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

BHERING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2008.

BIANCHI, Alvaro. Crise e representação empresarial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , n. 16, p. 123-142, June 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000100009&lng=en&nrm=iso>, acessado em 27 de janeiro de 2020, às 00h00min.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP / São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito / Daniel Borrillo; [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: Capitalismo em crise, política social e direitos / Ivanete Boschetti... [et al.] (orgs.). - São Paulo: Cortez, 2010, p. 64-86.

BOZON, Michel. Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004, 172pp.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil / André Singer... [et. al]; organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Coutinho]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016, p. 55-60.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p.79-82.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. Rev. Econ.Polit.São Paulo, v. 36, n. 2, p. 237-265, junho de 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572016000200237&lng=en&nrm=iso>. acesso em 28 de janeiro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v36n02a01>.

BUKHARIN, Nicolai Ivanovich. Tratado de materialismo Histórico. Rio de Janeiro: Laemmert S.A., 1970.

CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Júlia de Oliveira. Gênero e humor nas redes sociais: uma campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. Opin. Pública, Campinas, v. 24, n. 3, p. 523-546, dezembro de 2018. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000300523&lng=en&nrm=iso, Acessado em 27 de janeiro de 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018243523>.

CARRARA, Sérgio; MORA, Claudia; AGUIAO, Silvia. Políticas sexuais contemporâneas: disputas e resistências. Sex., Salud Soc. (RJ.), Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-6, 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872017000200003&lng=en&nrm=iso, acessado em 22 de agosto de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.26.01.e>

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CASTRO, Alba Tereza B. De Castro. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. In: Capitalismo em crise, política social e direitos / Ivanete Boschetti... [et al.] (orgs.). - São Paulo: Cortez, 2010, p.195-210.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa. In: Ver. Antropol. (São Paulo, Online). V.62 n. 3: 530-557, USP: 2019, disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232>, acessado no dia 21 de outubro de 2020.

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. In: EM PAUTA, Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2013-n. 31, v. 11,p. 21-37, disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7556/5495>

CHESNAIS. François. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS. François (Coord.). A mundialização financeira - gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CLARK, T. Heaven on Earth: Paiting and The Life To Come. Califórnia: Thames & Hudson, 2018.

COHEN, Stanley. Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers. London, MacGibbon & Kee, 1972.

COSTA-MOURA, Fernanda. Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. *Ágora* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 17, n. spe, p. 141-158, Aug. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982014000300012&lng=en&nrm=iso, acessado em 20 de janeiro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982014000300012>.

D'EMILIO, J. *Sexual politics, sexual communities: the making of a homosexual minority in the United States, 1940-1970*. 2. ed. Chicago: University of Chicago, 1998.

DAL ROSSO, S. Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Editora Escala, 2009.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. Edição digital: Rocket Edition, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>, acessado em 17 de janeiro de 2020, às 22h30min.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. In: Cad. AEL, v.10, n.18/19, pp. 81-125, 2003, disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf, acessado em 19 de setembro de 2020.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS; Marcelo ; PILON, Ana Cláudia. Políticas Sexuais e produção de conhecimento no Brasil sobre sexualidade e suas conexões. In: Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013, p. 161-193

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FILHO, Alfredo Saad. Neoliberalismo: Uma análise marxista. In: Marx e o Marxismo v.3, n.4, jan/jun 2015.

FOUCAULT, Michael. História da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANÇA, Isadora Lins. Cada macaco no seu galho? Poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. Rev. bras. Ci. Soc. São Paulo, vol. 21, n. 60, p. 104- 115, fevereiro de 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100006&lng=en&nrm=iso. Acessado em 20 de agosto de 2020.

FRANÇA, Isadora Lins. Gênero e sexualidade: ascensão conservadora e fantasias masculinas de poder no Brasil. In: Margem Esquerda, Revista da Boitempo, nº 33, 2º semestre, São Paulo: Boitempo, 2019, p. 45-51.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Tradução: Anselmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. Mediações, Londrina, v. 14, n. 2, 2009.

FREUD, Sigmund. A psicologia de massas e análise do eu. In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, Sigmund. O mal-Estar na civilização (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAY LIBERATION FRONT. Come Out. New York, vol. 1, nº 1, novembro de 1969. Disponível em <http://paganpressbooks.com/jpl/CO-COVER.HTM>. Acessado em 20 de agosto de 2020.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

GIDDENS, ANTHONY. As consequências da modernidade/Anthony Giddens; tradução Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola: São Paulo, 1997.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Organização e tradução: Carlos Antônio Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história [Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce], trad. Carlos Nelson Coutinho, 2ª ed., Rio, Civilização Brasileira, 1978.

HABERMAS, Jürgen. Teoria de la Acción Comunicativa. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988. v. I e II.

HABERMAS, Jürgen. Trabalho e Interação: notas sobre a filosofia do espírito de Hegel em Iena. In: Técnica e ciência como "Ideologia". Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1997. P. 11 — 43.

HADDAD, Fernando. Em defesa do socialismo: por ocasião dos 150 anos do Manifesto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HAIDER, Asad. Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. Tradução de Leo Vinícius Liberato. Prefácio de Silvio Almeida. – São Paulo: Veneta, 2019.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAWKING, STEPHEN. Uma Breve História do Tempo: do Big Bang aos Buracos Negros. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

Hobsbawm, Eric J., 1917- Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991 / Eric Hobsbawm ; tradução Marcos Santarrita ; revisão técnica Maria Célia Paoli- — São Paulo : Companhia das Letras, 1995

IRINEU, Bruna. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. In: EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 155 – 178.

KEHL, Maria Rita. Ressentimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

KHEL, Maria Rita. O tempo e o cão: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

Laplanche, J., & Pontalis, J. B..*Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAZZARATO. Signos, máquinas, subjetividades. São Paulo: Edições Sesc, 2014.

LÉNINE, Vladimir Ilyich. O Estado e a revolução. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MAAR, Wolfgang Leo. A Formação da Teoria em História e Consciência de Classe de Georg Lukács. São Paulo, 1988. Tese defendida no Departamento de Filosofia da FFLCH-USP. São Paulo, 1988.

MAAR, Wolfgang Leo. Harbermas e a questão do trabalho social. Lua Nova, São Paulo, n. 48, p. 33-61, Dec. 1999.

MALINI, Fábio; CIARELLI, Patrick e MEDEIROS, Jean. O SENTIMENTO POLÍTICO EM REDE SOCIAIS: big data, algoritmos e as emoções nos tweets sobre o impeachment de Dilma Rouseff. 10.18617/liinc.v13i2.4089. In: Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 323-342, novembro 2017.

MANDEL, Ernest. A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. Tratado de economia marxista. 7. Ed. 2 volumes. México: Era, 1977.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MARCUSE, Herbert. Eros e Civilização - Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

MARX, K. 1987. O Capital. Livro 4 – Teorias da Mais-Valia. Volume 1. São Paulo: Bertrand

MARX, K., & ENGELS, F. Manifesto do partido comunista (9^a ed.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MARX, K., & ENGELS, F. Manifesto do partido comunista (9 a ed.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MARX, K.. O Capital. Livro 4 – Teorias da Mais-Valia. Volume 1. São Paulo: Bertrand, 1987.

MARX, Karl, 1818-1883. A ideologia alemã : crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels ; supervisão editorial, Leandro Konder ; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo : Boitempo, 2007.

MARX, Karl. A crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, KARL. Para a crítica da economia política; Salário preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar / Karl Marx; introdução de Jacob Gorender; traduções de Edgard Malagodi [et. tal.]- São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para uma população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cafajeste. Pagu**, Campinas, n. 39, pág. 403-429, dezembro de 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=en&nrm=iso, acesso em 14 de setembro de 2020.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In Revista Outubro Ed. 4, 02/2000, ISSN 1516-6333, p. 7-19.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

MORENO, Nahuel. As revoluções do século XX. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003.

MOURA, Maurício. e COBERLLINI, Juliano. A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2019.

N. GREEN, James. (2000). “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Cadernos Pagu, (15), 271-295. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>.

N. GREEN, James. (2003). A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. In Cadernos AEL. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.

NIETZSCHE, F. Genealogia da moral: uma polêmica. Tradução de Paulo César Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OKITA, Hiro. Homossexualidade: da opressão á libertação. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Sexual and Reproductive Health*. WHO, 2006. Disponível em: http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en . Acesso em 12 de outubro de 2020.

PACCE, Lilian. O biquíni made in Brazil. Editora Arte Ensaio. São Paulo, 2016.

PAIVA, Antônio Cristian S. Pulsão invocante e constituição de sociabilidades clementes: notas etnográficas sobre karaokê numa sauna em Fortaleza. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, Anpocs, 2009.

PAULANI, Leda Maria. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo?. In: Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v.12, n 20, pp. 135-155, jan-jun. 2017.

PAULANI, Leda Maria. Não há saída sem a reversão da financeirização. Estud. av., São Paulo, v. 31, n. 89, p. 29-35, Abril de 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100029&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 25 de janeiro de 2020, às 11h. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890004>.

PAULANI, Leda. “Brasil Delivery: razões, contradições e limites da política econômica nos seis primeiros meses do governo Lula”, in: João Antonio de Paula (Org.). A economia política da mudança. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PAULANI, Leda. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. Hegemonia às avessas. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda. Sobre o dinheiro e valor: uma crítica às posições de Brunhoff e Mollo. In: Revista de Economia Política, volume 14, nº 3, (55), julho-setembro/1994, p. 67-77.

Petroll, M. de L. M., & Damacena, C. (2012). Apelo sexual na propaganda: uma breve revisão da literatura e reflexão. Revista FAMECOS, 19(2), 567-585. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2012.2.12339>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PLEKHANOV, Gheorgii Valentinovich. Os princípios Fundamentais do Marxismo. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1978.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo / Nicos Poulantzas. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais; tradução de Francisco Silva; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 33, n. 96, e339603, 2018 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092018000100501&lng=en&nrm=iso. Acessado em 19 de fevereiro de 2020. Epub Oct 19, 2017.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. In: Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil / André Singer... [et. Al]; organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016, p. 131-137.

QUINALHA, Renan. Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico. In: MARGEM ESQUERDA Revista da BOITEMPO, nº 33, 2º semestre, 2019, pp. 25-31.

REICH, Wilhelm. A função do orgasmo: problemas econômico-sexuais da energia biológica. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

REICH, Wilhelm. A revolução sexual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

REICH, Wilhelm. Escuta, Zé Ninguém. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

REICH, Wilhelm. Psicologia de Massas do Fascismo. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 38, n. 138, p. 9-26, Jan. 2017 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso. Acessado em 14 de setembro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017165522>.

ROSSO, SADI DAL. Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

RUBIN, Gayle. “Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade”. In: Cadernos Pagu, nº. 21, 2003. pp. 01-88.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. 1984 (original em inglês), versão traduzida para o português, disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>, acessado em 15 de setembro de 2020.

SCALA, Jorge. La ideología del género. O el género como herramienta de poder. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

SEARS, Alan. Anticapitalismo queer: o que restou da libertação lésbica e gay? In: Crítica Marxista, n.49, p.133-152, 2019.

SENNET, Richard. A cultura do novo capitalismo. São Paulo: Recordo, 2006.

SETTINGTON, Ken. Marcados Pelo Triângulo Rosa. São Paulo: Melhoramentos, 2017.

SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. I-II. (Os Economistas).

SOCIALIST WORKERS PARTY. A Revolutionary Strategy for Gay Liberation: Documents of the Democratic Socialist Party, Australia: Democratic Socialist Party, 1992, 34 páginas. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/lgbtq/pamphlets/A%20revolutionary%20strategy%20for%20gay%20liberation.pdf>, acessado no dia 16 de janeiro de 2020, às 21h. Tradução: Leonardo Gomes.

SOLANO, Esther. O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil / Luis Felipe Miguel...[et al.] ; organização Esther Solano Gallego; [ilustração Laerte, Luiz Gê, Gilberto Maringoni]. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

THERBORN, Göran. Do marxismo ao pós-marxismo?; tradução Rodrigo Nobile. – São Paulo: Boitempo, 2012.

THERBORN, Göran. Sexo e poder: a família no mundo, 1900 – 2000. São Paulo: Contexto, 2006.

TIBLE, Jean. Brechas que inspiram: Maio de 68 e nós In: Revista Outubro, n. 30, maio de 2018, disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2018/05/01_Jean-Tible.pdf, último acesso em 12 de outubro de 2020.

TOITIO, Rafael Dias. A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista: o que a atual crise política tem a nos ensinar?. In: Margem Esquerda, Revista da Boitempo, nº 33, 2º semestre, São Paulo: Boitempo, 2019, p.32-37.

TROTSKY, Leon. Como esmagar o fascismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

TROTSKY, Leon. A teoria da revolução permanente. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

TROTSKY, Leon. Revolução e contrarrevolução na Alemanha. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

TROTSKY, Leon. O imperialismo e a crise da economia mundial. Trad. por Roberto Barros. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

TROTSKY, Leon. Questões do modo de vida - A moral deles e a nossa. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

VENCO, Selma. Centrais de teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores?. ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Organizadores) Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

WELLEN, Henrique. Igualdade abstrata e desigualdade econômica: equivalência à não equivalência da produção. In: Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social / Evilásio Salvador, Elaine Behring, Rita de Lourdes de Lima, (Org.). - São Paulo: Cortêz, 2019, p. 21-41.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.